

ESTRATÉGIA

WISEU DÃO LAFÕES 2030

20.abr.2021



ÍNDICE

Enquadramento

Sumário Executivo da Revisitação da EIDT Viseu Dão Lafões 2020

Quadro Referencial da Estratégia Viseu Dão Lafões 2030

- Introdução
- Visão
- Desafios

Roadmap para a Ação

- I. Sustentabilidade Demográfica e Coesão Social
- II. Educação e Competências
- III. Inovação, Competitividade e Qualificação
- IV. Inovação e Digitalização
- V. Ambiente, Transição Energética e Economia Circular
- VI. Alterações Climáticas, Prevenção de Riscos e Proteção Civil
- VII. Cultura, Recursos, Turismo e Atratividade
- VIII. Sistema Urbano Policêntrico
- IX. Urbano / Rural: Espaço de Oportunidades
- X. Governança, Inteligência Territorial e Capacitação Institucional

Alinhamento com Estratégias Regionais, Nacionais e Europeias

- Estratégia Centro 2030
- Estratégia Portugal 2030
- PRR – Plano de Recuperação e Resiliência
- Pilares Relevantes da EU

Anexo I – Projetos Estruturantes

Anexo II – Revisitação da Estratégia de Desenvolvimento Territorial Viseu Dão Lafões 2020 – Síntese Estratégica e Domínios Prioritários de Ação

ENQUADRAMENTO



ENQUADRAMENTO

A Estratégia Viseu Dão Lafões 2030 que agora se apresenta integra uma trilogia constituída pelo Dashboard Territorial e os Domínios Prioritários para a Ação, documentos elaborados no âmbito do processo de Revisitação das Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial que as Comunidades Intermunicipais foram desafiadas a realizar.

Este exercício de revisitação, realizado durante o final de 2019 e durante o ano de 2020, constitui o primeiro passo do processo de reflexão e planeamento estratégico que a CIM Viseu Dão Lafões encetou tendo em vista a adequada preparação do próximo período de programação, com incidência na respetiva NUTS III.

A revisitação da estratégia Viseu Dão Lafões 2030 teve por objeto:

- Levar a efeito uma primeira apreciação de carácter quantitativo, mas também qualitativo, das incidências do Portugal 2020 no território de Viseu Dão Lafões, nomeadamente da contratualização de investimentos e fundos comunitários à escala intermunicipal e no acesso aos sistemas de incentivos por parte das empresas;
- Estabelecer um quadro de referência que a partir de um conjunto de indicadores permita de forma comparativa e dinâmica caracterizar e identificar a evolução do subespaço regional relativamente ao seu desenvolvimento económico, ambiental, social e cultural, em suma à qualidade de vida;
- Lançar um processo de capacitação e de mobilização dos agentes relevantes de Viseu Dão Lafões, designadamente o seu tecido institucional, para o planeamento estratégico através de um conjunto de metodologias e instrumentos inovadores e participativos.

ENQUADRAMENTO

- Consensualizar uma primeira síntese estratégica e linhas de atuação futura que permitam dotar o subespaço regional de um documento referencial capaz de orientar as opções a tomar ao longo do processo de negociação e de programação.

Os resultados e as conclusões da Revisitação da EIDT Viseu Dão Lafões 2020 constituem a base a partir da qual foi construída a Estratégia Viseu Dão Lafões 2030 que encerra quatro componentes fundamentais, a saber:

- Descrição da Visão de Médio/Longo Prazo para o Território, enquanto futuro desejado;
- Delimitação dos principais desafios que se colocam à região de Viseu Dão Lafões, no horizonte 2030;
- Arquitetura do plano de ação que concretiza a Estratégia, assente no quadro global dos Eixos de Intervenção, Domínios Prioritários e Objetivos Estratégicos e a articulação com as Linhas de Atuação;
- Construção da Matriz de Articulação e Relacionamentos da Estratégia Viseu Dão Lafões com os referenciais Regionais, Nacionais e Europeu.

O presente documento é o culminar deste percurso coletivo que a CIM Viseu Dão Lafões, os Municípios e o ecossistema institucional iniciaram em 2019 e constitui, sobretudo, um referencial estratégico para que a região, ao longo do processo de montagem, negociação, programação e execução dos investimentos a realizar com apoio dos fundos europeus, possa aferir e, sendo caso disso, corrigir a rota para o desenvolvimento.

ENQUADRAMENTO

Recorrentemente, no início dos períodos de programação dos FEEI – Fundos Europeus Estruturais de Investimento, somos alertados para que este é a última oportunidade. A experiência demonstra-nos que talvez ainda não seja o último ciclo de apoio ao investimento, contudo, face ao passado recente que nos confrontou com crises económicas e financeiras de dimensão mundial, desastres ambientais com consequências fatais e, mais recentemente, pandemias cujo alcance e sequelas são ainda difíceis de antever, mesmo que não seja esta a última oportunidade, atentas as transformações que estão a ocorrer no mundo, será certamente decisiva para o futuro da região e das suas gerações vindouras.

Não tanto a dimensão dos recursos financeiros que atingem volumes inauditos, mas antes a qualidade das opções estratégicas e a capacidade de gestão e de agir coletivamente, constituem fatores que condicionarão de forma indelével o desenvolvimento de Viseu Dão Lafões e dos Municípios que não obstante a sua diversidade, integram este território e partilham um futuro comum.

SUMÁRIO EXECUTIVO DA REVISITAÇÃO DA EIDT VISEU DÃO LAFÕES 2020



SUMÁRIO EXECUTIVO DA REVISITAÇÃO DA EIDT VISEU DÃO LAFÕES 2020

O processo de revisitação da Estratégia Viseu Dão Lafões 2020 e o lançamento da reflexão estratégica sobre o próximo período de programação dos Fundos Europeus Estruturais de Investimento culminou com a produção, a partir dos outputs do *Dashboard Territorial*, do Balanço do Portugal 2020 e dos resultados da análise efetuada bem como das ações de capacitação e participação promovidas, de uma síntese estratégica e linhas de atuação futura que constituem um contributo para dotar o subespaço regional de um documento referencial capaz de orientar as opções a tomar ao longo do processo de negociação e de programação.

O documento “Síntese Estratégica e Domínios Prioritário de Ação - Viseu Dão Lafões”, elaborado no contexto da Revisitação da EIDT Viseu Dão Lafões 2020, assume-se, assim, como um olhar sobre os desafios que Viseu Dão Lafões enfrentará num futuro próximo e integra:

- Um diagnóstico sintético que identifica os principais estrangulamentos, ativos e potencialidades deste espaço territorial num conjunto de Eixos de Intervenção;
- A enunciação de orientações transversais que estabeleçam os pilares fundamentais do quadro estratégico de desenvolvimento do subespaço territorial;
- Os domínios prioritários de atuação e propostas de linhas de ação futura, a considerar e privilegiar na alocação dos Fundos Europeus Estruturais de Investimento, no próximo período de programação.

De seguida, enunciam-se de forma sucinta alguns dos pontos principais do diagnóstico efetuado relativamente a um conjunto de áreas relevantes para este espaço territorial. De assinalar que este diagnóstico foi realizado antes do surgimento da pandemia de Covid 19 pelo que os efeitos profundos que esta tem e terá no futuro não se encontram ainda refletidos neste ponto.

Uma vez que a Estratégia agora apresentada incorpora uma arquitetura ajustada do *roadmap* para a ação, prescinde-se de considerar neste sumário executivo a enunciação de orientações transversais e as linhas de ação futura.

SUMÁRIO EXECUTIVO DA REVISITAÇÃO DA EIDT VISEU DÃO LAFÕES 2020

Demografia

No quadro de uma tendência nacional, Viseu Dão Lafões continua a apresentar decréscimos populacionais a par de aumentos, entre 2014-2017 (período de referência desta análise), do índice de envelhecimento e do índice de dependência com valor mais elevados que a região Centro e o País. A fixação de jovens, e de jovens mais qualificados continua a ser um desafio ao qual o território tem respondido com iniciativas diversas de valorização da oferta formativa, apoio ao emprego e marketing do território.

A prossecução do fenómeno de envelhecimento populacional registada em Viseu Dão Lafões na última década, sendo partilhada pelo conjunto dos municípios da região, não observa a mesma intensidade em todos os pontos do território regional. Com efeito, as áreas de perfil urbano, e em especial o município de Viseu, resistem de forma mais evidente ao envelhecimento, ao reterem com mais eficácia a sua população mais jovem – noutros pontos muito atraída pela migração para fora dos limites da região ou mesmo para fora do país – e ao constituírem polos de atração de população jovem e adulta proveniente das áreas mais rurais e periféricas. Nestas, a população residente, progressivamente mais envelhecida, tende também a observar a paulatina rarefação das respetivas redes familiares, de vizinhança e de suporte.

Educação Qualificação e Competências

Apesar de ser uma tendência generalizada a nível nacional, a análise da informação estatística permite concluir que a região de Viseu Dão Lafões se destaca, sobretudo, quer no conjunto da região Centro quer no País, nos progressos verificados nos indicadores de sucesso escolar (resultados e qualidade do sucesso). A escola e os resultados escolares assumem centralidade enquanto condição na igualdade de acesso ao exercício da cidadania, à construção de projetos de vida, à empregabilidade e ao exercício profissional e, neste contexto, a CIM e os municípios de Viseu Dão Lafões têm realizado um importante trabalho de cooperação com as escolas e a comunidade educativa. Alavancando, projetos escolares, com conhecimento, capacitação e recursos projetos escolares e desenvolvendo intervenções complementares, nomeadamente no domínio da educação não formal, orientadas para a formação integral de alunos e cidadãos, a região tem trabalhado em prol do sucesso educativo.

SUMÁRIO EXECUTIVO DA REVISITAÇÃO DA EIDT VISEU DÃO LAFÕES 2020

Coesão Social

Se olharmos a evolução à luz de um indicador como a taxa de desemprego, medida aqui na relação entre número de desempregados inscritos no IEFP e população residente total, verificamos que este indicador regista um assinalável decréscimo a partir de 2013, atingindo em 2018 mínimos idênticos aos do período pré-crise de 2008-2010.

Por seu turno, a geração de riqueza e os rendimentos na região de Viseu Dão Lafões observaram também uma evolução favorável, em especial depois de 2012. Os indicadores relativos a PIB *per capita* e poder de compra *per capita*, bem como os valores respeitantes a ganhos médios mensais, observaram aumentos assinaláveis na região, por comparação com os valores observáveis no início da década, mas em todos os casos há a registar fenómenos de divergência face à evolução registada na Região Centro e no conjunto do país.

As melhorias observadas em matéria de emprego e rendimentos, mesmo se menos vigorosas do que aquilo que seria desejável, parecem também ter tido efeito na diminuição das situações de maior vulnerabilidade social, como indicia a diminuição do peso dos beneficiários de RSI no conjunto da população residente na região.

Competitividade, empresas e empreendedorismo

De uma forma geral, no que respeita à Internacionalização, o desempenho de Viseu Dão Lafões durante o período considerado foi positivo, traduzindo-se numa evolução positiva das Exportações, incluindo do peso das exportações de alta tecnologia no total de exportações.

O tecido empresarial instalado em Viseu Dão Lafões registou, entre 2011 e 2017, um crescimento de cerca de 13,5%, ligeiramente mais acentuado mas no mesmo sentido que todas as restantes sub-regiões do Centro de Portugal, mantendo portanto a sua importância relativa no quadro regional.

No que respeita à performance competitiva do tecido empresarial de Viseu Dão Lafões, é possível verificar que as dinâmicas empreendedoras têm vindo a evoluir positivamente, mas são ainda pouco qualificadas, e apesar de se ter registado uma ligeira melhoria na incorporação de fatores competitivos avançados por parte das empresas industriais, é ainda necessário alargar bastante a base empresarial que incorpora estes fatores competitivos.

Apesar de se registar nesta sub-região um crescimento do VAB, assim como uma melhoria dos níveis de produtividade, em convergência com o verificado para o País, verificou-se durante o período de 2011 e 2017 alguma estagnação na capacidade produtiva instalada, bem como uma redução no contributo para o VAB por parte das atividades com maior incorporação tecnológica e de conhecimento.

SUMÁRIO EXECUTIVO DA REVISITAÇÃO DA EIDT VISEU DÃO LAFÕES 2020

Turismo

Cumpra salientar algumas notas sobre os dados do turismo em Viseu Dão Lafões:

- Viseu Dão Lafões apresenta até 2019 uma performance turística muito positiva, representando cerca de 7% da atividade da Região Centro que concentra alguns dos principais polos turísticos nacionais;
- Verifica-se um aumento da centralidade turística de Viseu, que ultrapassou as 200.000 dormidas ano, o que o coloca numa posição de destaque quando comparado com cidades de igual dimensão em Portugal;
- Regista-se uma boa evolução do turismo nos concelhos com oferta termal, destacando-se São Pedro do Sul que continua a ser um dos principais polos nacionais nesta área;
- Viseu Dão Lafões tem uma grande dependência do mercado nacional, devendo-se trabalhar para equilibrar melhor a relação com o mercado estrangeiro, designadamente com o mercado transfronteiriço;
- Estados Unidos da América, Espanha e França são os principais mercados estrangeiros da região, o que merece uma reflexão para estratégias futuras de comunicação e estruturação da oferta.

Ambiente

Quando considerada comparativamente no contexto da Região do Centro, apesar do decréscimo registado entre 2011 e 2014, Viseu Dão Lafões está bem posicionado no que se refere à proporção de massas de água com bom estado / potencial ecológico.

Segundo o Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP) de 2019, mais de 93% dos municípios de Viseu Dão Lafões apresentam uma qualidade boa na acessibilidade física do serviço de água.

SUMÁRIO EXECUTIVO DA REVISITAÇÃO DA EIDT VISEU DÃO LAFÕES 2020

Quanto à recolha e tratamento dos Resíduos Sólidos Urbanos, e no que se refere à acessibilidade física ao serviço, Viseu Dão Lafões apresenta uma qualidade de serviço boa, já relativamente à percentagem de alojamentos com serviço de recolha seletiva por ecopontos e/ou porta a porta a avaliação dos serviços prestados evidencia existir uma margem de progresso significativa. (RASARP 2019)

Em termos de transição energética, a média de consumo de eletricidade por consumidor está, em Viseu Dão Lafões, abaixo dos valores nacionais. Já o perfil de consumo total de cada município apresenta grandes variações dependendo da respetiva estrutura da atividade económica. Os perfis de consumo de eletricidade do consumidor doméstico são mais uniformes, mas Viseu (maior município) apresenta valor mais elevado.

Prevenção de Riscos e Proteção Civil

A Região de Viseu Dão Lafões foi uma das mais afetadas pelos incêndios florestais ocorridos em outubro de 2017, os quais aconteceram num momento em que o país atravessava um período de seca prolongada, resultante do deficit de precipitação, em que o dispositivo operacional se encontrava parcialmente desmobilizado e que ocorre um fenómeno meteorológico extremo - Furacão Ophelia -, caracterizado por ventos muito fortes e secos e por valores da humidade relativa mínima do ar inferiores a 25%.

O conjunto dos incêndios ocorridos causou danos ambientais no património edificado e noutros bens materiais, numa escala nunca antes vista na região de Viseu Dão Lafões e tornaram ainda mais evidente a necessidade de fomentar o melhor conhecimento científico e técnico dos diversos e complexos problemas que se colocam na gestão dos incêndios florestais.

Paralelamente, as fatalidades registadas entre a população civil evidenciam a necessidade de se criar mais e melhor prevenção de incêndios, mais e melhores programas de sensibilização e de apoio à população, com vista a melhorar a sua segurança.

QUADRO REFERENCIAL DA ESTRATÉGIA VISEU DÃO LAFÕES 2030



INTRODUÇÃO

De acordo com a abordagem adotada, temos três níveis de definição estratégica que se consubstanciam nas seguintes componentes principais:

- no estabelecimento da **Visão** que expressa as aspirações da região de Viseu Dão Lafões no horizonte temporal de 2030, a qual expressa as ambições e as alavancas a serem assumidas e mobilizadas na construção do futuro deste território;
- nos novos **Desafios que se colocam a Viseu Dão Lafões** e como a região se propõe enfrentá-los;
- na adoção como Eixos de Intervenção, Domínios Prioritários, **Objetivos Estratégicos** e Linhas de Atuação que permitem concretizar a estratégia, garantindo o alinhamento e a coerência com as estratégias nacionais.

Estruturaram-se, desta forma, os elementos que sustentam o modelo de desenvolvimento que se pretende pôr em prática na região de Viseu Dão Lafões , tendo-se procurado garantir a coerência e consistência do quadro estratégico proposto, adequando as respetivas opções ao diagnóstico realizado e ao quadro estratégico de referência considerado (Estratégia Centro 2030, Estratégia Portugal 2030, PRR, e agendas Europeias).

Houve, igualmente, uma preocupação, ao nível do desenho da estratégia de intervenção, de privilegiar propostas abrangentes e sustentáveis, que articulem os recursos e competências do território, e que promovam complementaridades de intervenção, contribuindo assim para garantir maiores níveis de viabilidade e de eficácia na ação.

Tudo isto procurando sempre incorporar as principais aspirações dos agentes locais e regionais, no sentido de incentivar e alavancar uma ação conjunta que se revela vital na concretização e legitimação da estratégia a implementar em Viseu Dão Lafões.

VISÃO VISEU DÃO LAFÕES 2030

“Viseu Dão Lafões, território que se regenera com base numa oferta de qualidade de vida sustentável, cuidando do bem-estar dos seus cidadãos e potenciando a expressão das suas capacidades, identidade e ação colaborativa, integrando o urbano e o rural num mosaico territorial distintivo e harmonioso, e criando valor através da mobilização competitiva e circular dos seus recursos e ativos diferenciadores, reposicionando-se a diferentes escalas como um espaço de atração e de oportunidade no Centro de Portugal.”

Sistematizando, em 2030, a região de Viseu Dão Lafões surge regenerada e reposicionada, no contexto nacional e internacional, enquanto espaço de atração e de oportunidade, ao:

- cuidar do bem estar e segurança dos seus cidadãos e potenciar a expressão das suas capacidades e identidade;
- integrar o urbano e o rural num mosaico territorial único, distintivo e sustentável;
- criar valor através da mobilização competitiva e circular dos seus recursos e ativos diferenciadores.

1. REESTRUTURAR um território demográfica e socialmente sustentável.

2. REPOSICIONAR um território que se afirma competitivamente.

**Desafios
Estratégicos
Viseu Dão
Lafões 2030**

3. RECONFIGURAR um território que potencia a sua transição verde.

4. REFORÇAR os processos de governança e de ação colaborativa, em rede.

DESAFIO 1. REESTRUTURAR UM TERRITÓRIO DEMOGRÁFICA E SOCIALMENTE SUSTENTÁVEL

Confrontada com uma tendência sustentada de perda e envelhecimento populacional, à região de Viseu Dão Lafões impõe-se como incontornável o desafio do reequilíbrio demográfico. Tratar-se-á, no horizonte de 2030, de criar condições para o reforço da atratividade do território, quer no sentido da garantia de oportunidades profissionais e de vida para a sua população jovem, quer no sentido da atração de novos residentes, em especial famílias que na região possam encontrar a qualidade de vida que procuram e novas possibilidades de conciliação harmoniosa entre vida pessoal, vida familiar e vida profissional.

Enquanto território que valoriza e cuida, de forma atenta e próxima, do bem-estar dos seus cidadãos, Viseu Dão Lafões prosseguirá também, com renovada intensidade, a promoção do envelhecimento ativo e criará condições para a melhoria da prestação de cuidados pessoais e de saúde a pessoas idosas e outras pessoas dependentes, apoiando e capacitando os seus cuidadores e famílias e quebrando formas de isolamento físico e social, sem deixar de favorecer a permanência dos indivíduos e das famílias nos respetivos contextos domésticos e comunitários.

A articulação frutuosa entre as redes de cuidados formais e informais, promovendo a ampliação e generalização de boas práticas e propiciando a proximidade, a personalização e a qualificação da intervenção realizada no território, incluindo em áreas isoladas e de mais baixa densidade, é uma necessidade que recobre ao mesmo tempo o domínio da intervenção social e comunitária e os domínios da prevenção da doença e da promoção da saúde, em todas as suas vertentes. Este é, sem dúvida, um vetor crucial da sustentabilidade demográfica e social do território, pelo que será priorizado e robustecido no horizonte de 2030, em especial nas tão relevantes vertentes da promoção da saúde mental e comunitária.

DESAFIO 1. REESTRUTURAR UM TERRITÓRIO DEMOGRÁFICA E SOCIALMENTE SUSTENTÁVEL

O reforço da atratividade e da coesão social e territorial de Viseu Dão Lafões traduzir-se-á ainda na conceção e desenvolvimento de iniciativas, pensadas a uma escala intermunicipal, de resposta às necessidades sociais das famílias e de confrontação dos fatores de vulnerabilidade de grupos sociais específicos, em domínios prioritários como os do acesso à habitação e da integração social e comunitária de contextos residenciais segregados, da inclusão social, educativa e cultural de grupos vulneráveis, da promoção generalizada da literacia e de outras competências essenciais para a vida, incluindo as competências digitais, e da valorização da cidadania e da participação democrática.

São apostas que, em muitos casos, observam já, por parte do tecido social e institucional da região, respostas inovadoras que importa aprofundar, qualificar e disseminar, mas que, noutros casos, correspondem a desafios emergentes ou em franca transformação das respetivas manifestações e que, por isso, exigem soluções novas ou distintas das habitualmente mobilizadas, definidas com base em conhecimento detalhado e cientificamente informado acerca da realidade e promovidas através do trabalho coordenado e em rede, a uma escala verdadeiramente regional, com criatividade e com participação ativa e organizada das pessoas e comunidades.

Por depender do volume, qualidade e abrangência social das oportunidades que seja capaz de oferecer aos seus residentes, atuais e futuros, a reestruturação do território de Viseu Dão Lafões no sentido da consecução de índices mais elevados de sustentabilidade demográfica e social significará uma aposta fundamental e decisiva na educação e na promoção das competências de todos.

DESAFIO 1. REESTRUTURAR UM TERRITÓRIO DEMOGRÁFICA E SOCIALMENTE SUSTENTÁVEL

Tratar-se-á, aqui, de prosseguir e aprofundar o trabalho de promoção do sucesso escolar e educativo das gerações mais jovens, garantindo a elevação dos níveis de qualificação e a inserção socioprofissional bem-sucedida, no quadro de plena formação pessoal e cívica, mas também de reestruturar e renovar a intervenção educativa e formativa junto dos grupos sociais – jovens, certamente, mas também pessoas adultas e idosas – que têm ficado arredadas da participação educativa e formativa e, portanto, diminuídas no exercício da sua cidadania.

A lógica é a da convergência e da solidariedade intergeracional, bem como do foco nos grupos mais vulneráveis, visando garantir que em Viseu Dão Lafões ninguém fica realmente para trás, seja no caminho do acesso às qualificações e ao emprego, seja no caminho da vivência cidadã e da fruição do espaço público, da cultura e do conhecimento. Para além das competências específicas que as necessidades de desenvolvimento económico do território reclamam, e que se pretende que sejam desenvolvidas através de ofertas educativas e formativas cada vez mais ajustadas e identificadas com a procura regional, o pensamento crítico, as competências digitais, a gestão da informação, a gestão da mudança e da incerteza constituem, entre outras, áreas de competência que exigem o investimento na aprendizagem ao longo da vida e que devem, por isso, estar presentes na formação inicial e contínua de jovens e adultos.

Considerando a complexidade destes propósitos, também aqui se imporá o relevo dos processos de capacitação de agentes e instituições, o reforço da intencionalidade e da eficácia da cooperação institucional, potenciando o trabalho desenvolvido no passado recente na região, e a instituição de uma cultura de acompanhamento e avaliação da ação, enquanto condição de inovação e melhoria de resultados.

DESAFIO 2. **REPOSICIONAR UM** **TERRITÓRIO QUE SE** **AFIRMA** **COMPETITIVAMENTE**

Viseu Dão Lafões deverá abordar os desafios de transformação económica, que num horizonte de curto e médio prazo se colocam ao país e à União Europeia, como uma oportunidade única para se reposicionar de forma competitiva, considerando o alinhamento que os seus ativos territoriais e as dinâmicas e características da sua base empresarial apresentam, relativamente aos domínios de desenvolvimento empresarial que marcarão o novo quadro competitivo global.

De facto, considerando que no horizonte 2030 as questões relativas à promoção de uma economia mais circular, sustentável e de base digital marcarão os processos de desenvolvimento empresarial a implementar, a sub-região de Viseu Dão Lafões congrega um conjunto de recursos e produções locais (floresta, agroalimentar, turismo, indústrias criativas, ...) e de dinâmicas empresariais (clusters/fileiras produtivas ligadas ao automóvel, ao têxtil, à metalomecânica, à farmacêutica/saúde, à madeira, e aos serviços nas áreas das TIC) que apresentam um elevado potencial para induzir transformações e sustentar a promoção de novos processos competitivos na sua base produtiva, em linha com os principais domínios de oportunidade perspetivados no referido horizonte temporal.

Para tal, o desenvolvimento de processos inovadores de valorização circular desses recursos e produções, gerando oportunidades ao nível da transição ecológica e da bioeconomia e, por outro lado, a promoção de processos de reindustrialização, especialmente dos associados aos seus setores de atividade mais internacionalizados, nos quais as questões ligadas à indústria 4.0, à economia circular e à transformação digital se irão colocar como decisivas, deverão constituir domínios prioritários para a afirmação de novas

DESAFIO 2.

REPOSICIONAR UM TERRITÓRIO QUE SE AFIRMA COMPETITIVAMENTE

Perante este contexto, o esforço de qualificação competitiva que se colocará ao tecido empresarial de Viseu Dão Lafões será bastante exigente, sendo portanto necessário promover e sustentar dinâmicas mais sofisticadas e intervenções integradas, de natureza colaborativa, dirigidas quer às empresas e respetivos setores, quer aos diferentes agentes que integram o seu ecossistema de apoio empresarial, os quais deverão também qualificar as suas ofertas e ações.

Um fator adicional que será relevante no contexto deste desafio, diz respeito aos impactos induzidos pela recente situação pandémica na base empresarial de Viseu Dão Lafões, não sendo ainda verdadeiramente conhecidos os efeitos provocados pela mesma, quer em termos de encerramento de negócios, quebras de atividade, rutura de cadeias de produção, desemprego, etc.

Por outro lado, e de um ponto de vista mais positivo, esta situação permitirá não só conhecer melhor quais os domínios nos quais se sustenta/poderá sustentar a resiliência empresarial da sub-região, condição importante para saber quais as dimensões económicas que deverão ser consolidadas, mas permitirá também explorar algumas tendências que gradualmente se começam a afirmar no contexto pós-pandémico, como sejam as transformações no mundo do trabalho, mais suportado no digital, ou a procura de espaços fora dos espaços metropolitanos para o desenvolvimento de atividades empresariais e de trabalho, que poderão vir a gerar novas oportunidades para este território.

Este quadro prospetivo exigirá então intervenções ao nível dos seguintes domínios:

- **à necessidade de atração, fixação, qualificação e requalificação de Recursos Humanos, assim como à promoção de um maior espírito e capacidade empreendedora**, de forma a qualificar e transformar as oportunidades em novas iniciativas e formas de criação de valor;

DESAFIO 2.

REPOSICIONAR UM TERRITÓRIO QUE SE AFIRMA COMPETITIVAMENTE

- **à capacitação da sua base empresarial de Micro e PMEs e das respetivas estruturas de apoio**, para a ativação e dinamização de estratégias mais orientadas e sustentadas em fatores dinâmicos de competitividade, contribuindo para alargar a base de empresas inovadoras e exportadoras;
- **à consolidação e qualificação estratégica e operacional de práticas e dinâmicas colaborativas** em curso no território, que serão decisivas para alavancar plataformas empresariais de transformação e inovação, mais exigentes em termos de partilha de recursos, de I&D, e de ação coletiva;
- **à requalificação de infraestruturas e equipamentos de apoio**, no sentido de promover e facilitar a transição para a economia verde e digital, bem como para a neutralidade carbónica;
- **à ativação de uma estratégia de atração de investimentos sustentada na diferenciação competitiva do território**, nomeadamente no seu posicionamento, a nível da região Centro e do País, enquanto espaço de experimentação e acolhimento de novas oportunidades na economia verde e de novos modelos sustentáveis de valorização das produções locais.

DESAFIO 3. RECONFIGURAR UM TERRITÓRIO QUE POTENCIA A SUA TRANSIÇÃO VERDE

A transição verde incorpora vários tipos de atuações em vários sentidos:

- valorizar o capital natural e promover a conservação e qualificação dos ecossistemas e das paisagens, protegendo e qualificando os recursos, como a água, o solo e a biodiversidade;
- regenerar os recursos, passando dos fluxos lineares para os circulares, promovendo as intervenções no âmbito do desenvolvimento da economia verde, numa maior circularidade e numa aposta nas novas fontes de energia e numa maior eficiência energética;
- qualificar os espaços construídos, aumentando a eficiência energética no edificado, promovendo a mobilidade sustentável e uma maior eficiência no metabolismo urbano-rural;
- aumentar a resiliência socioecológica, face às mudanças demográficas e climáticas, antevendo e mitigando os seus efeitos, pois cada território tem capacidades e limites distintos;
- difundir uma mudança socioecológica em favor de uma maior justiça climática, assente em formas de consumo e em práticas mais sustentáveis, envolvendo os cidadãos e as comunidades territoriais.

As alterações climáticas e a escassez de recursos colocam em risco os territórios e exigem políticas e práticas que promovam a transição verde, assente em processos e resultados regenerativos, que valorizem socialmente e economicamente os espaços rurais.

DESAFIO 3. RECONFIGURAR UM TERRITÓRIO QUE POTENCIA A SUA TRANSIÇÃO VERDE

A manutenção e a conservação da funcionalidade dos ecossistemas depende da utilização sustentável e eficiente dos recursos pela sociedade e pela economia.

No contexto de Viseu Dão Lafões o seu capital natural deve ser assumido como um dos principais fatores diferenciadores e valorizadores do território. Os serviços ecossistémicos que prestam são fundamentais para a qualidade de vida das pessoas, mas também para gerar riqueza ou valor económico.

Neste âmbito, é fundamental melhorar o estado de conservação dos ecossistemas através da regeneração ecológica e do reforço de biodiversidade, garantindo o uso sustentável dos recursos naturais. Em termos biogeográficos e topográficos, Viseu Dão Lafões é particularmente vulnerável às mudanças climáticas, tendo de qualificar e promover a adaptação dos ecossistemas de forma a melhorar a resiliência dos territórios de floresta e garantir níveis de segurança e prevenção face aos incêndios florestais.

Por outro lado, dados os níveis de despovoamento de algumas áreas rurais, é fundamental apostar na conservação e na gestão sustentável desses territórios, pois os seus recursos constituem importantes fontes de riqueza local e incorporam capacidades de geração de novas oportunidades. Práticas agrícolas e sistemas alimentares sustentáveis devem articular-se com a valorização da paisagem, dos produtos e dos saberes locais.

DESAFIO 3. RECONFIGURAR UM TERRITÓRIO QUE POTENCIA A SUA TRANSIÇÃO VERDE

A transformação do modelo produtivo e a incorporação de um novo paradigma ambiental representam uma abertura para a transição ambiental, reorientando a economia, impulsionando a descarbonização e circularidade da água e dos resíduos. As áreas urbanas são grandes consumidoras de recursos e de intensidade energética e simultaneamente emissoras de poluentes e produtoras de resíduos, sendo por isso lugares prioritários nos processos de descarbonização e na dinamização da economia circular.

A economia circular oferece um modelo alternativo de funcionamento da economia, onde os produtos e materiais são mantidos, num maior tempo possível, reduzindo a necessidade de extração de recursos naturais e contribuindo ativamente para a regeneração de serviços ambientais.

Adoptar a circularidade é um desafio para a gestão dos recursos naturais. As organizações territoriais devem: potenciar as produções e os consumos de proximidade, fomentando as bacias agroalimentares e os mercados locais; a eficiência na captação, distribuição e consumo de água; a reutilização de efluentes e a diminuição dos desperdícios e a valorização dos resíduos.

A transição energética para a descarbonização é crucial, em matéria de melhoria da eficiência da sua utilização, na redução das perdas e em mudanças relativamente às fontes. A tecnologia também pode contribuir para territórios energeticamente mais ecológicos e com menor pobreza energética. É também fundamental intervenções em matéria de transportes e habitação, associadas a políticas públicas orientadas para a alteração de comportamentos e hábitos em matéria de consumo.

DESAFIO 4. **REFORÇAR OS** **PROCESSOS DE** **GOVERNANÇA E** **DE AÇÃO** **COLABORATIVA**

É hoje reconhecido, de forma generalizada, que a qualidade da governação constitui um fator determinante do processo e da capacidade de desenvolvimento dos territórios e das regiões.

Territórios que apresentam melhores índices de qualidade de governação são, normalmente, mais resilientes, mais desenvolvidos, mais produtivos e oferecem melhor qualidade de vida aos seus habitantes.

Inerentes à qualidade de governação dos territórios encontram-se fatores como a participação e o envolvimento dos cidadãos e das instituições nos processos de planeamento e de tomada de decisão, a transparência, o trabalho em rede e a capacidade de cocriação e de operacionalização partilhada de soluções e ações coletivas para resolver os desafios com que os territórios estão confrontados.

As Comunidades Intermunicipais são hoje atores incontornáveis nos espaços sub-regionais ao corporizarem e darem conteúdo à cooperação entre Municípios, mas, também, como catalisadores de redes institucionais alargadas, cuja importância estratégica para a promoção do desenvolvimento económico, cultural, social e ambiental e para a afirmação regional, não é demais sublinhar.

Por seu turno, o planeamento, a gestão e a execução dos fundos estruturais constituem um vetor que tem vindo a ganhar uma importância crescente na ação das entidades intermunicipais que se assumem como centros de racionalidade estratégica supramunicipal e instrumentos da sua operacionalização.

DESAFIO 4. **REFORÇAR OS** **PROCESSOS DE** **GOVERNANÇA E** **DE AÇÃO** **COLABORATIVA**

Será, assim, importante reconhecer e consolidar a escala NUTS III como referencial territorial para o planeamento e concretização dos FEEL bem como criar condições para o aprofundamento das experiências de governação assentes no trabalho em rede e nas plataformas colaborativas desenvolvidas no decurso do atual período de programação.

É, também, fundamental assegurar que o planeamento e a preparação das diferentes abordagens territoriais com incidência no território, designadamente no âmbito do desenvolvimento rural, e devidamente articulado à escala NUTS III pela Comunidades Intermunicipal, por forma a garantir a coerência, a eficácia e eficiência das intervenções, evitando redundâncias e sobreposições na ação.

Por outro lado, à escala NUTS II o planeamento e a gestão dos FEEL deverão contar com o reforço do papel, da participação e do envolvimento ativo da CIM Viseu Dão Lafões nos processos e nas instâncias de decisão relacionados com a preparação, negociação, programação e gestão do próximo programa operacional regional. Neste contexto, é importante reforçar a participação das Comunidades Intermunicipais nas instâncias de decisão, consulta e acompanhamento, durante o período de programação 2021-2027, materializando assim a descentralização de competências neste domínio.

Tendo presente que o investimento público em Portugal é praticamente sinónimo de FEEL – Fundos Europeus Estruturais de Investimento –, a estratégia e, sobretudo, o modelo de governação a adotar e alocação de recursos que suportarão o investimento a realizar não poderão deixar de ter presente o processo de descentralização e a devolução de competências aos Municípios e às Comunidades Intermunicipais, cujo aprofundamento e alargamento se perspetiva no futuro próximo.

DESAFIO 4.

REFORÇAR OS PROCESSOS DE GOVERNANÇA E DE AÇÃO COLABORATIVA

É, ainda, importante realçar a necessidade de ter em consideração o processo de descentralização de competências já iniciado e que veio introduzir alterações ao reforçar o papel dos Municípios e das Comunidades Intermunicipais dotando-os de competências específicas, em alguns casos próprias, em numerosas áreas de política pública para além da gestão dos fundos estruturais, nomeadamente: Educação, Ensino e Formação Profissional; Ação Social; Saúde; Proteção Civil; Justiça; Promoção Turística; Captação de investimentos; Transportes.

Em suma, os instrumentos de financiamento de apoio ao desenvolvimento regional, devem atender e viabilizar o imperativo nacional da descentralização através do apoio ao investimento a realizar no exercício das competências transferidas para os Municípios e para as Comunidades Intermunicipais.

Partindo da experiência desenvolvida ao longo de um percurso de mais de uma década, no horizonte 2030 as respostas da região de Viseu Dão Lafões ao desafio da governação, nas suas múltiplas incidências e facetas, passam por:

- Assumir e reforçar a centralidade da CIM Viseu Dão Lafões enquanto instituição que à escala NUTS III é responsável e capaz de:
- Catalisar o processo de desenvolvimento ao delinear missões, alcançar compromissos, planear, operacionalizar, estimular a ação, monitorizar e avaliar as dinâmicas territoriais de uma forma ágil;

DESAFIO 4.

REFORÇAR OS PROCESSOS DE GOVERNANÇA E DE AÇÃO COLABORATIVA

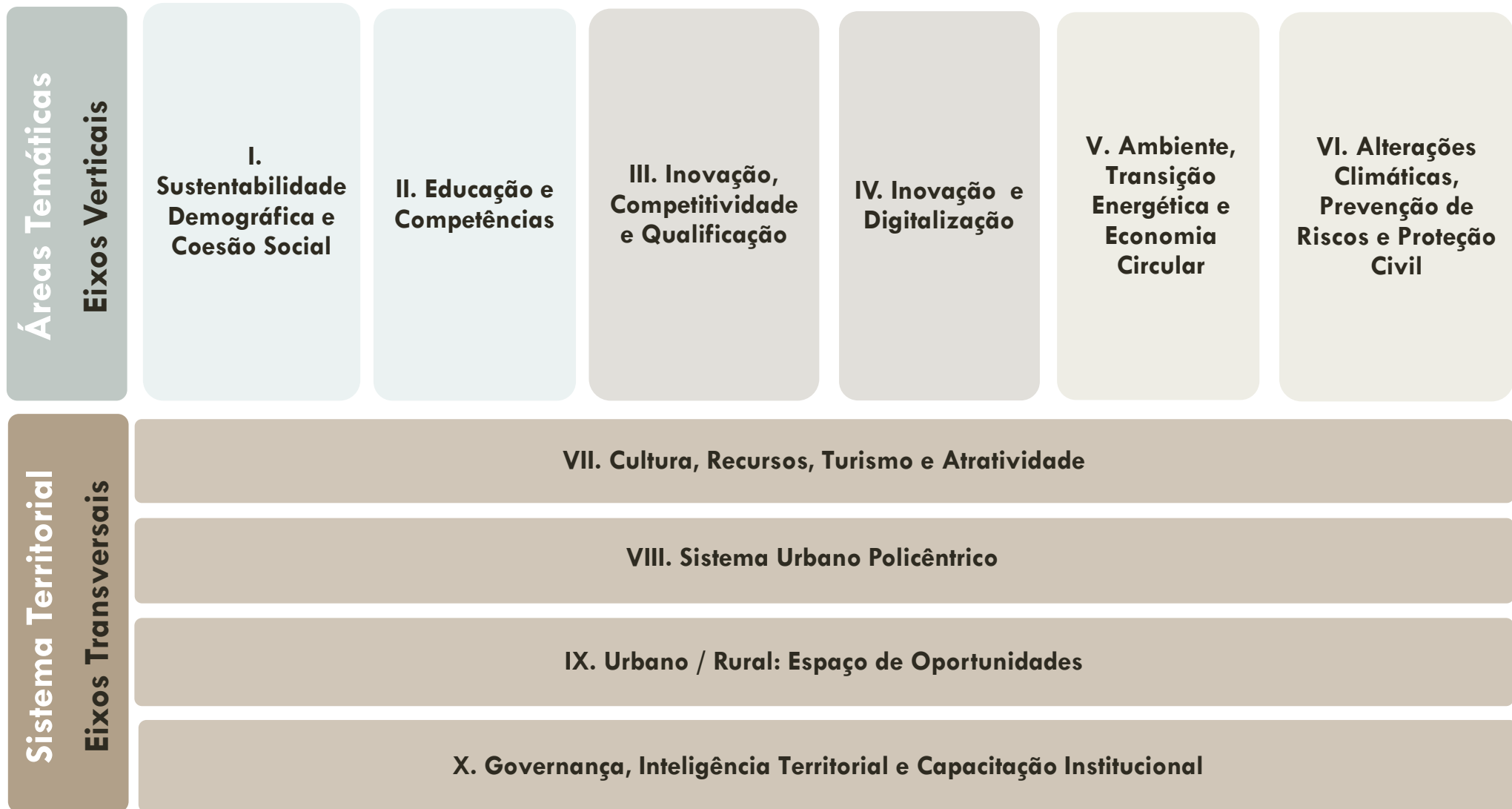
- Constituir o núcleo central do sistema de inteligência territorial, em que participam múltiplas entidades e que assenta numa infraestrutura digital, ao concentrar a memória, o conhecimento, os relacionamentos e a imaginação suscetíveis de apoiar a decisão e conceber novas soluções;
- Congregar em si a programação, a articulação e a gestão dos Fundos Europeus de Investimento, em particular compatibilizar e potenciar os resultados das operações integradas de base territorial com incidência na NUTS III dinamizadas por diversos agentes nos domínios da política de cidades, do desenvolvimento rural, da coesão social, etc.;
- Liderar o processo de internacionalização da região, nomeadamente através da integração ativa em redes de cooperação nacionais, transfronteiriças e transnacionais;
- Nutrir, fortalecer e tornar mais resiliente o ecossistema institucional de Viseu Dão Lafões, recorrendo, quando oportuno, a relacionamentos externos de geometria variável, por forma a capacitar para a operacionalização e concretização das estratégias e dos projetos, incluindo aqui as instituições de ensino superior, as associações públicas e privadas, os organismos da administração central, a iniciativa privada e as empresas.
- Promover e estimular a iniciativa cidadã através da conceção e experimentação de projetos piloto que contribuam para aprofundar a participação na vida pública local e assim contribuir para a confiança na democracia local.

ROADMAP PARA A AÇÃO

VISEU DÃO LAFÕES 2030



Roadmap para a Ação Viseu Dão Lafões 2030



ARQUITETURA DO ROADMAP PARA A AÇÃO VISEU DÃO LAFÕES 2030



Eixos de Intervenção Viseu Dão Lafões 2030

Domínios Prioritários Viseu Dão Lafões 2030

I. Sustentabilidade Demográfica e Coesão Social	II. Educação e Competências	III. Inovação, Competitividade e Qualificação	IV. Inovação e Digitalização	V. Ambiente, Transição Energética e Economia Circular	VI. Alterações Climáticas, Prevenção de Riscos e Proteção Civil	VII. Cultura, Recursos, Turismo e Atratividade	VIII. Sistema Urbano Policêntrico	IX. Urbano / Rural: Espaço de Oportunidades	X. Governança Inteligência Territorial e Capacitação Institucional
Envelhecimento Ativo e Qualidade de Vida das Pessoas Idosas e suas Famílias	Sucesso educativo e competências da População	Contexto Competitivo e Performance Empresarial	Inovação e Digitalização	Ciclo Urbano da Água	Capital Natural	Cultura e recursos patrimoniais	Regeneração Urbana	Sistemas Socio-Ecológicos	Governança, Inteligência Territorial e Capacitação Institucional
Reequilíbrio Demográfico e Qualidade de Vida	Cultura e Cidadania	Dinâmicas Empreendedoras e diferenciação sustentável do território		Resíduos Sólidos e Economia Circular	Alterações Climáticas, Prevenção e Mitigação de Riscos	Turismo e território	Serviços de Interesse Geral	Longevidad e e sistemas intergeracionais	
Inclusão Social, Dinamização Comunitária e Cidadania	Cooperação e Gestão de Competências	Aprendizagem ao Longo da Vida, (RE)Qualificação Profissional e empregabilidade		Transição Energética			Mobilidade Sustentável e Inteligente	Novas oportunidades para a próxima geração	
Saúde								Pactos Rurais e Urbanos Intermunicipais e Regionais	
Habitação e integração territorial e social									
Inovação social e organizacional, trabalho em rede e qualificação da intervenção									

EIXOS TEMÁTICOS VERTICAIS



I. SUSTENTABILIDADE DEMOGRÁFICA E COESÃO SOCIAL



ENVELHECIMENTO ATIVO E QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS

A identificação deste domínio enquanto prioridade de ação em matéria de promoção da sustentabilidade demográfica e da coesão social no território de Viseu Dão Lafões significa sublinhar a relevância da resposta aos desafios que hoje impõe o cuidado de pessoas idosas e de pessoas dependentes, a importância do favorecimento da respetiva permanência nos contextos domésticos e de vida quotidiana – sublinhada pelos contornos e efeitos da pandemia da COVID-19 – e o significado que esse propósito pode ter no reforço da vida comunitária e da coesão territorial. Trata-se, ainda, de reconhecer o papel e de capacitar a ação das famílias e dos/as cuidadores/as, incentivando formas de articulação frutuosa entre as redes de cuidados formais e informais, promovendo a ampliação e generalização de boas práticas e propiciando a proximidade, a personalização e a qualificação da intervenção realizada no território, incluindo em áreas isoladas e de mais baixa densidade.

DOMÍNIO PRIORITÁRIO ENVELHECIMENTO ATIVO E QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS

I - Sustentabilidade Demográfica e Coesão Social

Objetivos Estratégicos

Linhas de Ação

OE1. Melhorar a qualidade de vida de pessoas idosas e de pessoas dependentes, bem como das suas famílias e seus/suas cuidadores/as, favorecendo a autonomia, o envelhecimento ativo e saudável e a participação social e comunitária.

LA1. Aprofundamento e generalização de soluções ágeis, integradas, flexíveis e técnica e tecnologicamente evoluídas de prestação de serviços junto de pessoas idosas e de pessoas dependentes, orientadas para o favorecimento da sua permanência no contexto residencial e comunitário.

LA2. Informação, sensibilização e desenvolvimento de modalidades inovadoras de apoio psicossocial junto de pessoas idosas, pessoas dependentes e suas famílias e cuidadores/as.

LA3. Desenvolvimento de programas de formação de competências essenciais para a vida, com viés intergeracional e foco na promoção das competências de literacia e das competências digitais.

OE2. Reconhecer, valorizar e qualificar o papel e ação dos/as cuidadores/as formais e informais de pessoas idosas e de pessoas dependentes.

LA4. Identificação, referenciação, caracterização e capacitação de cuidadores/as informais e familiares, incluindo em processos articulados com a formação e capacitação dos profissionais do cuidado.

REEQUILÍBRIO DEMOGRÁFICO E QUALIDADE DE VIDA DAS FAMÍLIAS

A perda e envelhecimento populacionais que Viseu Dão Lafões tem observado fazem do reforço da atratividade do território um elemento fundamental do processo de reequilíbrio da estrutura demográfica regional. Para tal, Viseu Dão Lafões deve ser capaz de se afirmar como espaço que estimula novas procuras residenciais e que recebe e integra as famílias que decidam instalar-se na região, oferecendo-lhes elevados padrões de qualidade de vida, assentes, designadamente, na provisão de oportunidades de conciliação harmoniosa entre vida pessoal, vida familiar e vida profissional.

**DOMÍNIO
PRIORITÁRIO
REEQUILÍBRIO
DEMOGRÁFICO E
QUALIDADE DE
VIDA DAS
FAMÍLIAS**

I - Sustentabilidade Demográfica e Coesão Social

Objetivos Estratégicos

Linhas de Ação

OE3. Capacitar as famílias e favorecer a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar.

LA5. Capacitação das famílias e promoção de modalidades inovadoras de apoio à parentalidade e de acompanhamento social e intervenção familiar

LA6. Conceção e implementação de projetos-piloto no domínio da conciliação vida familiar-vida profissional

OE4. Reforçar a atratividade do território e promover a instalação de novos residentes.

LA7. Desenvolvimento de um programa de promoção do território e dinamização da atratividade residencial.

INCLUSÃO SOCIAL, DINAMIZAÇÃO COMUNITÁRIA E CIDADANIA

Este domínio prioritário de ação pretende ser um espaço de construção de respostas a um conjunto de desafios diversificados que a confrontação dos fatores de vulnerabilidade de diversas famílias e grupos sociais específicos e a promoção da coesão social hoje colocam a Viseu Dão Lafões. São desafios que remetem ora para a inclusão de pessoas com deficiência, ora para a promoção da igualdade de género e o combate à violência, ora para a integração de minorias étnicas e outros grupos marginalizados. Em certos casos, estamos perante desafios que observam já, por parte do tecido institucional da região, respostas inovadoras que importa aprofundar, qualificar e disseminar; noutros casos, trata-se de desafios emergentes ou em franca transformação dos processos sociais que lhes subjazem e das respetivas manifestações, e que, por isso, exigem respostas novas ou respostas distintas das habitualmente mobilizadas.

DOMÍNIO PRIORITÁRIO INCLUSÃO SOCIAL, DINAMIZAÇÃO COMUNITÁRIA E CIDADANIA

I - Sustentabilidade Demográfica e Coesão Social

Objetivos Estratégicos

Linhas de Ação

OE5. Promover a inclusão social e melhorar a qualidade de vida e o bem-estar de pessoas com deficiência e suas famílias e cuidadores/as.

LA8. Instalação e alargamento da ação de serviços especializados de intervenção socioeducativa em contexto comunitário de pessoas com deficiência ou outras limitações.

LA9. Desenvolvimento de programas inclusivos de promoção desportiva, bem como de ocupação de tempos livres, incluindo iniciativas direcionadas para a formação cívica e a prevenção de riscos

OE6. Dinamizar a prevenção e a confrontação da violência doméstica e de género.

LA10. Promoção de iniciativas de prevenção, informação e sensibilização e de formas de apoio técnico e logístico para consolidação ou criação de intervenções com vítimas e agressores.

OE7. Promover a diversidade social e cultural, a inclusão de minorias e o reforço do tecido associativo, da vida comunitária e dos valores da cidadania.

LA11. Desenvolvimento de iniciativas de educação para a cidadania e de promoção da interculturalidade e promoção social e cultural de minorias étnicas e grupos vulneráveis, incluindo a formação e capacitação no domínio da mediação intercultural.

SAÚDE

Enquanto domínio prioritário de ação em prol da coesão social e da qualidade de vida em Viseu Dão Lafões, a promoção da saúde impõe a conceção e mobilização de formas de atuação capazes de visar simultaneamente a produção de conhecimento detalhado e cientificamente informado sobre a realidade, a promoção do trabalho em rede e da coordenação entre os diversos agentes e instituições que operam neste domínio e o desenvolvimento de modalidades integradas, multidisciplinares e inovadoras de intervenção, conjugando prevenção da doença com ações de promoção da saúde em contexto comunitário, e considerando um trabalho de grande proximidade, em especial em áreas de mais baixa densidade. Em contexto pandémico e pós-pandémico, uma ação coordenada, territorializada e adequadamente comunicada revelar-se-á particularmente efetiva. Um foco fundamental da ação incidirá sobre a promoção da saúde mental, garantindo a ligação à comunidade, para assim favorecer a acessibilidade e possibilitar uma melhor articulação com os cuidados primários de saúde e com os serviços sociais, assegurando o envolvimento e a participação ativa das pessoas com desafios de saúde mental e suas famílias na construção das respostas que lhes são dirigidas.

DOMÍNIO PRIORITÁRIO SAÚDE

I - Sustentabilidade Demográfica e Coesão Social

Objetivos Estratégicos

Linhas de Ação

OE8. Prevenir a doença e promover estilos de vida saudáveis.

LA12. Desenvolvimento de um programa comunitário de promoção da saúde e de hábitos e estilos de vida saudáveis.

LA13. Criação e reabilitação de espaços públicos inclusivos equipados para a prática desportiva e atividades de lazer.

OE9. Melhorar a condição e a qualidade de vida de pessoas com desafios em matéria de saúde mental.

LA14. Desenvolvimento de modalidades inovadoras de acompanhamento próximo, promoção da saúde e apoio psicossocial junto de pessoas com desafios de saúde mental e suas famílias e cuidadores/as.

OE10. Fomentar a produção e difusão de conhecimento científico sobre doença e saúde, favorecendo, designadamente, a prevenção em saúde mental e comunitária.

LA15. Qualificação e aprofundamento do diagnóstico da realidade e constituição de mecanismos de concertação e atuação intersetorial, visando a adaptação da prestação de cuidados aos desafios da estrutura demográfica.

LA16. Promoção de modalidades inovadoras de prevenção e promoção da saúde mental e comunitária, incluindo ações de informação e sensibilização e ações de educação para a saúde

HABITAÇÃO E INTEGRAÇÃO TERRITORIAL E SOCIAL

A persistência de carências habitacionais de monta, bem como de espaços residenciais e contextos comunitários segregados e estigmatizados, impõe a relevância deste domínio de atuação, que significará a assunção de uma preocupação regional com a aferição das necessidades habitacionais das famílias e a coordenação de iniciativas, de cariz material e imaterial, visando colmatar carências e promover a integração territorial e social daqueles espaços e contextos.

DOMÍNIO PRIORITÁRIO ACESSO À HABITAÇÃO E INTEGRAÇÃO TERRITORIAL E SOCIAL

I - Sustentabilidade Demográfica e Coesão Social

Objetivos Estratégicos

Linhas de Ação

OE11. Promover o acesso à habitação e a qualidade dos alojamentos.

LA17. Desenvolvimento de um plano intermunicipal para a monitorização das necessidades habitacionais e o reforço do acesso à habitação.

LA18. Criação de iniciativas de promoção da eficiência energética e do conforto habitacional.

OE12. Favorecer a integração dos contextos habitacionais e seus residentes, combatendo a segregação territorial e a marginalização social.

LA19. Criação de um plano intermunicipal de integração urbana, revalorização social e promoção comunitária de espaços habitacionais segregados e seus residentes.

INOVAÇÃO SOCIAL E ORGANIZACIONAL, TRABALHO EM REDE E QUALIFICAÇÃO DA INTERVENÇÃO

Uma aposta estratégica na promoção da sustentabilidade demográfica e da coesão social em Viseu Dão Lafões não pode dispensar o desenvolvimento das estruturas e ferramentas mais adequadas ao reforço da articulação e da cooperação interinstitucional e à indução e desenvolvimento de formas de inovação organizacional e programática que favoreçam a capacitação dos agentes, a qualificação dos recursos disponíveis e das formas de intervenção mobilizadas e a participação ativa das pessoas e comunidades na conceção e operacionalização das iniciativas.

DOMÍNIO PRIORITÁRIO INOVAÇÃO SOCIAL E ORGANIZACIONAL, TRABALHO EM REDE E QUALIFICAÇÃO DA INTERVENÇÃO

I - Sustentabilidade Demográfica e Coesão Social

Objetivos Estratégicos

Linhas de Ação

OE13. Aprofundar os mecanismos e ferramentas de diálogo e concertação interinstitucional

LA20. Prossecução e aprofundamento do trabalho de articulação e concertação interinstitucional desenvolvido no quadro da Rede da Coesão Social de Viseu Dão Lafões.

LA21. Integração das modalidades de diagnóstico e planeamento social, com desenvolvimento de perspetivas de atuação e processos de tomada de decisão de âmbito supramunicipal.

OE14. Promover o empreendedorismo e a inovação social e organizacional

LA22. Formação e capacitação de líderes institucionais e de chefias intermédias e quadros técnicos.

LA23. Reforço de processos de formação para o empreendedorismo social e de capacitação e atração de empreendedores.

LA24. Criação de Centro Intermunicipal de Inovação Social, para conceção, coordenação e desenvolvimento de programas e iniciativas naquele âmbito.

OE15. Apoiar a modernização e simplificação administrativa, a harmonização, integração e digitalização de processos e o aprofundamento da participação

LA25. Promoção de formas inovadoras de design de serviço e de modalidades de simplificação administrativa e de digitalização de formas de comunicação e de processos, no domínio da intervenção em saúde e social.

LA26. Experimentação de processos dinâmicos, participados e descentralizados de conceção, monitorização e avaliação de respostas e modalidades de intervenção em saúde e social.

II. EDUCAÇÃO E COMPETÊNCIAS



SUCESSO EDUCATIVO E COMPETÊNCIAS DA POPULAÇÃO

Neste domínio prioritário, privilegiar-se-á a promoção do sucesso escolar, medido pela evolução positiva dos resultados escolares e dos níveis de qualificação, o papel da educação não formal no sucesso escolar e na formação integral de crianças e jovens e a promoção das competências de literacia, e de outras competências essenciais, designadamente digitais, das pessoas adultas. A diferenciação de percursos escolares, o suporte de equipas de técnicos especializados, o trabalho colaborativo nas escolas, a inovação das práticas pedagógicas, a intencionalidade pedagógica das atividades de educação não formal e a valorização da escola e da escolarização configuram, entre outros, aspetos cruciais da intervenção a prosseguir. A provisão de respostas inovadoras, concebidas a uma escala intermunicipal, de recuperação de jovens para percursos de qualificação e de favorecimento da participação educativa dos adultos, com vista quer ao reforço da sua empregabilidade, quer à promoção de oportunidades de participação social e cívica, constituem objetivos estratégicos neste âmbito.

DOMÍNIO PRIORITÁRIO SUCESSO EDUCATIVO E COMPETÊNCIAS DA POPULAÇÃO

II – Educação e Competências

Objetivos Estratégicos Linhas de Ação

OE1. Aumentar o sucesso escolar e a formação integral das crianças e jovens

LA1. Reforço e alargamento das modalidades de intervenção precoce, e preventiva, junto da primeira infância.

LA2. Desenvolvimento de percursos educativos e ofertas diferenciadas (no nível básico e secundário) para resposta a necessidades e perfis de alunos diferenciados.

LA3. Manutenção das equipas de técnicos especializados/equipas multidisciplinares no território, em cooperação com as escolas, investindo de forma continuada e estruturada na sua capacitação, na divulgação de boas práticas e de resultados.

LA4. Reforço e alargamento, aos diferentes grupos de população escolar, da orientação vocacional e do apoio às escolhas de percursos e à construção de projetos de vida.

LA5. Reforço da complementaridade entre projetos municipais e intermunicipais e projetos das escolas, assegurando, nomeadamente, mais qualidade e intencionalidade da educação não formal (atividades orientadas por objetivos pedagógicos; distinção entre atividades de tempos livres e atividades de suporte à melhoria dos resultados escolares).

LA6. Prossecução de projetos intermunicipais focados nas competências transversais associadas ao sucesso escolar em diferentes ciclos de ensino (empreendedorismo, aprendizagem experimental, formação cívica, ambiente, etc.).

LA7. Desenvolvimento de programa de valorização da escola, dos contextos de aprendizagem e dos cursos das diferentes modalidades e níveis.

DOMÍNIO PRIORITÁRIO SUCESSO EDUCATIVO E COMPETÊNCIAS DA POPULAÇÃO

II – Educação e Competências

Objetivos Estratégicos

Linhas de Ação

OE2. Promover a empregabilidade e a inclusão socioprofissional de grupos vulneráveis

LA8. Dinamização de um programa de mobilização de jovens que abandonaram precocemente a escola para projetos educativos e formativos.

LA9. Desenvolvimento de iniciativas de apoio social e à mobilidade que assegurem o acesso da população mais vulnerável e/ou mais isolada a ofertas e percursos educativos e formativos, visando o reforço da sua empregabilidade.

OE3. Aumentar os níveis de qualificação e de competências, designadamente digitais, da população adulta

LA10. Desenvolvimento de plano intermunicipal de promoção e coordenação de iniciativas locais de educação básica e promoção da literacia de pessoas adultas.

LA11. Conceção e implementação de ofertas de educação-formação para adultos (ativos empregados e desempregados) ajustadas ao perfil e necessidades dos públicos-alvo, em parceria e capitalizando experiências já desenvolvidas.

LA12. Conceção e dinamização de um programa de promoção de competências digitais dirigido à população residente menos escolarizada e mais vulnerável.

CULTURA E CIDADANIA

O reconhecimento do papel da arte e da cultura no desenvolvimento de competências, desde logo, mas sobretudo na democratização do acesso ao conhecimento e no reforço da vivência do espaço público e da cidadania está na base da definição deste domínio prioritário, que visa colocar as práticas culturais e artísticas ao serviço da integração de grupos vulneráveis, da coesão social e territorial, de valorização do património material e imaterial da região e do reforço do sentimento de pertença à comunidade, tão relevante naquela que será a realidade pós-pandemia da COVID-19.

DOMÍNIO PRIORITÁRIO CULTURA E CIDADANIA

II – Educação e Competências

Objetivos Estratégicos

Linhas de Ação

OE4. Promover a cultura como fator de cidadania e ferramenta de promoção de competências e de integração social e comunitária

LA13. Desenvolvimento de projeto intermunicipal inovador de promoção de práticas culturais e artísticas que desenvolvam competências, numa lógica de educação não formal, garantam o acesso democrático à cultura e à arte e contribuam para aumentar a coesão social, a participação cidadã e os sentimentos de pertença à comunidade.

COOPERAÇÃO E GESTÃO DE COMPETÊNCIAS

Este domínio prioritário de atuação é instrumental na consecução da estratégia global para a região em matéria de educação e competências. Integram-se aqui objetivos e linhas de ação centrados: i) na capacitação de pessoas e entidades, apostando em programas regionais direcionados para áreas diversas e para diferentes públicos, nomeadamente no que respeita ao desenvolvimento de competências associadas à aprendizagem contínua, à gestão de processos de mudança e à inovação; ii) no reforço da intencionalidade e da eficácia da cooperação institucional, potenciando e conferindo um foco acrescido ao trabalho desenvolvido no passado recente nas redes de cooperação institucional criadas em Viseu Dão Lafões; iii) no acompanhamento e avaliação dos projetos e ações educativas e formativas, enquanto condições de melhoria de resultados e produção de inovação em matéria de educação, formação e desenvolvimento de competências.

DOMÍNIO PRIORITÁRIO COOPERAÇÃO E GESTÃO DE COMPETÊNCIAS

II – Educação e Competências

Objetivos Estratégicos

Linhas de Ação

OE5. Capacitar para a ação e reforçar redes de partilha de conhecimento e de competências

OE6. Assegurar um sistema de acompanhamento e de monitorização de projetos e polos de competências

LA14. Proseccução, com reforço de estruturação e foco, das redes de cooperação institucional em funcionamento no território.

LA15. Programa de partilha de boas práticas de trabalho e de cooperação no domínio dos resultados escolares, incluindo criação de um modelo de marketing e comunicação dos projetos.

LA16. Programa de enquadramento e capacitação de pessoal não docente.

LA17. Mapeamento de projetos em curso, previstos e concluídos nos últimos dois anos e disponibilização numa plataforma gerida pela CIM, incluindo nesta indicadores-chave que permitam o acompanhamento e a monitorização dos projetos por parte dos parceiros e da comunidade.

LA18. Desenvolvimento de processos de monitorização e avaliação do impacto real dos projetos do PPSE no processo de aprendizagem dos alunos.

III. INOVAÇÃO, COMPETITIVIDADE E QUALIFICAÇÃO



CONTEXTO COMPETITIVO E PERFORMANCE EMPRESARIAL

Este domínio prioritário incorpora uma abordagem sistémica à promoção da competitividade empresarial em Viseu Dão Lafões, incidindo portanto em diferentes níveis e em diversas dimensões que se revelam essenciais para facilitar e concretizar a mesma. Desta feita, são consideradas intervenções direcionadas para a qualificação do ecossistema de apoio empresarial, visando criar condições para que o contexto no qual as empresas atuam facilite condições favoráveis ao desenvolvimento dos seus negócios; e, por outro lado, privilegiam-se iniciativas direcionadas para a promoção da I&D+i junto da base empresarial da sub-região, quer no que respeita à exploração de recursos e competências complementares às dinâmicas de inovação endógenas, quer também na promoção de uma maior capacidade de absorção de inovação por parte de um maior número de empresas, dando-se particular importância aos domínios da Economia Circular, da Transformação Digital e da Indústria 4.0 sempre no quadro das oportunidades a explorar no âmbito da estratégia de especialização inteligente regional.

DOMÍNIO PRIORITÁRIO CONTEXTO COMPETITIVO E PERFORMANCE EMPRESARIAL

III – Inovação, Competitividade e Qualificação

Objetivos Estratégicos

Linhas de Ação

**OE1. Promover o Ecosistema
Competitivo e o Esforço de
Inovação do Tecido Competitivo
Local**

LA1. Estabelecimento de processos de governança e monitorização sub-regional de Competitividade Empresarial e Territorial, potenciadores da atratividade de Viseu Dão Lafões

LA2. Fomento da capacitação para a liderança empresarial e para a inovação, focada na qualificação, networking e exploração de oportunidades de negócio, dirigida para empresas locais e para o tecido associativo empresarial

LA3. Promoção de Dinâmicas de Investigação & Inovação Colaborativa para a Reindustrialização, articulando instituições de I&D de referência a nível nacional e/ou setorial, com Instituições de I&I de Viseu Dão Lafões e os principais clusters territoriais;

LA4. Ativação da intermediação e brokerage de inovação, destinadas a incentivar e articular procuras empresariais com ofertas de Conhecimento e Inovação no território;

LA5. Continuação da exploração de oportunidades empresariais em torno dos principais domínios de variedade relacionada, no contexto da RIS3 Centro

**DOMÍNIO
PRIORITÁRIO
CONTEXTO
COMPETITIVO E
PERFORMANCE
EMPRESARIAL**

III – Inovação, Competitividade e Qualificação

Objetivos Estratégicos

Linhas de Ação

**OE2. Ativar e potenciar a
transição para uma economia
mais sustentável**

LA6. Sensibilização e apoio ao desenvolvimento empresarial nos domínios da Indústria 4.0, da Economia Circular e da Transformação Digital

LA7. Facilitação de processos e plataformas de apoio ao desenvolvimento de negócios nos domínios da Indústria 4.0, da Economia Circular e da Transformação Digital

LA8. Requalificação do Acolhimento Empresarial do Território para promover e facilitar processos de descarbonização industrial

LA9. Dinamização de plataforma para a valorização de resíduos, subprodutos e simbioses industriais nas principais fileiras produtivas do território

DINÂMICAS EMPREENDEDORAS E DIFERENCIAÇÃO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO

No sentido de promover níveis acrescidos de resiliência económica em Viseu Dão Lafões, sobretudo a partir da geração de uma maior capacidade de criação de riqueza e de fixação e atração de talento com base na incorporação e transformação de recursos e ativos locais, este domínio prioritário centra-se na promoção da cultura e das competências empreendedoras no território, dando sequência ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, e procurando agora qualificar e articular respostas e soluções a disponibilizar, assim como criar e apoiar processos inovadores de valorização de produções locais.

**DOMÍNIO
PRIORITÁRIO
DINÂMICAS
EMPREENDEDORAS
E DIFERENCIAÇÃO
SUSTENTÁVEL DO
TERRITÓRIO**

III – Inovação, Competitividade e Qualificação

Objetivos Estratégicos

Linhas de Ação

**OE3. Reforçar a aposta
no Empreendedorismo e
na Valorização do
Potencial Endógeno**

LA10. Reforço dos processos de educação para o empreendedorismo e da capacitação e atração de empreendedores

LA11. Qualificação, articulação e consolidação da rede de incubação de empresas do território

LA12. Criação e apoio a processos de valorização das produções locais e de inovação ao nível dos seus canais de comercialização e distribuição

APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA, (RE)QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGABILIDADE

No domínio da aprendizagem ao longo da vida, (re)qualificação profissional e empregabilidade, e em articulação com os propósitos de modernização e reforço da produtividade e da competitividade económica da região, integram-se objetivos estratégicos remetendo para três planos centrais de atuação: i) a melhoria, e generalização, de oportunidades de acesso à educação, à formação e à aprendizagem ao longo da vida, para os diversos grupos da população; ii) a inovação, valorização e aumento das ofertas de educação-formação de jovens, nomeadamente das ofertas de dupla certificação, bem como da oferta de formação contínua de ativos, garantindo respostas às especificidades do território e do respetivo tecido empregador; e iii) a constituição de novas ofertas formativas para ativos, incluindo modalidades de requalificação profissional, visando melhorar a resposta às solicitações de setores de atividade estratégicos na região.

DOMÍNIO PRIORITÁRIO APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA, (RE)QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGABILIDADE

III – Inovação, Competitividade e Qualificação

Objetivos Estratégicos

Linhas de Ação

OE4. Assegurar oportunidades e maior igualdade no acesso à aprendizagem ao longo da vida

LA13. Desenvolvimento de Plano de Aprendizagem ao Longo da vida Viseu Dão Lafões, segmentado por grupo-alvo (população escolar, ativos jovens e adultos, empregados e desempregados), flexível e estruturado em torno de domínios de competências-chave.

OE5. Assegurar ofertas de educação-formação que respondam a desafios de coesão territorial e desenvolvimento económico

LA14. Consolidação do trabalho de articulação e parceria com as escolas, no âmbito dos cursos profissionais, visando a promoção da qualidade, coerência e diferenciação da rede e a afirmação de clusters regionais.

LA15. Conceção e implementação de projeto-piloto para instalação de polo de competência numa área de oferta de dupla certificação.

LA16. Programa de valorização de profissões, associado à comunicação regional das ofertas de nível secundário e superior e articulado com incentivos regionais ao emprego.

LA17. Programa regional de ações de formação contínua de ativos, elaborado com e a disponibilizar pelas entidades de formação, informado por competências identificadas como necessárias e suportado em modalidades e práticas pedagógicas adequadas ao perfil dos destinatários;

OE6. Promover oportunidades de qualificação e requalificação profissional que respondam a necessidades de setores de atividade estratégicos

LA18. Plano de estimulação e valorização do emprego e das profissões em setores de atividade estratégicos para a região (turismo, negócios verdes, negócios tecnológicos, serviços de apoio às empresas, etc.), incluindo iniciativas de reorientação e requalificação de ativos empregados ou desempregados.

IV. INOVAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO



INOVAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO

A maior robustez e resiliência das comunicações irá permitir uma maior cobertura do território, permitindo ligar inúmeros objetos e equipamentos e colocá-los ao serviço dos cidadãos. Através da melhoria da conectividade das pessoas, máquinas e dispositivos do nosso dia a dia, as novas redes de comunicação permitirão tornar o território, as cidades e as infraestruturas públicas mais inteligentes, seguras e eficientes.

DOMÍNIO PRIORITÁRIO INOVAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO

IV. Inovação e Digitalização

Objetivos Estratégicos

Linhas de Ação

OE1. Acessibilidade e a conectividade digital em todo o território de Viseu Dão Lafões

LA1. Disponibilização de serviços de telecomunicações adequado (preço, qualidade e velocidade) em todo o território

LA2. Implementação das redes 5G, como condição base para a adoção de serviços inovadores

LA3. Sensorização digitalização do território, designadamente no âmbito do combate às alterações climáticas, à proteção contra os riscos, eficiência energética, gestão ambiental,

OE2. Digitalização dos Serviços Públicos

LA4. Criação de Centros de Serviços Digitais Partilhados nos domínios da coesão social, da saúde, dos transportes, no licenciamento, ambiente, etc.

LA5. Plataforma Analítica Integrada de Inteligência Digital de suporte ao planeamento e gestão territorial

LA6. Garantir a conectividade móvel gratuita, para alunos e professores, proporcionando um acesso de qualidade à Internet na escola, bem como um acesso à Internet em qualquer lugar

OE3. Escola Digital

LA7. Disponibilizar equipamentos informáticos individuais ajustados às necessidades de cada nível educativo para utilização em contexto de aprendizagem.

LA8. Acesso a recursos educativos digitais de qualidade a todos os níveis de ensino

OE4. Estimular a Inovação Digital

LA9. Criar um Lab que promova a experimentação e a participação tendo em vista a adoção de soluções digitais inovadoras para responder aos desafios sociais

V. AMBIENTE, TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E ECONOMIA CIRCULAR



CICLO URBANO DA ÁGUA, RESÍDUOS SÓLIDOS E ECONOMIA CIRCULAR TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Uma das prioridades de investimento para o próximo período de programação centra-se na promoção de uma Europa mais verde e hipocarbónica.

Este objetivo estratégico consubstancia-se nas seguintes prioridades:

- i. Promover medidas de eficiência energética,
- ii. Promover as energias renováveis,
- iii. Desenvolver sistemas, redes e formas de armazenamento energéticos inteligentes a nível local,
- iv. Promover a gestão sustentável da água,
- v. Promover a transição para uma economia circular.

Perante este enquadramento estratégico, e considerando as principais conclusões do diagnóstico à sub-região de Viseu Dão Lafões, apresentam-se seguidamente os domínios prioritário de ação proposto para este território, no que respeita à temática ambiente, transição energética e economia circular

DOMÍNIO PRIORITÁRIO CICLO URBANO DA ÁGUA

V. Ambiente, Transição Energética e Economia Circular

Objetivos Estratégicos

Linhas de Ação

OE1. Gestão Eficiente e Integrada dos Recursos Hídricos

LA1. Programa de Investimentos na Qualificação nas Redes de Abastecimento de Água e de Recolha e Tratamento de Águas Residuais

LA2. Redução das perdas de água e melhoria da eficiência nos consumos e energética

LA3. Planeamento e telegestão da infraestrutura que integram o Ciclo Urbano da Água

LA4. Capacitação Técnica e Especialização

DOMÍNIO PRIORITÁRIO RESÍDUOS SÓLIDOS E ECONOMIA CIRCULAR

V. Ambiente, Transição Energética e Economia Circular

Objetivos Estratégicos

Linhas de Ação

OE2. Reduzir a produção de resíduos e aumentar a recolha seletiva

LA5. Sensibilização e educação ambiental da população

LA6. Reforço do sistema de recolha seletiva

LA7. Diminuição da deposição / eliminação de resíduos em aterro.

LA8. Valorização, designadamente energética, dos resíduos urbanos

OE3. Concretizar a Economia Circular e Regenerativa

LA9. Estimular as simbioses industriais numa lógica de economia circular e promover as compras públicas verdes

DOMÍNIO PRIORITÁRIO TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

V. Ambiente, Transição Energética e Economia Circular

Objetivos Estratégicos

Linhas de Ação

OE4. Promoção do consumo energético mais eficiente

LA10. Promover ações que contribuam para a mobilidade sustentável de forma a alcançar as metas fixadas para as emissões no setor dos transportes

LA11. Apoio do investimento na eficiência energética nos espaços públicos (iluminação pública, edifícios públicos) e privados, designadamente habitacionais e de serviços.

LA12. Constituição e criação de comunidades de energia ao nível dos particulares e das empresas

OE5. Produção descentralizada de energias renováveis

LA13. Apoiar o investimento público e privado em soluções individualizadas e descentralizadas de produção de energias renováveis, designadamente a partir da biomassa florestal, da energia e solar

OE6. Gestão e Monitorização

LA14. Adoção de Mecanismos Sistémicos de Monitorização Energética designadamente através da sensorização e digitalização

LA15. Criação de centro de conhecimento, competências e de recursos destinado apoiar o processo de transição energética em Viseu Dão Lafões

VI. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, PREVENÇÃO DE RISCOS E PROTEÇÃO CIVIL



CAPITAL NATURAL

O capital natural deve ser assumido como um dos principais fatores diferenciadores e valorizadores do território. Os serviços ecossistêmicos que prestam são fundamentais para a qualidade de vida das pessoas e para a criação de riqueza ou valor económico. Nesse âmbito, a água, o solo e a biodiversidade são recursos fundamentais e estratégicos.

Os níveis de despovoamento de algumas áreas rurais e as tendências para a perda de biodiversidade têm de ser revertidas. Neste âmbito, é fundamental melhorar o estado de conservação dos ecossistemas e reordenar e qualificar a paisagem. Simultaneamente devem-se desenvolver processos colaborativos em torno da paisagem, promovendo a identidade, integrando as comunidades locais, valorizando socialmente e economicamente os recursos associados aos sistemas naturais e aos sistemas agroflorestais.

A disponibilidade e a qualidade da água obrigam a uma gestão dos recursos hídricos, salvaguardando as áreas mais importantes para a recarga dos aquíferos, mantendo a conectividade da rede hidrográfica e dos interfaces ribeirinhos e de transição.

DOMÍNIO PRIORITÁRIO CAPITAL NATURAL

VI. Alterações Climáticas, Prevenção de Riscos e Proteção Civil

Objetivos Estratégicos

OE1. Proteger os ecossistemas, reforçar a biodiversidade e ordenar e gerir os sistemas agroflorestais

Linhas de Ação

LA1. Desenvolvimento de programas de reordenamento e gestão da Paisagem (PRGP)

LA2. Dinamizar processos colaborativos em Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)

LA3. Execução de faixas de gestão de combustível, reconversão e replantação de zonas arborizadas com espécies autóctones

LA4. Melhorar a qualidade das massas de água e a sua disponibilidade

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE RISCOS

Este domínio visa reduzir as vulnerabilidades e aumentar a resiliência do território de Viseu Dão Lafões aos efeitos das alterações climáticas, através da implementação de ações relacionadas com a melhoria do nível de conhecimento (capacitação e sensibilização), de ferramentas de suporte à decisão (sistemas de monitorização, aviso e alerta), bem como de ações de intervenção direta no território e nas infraestruturas.

DOMÍNIO PRIORITÁRIO ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE RISCOS

VI. Alterações climáticas, Prevenção de Riscos e Proteção Civil

Objetivos Estratégicos

Linhas de Ação

OE2. Aumentar o conhecimento sobre as Alterações Climáticas e sobre os Riscos

LA5. Desenvolvimento de ações de capacitação de técnicos e decisores políticos
LA6. Promoção de ações de comunicação, divulgação, educação e sensibilização

OE3. Reforçar os sistemas de monitorização e as ferramentas de suporte à decisão

LA7. Desenvolvimento de sistemas de informação, modelação, cenarização e reporte de dados
LA8. Criação e melhoria dos sistemas de monitorização, aviso e alerta
LA9. Criação centro regional de proteção civil

OE4. Aumentar a resiliência dos territórios e a segurança

LA10. Programa de investimento em infraestruturas de apoio ao combate aos fogos florestais (Ex. Rede de estradas florestais, pontos de águas, etc.)
LA11. Promover os "Condomínios de Aldeia" para a gestão do combustível
LA12. Implementação de medidas de prevenção dos riscos associados às alterações climáticas (secas e escassez de água, desertificação e erosão dos solos, ondas de calor, incêndios rurais, fitossanidade e sanidade animal e vetores transmissores de doenças humanas).

EIXOS TRANSVERSAIS TERRITORIAIS



VII. CULTURA, RECURSOS, TURISMO E ATRATIVIDADE



CULTURA E RECURSOS PATRIMONIAIS

Nunca é demais sublinhar a importância da cultura e o papel dos agentes culturais da região - alguns deles reconhecidos ao nível nacional e internacional (e.g. ACERT, Teatro Viriato, Teatro Montemuro, Cine Clube de Viseu, Binaural/Nodar, Companhia Paulo Ribeiro) que integram a rede / plataforma cultural de Viseu Dão Lafões.

Por outro lado, estas instituições coabitam e muitas vezes colaboram com uma multiplicidade de entidades ligadas ao Terceiro Sector (e.g. Associações Culturais; Associações Culturais e Recreativas; Associações Culturais, Desportivas e Recreativas; Bandas de Música; Ranchos Folclóricos; Sociedades Filarmónicas; Grupos Corais; Fundações; etc.) que são também responsáveis em grande parte pela dinamização e promoção cultural de Viseu Dão Lafões.

Todo este ecossistema foi e ainda está a ser colocado à prova pela pandemia de Covid 19 que se abateu sobre todos.

O património cultural de Viseu Dão Lafões, para além de um recurso turístico de grande relevância, é também e talvez fundamentalmente um fator de identificação da comunidade com a sua cultura e o seu passado histórico que cumpre salvaguardar e valorizar.

DOMÍNIO PRIORITÁRIO CULTURA E RECURSOS PATRIMONIAIS

VII. Cultura, Recursos, Turismo e Atratividade

Objetivos Estratégicos

Linhas de Ação

OE1. Estimular a criação e a produção artística, a criatividade e a inovação

LA1. Apoios à produção artística e à realização de eventos culturais

LA2. Promover a memória coletiva e sublinhar a identidade cultural, trabalhando a criatividade e as artes

LA3. Reforçar o trabalho da Plataforma Cultural Viseu Dão Lafões

LA4. Programação Cultural em Rede e Integração das Agendas culturais

OE2. Alargar o acesso à cultura

LA5. Iniciativas destinadas à criação de públicos e alargamento da fruição cultural por parte de públicos específicos.

OE3. Preservar e salvaguardar os recursos patrimoniais culturais e naturais

LA6. Valorizar, preservar e animar o Património Cultural e Natural

TURISMO E TERRITÓRIO

A pandemia de Covid19 surtiu efeitos devastadores na economia do Turismo, cuja avaliação integral é, ainda, prematuro fazer. É, no entanto, claro para todos os operadores turísticos que uma tendência forte para recuperação, a existir, só se verificará no próximo ano de 2022. Em 2021, a resiliência dos sectores do alojamento, da restauração e da animação turística, ainda, continuará a ser posta à prova, não obstante o crescente procura do turismo nacional.

No curto prazo, deverá ser dada prioridade, por um lado, à criação de condições e apoios, designadamente financeiros e de acompanhamento especializado, que contribuam para a sobrevivência dos operadores. Por outro lado, em termos promocionais é importante a preparação do arranque do turismo, através do planeamento e da concretização de ações comunicacionais adequadas.

Paralelamente, no âmbito do investimento público é vital dar continuidade à estruturação das ofertas territoriais, através da realização de investimentos de preservação e qualificação de recursos naturais e culturais presentes, transformando-os em produtos turísticos integrados e inovadores.

DOMÍNIO PRIORITÁRIO TURISMO E TERRITÓRIO

VII. Cultura, Recursos, Turismo e Atratividade

Objetivos Estratégicos

Linhas de Ação

OE4. Comprometer Viseu Dão Lafões com a sustentabilidade e a acessibilidade turística

LA7. Programa de sensibilização e capacitação para a sustentabilidade turística, baseado nas melhores práticas nacionais e internacionais, dirigido e adaptado aos diferentes stakeholders, não apenas no domínio ambiental, mas também nas vertentes sociais e culturais

LA8. Ações de disseminação, estímulo e notoriedade boas práticas de turismo inclusivo e acessível em Viseu Dão Lafões

LA9. Certificação do Sub-Destino e das Empresas Turísticas – designadamente no domínio da sustentabilidade e da qualidade

LA10. Estruturar e qualificar os produtos turísticos integradas, designadamente: Cultura, História e Património; (Touring Cultural; Rota do Megalitismo); Gastronomia e Vinhos; Natureza e Wellness (Ecopistas; BTT; Trail, Turismo Ativo, Saúde e Bem Estar; Aldeias; serras)

LA11. Programa de Inovação Turística, nomeadamente tendo em vista a diversificação e melhoria das experiências turísticas em Viseu Dão Lafões

LA12. Programa de comunicação e promoção turística apostando no online, na participação em feira, eventos e OCS.

LA13. Ações de apoio, acompanhamento de desenvolvimento reestruturação empresarial dos agentes turísticos.

LA14. Capacitação e valorização dos agentes do sector da hospitalidade com o envolvimento das populações locais.

LA15. Monitorização e avaliação das dinâmicas do sector do turismo.

OE5. Gerir o Sub-destino, integrar, inovar estruturar e promover a oferta e o investimento turístico

VIII. SISTEMA URBANO POLICÊNTRICO



ENQUADRAMENTO

Atendendo à necessidade de continuar a reforçar o sistema territorial de Viseu Dão Lafões, considera-se prioritário:

DESENVOLVER AS CENTRALIDADES, REDES E SISTEMAS TERRITORIAIS
POTENCIAR E ARTICULAR OS SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL REFORÇAR
AS ACESSIBILIDADES E SOLUÇÕES INTELIGENTES E DE BAIXO CARBONO

Não é possível responder aos problemas dos contextos urbanos ou rurais com simples medidas corretivas ou compensatórias, pois não se estruturam a partir de uma estratégia sustentável de desenvolvimento dos próprios territórios. O rural deve ser considerado em ligação com as pequenas e médias centralidades urbanas, com as quais constrói diversificados relacionamentos; os centros urbanos devem ser enquadradas no seu contexto territorial; e as interações e reciprocidades com as outras cidades externas à região devem também ser equacionadas.

As áreas urbanas concentram pessoas, oferecem serviços de interesse geral, mas também atividades económicas e capacidades de inovação. São fundamentais na organização social, económica e ambiental. O desenvolvimento regional e as políticas territoriais apoiam-se cada vez mais nos sistemas urbanos, mas enquanto sistemas sócio ecológicos que promovem a integração entre o urbano e o rural. As áreas rurais possuindo recursos naturais (água, qualidade do ar, produtos agrícolas, florestas de qualidade) desenvolvem serviços ecossistémicos fundamentais para uma vida saudável e também para o desenvolvimento de uma economia verde, impulsionando recursos fundamentais para o desenvolvimento local e regional.

REGENERAÇÃO URBANA

O reforço da atratividade e da regeneração dos centros urbanos passa pela intervenção nomeadamente em seis pilares:

- reabilitação do parque edificado, promovendo a eficiência energética, melhorando o acesso à habitação, qualificando o habitat e dinamizando a inclusão social;
- regeneração da base económica, dinamizando a atividade comercial e de serviços, a produção e a comercialização dos produtos locais, dinamizando a reutilização e a reciclagem, minimizando os desperdícios e promovendo a sustentabilidade no consumo;
- a regeneração dos ecossistemas, preservando as infraestruturas verdes, qualificando o espaço público, contribuindo para um bem-estar mais saudável, privilegiando o usufruto da paisagem natural, o conforto e a qualidade bioclimática, e os factores que influenciem positivamente a saúde humana;
- a mobilidade sustentável, privilegiando alternativas de mobilidade, mais suaves, seguras e limpas, com soluções multimodais de baixo carbono, sustentadas em energias renováveis e inteligentes com baixo teor de carbono;
- na inteligência, tecnológica e digital, possibilitando o desenvolvimento de soluções urbanas mais inteligentes e sustentáveis;
- A alocação de recursos deve enquadrar-se nas necessidades e estratégias locais.

DOMÍNIO PRIORITÁRIO REGENERAÇÃO URBANA

VIII. Sistema Urbano Policêntrico

Objetivos Estratégicos

Linhas de Ação

OE1. Reforçar as centralidades urbanas

LA1. Qualificação das áreas urbanas através de um urbanismo inclusivo e regenerativo, integrando os serviços ecossistémicos no planeamento urbano e promovendo a economia circular

LA2. Fomento da vitalidade das pequenas centralidades urbanas explorando especificidades diferenciadoras

LA3. Ativação das capacidades de afirmação e internacionalização urbana, incentivando polaridades de conhecimento, inovação e de cultura e lazer

SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL

Viseu Dão Lafões constitui um subsistema territorial. É uma estrutura interurbana que polariza um território sobretudo rural, onde as economias de escala em matéria de serviços necessitam de ser reforçadas.

Sendo um subsistema a estruturar e a potenciar, as intervenções em matéria de oferta de serviços devem apoiar-se na cooperação e colaboração, em investimentos integrados e adaptados às necessidades dos diferentes territórios. Trata-se de construir um território de proximidade, que ofereça os serviços de proximidade fundamentais à qualidade de vida das comunidades locais, tanto urbanas como rurais.

Estas abordagens territoriais devem ser fundadas em parcerias tendo em vista uma maior articulação e complementaridade na prestação de serviços. Dados os níveis de envelhecimento da população residente em Viseu Dão Lafões, os investimentos nas redes de serviços sociais e de saúde são prioritários.

No futuro, os serviços vão suportar-se mais na acessibilidade digital (telesaúde, e-learning, entre outros) e também nos serviços ao domicílio (dada a fragilidade física das populações mais idosas e os baixos níveis de densidade de alguns territórios). Para garantir a acessibilidade aos serviços é preciso dinamizar e articular os sistemas de mobilidade e as redes digitais.

DOMÍNIO PRIORITÁRIO SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL

VIII. Sistema Urbano Policêntrico

Objetivos Estratégicos

Linhas de Ação

OE2. Diagnosticar a oferta e a procura de Serviços de Interesse Geral

LA4. Desenvolvimento do diagnóstico da oferta e da procura de Serviços de Interesse Geral

LA5. Avaliação dos níveis de acessibilidade aos Serviços (a pé, de transportes colectivos e de veículo privado)

OE3. Promover parcerias e redes de colaboração

LA6. Desenvolvimento de um Programa de parcerias e colaborações inter-municipal e inter-sectorial tendo em vista a melhoria da acessibilidade e qualidade dos serviços prestados.

MOBILIDADE SUSTENTÁVEL E INTELIGENTE

Em Viseu Dão Lafões continuam por resolver problemas estruturais na rede viária existente. Entretanto tem vindo a avançar com novas políticas de transporte promovendo soluções mais sustentáveis e inteligentes. As políticas de transporte para uma mobilidade mais sustentável, tentam influenciar a mudança modal através da redução do uso de veículos individuais e do reforço do uso de modos de transporte mais ecológicos (pedonal, ciclismo e transporte público). As soluções inteligentes suportam-se em inovações tecnológicas e promovem também a mobilidade sustentável oferecendo modos de transporte mais eficientes e menos poluentes.

- No âmbito do objetivo melhorar a rede viária e favorecer as mobilidades verdes, sobretudo a requalificação de vias e estradas, mas também ruas e passeios, onde se procura melhorar a qualidade das mesmas, proporcionando uma melhor acessibilidade. Deve-se também criar interfaces dos transportes coletivos, procurando melhorar a sua gestão e sua abrangência populacional, e promover sistemas de informação para os transportes coletivos e os seus utilizadores.
- No âmbito do objetivo reforçar os transportes e a mobilidade sustentável, aposta-se em corredores cicláveis e corredores verdes, que facilitem e promovam a mobilidade suave, tendo em vista o fomento da mobilidade sustentável, de modo a melhorar a qualidade de vida e a saúde dos residentes e ainda reduzir a pegada ecológica.
- No âmbito do objetivo reduzir o impacto negativo do sistema de transportes, as propostas orientam-se para a partilha de meios de transporte (bike sharing), a criação de postos de carregamento de veículos elétricos, o incentivo para os cidadãos optarem pelo uso de transportes sustentáveis.
- No âmbito do objetivo reforçar as redes e as soluções inteligentes, as propostas consistem numa aposta nas TIC e no digital, com o objetivo de gerir de forma mais eficiente os diversos serviços municipais (transportes, resíduos, energia, etc.).

DOMÍNIO PRIORITÁRIO MOBILIDADE SUSTENTÁVEL E INTELIGENTE

VIII. Sistema Urbano Policêntrico

Objetivos Estratégicos Linhas de Ação

OE4. Melhorar a rede viária e favorecer	LA7. Qualificação da rede viária, resolvendo estrangulamentos rodoviários e ferroviários e os missing-links
OE5. Reforçar os transportes e a mobilidade sustentável	LA8. Reforço da rede de transportes coletivos municipais e intermunicipais, tendo em vista o aumento dos níveis de cobertura e a agilização dos movimentos
	LA9. Estruturação de redes cicláveis de ligação aos principais polos geradores de mobilidade
OE6. Reduzir o impacto negativo do sistema de transportes	LA10. Incentivo à utilização de meios de transportes partilhados (transporte individual, bicicletas)
	LA11. Ampliação da rede de carregamento dos veículos elétricos e aplicação de incentivos para o uso de veículos elétricos
OE7. Reforçar as redes e as soluções Inteligentes	LA12. Sensibilização e reforço da informação para a mobilidade sustentável nas deslocações diárias.
	LA13. Reforço da rede digital e soluções de transporte inteligente, sistemas inteligentes de energia e gestão inteligente de resíduos e água

IX. URBANO / RURAL: ESPAÇO DE OPORTUNIDADES



SISTEMAS SOCIO- ECOLÓGICOS

As problemáticas territoriais não devem ser tratadas de forma segmentada, mas sim através de visões relacionais, seguindo abordagens sistémicas socioecológicas. São os sistemas sócio-ecológicos que promovem a integração entre o urbano e o rural. As áreas rurais possuindo recursos naturais (água, qualidade do ar, produtos agrícolas, florestas de qualidade) desenvolvem serviços ecossistémicos fundamentais para uma vida saudável e também para o desenvolvimento de uma economia verde, impulsionando recursos fundamentais para o desenvolvimento local e regional.

O desenvolvimento de abordagens integradas, estruturadas a partir de processos colaborativos, constitui uma oportunidade para desenvolver projetos inovadores. Apostar no desenvolvimento de lugares de qualidade, articulados e multifuncionais contribui para mitigar os desafios ambientais de longo prazo, promover uma vida mais saudável, reduzir os riscos e aumentar a qualidade de vida das populações. Assim, devem-se dinamizar processos colaborativos tendo em vista:

- identificar o papel e o tipo de parcerias a desenvolver e facilitar os respetivos mecanismos de governança de base territorial, articulando as políticas urbanas com as políticas de desenvolvimento rural;
- dinamizar as cadeias de valor, nomeadamente associadas ao sistema alimentar urbano e aos circuitos curtos agroalimentares;
- valorizar os ecossistemas e a biodiversidade e promover a atratividade dos recursos naturais e da paisagem;
- promover uma vida saudável e sustentável junto dos serviços (escolas, centros de saúde, etc) em articulação com os ecossistemas naturais e as paisagens;
- valorizar, gerir e monitorizar os serviços de ecossistema (nomeadamente, a agricultura e as florestas), quer na vertente produtiva, quer na de saúde, lazer e cultura, quer ainda em termos de descarbonização e adaptação às alterações climáticas.

DOMÍNIO PRIORITÁRIO SISTEMAS SOCIO- ECOLÓGICOS

IX. Urbano / Rural: Espaço de Oportunidades

Objetivos Estratégicos

Linhas de Ação

OE1. Valorizar sistemas socio-ecológicos de base territorial

LA1. Desenvolvimento de uma estratégia intermunicipal para o reforço do acesso à habitação, o aumento da eficiência energética e a dinamização da qualidade e da atratividade residencial

LA2. Reforço dos relacionamentos com os territórios de proximidade tendo em vista uma gestão mais eficiente e sustentável dos recursos e das redes de água, energia e resíduos.

OE2. Promover um programa intermunicipal para a vida saudável e sustentável

LA3. Reforço de um maior vínculo entre a saúde, a alimentação saudável e o bem-estar social e ambiental

LA4. Desenvolvimento de um programa intermunicipal envolvendo as escolas para a vida saudável e sustentável

LA5. Promoção de uma rede pública intermunicipal para a prática de atividades físicas e de lazer

LONGEVIDADE E SISTEMAS INTERGERACIONAIS

O problema demográfico na Europa é estrutural, mas os territórios exprimem com diferentes intensidades esta questão. Portugal é dos países com maior esperança de vida, mas com um envelhecimento com pouca qualidade de vida.

Com o aumento da longevidade é necessário refletir medidas de política que contribuam para garantir a integração social, o alojamento habitacional, a alimentação saudável, a saúde, a mobilidade e o apoio social. Neste contexto, a economia da longevidade constitui uma importante oportunidade de negócio que promove o desenvolvimento económico mas também a coesão social.

Viseu Dão Lafões é uma região medianamente crítica no contexto nacional, podendo antecipar-se face a outros territórios. Terá de olhar para o envelhecimento como uma oportunidade. Para isso, é necessário impulsionar uma abordagem colaborativa, inovadora e intergeracional.

É importante os idosos permanecerem ativos na sociedade, minimizando o risco de isolamento social. A interdependência e a solidariedade intergeracional são componentes cruciais para um envelhecimento ativo e saudável.

As áreas de intervenção prioritária são: espaço público; habitação; transportes; saúde e serviços de apoio social. O interrelacionamento entre gerações pode fazer-se através das compras, a realização de obras, a interação social, a partilha nos locais de emprego, o apoio aos cuidadores, entre outras.

DOMÍNIO PRIORITÁRIO LONGEVIDADE E SISTEMAS INTERGERACIONAIS

IX. Urbano / Rural: Espaço de Oportunidades

Objetivos Estratégicos

Linhas de Ação

OE3. Promover a economia da longevidade

- LA6. Aumento do acesso à informação e aos serviços
- LA7. Acompanhamento na saúde e assistência
- LA8. Apoio da qualificação e adaptação dos serviços dirigidos aos mais idosos

OE4. Qualificar os espaços residenciais

- LA9. Adaptação dos espaços públicos aos constrangimentos físicos dos mais velhos
- LA10. Melhoria das condições habitacionais para os idosos envelhecerem nas suas habitações

OE5. Aumentar os relacionamentos intergeracionais

- LA11. Programa de Promoção das Relações Intergeracionais que proporcione oportunidades para envolver jovens nas obras de reabilitação, no acompanhamento e cuidado prestado aos idosos
- LA12. Criação de residências partilhadas por jovens e idosos.

OE6. Dinamizar processos colaborativos público-privados

- LA13. Reforço do voluntariado e do envolvimento social
- LA14. Promoção de uma sociedade age-friendly

NOVAS OPORTUNIDADES PARA A PROXIMA GERAÇÃO

As crianças e os jovens são um marcador de vitalidade das regiões. Nas faixas etárias até aos 29 anos, as pessoas geralmente estão matriculadas no ensino regular ou profissional, e/ou superior, ou já entraram no mercado de trabalho. Muitas vezes, têm de sair do município onde cresceram à procura de melhores oportunidades.

Ainda que seja a geração que terá maiores níveis de escolaridade, é aparentemente mais vulnerável. Tem dificuldade em emancipar-se, sair de casa dos pais e ter acesso à habitação e entrar no mercado de trabalho em condições adequadas (em matéria de rendimentos e estabilidade contratual). Sofreram os impactos da crise de 2008 e estão a sentir diretamente os efeitos do confinamento associados à atual pandemia.

O bem-estar, o sucesso educacional e a integração no mercado de trabalho desta geração têm e terão um grande impacto no bem-estar da sociedade e em toda a economia. Nesse contexto, as políticas devem abordar esta geração desde tenra idade.

Os desafios para esta geração vão desde o acesso a uma educação de qualidade, uma saúde preventiva, uma habitação condigna, uma nutrição saudável e uma entrada adequada no mercado de trabalho. Portanto, devem-se desenhar políticas abrangentes que sejam transversais aos setores e que abordem de uma forma integrada e multidimensional todas as problemáticas associadas a esta geração com menos de 30 anos.

Desenvolver uma estratégia diferenciadora e dirigida a este grupo pode acelerar os processos de mudança. Para isso é necessário dar continuidade a uma dinâmica colaborativa juntando escolas, centros de formação, instituições de ensino superior, associação empresariais e empresas. De forma a inovar nos processos deve haver articulação com entidades externas previamente selecionadas tendo em vista os objectivos da intervenção.

Desenhar políticas fortes para as criança e jovens pode ajudar a alcançar estados de bem-estar social mais equilibrados e eficientes, capazes de proteger o futuro desta geração. Neste âmbito é fundamental monitorizar o desenvolvimento desta geração.

DOMÍNIO PRIORITÁRIO NOVAS OPORTUNIDADES PARA A PRÓXIMA GERAÇÃO

IX. Urbano / Rural: Espaço de Oportunidades

Objetivos Estratégicos

Linhas de Ação

OE 7. Preparar os processos de transição nas camadas mais jovens

LA15. Desenvolvimento de um programa multidimensional e intermunicipal dirigido à nova geração, envolvendo instituições locais e externas

LA16. Desenvolver um Projeto Educativo focado nas crianças e jovens, envolvendo as instituições de ensino, de saúde e apoio social

LA17. Desenvolver um Projeto para a Transição focado nos jovens, envolvendo as instituições de ensino, formação profissional, ensino superior e entidades empresariais

LA18. Dinamização de ações em matéria de Saúde preventiva, Alimentação saudável e atividade física, envolvendo as instituições de ensino, as unidades de saúde de proximidade e as associações de produtores locais.

OE 8. Promover as competências para o bem-estar e a transição verde

LA19. Desenvolvimento de uma oferta habitacional alternativa para as novas gerações, envolvendo as câmaras e algumas empresas do sector da construção

LA20. Promoção dos relacionamentos Intergeracionais (jovens e idosos), valorizando os conhecimentos ancestrais associados à gestão da paisagem

OE 9. Promover competências para a transição digital e verde

LA21. Desenvolvimento de novas competências para a transição verde e digital focado nos jovens

LA 22. Promoção de estágios profissionais em instituições locais e externas

LA23. Promoção de ações que acelerem a transição digital dos NEET, envolvendo as escolas e os centros profissionais, as instituições do ensino superior, as associações empresariais e algumas empresas

OE 10. Dinamizar processos colaborativos inter-setoriais

LA24. Reforço do envolvimento institucional multidimensional e multi-intermunicipal e com instituições externas

LA25. Promoção de uma geração e de uma sociedade com futuro

PACTOS RURAIS E URBANOS INTERMUNICIPAIS E REGIONAIS

As áreas rurais devem assumir-se como motores de desenvolvimento, já que detêm recursos naturais e culturais capazes de alavancar uma parte significativa das economias locais e regionais. Atendendo à especificidade dos territórios e das relações que se estabelecem devem ser desenvolvidos pactos rurais-urbanos, à escala intermunicipal e regional.

São parcerias para a coesão privilegiando a intervenção à sub NUTS III e supramunicipal, no âmbito de subterritórios com dimensões de intervenção coerente centradas na ação de proximidade entre atores e territórios, procurando incentivar abordagens inovadoras e reforço da capacitação para a ação, numa ótica de ações piloto. Neste contexto, parece fundamental assegurar a coerência estratégica e a intervenção à escala da NUTS III Viseu Dão Lafões em matéria de desenvolvimento rural.

Num primeiro momento, através do lançamento de um processo colaborativo, liderado pela CIM e pelas ADL presentes no território, que conduza à elaboração de uma estratégia partilhada de desenvolvimento rural, suscetível de declinação e concretização nos diferentes territórios de intervenção. Este exercício de planeamento estratégico deverá abranger não apenas a perspetiva do desenvolvimento rural, mas também as diferentes fileiras agrícolas e do agro alimentares tão importantes para a economia da região. Este exercício e os seus resultados estão condicionados, desde logo, pela capacidade de aprofundar a cooperação entre a CIM e as ADL, consensualizando um conjunto de objetivos e processos, e, por outro lado, envolvendo uma parceria alargada de agentes cuja ação é determinante.

DOMÍNIO PRIORITÁRIO PACTOS RURAIS E URBANOS INTERMUNICIPAIS E REGIONAIS

IX. Urbano / Rural: Espaço de Oportunidades

Objetivos Estratégicos

Linhas de Ação

OE11. Qualificar o Planeamento Estratégico do Desenvolvimento Rural Integrado

LA26. Elaborar uma estratégia comum de desenvolvimento rural à Escala NUTS III Viseu Dão Lafões suscetível de ser declinada para os subterritórios de cada GAL;

LA27. Constituição de uma plataforma / rede colaborativa em torno do desenvolvimento rural com a participação das ADLS, das cooperativas e associações agrícolas e das Instituições de ensino superior.

LA28. Dinamizar as cadeias de valor, nomeadamente associadas ao sistema alimentar urbano e aos circuitos curtos agroalimentares.

LA29. Reforçar a atratividade dos recursos naturais e promover a qualidade da paisagem, numa lógica de fruição da natureza e de promoção da saúde.

LA30. Valorizar, gerir e monitorizar os serviços de ecossistema (nomeadamente, a agricultura e as florestas), quer na vertente produtiva, quer na de lazer e cultura, quer ainda em termos de regulação, descarbonização e adaptação às alterações climáticas

OE12. Promover e aprofundar a colaboração Urbano / Rural

X. GOVERNANÇA, INTELIGÊNCIA TERRITORIAL E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL



GOVERNANÇA, INTELIGÊNCIA TERRITORIAL E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL

Ao longo dos dois últimos períodos de programação dos fundos estruturais, Viseu Dão Lafões enquanto espaço sub-regional foi capaz de lançar as bases de um relacionamento a várias escalas que se veio a consubstanciar na criação e operacionalização de um conjunto de redes de cooperação institucional relevantes em várias áreas do desenvolvimento sustentável.

No horizonte 2030, perspetiva-se o aprofundamento desta experiência de forma a consolidar um ecossistema institucional capaz de conceber, planear, executar e promover ações e projetos colaborativos alinhados e articulados na resposta aos desafios do futuro.

Determinante do sucesso deste upgrade na governança será a capacidade para encontrar, em cada caso, modelos de gestão inovadores e eficazes nas respostas e nas soluções adotadas que envolvam a economia e as empresas.

Por outro lado, a participação dos cidadãos no processo de decisão e também na implementação das soluções merece ser estimulada através de iniciativas e experiências piloto, designadamente com recurso aos instrumentos proporcionados pela transição digital.

DOMÍNIO PRIORITÁRIO GOVERNANÇA, INTELIGÊNCIA TERRITORIAL E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL

X – Governança, Inteligência Territorial e Capacitação Institucional

Objetivos Estratégicos Linhas de Ação

OE1. Consolidar o ecossistema institucional favorecendo a ação coletiva

LA1. Programa de capacitação do tecido institucional - envolvendo a melhoria das qualificações, da capacidade de gestão, o reforço dos recursos humanos e materiais em função das necessidades e exigências que decorrem da valorização da intervenção na cocriação, desenvolvimento e operacionalização de novas missões, projetos e iniciativas;

LA2. Plataforma de Cooperação Institucional - Aprofundar, consolidar e desenvolver a experiência das redes institucionais criando condições para uma maior partilha de responsabilidades, envolvimento e interação entre o público e o privado tendo em vista aumentar a sua operacionalidade e a favorecer as intervenções territoriais;

LA3. Centro de Competências de Planeamento e Inteligência Territorial - Reforçar a capacidade e a centralidade da CIM Viseu Dão Lafões nos domínios do planeamento, da dinamização, da monitorização e da avaliação da incidência das políticas públicas e das dinâmicas territoriais à escala da NUTS III, designadamente através do recurso a instrumentos e soluções digitalizadas.

OE2. Assumir a NUTS III Viseu Dão Lafões como a escala adequada para o planeamento, a gestão e a cooperação

LA4. Gestão dos FEEL - Consolidar a ação da CIM Viseu Dão Lafões na Gestão dos Fundos Europeus de Investimento, em particular das operações integradas de base territorial com incidência no território NUTS III, através do reconhecimento, interno e externo, e do reforço da sua autonomia decisória e capacidade técnica;

LA5. Cooperação - Participação ativa em projetos e redes de cooperação nacionais, transfronteiriças e transnacionais que incidam sobre desafios e apostas estratégicas de Viseu Dão Lafões

OE3. Cidadania e voluntariado e experimentação

LA6. Cidadania e Participação - Estimular a cidadania na discussão e na busca de soluções através da experimentação de formas inovadoras de participação ativa na vida pública.

LA7. Voluntariado - Apoio ao surgimento de iniciativas de voluntariado em torno dos grandes desafios da região e dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

ALINHAMENTO COM AS ESTRATÉGIAS REGIONAIS, NACIONAIS E EUROPEIAS



ALINHAMENTO ESTRATÉGICO ÀS DIVERSAS ESCALAS

As estratégias de desenvolvimento à escala NUTS III terão, necessariamente, que demonstrar o seu contributo e alinhamento com os objetivos, com as prioridades e com as estratégias regionais, nacionais e europeias. Trata-se de um exigência cuja satisfação condiciona o acesso aos diversos instrumentos de financiamento proporcionados no próximo período de programação.

Com este propósito, foi realizado um exercício de avaliação da intensidade de alinhamento entre a Estratégia Viseu Dão Lafões 2030, por um lado, e a Estratégia Centro 2030, a Estratégia Portugal 2030, o PRR - Plano de Recuperação e Resiliência e os Pilares Relevantes da União Europeia.

Para medir a intensidade de articulação e do contributo da Estratégia Viseu Dão Lafões 2030 para a realização das estratégias da Região do Centro e os Pilares Relevantes da União Europeia, utilizou-se a seguinte gradação:

- + Relevante
- ++ Média
- +++ Forte

No caso da articulação com a Estratégia Portugal 2030 e o PRR não foi avaliada a intensidade do alinhamento estratégico. No caso da Estratégia Portugal 2030 evidencia-se a articulação entre os Eixos de intervenção e os Programas Operacionais, Temáticos e Regionais. Por seu turno, no caso do PRR não se justifica a avaliação da intensidade na medida em que não se trata de uma estratégia mas antes de um plano de ação.

De forma geral, a estratégia proposta para Viseu Dão Lafões 2030 está perfeitamente alinhada e concorre de forma significativa para a realização dos objetivos e a concretização das prioridades estabelecidas para as estratégias das escalas territoriais alargadas em que aquela se insere.

UISEU DÃO LAFÕES 2030

CENTRO 2030



Prioridades de Intervenção Visão Estratégica Centro 2030	Eixos Prioritários Viseu Dão Lafões 2030									
	I. Sustentabili. Demográfica e Coesão Social	II. Educação e Competências	III. Inovação, Competitividade e Qualificação	IV. Inovação e Digitalização	V. Ambiente, Transição Energética e Economia Circular	VI. Alterações Climáticas, Prevenção de Riscos e Prot. Civil	VII. Cultura, Recursos, Turismo e Atratividade	VIII. Sistema Urbano Policêntrico	IX. Rural: Espaço de Oportunidades	X. Governança, Inteligência Territorial e Capacitação Institucional
1. Reforçar e diversificar territorialmente e as dinâmicas de inovação			+++	++				++	++	+++
2. Promover a melhoria das condições de conectividade digital e de mobilidade em geral			++	+++				+++	++	
3. Valorizar e densificar o sistema urbano regional							++	+++	++	++
4. Combater as fragilidades e vulnerabilidades de diferentes tipos de territórios da região	+++						+	++	+++	++
5. Adaptar proactivamente a região à emergência climática e à descarbonização			+	++	++	+++			++	++
6. Acelerar a conceção e operacionalização de respostas a novos e velhos problemas sociais	+++	++	+					+++	+++	++
7. Promover e reforçar a melhoria de qualificações de ativos e de população em geral	+	+++	++	+						
8. Promover as melhores condições para a internacionalização e cooperação internacional			+++	++				++	++	+++

UISEU DÃO LAFÕES 2030 PORTUGAL 2030





WISEU DÃO LAFÕES 2030 PRR – PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA



PRR Plano de Recuperação e Resiliência		Eixos Prioritários Viseu Dão Lafões 2030									
		I. Sustentabili. Demográfica e Coesão Social	II. Educação e Competências	III. Qualificação, Inovação e Competitividade	IV. Inovação e Digitalização	V. Ambiente, Transição Energética e Economia Circular	VI. Alterações Climáticas, Prevenção de Riscos e Prot. Civil	VII. Cultura, Recursos, Turismo e Atratividade	VIII. Sistema Urbano Policêntrico	IX. Rural: Espaço de Oportunidades	X. Governança, Inteli. Territorial e Capacitação Institucional
Resiliência	C1.	●									
	C2.	●									
	C3.	●									
	C4.		●				●				
	C5.			●		●					
	C6.	●	●	●							
	C7.			●		●					
	C8.						●		●		
	C9.										
Transição Climática	C10.										
	C11.					●					
	C12.			●		●					
	C13.					●					
	C14.										
	C15.							●			
Transição Digital	C16.			●	●						
	C17.				●						
	C18.										
	C19.				●					●	
	C20.		●								

UISEU DÃO LAFÕES 2030 AGENDAS EUROPEIAS



Pilares Relevantes da UE	Eixos Prioritários Viseu Dão Lafões 2030									
	I. Sustentabili. Demográfica e Coesão Social	II. Educação e Competências	III. Qualificação, Inovação e Competitividade	IV. Inovação e Digitalização	V. Ambiente, Transição Energética e Economia Circular	VI. Alterações Climáticas, Prevenção de Riscos e Prot. Civil	VII. Cultura, Recursos, Turismo e Atratividade	VIII. Sistema Urbano Policêntrico	IX. Rural: Espaço de Oportunidades	X. Governança, Inteligência Territorial e Capacitação Institucional
Transição Ecológica			++		+++	++			++	++
Transformação Digital		+	++	+++				++		++
Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo	+	++	+++	++	++	+	++	+++	++	++
Coesão Social e Territorial	+++	++	++	+	+		++	+++	+++	+++
Saúde, Resiliência Económica, Social e Institucional	++			+		+++		+	+	++
Políticas para a Próxima Geração, Crianças e Jovens	+	+++	+							++

ANEXO I

PROJETOS ESTRUTURANTES

2021/2027



PROJETOS ESTRUTURANTES 2021/2027

▪ **Serviços de Interesse Geral**

Os serviços de interesse geral (SIG) são considerados um fator de coesão económica, social e territorial. Os equipamentos e serviços devem contribuir para a equidade de oportunidades e direitos dos cidadãos (na saúde, educação, apoio social, justiça, cultura, desporto, emprego, entre outros), independentemente da sua posição socioeconómica ou localização geográfica, da nacionalidade, idade, género, etnia ou situação de deficiência.

Em Viseu Dão Lafões os equipamentos e serviços de interesse geral tiveram um desenvolvimento assinalável nas últimas décadas, fruto dos investimentos realizados, muito apoiados pelos diferentes Quadros Comunitários de Apoio. Assim, avançou-se muito em matéria de coesão social e equidade territorial nas áreas de saúde, educação, apoio social, cultura, desporto, entre outras.

Continuam, contudo, a persistir carências, desfasamentos nas redes ou na qualidade dos serviços, que criam níveis de acessibilidade diferenciados relativamente às populações e aos territórios.

Viseu Dão Lafões irá apostar numa maior articulação intersectorial, nomeadamente em matéria de serviços sociais e cuidados de saúde dirigidos aos idosos, nos serviços de educação e formação inicial e contínua, nos serviços de cultura, lazer e desporto, e nos serviços de formação e desenvolvimento científico e tecnológico. Os serviços vão suportar-se mais na acessibilidade digital (telesaúde, e-learning, entre outros) e nos serviços ao domicílio, dada a fragilidade física das populações mais idosas e os níveis de baixa densidade de alguns territórios.

PROJETOS ESTRUTURANTES 2021/2027

▪ Educação

Na educação, após a concentração escolar deve-se apostar na qualificação da oferta formativa, com um serviço mais adequado às realidades dos territórios, garantindo uma maior igualdade de direitos, nomeadamente aos mais jovens. As taxas de retenção e desistência do ensino básico estão a diminuir em todas as regiões do país, tal como as taxas de retenção e desistência no ensino secundário. Viseu Dão Lafões encontra-se numa situação mais favorável que a média regional e nacional na desistência e retenção escolar, mas os indicadores continuam a manifestar comportamentos diferenciados e preocupantes em alguns agrupamentos escolares.

Em termos de acessibilidades às escolas básicas e secundárias, Viseu Dão Lafões encontra-se numa situação relativamente razoável no contexto nacional e regional, dada a oferta existente. Além disso, o modelo de povoamento favorece também esta proximidade aos equipamentos escolares.

No entanto, no acesso aos estabelecimentos de ensino superior, Viseu Dão Lafões encontra-se numa situação menos favorável. O município de Viseu é o que concentra os serviços e por isso apresenta melhores níveis de acessibilidades, mas os restantes estão pior posicionados.

O Plano de Mobilidade concebido para Viseu Dão Lafões reflete as problemáticas existentes e desenvolve um conjunto de ações tendo em vista a melhoria da acessibilidade à oferta de serviços de educação. Esta estratégia deve ser seguida para 2030.

PROJETOS ESTRUTURANTES 2021/2027

▪ Saúde

Viseu Dão Lafões encontra-se numa situação intermédia no que diz respeito aos níveis de acessibilidade aos hospitais e aos centros de saúde. Em relação à acessibilidade aos Hospitais (tempo de acesso viário) Viseu, Tondela, Mangualde, Carregal do Sal e Santa Comba Dão possuem boas acessibilidades. Em contrapartida, Aguiar da Beira é o município com piores acessibilidades aos serviços de saúde. Os restantes municípios apresentam acessibilidades médias-altas. Relativamente à acessibilidade aos Centros de Saúde (tempo de acesso viário) Carregal do Sal, Mangualde, Tondela e Viseu possuem acessibilidades muito superiores, enquanto Aguiar da Beira e Oliveira de Frades são os municípios que possuem acessibilidades baixas aos centros de saúde. Os restantes municípios oscilam entre acessibilidades médias e boas. A estratégia de mobilidade para Viseu Dão Lafões reflete a diferente acessibilidade aos equipamentos de saúde. Para a melhoria da acessibilidade é determinante desenvolver um conjunto de infraestruturas viárias intermunicipais e o desenvolvimento da oferta de transportes coletivos.

Ao nível da saúde é importante suprir as necessidades sentidas pelos utentes ao nível do acesso a cuidados de saúde, em particular, as dos utentes que, pela natureza do seu estado clínico, muito carecem de serviços de saúde de qualidade e, sobretudo, de proximidade.

Assim, consideramos prioritário:

- **A criação do Centro Oncológico no Centro Hospitalar Tondela - Viseu E.P.E.;**
- **A remodelação da rede de cuidados de saúde primários na região;**
- **O reforço da rede de saúde mental/demência, nomeadamente no Hospital Psiquiátrico de Viseu.**

PROJETOS ESTRUTURANTES 2021/2027

▪ **Ciclo da Água / Ambiente**

Atualmente, existem diversas lacunas graves no domínio do abastecimento público e do tratamento da água que necessitam de ser colmatadas, como é o caso do reforço da capacidade de armazenamento e resiliência dos recursos hídricos. Ao nível do ambiente, é igualmente importante, proceder à valorização, designadamente energética, dos resíduos.

Neste sentido, considera-se como prioritários os seguintes investimentos:

- **Construção de uma nova barragem em Fagilde e remodelação de todo o sistema de distribuição em alta (Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo, Sátão e Viseu);**
- **Ozonização da ETA de Fagilde e obras complementares;**
- **Sistema de tratamento de lamas da ETA de Fagilde;**
- **Ampliação da cisterna da estação elevatória da ETA de Fagilde;**
- **Condução de redundância de abastecimento a todo o sistema;**
- **Barragem de Sanguinhedo das Maças;**
- **Subsistema de Sanguinhedo das Maças;**
- **Ampliação e requalificação da Barragem de Paúl e sistemas de adução e distribuição;**
- **Barragem de Pinhosão | Maeira;**
- **Construção do Sistema de Gaseificação para produção de hidrogénio (ou outros gases valorizáveis) a partir de combustíveis derivado de resíduos.**

PROJETOS ESTRUTURANTES 2021/2027

▪ Mobilidade Ferroviária

A construção e modernização dos eixos ferroviários estruturantes são essenciais para a competitividade do território, das empresas e das comunidades, pelo que a CIM Viseu Dão Lafões considera prioritárias as seguintes intervenções:

- **A requalificação da Linha da Beira Alta;**
- **A construção de um novo corredor ferroviário Aveiro | Viseu | Vilar Formoso.**

▪ Mobilidade Rodoviária e Aérea

A par da ferrovia, também, a rodovia assume uma importância extrema no crescimento económico das regiões e na criação de emprego, uma vez que criam canais entre os principais polos residenciais, de serviço e de emprego.

Assim, considera-se prioritário neste âmbito a materialização dos seguintes projetos:

- **Conclusão da Intervenção Programada no IP3, garantindo a sua duplicação em todo o atual traçado (exceto na ligação entre nó de Penacova e foz do Dão);**
- **Execução de um troço alternativo em perfil de autoestrada entre o nó de Penacova e foz do Dão;**
- **Requalificação do IP5;**
- **Conclusão do IC12 entre Canas de Senhorim e Mangualde /ligação A25;**
- **Execução do IC 37;**
- **Execução do IC 6;**
- **Execução da EN 229;**
- **Execução da EN 225-2;**
- **Requalificação da EN 16 nos troços Viseu – S. Pedro do Sul e Termas de S. Pedro do Sul - Vouzela;**
- **Execução da EN 228;**
- **Execução da EN 329 (conclusão);**
- **Expansão/Criação do Aeródromo Internacional de Viseu.**

PROJETOS ESTRUTURANTES 2021/2027

▪ **Florestas / Ordenamento do Território**

Ao nível da floresta a CIM Viseu Dão Lafões considera que é necessária uma aposta na informação cadastral simplificada que permita conhecer a estrutura da propriedade fundiária e a identificação dos seus proprietários.

Para além disso, a informação cadastral é um instrumento indispensável para conhecer o território e para a definição de estratégias para as regiões e sem o qual não será possível determinar o valor do território, seja ele urbano, ou seja ele rural, e principalmente, remunerar os serviços prestados pelo capital natural, no que diz respeito à transformação da paisagem para a tornar mais resiliente às alterações climáticas.

Assim, considera-se prioritário:

- **A criação do cadastro rural em espaço florestal;**
- **O desenvolvimento de um Plano Estratégico de Recuperação pós incêndio, com a dimensão económica, ambiental, patrimonial e turística.**

PROJETOS ESTRUTURANTES 2021/2027

▪ **Adaptação às Alterações Climáticas**

A CIM Viseu Dão Lafões considera que é prioritária a implementação de medidas de maior adaptação às mudanças climáticas e de prevenção dos riscos naturais, por forma a mitigar os efeitos negativos provocados pelas manifestações de alterações climáticas, pelo que, no próximo período de programação comunitária, devemos:

- **Garantir a execução dos EMAAC – Estratégias (inter)Municipais de adaptação as Alterações Climáticas, articulando tais planos com os Planos de Proteção Civil.**

▪ **Transição Digital**

A chegada da 5ª geração de internet móvel irá criar as condições ideais para o desenvolvimento de projetos de transformação digital em todas as áreas da sociedade.

Posto isto, consideramos que é prioritário:

- **Garantir uma rede de conectividade 5G, enquanto infraestrutura fundamental para a competitividade regional;**
- **Rede de infraestruturas tecnológicas nos Parques Tecnológicos, valorizando a fixação de Centros de Competências e uma rede de I&D.**

PROJETOS ESTRUTURANTES 2021/2027

- **Habitação**

Em termos de condições habitacionais existem problemas associados à degradação edificado e às más condições de conforto, nomeadamente em matéria de conforto energético. E, em alguns contextos territoriais, persistem insuficiências em matéria de infraestruturas básicas.

Além disso, o acesso à habitação das populações mais vulneráveis socialmente também não está garantido.

Propõe-se, assim, o desenvolvimento e execução e operacionalização de:

- **Plano de Habitação Acessível.**

ANEXO II

REVISITAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL VISEU DÃO LAFÕES 2020 – SÍNTESE ESTRATÉGICA E DOMÍNIOS PRIORITÁRIOS DE AÇÃO



REVISITAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL **WISEU DÃO LAFÕES 2020**

II. Síntese Estratégica e Domínios Prioritários de Ação - dezembro 2020

ÍNDICE

Enquadramento

I. Educação, Qualificação e Competências

II. Coesão Social

III. Competitividade, Empresas e Empreendedorismo

IV. Turismo, Recursos e Atratividade

V. Ambiente, Transição Energética e Economia Circular

VI. Alterações Climáticas, Prevenção de Riscos e Proteção Civil

VII. Sistema Territorial - Urbano Rural

VIII. Agendas para o Futuro

- Governança Multinível e Capacitação Institucional
- Inteligência Territorial
- Novas Ruralidades

Anexo I – Projetos Estruturantes 2021 /2027

ENQUADRAMENTO



ENQUADRAMENTO

As comunidades intermunicipais têm vindo a assumir, nos últimos períodos de programação, um papel e uma importância crescentes no planeamento, gestão, monitorização e execução dos Fundos Europeus Estratégicos de Investimento, nos respetivos territórios NUTS III.

O reforço da afirmação da escala intermunicipal, enquanto instância de reflexão e planeamento estratégico, em particular no que respeita à gestão e execução dos fundos estruturais, parece uma tendência futura irreversível.

A criação de condições para que venham a ser dados saltos qualitativos significativos em matéria de planeamento requer o reconhecimento das experiências do passado, a fixação de um quadro de referência que permita e apoie a tomada de opções conscientes e fundamentadas e, por último, o aproveitamento do conhecimento dos atores locais

Este exercício, realizado durante o final de 2019 e início de 2020, visou dar início ao processo de reflexão e planeamento estratégico que a CIM Viseu Dão Lafões deverá liderar para a adequada preparação do próximo período de programação com incidência na respetiva NUTS III.

Decorridos mais de 5 anos sobre o início do atual período de programação dos fundos estruturais e a celebração, entre as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais e as Comunidades Intermunicipais, dos PDCT – Planos de Desenvolvimento e Coesão Territorial. Aproximando-nos, rapidamente, do início do próximo período de programação dos fundos europeus estruturais de investimento, em 1 de janeiro de 2021, parece, por isso, oportuno, neste momento:

- Levar a efeito uma primeira apreciação de carácter quantitativo, mas também qualitativo, das incidências do Portugal 2020 no território de Viseu Dão Lafões, nomeadamente da contratualização de investimentos e fundos comunitários à escala intermunicipal e no acesso aos sistemas de incentivos por parte das empresas;
- Estabelecer um quadro de referência que a partir de um conjunto de indicadores permita de forma comparativa e dinâmica caracterizar e identificar a evolução do subespaço regional relativamente ao seu desenvolvimento económico, ambiental social e cultural, em suma à qualidade de vida;
- Lançar um processo de capacitação e de mobilização dos agentes relevantes de Viseu Dão Lafões, designadamente o seu tecido institucional, para o planeamento estratégico através de um conjunto de metodologias e instrumentos inovadores e participativos.
- Consensualizar uma primeira síntese estratégica e linhas de atuação futura que permitam dotar o subespaço regional de um documento referencial capaz de orientar as opções a tomar ao longo do processo de negociação e de programação.

O objetivo fundamental desta iniciativa, que conjuga quatro módulos sequenciais e articulados entre si, consiste em dotar a sub-região de Viseu Dão Lafões do conhecimento e dos instrumentos adequados que a posicionem favoravelmente para a preparação e negociação do próximo ciclo dos fundos estruturais.

Constituem, ainda, objetivos específicos desta iniciativa:

- Avaliar a incidência e os resultados da execução do Portugal 2020 em Viseu Dão Lafões;
- Estabelecer um quadro de bordo das dinâmicas regionais;
- Capacitar e mobilizar as pessoas e as instituições para o planeamento do desenvolvimento sustentável.
- Construir plataformas de consensualização em torno dos principais desafios e prioridades de desenvolvimento para a NUTS III Viseu Dão Lafões.

O processo de revisitação da Estratégia Viseu Dão Lafões 2020 e lançamento da reflexão estratégica sobre o próximo período de programação dos Fundos Europeus Estruturais de Investimento culmina com a produção, a partir dos outputs do *Dashboard* Territorial, do Balanço do Portugal 2020 e dos resultados da análise efetuada bem como das ações de capacitação e participação promovidas, de uma síntese estratégica e linhas de atuação futura que permitam dotar o subespaço regional de um documento referencial capaz de orientar as opções a tomar ao longo do processo de negociação e de programação.

O documento de “Síntese Estratégica e Domínios Prioritário de Ação - Viseu Dão Lafões”, agora apresentado, assume-se, assim, como um olhar sobre os desafios que Viseu Dão Lafões enfrentará num futuro próximo e integra:

1. Um diagnóstico sintético que identifica os principais estrangulamentos, ativos e potencialidades deste espaço territorial num conjunto de Eixos de Intervenção;
2. A enunciação de orientações transversais que estabeleçam os pilares fundamentais do quadro estratégico de desenvolvimento do subespaço territorial;
3. Os domínios prioritários de atuação e propostas de linhas de ação futura, a considerar e privilegiar na alocação dos Fundos Europeus Estruturais de Investimento, no próximo período de programação.

Após a consensualização dos eixos de intervenção, realizaram-se um conjunto de workshops temáticos que visaram estimular a participação e o envolvimento dos principais *stakeholders*, cuja ação é relevante em cada uma das áreas específicas.

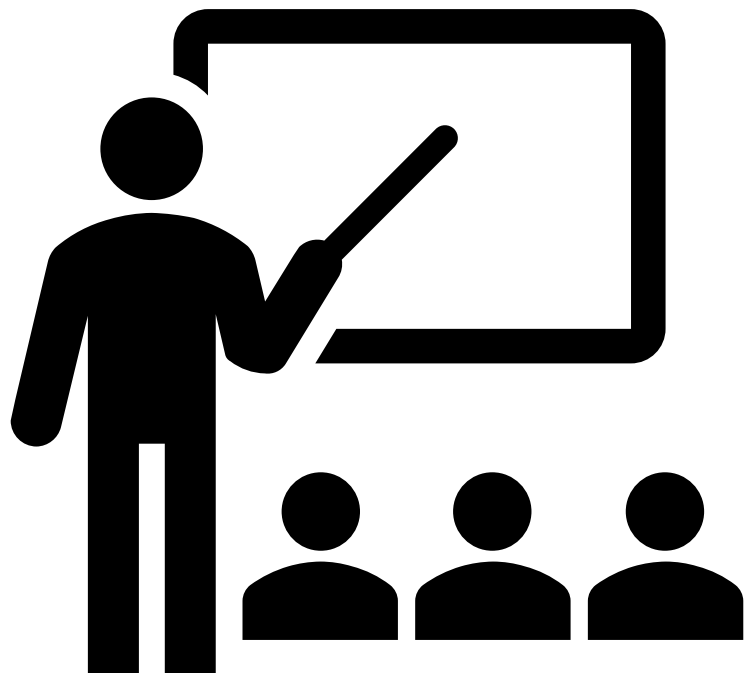
Este trabalho beneficiou fortemente da experiência desenvolvida pelas diferentes redes de cooperação institucional que foram estabelecidas no contexto do modelo de governança adotado para o Viseu Dão Lafões 2020.

Eixos de Intervenção Viseu Dão Lafões 2030



I. EDUCAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E COMPETÊNCIAS





I. EDUCAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Síntese Estratégica

INTRODUÇÃO: COMPONENTES E OBJETO DE ANÁLISE

Apresenta-se seguidamente uma síntese da revisitação à “Estratégia” Viseu Dão Lafões 2020”, no que respeita à temática da “Educação, Qualificação e Competências”. Esta síntese incorpora três principais pontos:

- Elementos de atualização estatística do diagnóstico, realizado há seis anos, para o período 2011-2017, procurando-se, de forma sintética, identificar as principais dinâmicas registadas no território, associando uma análise da execução de financiamentos dirigidos à intervenção no âmbito da temática em análise;
- Revisitação ao quadro estratégico – conclusões e domínios de intervenção no anterior exercício de planeamento estratégico - face às dinâmicas entretanto registadas;
- Apresentação das principais conclusões resultante do processo de auscultação realizado com os agentes de educação-formação, traduzido na realização de um workshop suportado numa metodologia de *brainstorming* focado; este capítulo faz a ponte com a proposta de domínios prioritários de intervenção para 2030 em Viseu Dão Lafões.

O objeto de análise desta temática é composto por um conjunto vasto de conceitos, de problemáticas e desafios que podemos organizar em três principais subtemas interdependentes e cujo foco da abordagem, no contexto desta revisão síntese do diagnóstico e da estratégia, podemos sintetizar da seguinte forma:

- Educação – análise de indicadores chave e elementos qualitativos sobre as dinâmicas em matéria de escolarização da população e de sucesso escolar, nomeadamente tendo em consideração o Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (cuja primeira fase se encontra concluída), e os correspondentes projetos das escolas, o Projeto de Promoção do Sucesso Educativo em Viseu Dão Lafões, em curso, e respetivos projetos municipais e intermunicipais e o trabalho desenvolvido no âmbito da Rede de Educação criada em Viseu Dão Lafões;
- Qualificação – elementos de informação sobre as dinâmicas de oferta de formação (inicial e contínua) registadas no passado recente, considerando nomeadamente o trabalho desenvolvido no âmbito da Rede da Qualificação e Mercado de Trabalho criada em Viseu Dão Lafões;
- Competências – partilhamos no presente documento algumas pistas de reflexão sobre intervenções necessárias ao desenvolvimento de competências em Viseu Dão Lafões e às condições que favorecem a aprendizagem ao longo da vida, sobretudo do ponto de vista da estratégia futura e com base nalguns elementos de informação qualitativos recolhidos junto do sistema de atores; não existe ainda uma avaliação dos resultados e do impacto do investimento em educação e qualificação no desenvolvimento de competências da população jovem e adulta de Viseu Dão Lafões pelo que não é possível generalizar ou quantificar conclusões.

Por fim, importa referir que esta temática “Educação, Qualificação e Competências”, que informa e integra uma revisão mais alargada do diagnóstico e uma proposta de domínios prioritários de intervenção para 2030, assume um carácter transversal e, também, instrumental, em relação a outros domínios em análise.

ELEMENTOS DE DIAGNÓSTICO

Na região de Viseu Dão Lafões, no período em análise (2014-2019) é possível identificar um conjunto de dinâmicas positivas no que se refere à evolução de indicadores chave de educação e qualificação.

Apesar de ser uma tendência generalizada a nível nacional, a análise da informação estatística permite concluir que a região de Viseu Dão Lafões se destaca, sobretudo, quer no conjunto da região Centro quer no País, nos progressos verificados nos indicadores de sucesso escolar (resultados e qualidade do sucesso). A escola e os resultados escolares assumem centralidade enquanto condição na igualdade de acesso ao exercício da cidadania, à construção de projetos de vida, à empregabilidade e ao exercício profissional e, neste contexto, a CIM e os municípios de Viseu Dão Lafões têm realizado um importante trabalho de cooperação com as escolas e a comunidade educativa. Alavancando com conhecimento, capacitação e recursos projetos escolares e desenvolvendo intervenções complementares, nomeadamente no domínio da educação não formal, orientadas para a formação integral de alunos e cidadãos, a região tem trabalhado em prol do sucesso educativo.

No âmbito do Programa de Promoção do Sucesso Educativo (PPSE) e do foco na cooperação institucional, o território de Viseu Dão Lafões tem produzido e acumulado conhecimento e experiência de reflexão e intervenção em prol do sucesso educativo, no apoio ao sucesso escolar e ao desenvolvimento de ofertas educativas e formativas de jovens e adultos e, também, na combinação de políticas e ações (apoio ao emprego, empreendedorismo, políticas sociais, políticas de educação-formação) que determinam condições de exercício da cidadania e de empregabilidade para os residentes no território. As redes de cooperação institucional – Rede da Educação, Rede da Qualificação e Mercado de Trabalho, entre outras - são disso exemplo e têm permitido desenvolver competências de trabalho em equipa, de cooperação e de análise de informação.

Analiseemos o comportamento de alguns dos principais indicadores utilizados para aferir a evolução no período 2014-2017 (nota: utilizaram-se indicadores para os quais existe informação para o período)

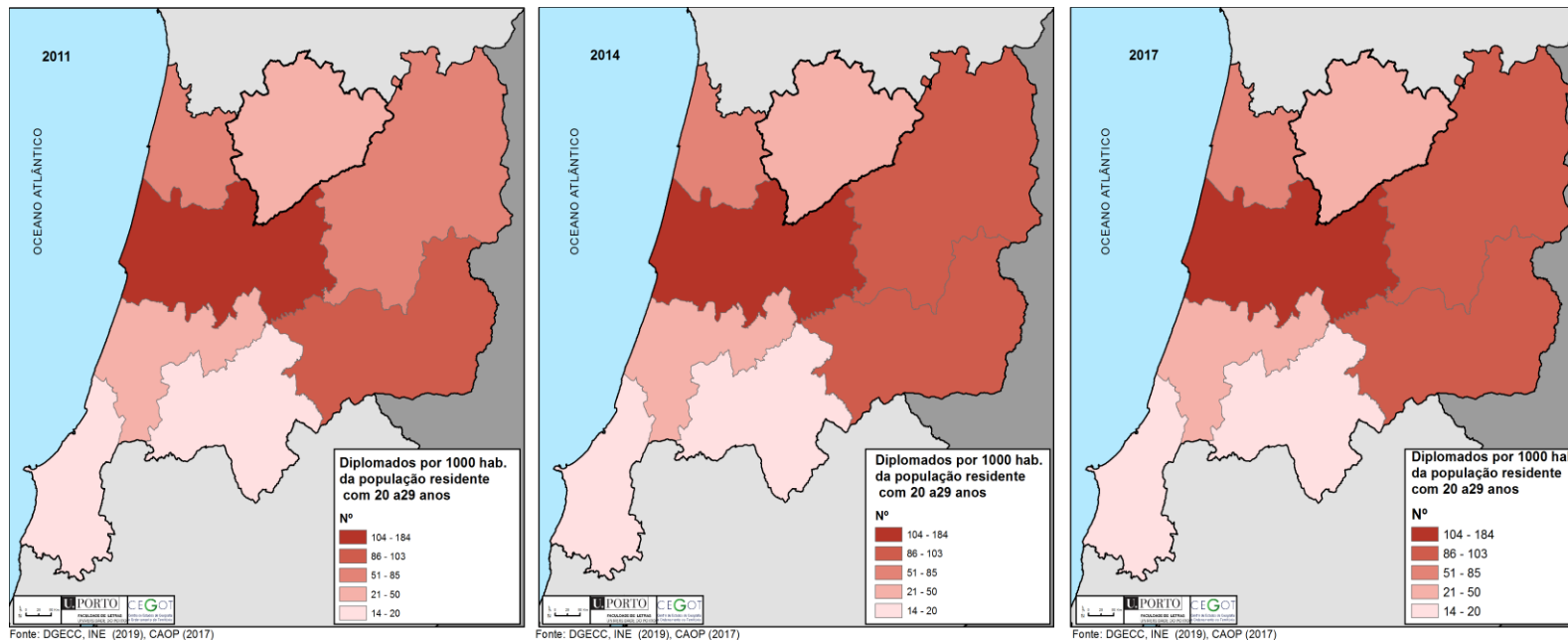
INDICADOR	FONTE	Viseu Dão Lafões				
		2011	2014	2017	2011/2017	2014/2017
Pré-escolarização (Taxa bruta %)	INE	95,73	96,43	93,43	↓	↓
Retenção e desistência no ensino básico regular (Taxa %)	INE	6,60	8,57	4,70	↓	↓
Taxa de transição/ conclusão no ensino secundário (%)	INE	80,95	84,40	88,53	↑	↑
Alunos do ensino secundário matriculados em vias de dupla certificação (%)	Pordata/ DGEEC-Med	42,65	44,42	42,36	↓	↓
Diplomados do ensino superior por 1000 habitantes da população residente com 20 a 29 anos	DGEEC/ Med	47,60	41,33	38,03	↓	↓
Acessos à Internet em banda larga por 100 habitantes (%)	INE	14,60	19,30	25,30	↑	↑
Alunos por computador com ligação à Internet no ensino básico e secundário (Nº médio)	Pordata	2,53	3,13	3,97	↑	↑
Investigadoras/es equivalente a tempo integral (ETI) (N.º)	INE	352,90	225,07	247,00	↓	↑
Desemprego jovem registado por 100 habitantes com idade entre 25 e 34 anos (%)	INE	9,37	10,50	7,55	↓	↓
Desempregados com ensino superior no IEFP (Nº - Média Anual) por 100 hab.		0,68	0,85	0,58	↓	↓

(A vermelho é assinalada a evolução negativa dos resultados e a verde a evolução positiva do resultado para o indicador respetivo e para o período temporal)

Existem dois principais indicadores, de entre os considerados, que apresentam uma evolução menos favorável: a taxa bruta de pré-escolarização e a taxa de diplomados pelo ensino superior por 1000 habitantes (população residente entre 20-29 anos). O comportamento entre 2014-2017 da taxa bruta de pré-escolarização indica a necessidade de regular a cobertura da educação pré-escolar num contexto de uma resposta já significativa.

A evolução da taxa de diplomados pelo ensino superior, que apresenta um decréscimo relativamente acentuado entre 2014 e 2017 e apresenta valores inferiores à média da região Centro, sugere dois focos de atenção num contexto de recessão demográfica: a necessidade de assegurar percursos educativos mobilizadores da população escolar e, sobretudo, a necessidade de fixar quadros superiores na região. Considerando a evolução favorável dos indicadores de sucesso escolar, e embora ainda exista um longo caminho a percorrer no aumento da escolarização e qualificações da população jovem, a explicação para o decréscimo da percentagem de diplomados na população residente entre os 20-29 anos parece residir sobretudo na capacidade de a região mobilizar e fixar os seus quadros superiores.

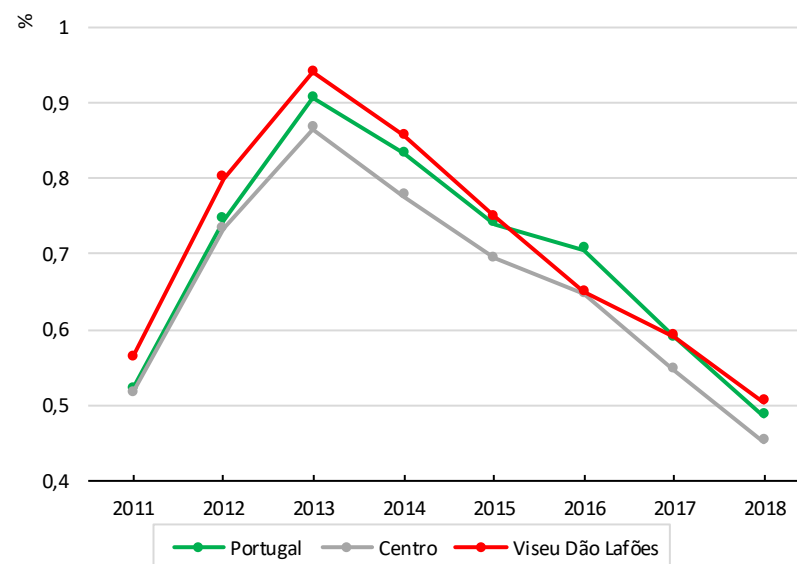
Diplomados do ensino superior por 1000 habitantes da população residente com 20 a 29 anos (%), em 2011, 2014 e 2017



Fonte: Elaboração Própria; Fonte dos dados: INE; Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2019)

O desemprego registado de diplomados com ensino superior, apresentou uma tendência decrescente a partir de 2013 na região, no Centro e no País, e associado também ao contexto de retoma da crise vivida, mas apresenta valores percentuais comparativamente mais elevados no território em estudo, reforçando a necessidade de atenção no aumento da capacidade de fixação de quadros na região pela via do emprego.

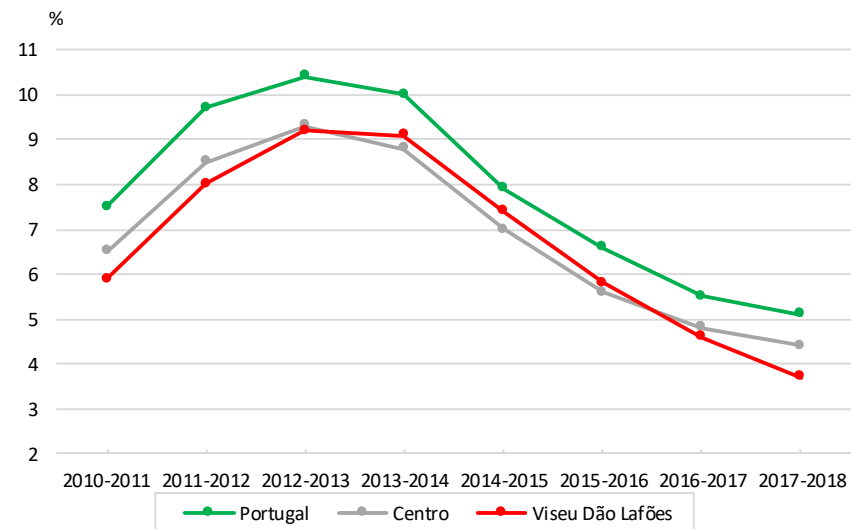
Desempregados com Ensino Superior no IEFP por 100 habitantes (%), de 2011 a 2018



Fonte: Elaboração Própria; Fonte dos dados: IEFP/MTSS, PORDATA (2019)

As taxas de retenção e desistência no ensino básico regular entre 2010/2011 e 2017/ 2018 apresentam, à semelhança do verificado para o País e para a região Centro, uma evolução favorável, sendo esta mais expressiva no território de Viseu Dão Lafões face àqueles territórios mais alargados. As taxas de retenção e desistência em qualquer dos 3 ciclos do ensino básico, bem como no ensino secundário, apresentam uma evolução favorável entre 2011 e 2017 e são inferiores às registadas para o País e, de modo geral, para a região Centro. Segundo os dados da DGEEC, Viseu Dão Lafões apenas apresentava, em 2017, uma situação mais desfavorável que a região Centro no que respeita às taxas de retenção e desistência no 3º ciclo.

Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular (%), de 2010/2011 a 2017/2018

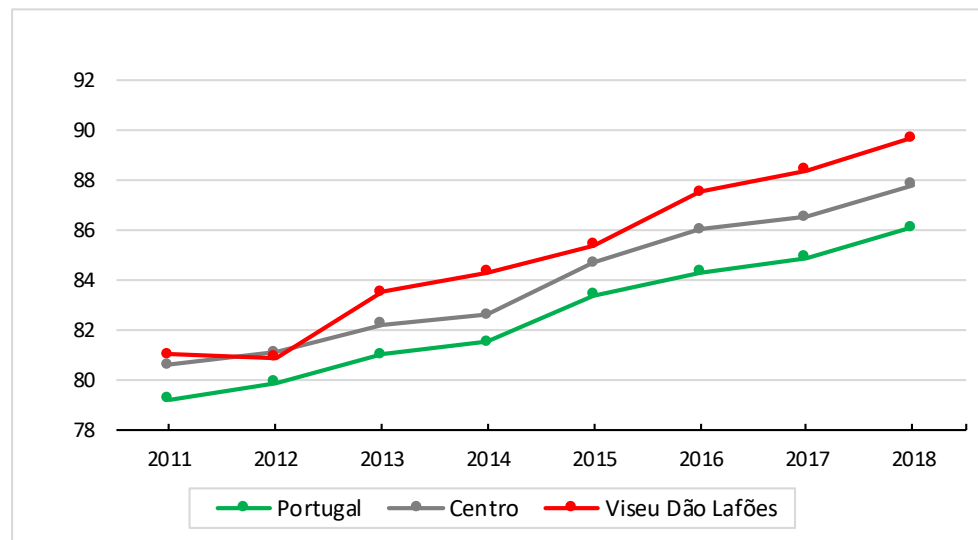


Fonte: Elaboração Própria; Fonte dos dados: INE; Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2019)

No âmbito dos resultados escolares, importa ter presente algumas das conclusões do Relatório 2016-2018 do Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, do Ministério da Educação, que atestam os progressos feitos em Viseu Dão Lafões bem como o seu posicionamento relativo no País no que respeita a indicadores de sucesso escolar (fonte de dados: DGEEC; fonte: PNPSE): “São 11 as CIM/AM em que 50% ou mais das suas Escolas conseguiram reduzir em pelo menos 25% a retenção nos três ciclos do Ensino Básico. Viseu Dão Lafões está neste conjunto de 11 CIM/AM..... As 3 CIM em que cerca de 60% a 80% das suas Escolas conseguiram reduzir a retenção no 1.º, 2.º e 3.º ciclos, em pelo menos 25%, são as de Tâmega e Sousa, Alto Alentejo e **Viseu Dão Lafões**. São sub-regiões caracterizadas por traços de interioridade que, contudo, não impossibilitaram progressos expressivos na melhoria das aprendizagens”.

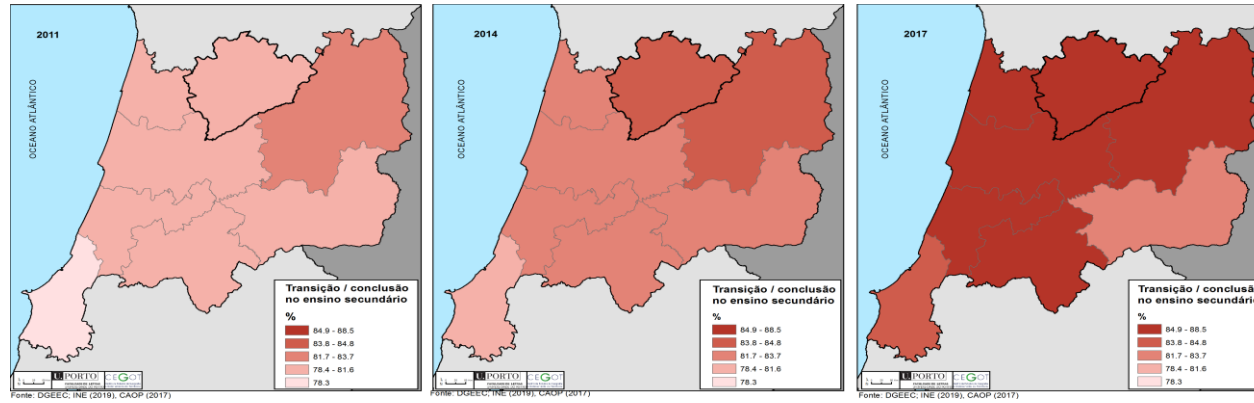
A taxa de conclusão da escolaridade obrigatória apresenta também uma evolução favorável em Viseu Dão Lafões entre 2011 e 2018, sendo superior à verificada para o conjunto da região Centro e do País. A valorização da escolaridade e da educação e a oferta de percursos educativos e formativos diferenciados, representam uma aposta a manter podendo configurar, se associadas ao apoio ao emprego, ao empreendedorismo e à inserção profissional, um fator de competitividade e sustentabilidade regional. O aumento da taxa de transição/ conclusão fez-se sentir em todos os concelhos, sendo contudo pertinente generalizar o investimento nas políticas sociais, de mobilidade e de oferta educativa que permitam gerir disparidades territoriais que ainda persistem.

Taxa de transição/ conclusão no ensino secundário (%), de 2011 a 2018



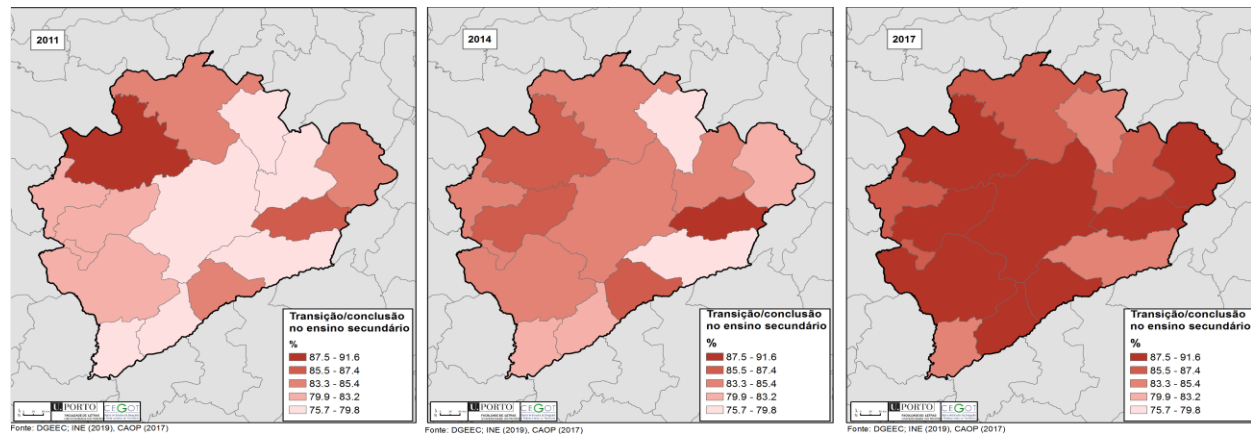
Fonte: Elaboração Própria; Fonte de dados: INE, DGEEC (2019)

Taxa de transição/conclusão no ensino secundário (%), em 2011, 2014 e 2017



Fonte: Elaboração Própria; Fonte dos dados: INE, DGEEC (2019)

Taxa de transição/conclusão no ensino secundário (%), em 2011, 2014 e 2017



Fonte: Elaboração Própria; Fonte dos dados: INE, DGEEC (2019)

A opção pelas vias de dupla certificação, ao nível do ensino secundário, é significativa, com 42,4% dos alunos da região matriculados no ensino secundário a preferirem aquelas vias. Embora ainda não atingida a meta definida a nível nacional (50%), Viseu Dão Lafões tem vindo a aproximar-se apresentando um valor ligeiramente superior à verificada para o conjunto da região Centro (42%). A esta situação, de importância já significativa do ensino de dupla certificação de nível secundário, ponderando sobretudo o ensino profissional, não é alheio o investimento que a região tem realizado na valorização do ensino profissional, no aumento do conhecimento orientado para a qualidade das ofertas e na participação nos processos de planeamento e concertação da rede de ofertas, no âmbito do Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificação (SANQ).

No que se refere às condições base de participação dos alunos e da população na economia digital verifica-se, no período em análise, um aumento da taxa de acesso à Internet banda larga por 100 habitantes (de 14,6% para 25,3%) e, também, um aumento do número médio de alunos por computador com ligação à Internet no ensino básico e secundário (de 2,5 para 4). Convém, contudo, atender a que os valores dos dois indicadores referidos são, em 2017, inferiores aos valores do conjunto da região Centro e do País, sugerindo a necessidade de reforçar o investimento na criação de condições base que favoreçam a igualdade de oportunidades e de acesso aos benefícios da economia digital.

Por fim, e no que diz respeito ao Portugal 2020 e, especificamente, à temática em análise, concluímos que Viseu Dão Lafões apresentou no período em análise projetos relevantes que obtiveram um financiamento significativo. Se considerarmos o Programa Operacional do Capital Humano (POCH) e o Programa Operacional Centro 2020 (PO Centro), que inclui o financiamento para projetos intermunicipais e municipais na área da educação, duas notas são relevantes:

- No Portugal 2020, e considerando o investimento elegível aprovado nos diferentes programas para o período 2014-2019, verifica-se que o POCH representa 17,1% do total desse investimento e o PO Centro representa 26,3%;
- No âmbito do PO Centro, Programa de Promoção do Sucesso Educativo em Viseu Dão Lafões (PPSE VDL), que enquadra a maioria das intervenções inseridas na temática em análise – Educação, Qualificação e Competências – é o terceiro maior investimento em Viseu Dão Lafões, no período 2014-2019, ascendendo a 4,7 milhões de euros;

Há dinâmicas de cooperação institucional em curso – entre escolas, entre escolas e municípios, entre entidades associativas, municípios e escolas – bem como projetos, intermunicipais e municipais com atividades realizadas e em curso, que não têm ainda tradução em termos de execução financeira.

REVISITAÇÃO DAS CONCLUSÕES DO DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO 2014-2020

O diagnóstico elaborado em 2014 permitiu retirar um conjunto de conclusões, apontando necessidades de intervenção e apostas em matéria de educação, oferta de qualificações e desenvolvimento de competências.

Nas tabelas das páginas seguintes sistematizam-se as principais conclusões do diagnóstico 2014 e alguns elementos de análise e reflexão sobre a evolução e/ ou dinâmicas verificadas, entre 2014 e o momento atual, no âmbito da problemática ou desafio associados a cada conclusão.

A reflexão aqui partilhada associada aos elementos de análise estatística apresentados no ponto anterior e às conclusões do *workshop* realizados com os atores de educação-formação sistematizadas no ponto seguinte, suportam as propostas gerais de intervenção para 2030 em matéria de Educação, Qualificação e Competências.

Diagnóstico 2020 – Conclusões e domínios de reflexão propostos

Elementos de análise e de proposta

O decréscimo e envelhecimento da população coloca à sub-região importantes desafios no domínio da fixação das populações, nomeadamente ao nível da criação de condições atrativas para os jovens altamente escolarizados, as famílias e as populações migrantes. A tendência nacional para a perda demográfica e para o envelhecimento da população favorece a atratividade das áreas litorais, o que pode resultar num enfraquecimento da base social de Dão Lafões

No quadro de uma tendência nacional, Viseu Dão Lafões continua a apresentar decréscimos populacionais a par de aumentos, entre 2014-2017 (período de referência desta análise), do índice de envelhecimento e do índice de dependência com valor mais elevados que a região Centro e o País A fixação de jovens, e de jovens mais qualificados continua a ser um desafio ao qual o território tem respondido com iniciativas diversas de valorização da oferta formativa, apoio ao emprego e marketing do território. O enfraquecimento da base social de Viseu tem sido contrariado por iniciativas diversas no domínio social, educativo e de apoio à atividade económica, nomeadamente através de projetos promovidos pela CIM no contexto do Portugal 2020 e do PO Centro.

Uma população residente /e empregada) com níveis de escolarização baixos e uma taxa de analfabetismo ainda relevante no contexto regional e nacional

Não existe informação estatística oficial que nos permita comparar a evolução dos níveis de escolarização da população, e de analfabetismo, face a 2011, sendo previsível, contudo, que a evolução seja bastante favorável. Identificam-se, nesta última década, intervenções e investimento relevantes da região na educação e no combate ao abandono escolar precoce (através sobretudo do Plano de Promoção do Sucesso Educativo VDL em articulação com os projetos das escolas no âmbito do PNPSE/ ME), na formação de jovens (nomeadamente através da valorização da rede de ensino profissional, da evolução da oferta de ensino superior e da formação contínua do IEFP) e na educação e formação de adultos, num passado mais recente, através da ação dos Centro Qualifica.

Taxas de retenção e desistência no ensino básico em decréscimo e inferiores à média nacional

As taxas de retenção e desistência no ensino básico, em qualquer dos 3 ciclos, bem como no ensino secundário, apresentam uma evolução favorável entre 2011 e 2017 e são inferiores às registadas para o País e, de modo geral, para a região Centro. Segundo os dados da DGEEC, Viseu Dão Lafões apenas apresentava, em 2017, uma situação mais desfavorável que a região Centro no que respeita às taxas de retenção e desistência no 3º ciclo. A taxa de transição / conclusão no ensino secundário tem também evoluído favoravelmente, apresentando, em 2017, valores superiores aos verificados quer para o conjunto da região Centro, quer para o País. Dados mais recentes - *Relatório 2016-2018 do Plano Nacional Promoção Sucesso Escolar/ MEd* (fonte: DGEEC) – posicionam a CIM VDL no conjunto das CIM do País em que cerca de 60% a 80% das suas Escolas conseguiram reduzir a retenção no 1.º, 2.º e 3.º ciclos, em pelo menos 25%. Segundo o relatório, apesar dos traços de interioridade existiram progressos expressivos na melhoria das aprendizagens.

A rede de oferta formativa ao nível do ensino superior, das escolas profissionais, das escolas secundárias e do IEFP, é bastante satisfatória, contribuindo para promover a inclusão e a inserção ou reinserção no mercado de trabalho. Impõe-se direcionar a formação para os setores da atividade económica identificados pelos atores locais como sendo importantes apostas para o território.

Apesar da cobertura da rede de educação-formação, e considerando quer as tendências demográficas quer a necessidade de reforçar a qualidade da rede de educação-formação, identifica-se a pertinência de: i) no que respeita ao ensino de dupla certificação e ao ensino superior, acompanhar a evolução de necessidades e promover ofertas sólidas e diferenciadas que permitam o desenvolvimento de qualificações e competências requeridas; ii) no que respeita à formação contínua, de ativos, empregados e desempregados, jovens e adultos, apostar na qualidade, flexibilidade e foco da oferta formativa de modo a responder a necessidades diferentes de especialização. Tal como referido na temática “Empresas, Emprego e Empreendedorismo” existe ainda um significativo desfazamento entre a oferta formativa e as necessidades do mercado de trabalho, a par das lacunas de técnicos qualificados em áreas aposta do território (ex: apoio social e a idosos, animação turística, agroalimentar, agricultura e florestas, saúde e bem-estar, programação e digital, manutenção e gestão industrial, etc)

O foco na valorização do ensino profissional, na articulação de ofertas entre entidades promotoras e o reforço da relevância e coerência dos cursos de dupla certificação, por um lado, o esforço na oferta mais relevante de cursos superiores, nomeadamente de especialização, que permitam o desenvolvimento de percursos escolares, por outro lado, e ainda a produção de conhecimento sobre as necessidades de competências e de formação a nível regional (inquérito regional lançado e concluído), constituíram nos anos recentes, fatores importantes, para suportar um melhor ajustamento da oferta educativa e formativa.

Diagnóstico 2020 – Conclusões e domínios de reflexão propostos

Elementos de análise e de proposta

As práticas de cooperação entre as instituições de ensino existentes e a base industrial e os empregadores, de um modo geral, são ainda incipientes, embora em crescendo.

A par da atenção e foco crescente das instituições de ensino na articulação com a sociedade, o território e as instituições empregadoras, no sentido de promover e desenvolver competências necessárias ao sucesso educativo, ao aumento da empregabilidade e ao exercício de uma cidadania ativa, as Redes da Qualificação e Mercado de Trabalho e do Emprego, Empresas e Empreendedorismo (duas das redes de cooperação institucional criadas no âmbito do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Social de VDL) têm impulsionado a partilha de conhecimento entre as instituições de ensino e o tecido empregador. Existe, contudo, uma elevada margem de cooperação e de partilha, no que diz respeito a recursos materiais, competências e respostas às necessidades de desenvolvimento do emprego, das qualificações e das competências. No âmbito do ensino profissional, e da dupla certificação em geral, e no âmbito do ensino superior, identificam-se projetos em curso que mobilizam a participação de entidades empregadoras (estágios, seminários, partilha de reflexão, identificação de necessidades, alguma partilha de recursos materiais e humanos na formação, etc), sendo contudo exigida quer uma avaliação de resultados e impactos, quer a identificação, análise e disseminação de boas práticas de partilha e cooperação no território.

A promoção da literacia digital e de incentivo à utilização das TICE por parte das políticas públicas nacionais e comunitárias possibilitará o reforço generalizado deste tipo de competências na população.

O incentivo à utilização das TICE, a promoção da literacia digital e a utilização do digital como fonte de aprendizagem, têm sido apostas dos projetos municipais e intermunicipais no âmbito do PPSE/ VDL, suportando o investimento em metodologias e práticas realizados pelas escolas. No que respeita à população escolar espera-se assim uma evolução da literacia e das competências digitais, sendo absolutamente necessário, tal como proposto na estratégia para 2030, avaliar o impacto dos investimentos realizados nas aprendizagens dos alunos e, também, nos resultados escolares.

A promoção da literacia e das competências digitais no conjunto da população residente jovem e adulta, empregada e desempregada, têm ainda um campo muito vasto de intervenção. Junto de grupos específicos (docentes, formadores, pessoal da saúde e do apoio social, entre outros) ou, de modo geral, junto de ativos empregados, ativos desempregados e população mais vulnerável, importa reforçar o investimento com programas segmentados e adaptados às respetivas necessidades. A coesão social passa, também, pela generalização do acesso à tecnologia e à aprendizagem através de tecnologia.

Diagnóstico 2020 – Conclusões e domínios de reflexão propostos

Elementos de análise e de proposta

Verifica-se uma complexidade acrescida no que respeita à estruturação e desenvolvimento de negócios inovadores, muito exigente em termos de fatores avançados de competitividade que coloca elevados desafios à educação, formação e competências dos residentes.

Mantém-se, com importância acrescida, este desafio em VDL: o desenvolvimento de competências individuais e coletivas (conhecimentos, aptidões, atitudes, cooperação de saberes) que permitam antecipar, suportar, atrair e desenvolver negócios inovadores exigentes em fatores de competitividade.

As apostas na solidez e generalização do foco do investimento nas competências base e transversais, nos diferentes contextos escolares, formativos (formação inicial, formação contínua) e de educação não formal (nomeadamente junto dos jovens, comunidade educativa e grupos de população mais vulnerável) ganham relevância e assume-se como fatores críticos de competitividade, sustentabilidade e coesão social e afirmam-se como condições de acesso à aprendizagem ao longo da vida. Existe uma elevada margem de progressão nestas matérias quer no âmbito dos programas educativos e formativos, quer no âmbito das atividades de educação não formal, generalizadas no território, e que requerem um esforço redobrado na sua intencionalidade pedagógica e educativa.

O peso significativo da população desempregada à procura de novo emprego remete para a importância do reconhecimento das competências da população ativa, reforçando os mecanismos de reconhecimento, validação e certificação de competências.

A educação e formação de adultos continua a afirmar-se como um domínio de intervenção muito importante em VDL, quer pela necessidade de elevar os níveis de escolarização da população desempregada, e empregada, quer seu impacto na promoção da aprendizagem ao longo da vida. Após a quebra do investimento e da canalização de financiamento para a educação e formação de adultos entre 2011 e 2015/ 2016, identificam-se, nomeadamente com o investimento na rede dos Centros Qualifica, algumas intervenções recentes neste domínio, nomeadamente com a oferta de cursos EFA e com os processos de RVCC, muitos deles desenvolvidos com a colaboração entre escolas e entre escolas e o IEF. Se há domínios prioritários de atenção, financiamento e investimento em VDL, tal como na região Centro e no País, é este da educação e formação de adultos. O aumento dos níveis de escolarização, de qualificação, de competências críticas, bem como a certificação dos conhecimentos e competências, são fatores centrais para a inclusão social, a resposta a necessidades dos empregadores e o acesso à aprendizagem ao longo da vida para todos.

O QUE DIZEM OS ATORES LOCAIS — CONCLUSÃO DO PROCESSO DE AUSCULTAÇÃO

Nas tabelas das páginas seguintes apresenta-se a síntese das reflexões e propostas partilhadas no *workshop* com os atores de educação e formação de Viseu Dão Lafões realizado em 10 de fevereiro de 2020.

O *workshop* foi dedicado à revisitação do diagnóstico elaborado em 2014, à identificação dos principais resultados alcançados, segundo a perceção dos participantes, e à recolha de contributos para a construção da visão e proposta de domínios estratégicos de intervenção 2030, no que respeita à temática da Educação, Qualificação e Competências.

Após a apresentação de elementos de diagnóstico e de evolução de dinâmicas no período 2014-2017, foram colocadas 4 perguntas aos participantes. A metodologia de trabalho adotada foi um *brainstorming* focado e as perguntas foram as seguintes:

- A. Principais resultados atingidos nos últimos 4 anos? Qual o contributo do PPSE VDL (redes, projetos municipais e intermunicipais, etc)
- B. O que ficou aquém do esperado? Principais razões.
- C. O que queremos alcançar? Como gostaríamos que fosse a nossa região daqui a 10 anos?
- D. Que caminhos e que intervenções propomos para lá chegar?

A. PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS NO PASSADO RECENTE

- Redução da taxa de abandono escolar e aumento do sucesso escolar nos últimos 4 anos; níveis de sucesso aumentaram com os Planos de Ação das Escolas/ PNPSE e o PPPSE (coadjuvações, assessorias, práticas pedagógicas, equipamentos e equipas multidisciplinares foram elementos que contribuíram);
- Melhor de otimização de recursos (equipas e materiais) nas escolas;
- Trabalho em rede, boa participação e articulação do sistema de atores, mais organização e dinâmica;
- Mais envolvimento da comunidade educativa em projetos nacionais e transnacionais com o objetivo de preparar os/as alunos/as para um mundo cada vez mais globalizado e tecnológico;
- Maior integração de formandos/as no ensino superior vindos de vias profissionalizantes/ diversificação das ofertas educativas-formativas nos últimos 4 anos;
- Alguns projetos específicos de literacia digital, ambiental, financeira e igualdade de género que visam dotar os/as formandos/as de competências básicas que lhes permitam a inclusão social.

B. O QUE FICOU AQUÉM DO ESPERADO

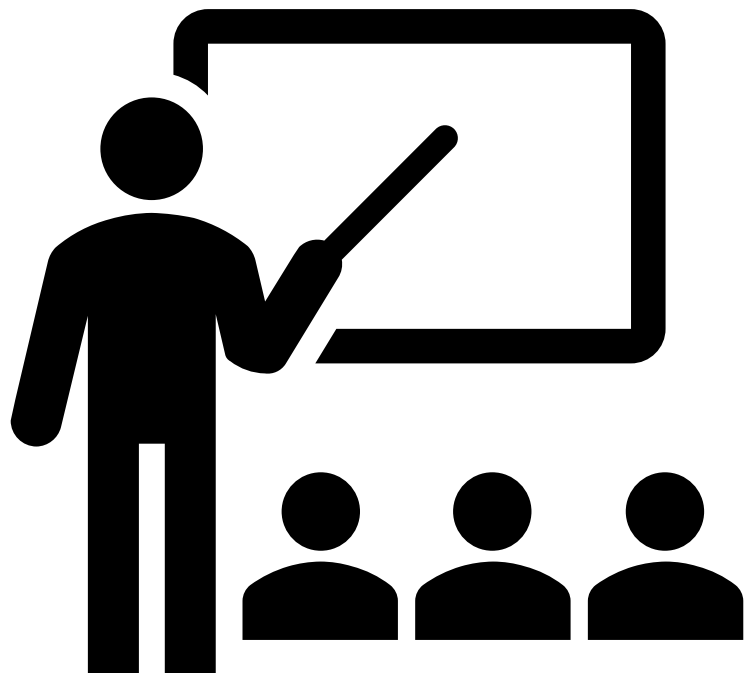
- Implementação tardia de algumas dinâmicas/ projetos: atraso de financiamentos e procedimentos de contratação;
- Baixa execução dos projetos municipais, devido fundamentalmente ao desfasamento de calendários escolar e civil que prejudicou a intensidade e oportunidade de trabalho das equipas multidisciplinares;
- Formação de professores no âmbito do sucesso educativo ficou aquém do esperado;
- Trabalho colaborativo nas escolas ainda incipiente;
- A diminuição dos percursos de insucesso é, ainda, tímida;
- Um caminho ainda a fazer para o pleno reconhecimento da educação como pilar de uma sociedade mais justa e igualitária; a qualidade do trabalho e a remuneração adequada;
- Estratégias de conciliação trabalho/ família é ainda uma área com pouca atenção e investimento.

C. O QUE QUEREMOS ALCANÇAR? COMO GOSTARÍAMOS QUE FOSSE A NOSSA REGIÃO EM 2030?

- Mais jovens no território;
- Mais jovens qualificados no território;
- Cidadania: sentido crítico e de responsabilidade;
- Escola como espaço de inclusão e sucesso; desenvolvimento de uma cultura de esforço e adaptação ao mundo do trabalho;
- Bom emprego, mais bem remunerado e compatível com as qualificações profissionais;
- Boas infraestruturas e bem-estar social;
- Melhor mobilidade e mais sustentabilidade;
- Região de paridade; igualdade de género nas profissões e remunerações;
- Entidades empregadoras mais participativas nos processos de educação-formação.

D. QUE CAMINHOS E INTERVENÇÕES PROPOMOS?

- Intervenção precoce e preventiva do insucesso;
- Aumentar a qualidade do sucesso escolar;
- Melhor e mais informação e orientação vocacional;
- Diferenciação de ofertas/ diferenciação de percursos escolares e educativos;
- Valorização do ensino profissional;
- Mais informação, e de qualidade, sobre as profissões sub-representadas no tecido social de forma a aumentar o prestígio social das mesmas e combater a desigualdade;
- Políticas continuadas de educação e formação de adultos;
- Antecipação e análise de necessidades de formação e de qualificação articuladas com as políticas de apoio ao investimento e incentivos para profissões associadas ao desenvolvimento local;
- Programas de incentivos para empresas fomentar elevação do nível de qualificação dos trabalhadores
- Intervenção social de apoio às famílias e desenvolvimento económico
- Mapeamento do território e disseminação da informação;
- Reforço das redes de partilha e aposta na cooperação transnacional e nacional e redes informais;
- Conhecer e identificar o impacto real dos projetos no processo de aprendizagem dos alunos.



I. EDUCAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Domínios Prioritários de Ação

DOMÍNIOS PRIORITÁRIOS, OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E LINHAS DE AÇÃO

A identificação e proposta de domínios prioritários, objetivos estratégicos e linhas de ação para a Educação, Qualificação e Competências em Viseu Dão Lafões no horizonte 2030, suporta-se na conjugação de um conjunto de intenções e orientações estratégicas, e traduz o posicionamento da região, consagrado na proposta de Visão 2030, face a um conjunto de desafios multinível (regionais, nacionais, europeus, mundiais). A Visão VDL 2030- Educação, Qualificação e Competências articula-se com a Visão proposta para o território no conjunto dos seus desafios e domínios de ação.

VISÃO VDL 2030 – Educação, Qualificação e Competências

Viseu Dão Lafões 2030, um território educativo, inclusivo, comprometido com o sucesso escolar e o exercício da cidadania, que aposta em práticas inovadoras de educação e formação e na cooperação de recursos e de competências para assegurar aprendizagem ao longo da vida e condições de empregabilidade aos seus ativos.

Cumpra destacar os cinco **principais desafios e orientações estratégicas** que informam a proposta agora apresentada:

- Os **desafios e objetivos, multinível, da coesão, da sustentabilidade e da competitividade**, estão fortemente associados ao desenvolvimento contínuo de competências que, por sua vez, exige a aprendizagem permanente, a inovação no ensino-aprendizagem, a inclusão, a diversificação de percursos educativo e a adequação de práticas pedagógicas, a valorização dos contextos de educação, formação e de exercício profissional;
- As **condições de empregabilidade**, que nos possibilitam o exercício de atividade profissional remunerada, estar ativos no mercado de trabalho e nele ingressar e (re)ingressar em qualquer momento, encontram um forte pilar na educação, na formação e nas competências, embora não se esgotem aqui. É por esta via que aqui é abordada a criação de condições de competitividade;
- O **sucesso educativo** apresenta uma forte dependência do **sucesso escolar** e, sobretudo, da qualidade desse mesmo sucesso. A escola e os resultados escolares assumem centralidade enquanto condição na igualdade de acesso ao exercício da cidadania, à construção de projetos de vida, à empregabilidade e ao exercício profissional. Contudo, o sucesso educativo, entendido como a formação integral e continuada de cidadãos, jovens, adultos, empregados e desempregados, exige mais do que o sucesso escolar das suas crianças e jovens, sendo a aprendizagem ao longo da vida, com diversidade e intencionalidade nas aprendizagens, um pilar central;
- O território de Viseu Dão Lafões tem produzido e acumulado, no passado recente, conhecimento e experiência, de reflexão e intervenção, em prol do sucesso educativo, sendo as redes de cooperação institucional disso exemplo. É, pois, fundamental, **avaliar, utilizar e capitalizar conhecimento, experiência e competências adquiridas**, colocando um crescente grau de exigência na conceção e execução dos projetos, nas práticas, na intencionalidade e na eficácia da **cooperação institucional e na gestão de recursos materiais e humanos**;
- Por fim, urge reconhecer a imprescindibilidade de orientarmos e promovermos o investimento na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida para o **desenvolvimento continuado de competências que nos permitem enfrentar a incerteza, a alteração de paradigmas, de vida e de trabalho, e que nos habilitam a mantermo-nos informados, resilientes e ativos na sociedade**. Os processos de aprendizagem e de produção de conhecimento assumem-se cada vez mais como processos de trabalho e atividades geradoras de riqueza e bem-estar nas sociedades e nos territórios.

Neste contexto, apresenta-se seguidamente a proposta de concretização da visão Viseu Dão Lafões 2030:

- **Os domínios prioritários são entendidos como o foco da ação.** Representam desafios e áreas de concentração de competências e de ação, nas quais deve ser colocada a atenção do sistema de atores e, nomeadamente, da Comunidade Intermunicipal. Tal como no caso dos objetivos estratégicos e das linhas de ação, os domínios prioritários, embora individualizados para estruturar pensamento e atuação, são interdependentes no seu contributo para a concretização da Visão.
- **Os objetivos estratégicos traduzem, em termos gerais, o que se pretende alcançar** em cada um dos domínios de atuação, sugerindo, desta forma, a necessidade de escolhas e prioridades na afetação de recursos.
- **As linhas de ação concretizam caminhos para alcançar os objetivos**, sendo constituídas por um conjunto de propostas de conceção, desenvolvimento ou execução de intervenções que deverão ser analisadas, especificadas e ajustadas em projetos e/ ou planos de ação.

São propostos 3 domínios prioritários de ação para Viseu Dão Lafões no horizonte 2030:

- Sucesso Educativo e escolar;
- Aprendizagem ao longo da vida e empregabilidade;
- Cooperação e gestão de competências.

Sucesso educativo e escolar

Constituem desafios integrados neste domínio prioritário, o sucesso escolar, medido pela evolução qualitativa e quantitativa dos resultados escolares, o papel da educação não formal no sucesso escolar, a formação integral de jovens e adultos e a consequente necessidade de aumentar os níveis de escolaridade e de literacia da população residente, nomeadamente da população ativa, empregada e desempregada (literacia global, literacia digital, literacia numérica, entre outras). A diferenciação de percursos escolares, o suporte de equipas de técnicos especializados nas escolas, o trabalho colaborativo nas escolas, a inovação das práticas pedagógicas, a intencionalidade pedagógica das atividades de educação não formal, a educação de adultos e a valorização da escola configuram, entre outras, áreas de intervenção importantes.

Aprendizagem ao longo da vida e empregabilidade

Neste domínio prioritário integram-se objetivos e linhas de ação em três planos centrais de atuação: i) a melhoria, e generalização, das oportunidades de acesso à educação, à formação e à aprendizagem ao longo da vida; ii) a relevância, a eficácia e o aumento das ofertas de educação formação de adultos ativos, assegurando o desenvolvimento de competências que suportam condições de empregabilidade; iii) a inovação, a valorização e o aumento de ofertas de educação-formação de jovens, nomeadamente das ofertas de dupla certificação de nível secundário e do ensino superior, garantindo respostas a necessidades da sociedade, do território e do tecido empregador.

O pensamento crítico, as competências digitais, a gestão da informação, a gestão da mudança e da incerteza, constituem, entre outras, áreas de competência que exigem aprendizagem ao longo da vida e, também, áreas de competência que devem estar presentes na formação inicial e contínua de jovens e adultos.

Cooperação e gestão de competências

Este é um domínio prioritário de intervenção, sendo instrumental na consecução da estratégia global para a região. Integram-se aqui objetivos e linhas de ação centrados em: i) capacitação de pessoas e entidades, apostando em programas regionais de capacitação em áreas diversas e para diferentes públicos, nomeadamente no que respeita ao desenvolvimento de competências associadas à aprendizagem contínua, à gestão de processos de mudança e à inovação; ii) reforço da intencionalidade e da eficácia da cooperação institucional, potenciando e conferindo um foco acrescido ao trabalho desenvolvido no passado recente nas redes de cooperação institucional criadas em Viseu Dão Lafões; iii) no acompanhamento e avaliação dos projetos e ações educativas e formativas, enquanto condições de melhoria de resultados e produção de inovação em matéria de educação, formação e desenvolvimento de competências.

A cada domínio correspondem 2 objetivos estratégicos, tendo cada objetivo associadas entre 2 e 7 linhas de ação. O número de linhas de ação difere consoante o domínio e o objetivo. Esta situação é coerente com o facto de existirem, em Viseu Dão Lafões, diferentes históricos, intensidade, conhecimento e projetos nos diferentes domínios, identificando-se alguns em que é desejável e viável exigir mais face ao trabalho realizado nos últimos anos.

Sucesso educativo e escolar

Objetivos estratégicos	Linhas de ação
<p>OE1. Aumentar o sucesso escolar e a formação integral das crianças e jovens</p>	<p>LA1: Reforço e alargamento da intervenção precoce, e preventiva, junto da primeira infância;</p> <p>LA2: Percursos educativos e ofertas diferenciadas (no nível básico e secundário) para resposta a necessidades e perfis de alunos diferenciados;</p> <p>LA3: Manutenção de equipas de técnicos especializados no território e em cooperação com as escolas, investindo de forma continuada e estruturada na sua capacitação, na divulgação de boas práticas e de resultados;</p> <p>LA4: Reforço e alargamento, aos diferentes grupos de população escolar, da orientação vocacional e do apoio às escolhas de percursos e à construção de projetos de vida;</p> <p>LA5: Reforço da complementaridade entre projetos municipais e intermunicipais e os projetos das escolas assegurando, nomeadamente, mais qualidade e intencionalidade da educação não formal;</p> <p>LA6: Continuidade dos projetos intermunicipais focados nas competências transversais, associadas ao sucesso escolar em diferentes ciclos de ensino (exs: empreendedorismo, aprendizagem experimental, formação cívica, ambiente);</p> <p>LA7: Programa de valorização da escola, dos contextos de aprendizagem e dos percursos educativo (marketing e partilha de informação, testemunhos e experiências).</p>
<p>OE2. Aumentar os níveis de escolaridade e de literacia da população residente</p>	<p>LA8: Dinamização da educação e formação de adultos (ativos empregados e desempregados), nomeadamente através de ofertas de educação-formação ajustadas ao perfil e necessidades dos públicos-alvo e capitalizando experiências já desenvolvidas;</p> <p>LA9: Conceção e dinamização de um programa de literacias (digital, numérica, geral) dirigido à população residente menos escolarizada e mais vulnerável;</p> <p>LA10: Dinamização de um programa de mobilização e motivação, para projetos educativos e formativos, de jovens que abandonaram precocemente a escola.</p>

Aprendizagem ao longo da vida e empregabilidade

Objetivos estratégicos	Linhas de ação
OE3. Assegurar oportunidades e maior igualdade no acesso à aprendizagem ao longo da vida	LA11: Plano de aprendizagem ao longo da vida em Viseu Dão Lafões, segmentado por grupo de público alvo, flexível e estruturado em torno de domínios de competências chave; LA12: Políticas sociais e de mobilidade que assegurem o acesso da população (adultos e jovens) mais vulnerável e/ ou mais isolada a percursos educativos e formativos e à aprendizagem ao longo da vida; LA13: Conceção e implementação de projetos piloto no domínio da conciliação vida familiar-vida profissional
OE4. Assegurar ofertas de educação-formação que respondam a desafios do exercício da cidadania, do território, do desenvolvimento económico e do tecido empregador	LA14: Consolidação do trabalho que vem sendo realizado com as escolas no âmbito dos cursos profissionais, no sentido do reforço das parcerias, da qualidade, coerência e diferenciação da rede e da afirmação de clusters regionais; LA15: Construção de um projeto piloto que permita responder ao desafio e pertinência de instalação de um polo de competência numa área de oferta de dupla certificação; LA16: Programa de valorização de profissões, associado à comunicação regional das ofertas de nível secundário e superior e articulado com incentivos regionais ao emprego; LA17: Programa regional de ações de formação contínua de ativos, elaborado com e a disponibilizar pelas entidades de formação, informado por competências identificadas como necessárias e suportado em modalidades e práticas pedagógicas adequadas ao perfil dos destinatários.

Cooperação e gestão de competências

Objetivos estratégicos	Linhas de ação
OE5. Capacitar para a ação e reforçar redes de partilha de conhecimento e de competências	LA18: Continuação, com reforço de estruturação e foco e alargamento de parceiros, das redes de cooperação institucional em funcionamento no território; LA19: Programa de partilha de boas práticas de trabalho e de cooperação no domínio dos resultados escolares; LA20: Continuação do programa de capacitação das equipas multidisciplinares, identificando temas a trabalhar com base nos resultados e nos desafios identificados; LA21: Programa de enquadramento e capacitação de pessoal não docente; LA22: Criação de um modelo de marketing institucional e comunicação dos projetos na comunidade.
OE 6. Assegurar um sistema de acompanhamento e de monitorização de projetos e polos de competência	LA23: Mapeamento de projetos em curso, previstos e concluídos nos últimos dois anos e disponibilização numa plataforma gerida pela CIM; LA24: Construção e disponibilização de “indicadores chave” que permitam o acompanhamento e a monitorização dos projetos por parte dos parceiros e da comunidade; LA25: Monitorização e avaliação do impacto real dos projetos do PPSE no processo de aprendizagem dos alunos

II. COESÃO SOCIAL





II. COESÃO SOCIAL

Síntese Estratégica

INTRODUÇÃO

As páginas seguintes apresentam uma síntese dos resultados da revisitação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial *Viseu Dão Lafões 2020*, no que respeita ao domínio temático da “Coesão Social”. A análise realizada neste âmbito articula-se com a leitura geral a que foi sujeita esta Estratégia, tendo sido organizada em torno de quatro preocupações fundamentais:

- i. A atualização e apreciação crítica da evolução do território ao longo da última década, considerando a informação disponível para uma seleção de indicadores relevantes em matéria de perspetivação dos índices de coesão social observáveis na região;
- ii. A recuperação e análise sintética do desempenho de Viseu Dão Lafões no que respeita à mobilização e execução de fundos estruturais direcionados, direta ou indiretamente, no quadro do *Portugal 2020*, para a promoção da coesão social neste território;
- iii. A auscultação de atores institucionais relevantes e a apresentação das principais conclusões que, a propósito da evolução recente e prevista da situação da região em matéria de promoção da coesão social, puderam ser extraídas do processo de diálogo e concertação encetado com aqueles protagonistas locais;
- iv. A elaboração de uma perspetiva de síntese sobre o domínio temático considerado e a realização, a partir dessa perspetiva, de um exercício de avaliação prospetiva voltado para a definição de apostas estratégicas e linhas prioritárias de ação a considerar no próximo período de planeamento, visando o aprofundamento dos índices de coesão social em Viseu Dão Lafões.

Conferindo expressão à análise efetuada, o presente documento representa um contributo para a reflexão a desenvolver ao longo do processo de negociação e de programação do próximo período de execução dos Fundos Europeus Estruturais de Investimento, pretendendo-se que no quadro deste processo o domínio temático da coesão social possa assumir a centralidade que os desafios que o território de Viseu Dão Lafões observa impõem.

TRAJETÓRIA EVOLUTIVA DE ALGUNS INDICADORES DE COESÃO SOCIAL EM VISEU DÃO LAFÕES

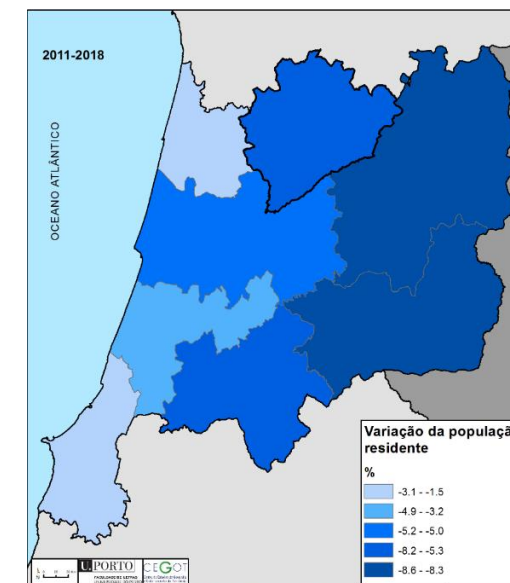
Ainda que a última década tenha sido pautada, na região, como no país, por assinaláveis processos de mudança económica e social – decorrentes, primeiro, dos efeitos indeléveis da crise económico-financeira de 2008-2010 e, depois, da trajetória de recuperação e crescimento observada a partir de meados do período –, uma tendência houve que manteve, *grosso modo*, o rumo expectável. Referimo-nos, muito em especial, à tendência de envelhecimento populacional que há vários anos vem caracterizando a evolução sociodemográfica da região e que na última década se traduziu no agravamento dos respetivos índices de dependência e de envelhecimento, num quadro geral que é também de rarefação do volume de população residente.

Com efeito, Viseu Dão Lafões perde população, e população relativamente jovem, não sendo por isso surpreendente que o seu índice de envelhecimento se acentue notoriamente. O envelhecimento ocorre também no topo da pirâmide etária, com o aumento da longevidade e da esperança média de vida da população residente. Em consequência, observavam-se na região, em 2018, data de publicação dos últimos dados disponíveis, valores já próximos dos 220 idosos por cada 100 jovens, apresentando este indicador uma trajetória de crescimento recente em agravada divergência face aos valores registados no mesmo período para a Região Centro e para o conjunto do país.

Não sendo um fenómeno novo, nem tampouco exclusivo de Viseu Dão Lafões, a verdade é que o envelhecimento populacional representa aqui um desafio especialmente relevante em matéria de coesão social e territorial, designadamente porque se trata de um fenómeno que aparece o mais das vezes conjugado com condicionalismos geográficos e com perfis de povoamento que acentuam as probabilidades de o envelhecimento ocorrer num quadro de relativo isolamento físico-social.

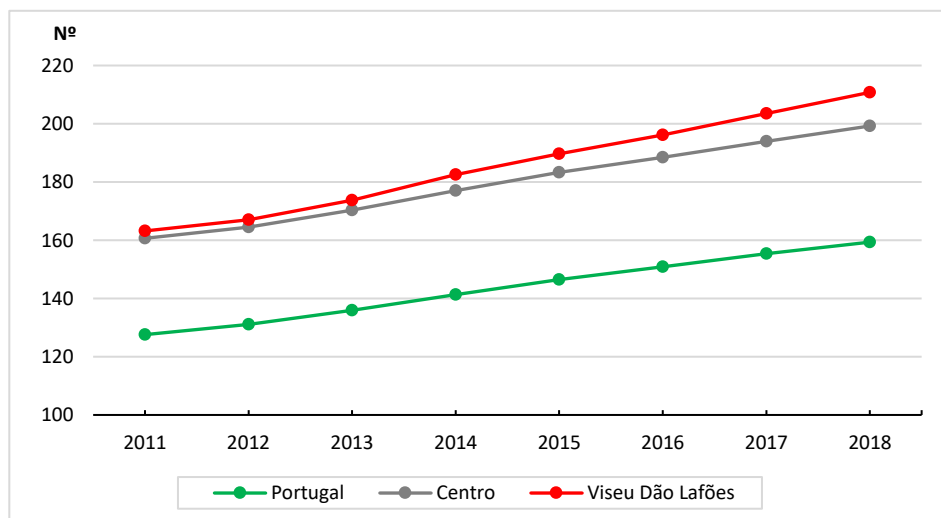
Varição da população residente, 2011-2018

Os dados disponíveis não permitem antever que o ritmo e a direção do fenómeno de envelhecimento populacional registado na região de Viseu Dão Lafões venham a observar alterações de monta na próxima década, pelo que ganham reforçada importância o diagnóstico e as preocupações dos atores e instituições regionais, segundo as quais as implicações do fenómeno do envelhecimento devem continuar a ocupar lugar de destaque, quer no que concerne à conceção de medidas de política e de estratégias gerais de intervenção ajustadas ao quadro sociodemográfico presente e futuro, quer no que respeita ao aprofundamento e qualificação das iniciativas, de índole diversa, ora públicas, ora privadas, diretamente vocacionadas para a promoção da qualidade de vida e do bem-estar das pessoas idosas, suas famílias e cuidadores, que representam um segmento cada vez mais numeroso da população residente na região.

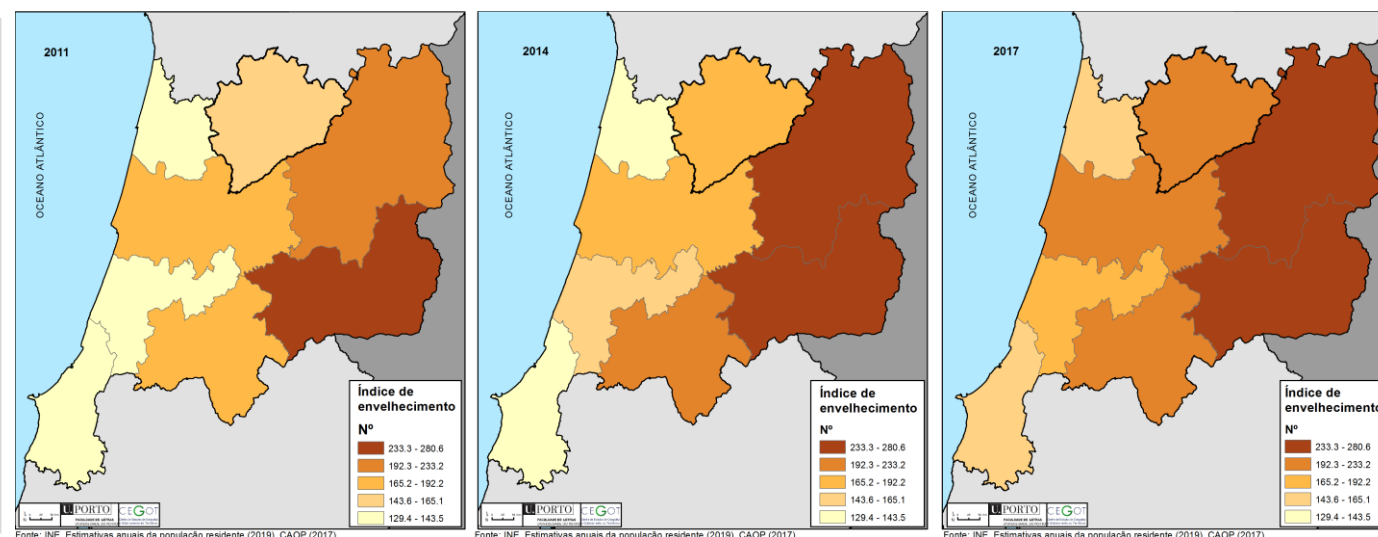


Fonte: Elaboração Própria; Fonte de dados: INE; Contas económicas regionais(2019)

Índice de envelhecimento (N.º), de 2011 a 2018



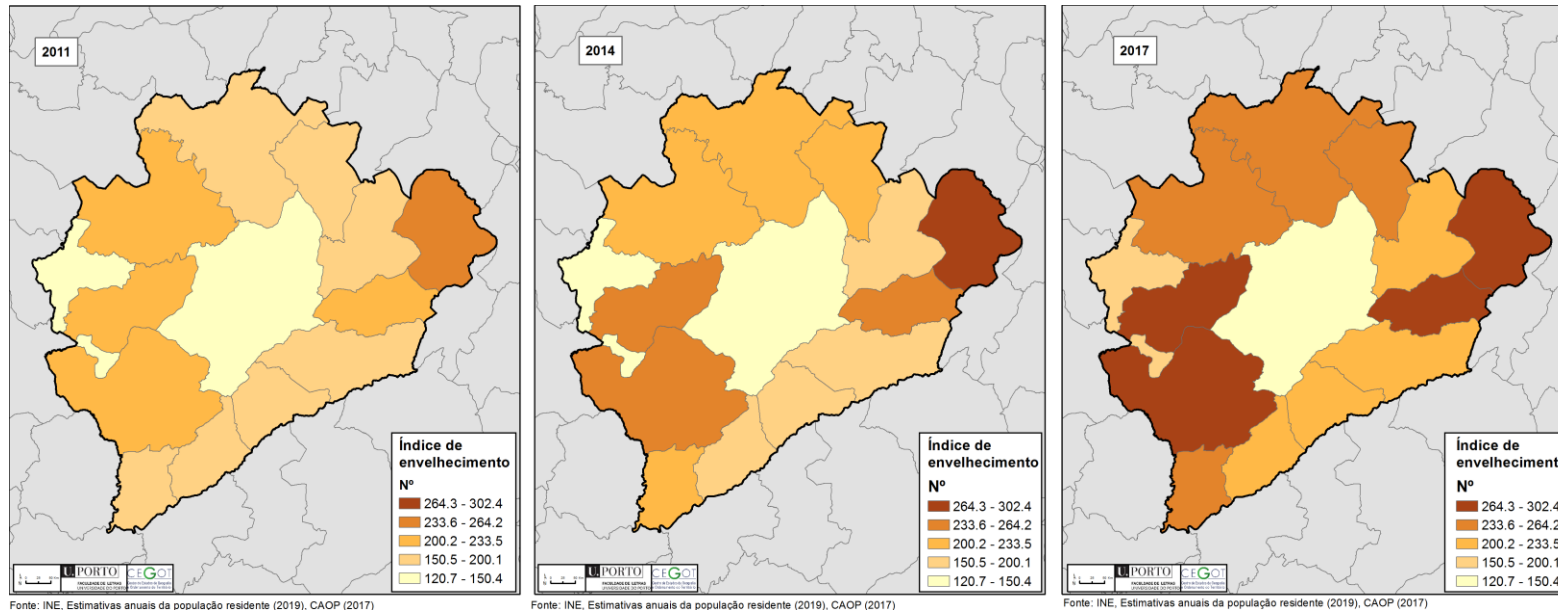
Índice de envelhecimento (N.º), em 2011, 2014 e 2017



Fonte: Elaboração Própria; Fonte de dados: INE; Estimativas anuais da população residente (2019)

A prossecução do fenómeno de envelhecimento populacional registada em Viseu Dão Lafões na última década, sendo partilhada pelo conjunto dos municípios da região, não observa a mesma intensidade em todos os pontos do território regional. Com efeito, as áreas de perfil urbano, e em especial o município de Viseu, resistem de forma mais evidente ao envelhecimento, ao reterem com mais eficácia a sua população mais jovem – noutros pontos muito atraída pela migração para fora dos limites da região ou mesmo para fora do país – e ao constituírem polos de atração de população jovem e adulta proveniente das áreas mais rurais e periféricas. Nestas, a população residente, progressivamente mais envelhecida, tende também a observar a paulatina rarefação das respetivas redes familiares, de vizinhança e de suporte.

Índice de envelhecimento (Nº), em 2011, 2014 e 2017

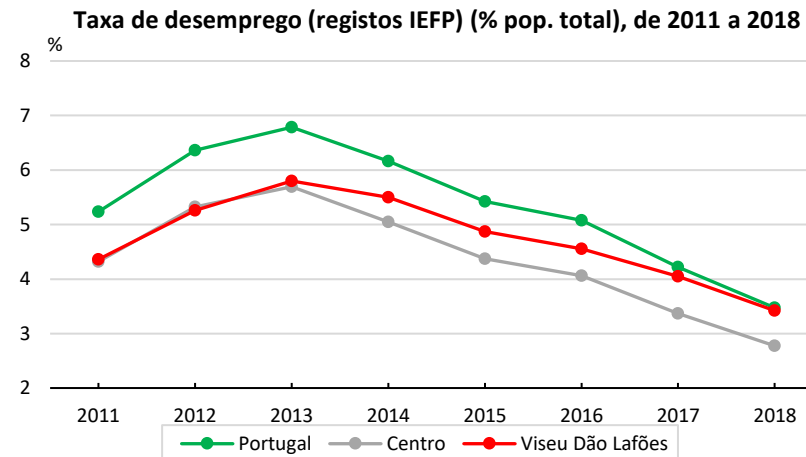


Fonte: Elaboração Própria; Fonte de dados: INE; Estimativas anuais da população residente (2019)

Do ponto de vista do emprego, rendimentos e condições de vida, a última década registou igualmente, no território de Viseu Dão Lafões, transformações com implicação relevante na qualidade de vida e índices de coesão social observáveis na região.

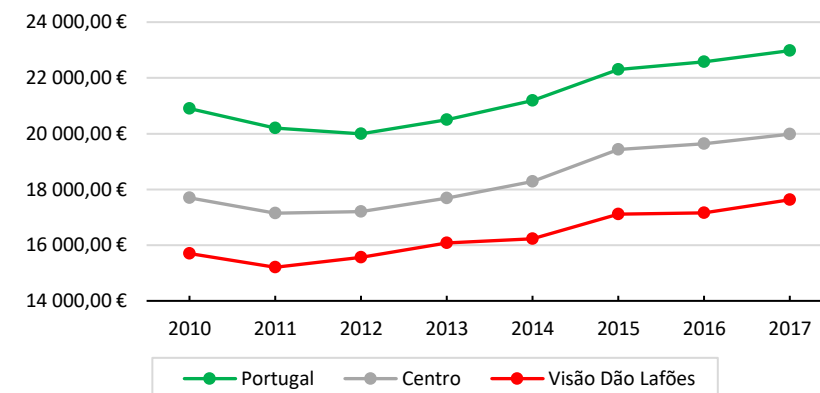
Um primeiro ponto a sublinhar diz respeito à evolução que o emprego e o desemprego observaram ao longo dos últimos anos na região. Se olharmos esta evolução à luz de um indicador como a taxa de desemprego, medida aqui na relação entre número de desempregados inscritos no IEFP e população residente total, verificamos que este indicador regista um assinalável decréscimo a partir de 2013, atingindo em 2018 mínimos idênticos aos do período pré-crise de 2008-2010. Neste período, o decréscimo do desemprego registado abrangeu as diferentes categorias etárias, incluindo a dos trabalhadores mais jovens, mas foi em Viseu Dão Lafões menos evidente do que no país ou na Região Centro.

Acompanhando a progressão positiva da situação do emprego, a geração de riqueza e os rendimentos na região de Viseu Dão Lafões observaram também uma evolução favorável, em especial depois de 2012. Os indicadores relativos a PIB *per capita* e poder de compra *per capita*, bem como os valores respeitantes a ganhos médios mensais, observaram aumentos assinaláveis na região, por comparação com os valores observáveis no início da década, mas em todos os casos há a registar fenómenos de divergência face à evolução registada na Região Centro e no conjunto do país, circunstância que coloca os indivíduos e as famílias residentes em Viseu Dão Lafões numa situação de relativo desfavorecimento. Os volumes relativamente modestos da riqueza produzida e dos rendimentos disponíveis constituem traços persistentes da realidade económico-social da região, merecendo atenção cuidada, em especial por ser conhecida a tendência para a respetiva distribuição desigual no território e entre grupos sociais.



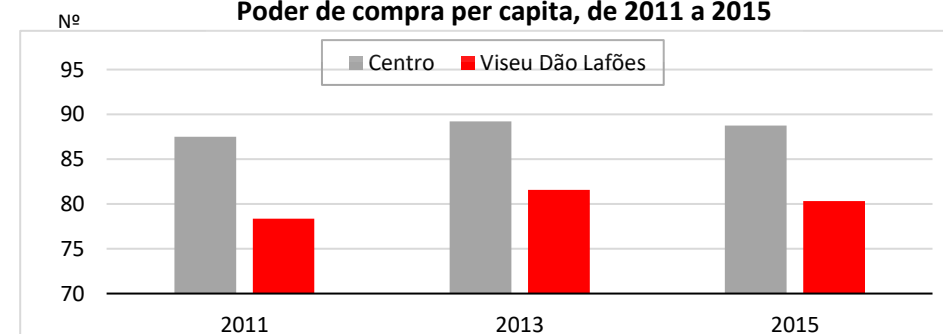
Fonte: Elaboração Própria; Fonte dos dados: IEFP/MTSS, PORDATA (2019)

Produto Interno Bruto por habitante (€), de 2010 a 2017



Fonte: Elaboração Própria; Fonte de dados: INE; Contas económicas regionais (2019)

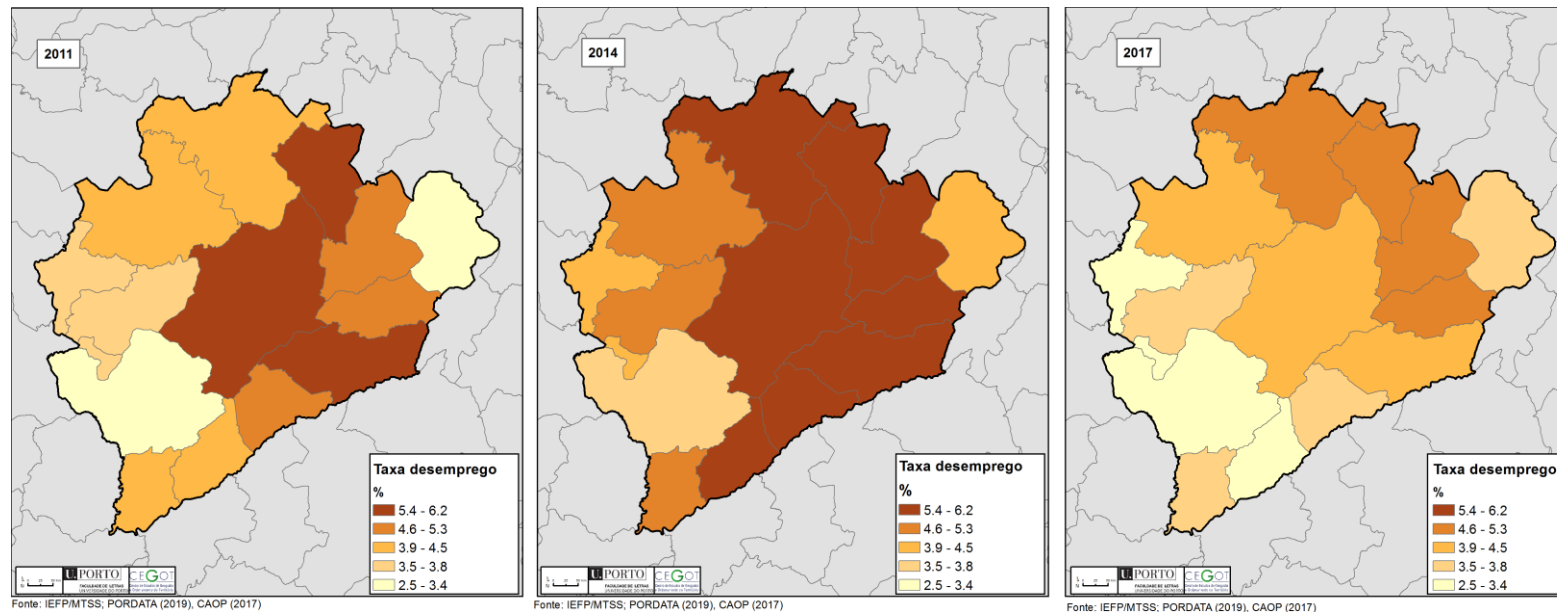
Poder de compra per capita, de 2011 a 2015



Fonte: Elaboração Própria; Fonte de dados: INE; Estudo sobre o poder de compra concelhio (2019)

A análise da evolução do desemprego feita a uma escala sub-regional corrobora o retrato apresentado para o conjunto da região de Viseu Dão Lafões. O cenário de uma melhoria paulatina da situação do emprego ao longo dos últimos anos, com diminuição do número de desempregados, incluindo desempregados jovens, é transversal aos diferentes municípios da região e encontra tradução, num território cada vez mais marcado pelo assalariamento na indústria e serviços, nos avanços positivos observados em matéria de recuperação de rendimentos e reforço do poder de compra (mesmo se num grau inferior ao observado em áreas mais dinâmicas da Região Centro e do país e mesmo com intensidade inferior à que seria expectável face à recuperação económica registada nos últimos anos).

Taxa de desemprego, em 2011, 2014 e 2017



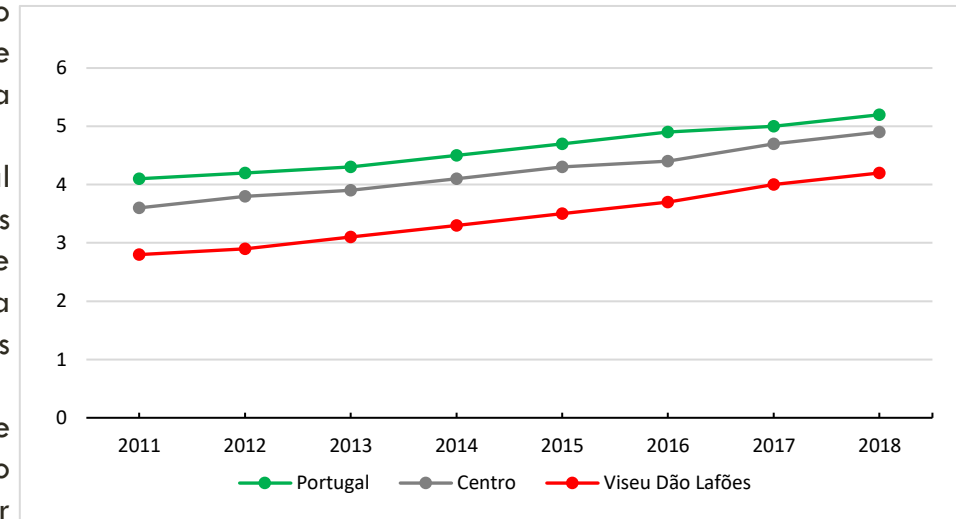
Fonte: Elaboração Própria; Fonte dos dados: IEFP/MTSS; PORDATA(2019)

Médicas/os por 1000 habitantes (N.º), de 2011 a 2018

As melhorias observadas em matéria de emprego e rendimentos, mesmo se menos vigorosas do que aquilo que seria desejável, parecem também ter tido efeito na diminuição das situações de maior vulnerabilidade social, como indicia a diminuição do peso dos beneficiários de RSI no conjunto da população residente na região.

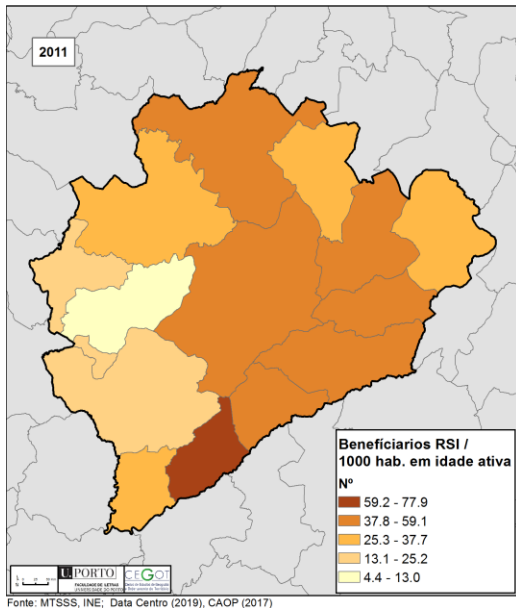
Mesmo se a quebra da proporção de indivíduos e famílias que beneficiam desta medida de política social não foi, desde 2011, tão acentuada como noutras áreas mais dinâmicas da Região Centro, vários foram os municípios de Viseu Dão Lafões que observaram uma evolução positiva deste indicador, apresentando hoje uma situação mais favorável a este nível. Trata-se, de resto, de um indício que atesta o que parece ser uma diminuição, ao longo dos últimos anos, da taxa de pobreza, algo que é também sugerido pelos números que, nos anos mais recentes, e a propósito, têm sido avançados nos planos nacional e regional.

Indício de outro avanço positivo verificado neste período – neste caso no plano da disponibilização e acesso a serviços públicos, designadamente médico-sociais – é a evolução positiva verificada na região no número de médicos por 1000 habitantes, evolução que, todavia, também aqui, tem dificuldade em convergir adequadamente com a evolução registada na Região Centro e no conjunto do país.

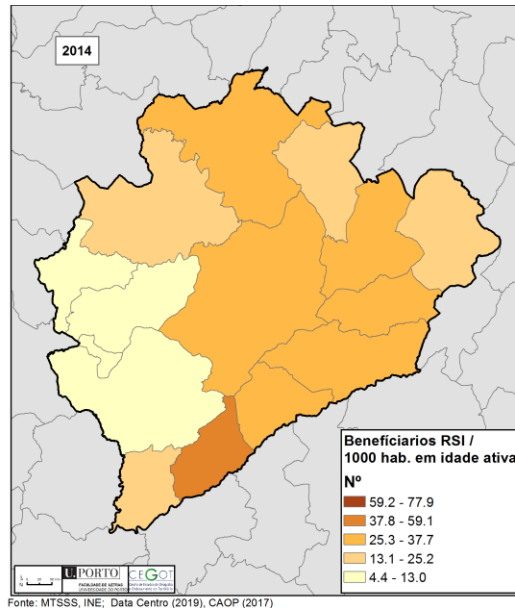


Fonte: Elaboração Própria; Fonte de dados: INE, Estatísticas do pessoal de saúde (2019)

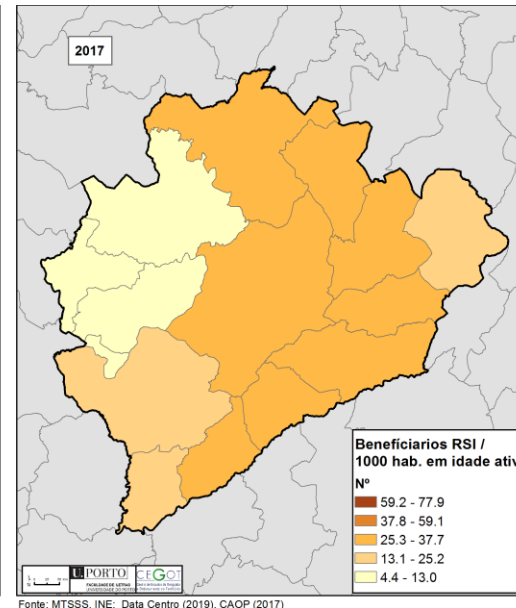
Beneficiários de RSI por 1000 habitantes em idade ativa, em 2011, 2014 e 2017



Fonte: MTSS, INE; Data Centro (2019), CAOP (2017)

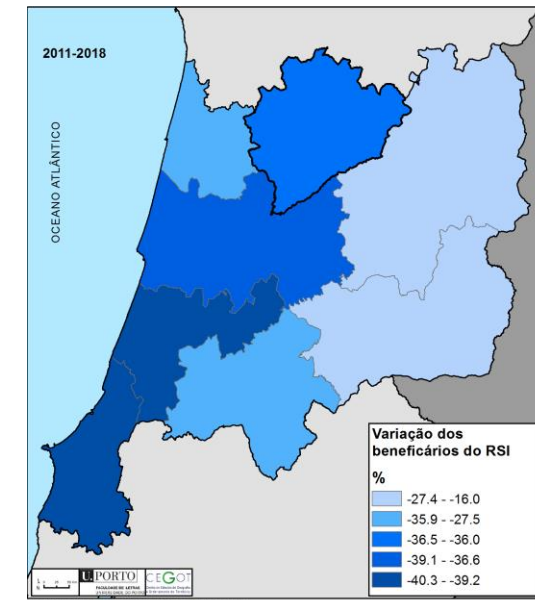


Fonte: MTSS, INE; Data Centro (2019), CAOP (2017)



Fonte: MTSS, INE; Data Centro (2019), CAOP (2017)

Varição dos beneficiários do RSI, 2011-2018



Fonte: MTSS, Pordata (2019), CAOP (2017)

Fonte: Elaboração Própria; Fonte de dados: INE; MTSS; Barómetro Região Centro (2019)

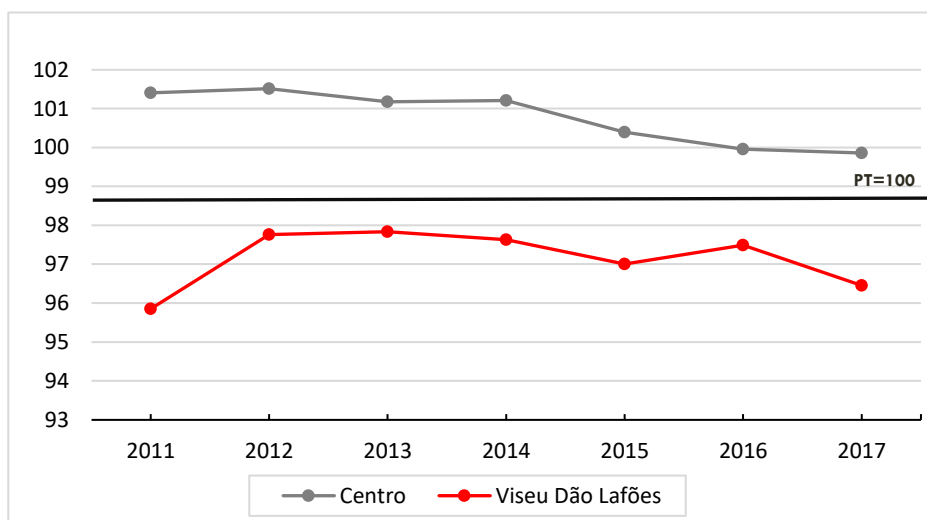
Fonte: Elaboração Própria; Fonte de dados: PORDATA; MTSS (2019)

As possibilidades de reforço e consolidação do dinamismo económico e as perspetivas de aprofundamento da coesão social no território de Viseu Dão Lafões parecem, entretanto, ameaçadas quer pela evolução demográfica esperada, que coloca importantes desafios ao modelo de desenvolvimento instituído, ao mesmo tempo que acentua as pressões sobre as políticas públicas e os sistemas de proteção social, quer pela insuficiente elevação dos níveis de qualificação da população residente (ver, a propósito, a síntese analítica apresentada a propósito dos indicadores de caracterização da evolução regional no domínio da educação, qualificação e competências).

O facto de a recuperação do emprego observada nos últimos anos estar insuficientemente baseada na disponibilização de postos de trabalho em setores exigentes em qualificação significa a reprodução de um padrão produtivo que pode revelar dificuldades para suportar progressões mais sustentadas dos rendimentos, indispensáveis a uma desejável convergência do poder de compra e das condições de vida da população residente com a realidade observável nos planos macrorregional e nacional.

Não surpreende, neste sentido, que a evolução do índice sintético de desenvolvimento regional presente, em Viseu Dão Lafões, entre 2011 e 2017, na dimensão relativa à coesão, um comportamento relativamente discreto. Mesmo sendo possível falar de uma ligeira convergência com a Região Centro e a média nacional, e mesmo se a satisfação geral dos residentes com o seu habitat observa melhorias, a evolução registada no índice em causa é modesta – e há mesmo ligeiras perdas a considerar no último dos subperíodos retidos para análise (2014-2017).

Índice sintético de desenvolvimento regional – Coesão (Nº), de 2011 a 2017



Fonte: Elaboração Própria; Fonte de dados: INE, Índice sintético de desenvolvimento regional (2019)

FUNDOS *PORTUGAL 2020* E COESÃO SOCIAL EM VISEU DÃO LAFÕES

Uma leitura sintética da distribuição e execução dos fundos do *Portugal 2020*, em Viseu Dão Lafões, elaborada à luz da realidade específica do esforço de promoção da coesão social no território regional deve revestir-se de especiais precauções. Isto porque a área de atuação em causa é complexa e multidimensional, abrangendo esferas muito diversificadas da iniciativa pública e privada.

Neste sentido, a aferição do impacto da distribuição e execução de fundos estruturais de investimento na consecução de índices mais robustos de coesão social num dado território nunca pode corresponder a um exercício linear e acabado, devendo antes privilegiar um método indiciário, capaz sobretudo de identificar orientações gerais prosseguidas nesse território, linhas de aposta concretizadas ao longo do tempo e eixos de atuação significativamente municiados de recursos e adequadamente operacionalizados em projetos e ações concretas.

Dando seguimento a este princípio, apresentam-se seguidamente algumas notas analíticas resultantes deste esforço de leitura sintética da relação que em Viseu Dão Lafões genericamente se estabeleceu entre disponibilização e execução de fundos europeus estruturais de investimento e promoção da coesão social, no atual período de programação.

- Uma primeira nota a reter diz respeito à disponibilização na região de fundos do POISE, corresponde a menos de 6% do total de fundos aprovados em Viseu Dão Lafões. Ainda que o peso deste Programa seja globalmente limitado, o peso dos fundos aprovados no seu âmbito é, em Viseu Dão Lafões, inferior a metade do verificado para o conjunto da Região Centro.
- Considerando ainda este Programa, há igualmente a registar o caráter modesto, ou até nulo, da distribuição dos respetivos fundos em muitos municípios da região.
- Ao mesmo tempo, não consta entre os projetos públicos e privados com maior relevância aprovados na região qualquer iniciativa diretamente ligada ao domínio da coesão social.

- Uma leitura da execução financeira dos projetos por tipologia de intervenção, considerando ainda o domínio da “Inclusão Social e Emprego”, reforça a convicção de que esta é uma área escassamente promovida: os 796 registos existentes em Viseu Dão Lafões (14% dos registos da Região Centro) envolvem volumes de investimento inferiores a 100 milhões de euros (menos de 10% dos 1,2 mil milhões de euros de investimento elegível aprovado para a Região Centro, no mesmo domínio temático).
- Se das tipologias de intervenção apoiadas retirarmos aquelas que se referem à formação de ativos, promoção do emprego e do empreendedorismo e apoios diversos à criação de emprego e à inclusão de ativos no mercado de trabalho, então os números revelam-se ainda mais modestos, correspondendo o total de registos a menos de 150 do total (menos de 20% dos registos listados neste domínio temático). Em volume de investimento elegível aprovado, estes projetos representam cerca de 50 milhões de euros, estando a maioria dos encargos direcionada para intervenções de âmbito material (infraestruturas, equipamentos e serviços sociais e de saúde).
- Estas notas de leitura saem reforçadas quando olhamos a distribuição de projetos e financiamento por ação/operação da CIM, que demonstra, em Viseu Dão Lafões, expressão escassa no domínio da coesão social, considerando o período de 2014 a 2019.

Finalmente, quando se retoma a análise dos principais conteúdos e intenções de investimento incluídas no *Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial 2020* de Viseu Dão Lafões, no domínio da “Inclusão Social”, verifica-se a inscrição de intenções de investimento na ordem dos 3,25 milhões de euros (PI 9.1 e 9.4), a executar ora diretamente pela CIM, ora pelos Municípios, com coordenação programática assegurada pela CIM. Tais intenções de investimento incluíam quer apostas vocacionadas para a indução, articulada à escala regional, da inovação social e organizacional no território, quer iniciativas amplas de promoção do envelhecimento ativo, qualificação da intervenção familiar e comunitária e favorecimento da inclusão social e da cidadania por via da intervenção cultural e socioeducativa. Todavia, e com exceção do programa de promoção da “Cultura para Todos em Viseu Dão Lafões” – ele próprio tardiamente visado pelos apoios –, as intenções de investimento previstas para esta área no PDCT não observaram operacionalização e concretização efetivas, não obstante as expectativas geradas junto dos atores e instituições que, na região, quotidianamente intervêm neste domínio.

PROCESSO DE AUSCULTAÇÃO DE ATORES REGIONAIS

Para além do trabalho analítico realizado a propósito quer da evolução de alguns indicadores relevantes em matéria de coesão social, quer da expressão que este domínio temático assumiu na distribuição e execução dos fundos estruturais de investimento, a revisitação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial promovida na região de Viseu Dão Lafões no período de programação que agora finda incluiu um processo de consulta e reanálise de documentação pertinente e, bem assim, a auscultação de representantes institucionais e outros atores regionais com ação relevante neste domínio, esta última materializada num *workshop* temático promovido em Carregal do Sal em meados de janeiro do presente ano. O que se pretendeu com esta iniciativa foi reforçar a dimensão colaborativa do exercício de diagnóstico em curso, ao mesmo tempo que se promovia o alargamento do horizonte de perspetivação em torno das principais opções estratégicas a prosseguir ao longo da próxima década em matéria de aprofundamento da coesão social no território de Viseu Dão Lafões.

Inevitavelmente articulados com a reflexão que nos últimos anos vem sendo feita na *Rede da Coesão Social de Viseu Dão Lafões* – plataforma de cooperação e concertação interinstitucional que a CIM dinamiza, em parceria estreita com o Instituto da Segurança Social / Centro Distrital de Viseu, e que envolve cerca de duas dezenas de instituições na partilha de conhecimento sobre a situação social da região e na idealização de respostas integradas, de âmbito intermunicipal, para os principais desafios do desenvolvimento e da coesão em Viseu Dão Lafões –, os resultados deste processo de auscultação ofereceram pistas importantes para a clarificação dos domínios prioritários de ação a considerar neste domínio.

A página seguinte apresenta uma síntese das principais conclusões da reflexão realizada no âmbito deste processo de auscultação.

- Foi dada grande relevância às ideias de inovação e qualificação organizacional. A promoção da coesão social no território de Viseu Dão Lafões impõe a existência de organizações, públicas e privadas, com lideranças e corpos técnicos mais formados e preparados, articuladas efetiva e produtivamente com organizações de outros domínios (educativo, cultural, empresarial) e tecnologicamente evoluídas.
- A respetiva ação deve crescentemente ser planeada e desenvolvida a uma escala alargada, numa lógica multinível, o que pressupõe a existência de espaços de diagnóstico, planeamento e concertação de âmbito regional, eles próprios articulados à escala inter-regional.
- A intervenção deve ser menos reativa e mais preditiva, o que implica uma aposta na produção continuada de conhecimento sobre o território, o desenvolvimento de novas formas e canais de comunicação e a instituição de princípios de abertura, transparência e avaliação contínua.
- A figura da parceria e o trabalho em rede serão os garantes da estabilidade e sustentabilidade das soluções. Estas devem beneficiar precisamente das lógicas de parceria e trabalho em rede para reforçar a acessibilidade aos serviços, através de respostas mais ágeis, diversas, “móveis” e flexíveis.
- O investimento na modernização tecnológica e na promoção do acesso e da utilização da tecnologia são cruciais para o reforço da capacidade de resposta, incluindo em situação de emergência, e para mitigar os efeitos do isolamento físico e social. A promoção de competências de literacia e de competências digitais é, neste plano, fundamental, devendo abranger o conjunto da população, com especial foco nos segmentos mais envelhecidos e isolados.
- O reforço da acessibilidade e da utilização de meios tecnológicos deve ir de par com a modernização administrativa e a simplificação de procedimentos, designadamente em matéria de acesso a financiamento, comunicação intersetorial e interinstitucional e atendimento ao público. Simultaneamente, é necessário identificar e fomentar novas formas e canais de participação dos cidadãos na conceção e operacionalização dos serviços e respostas sociais, para melhorar a sua eficácia e possibilitar uma maior adequação da intervenção às necessidades efetivas dos indivíduos, famílias e comunidades.
- Importa fomentar uma maior articulação entre políticas educativas e políticas sociais, de modo a reforçar o papel da escola e da escolarização enquanto veículos de promoção de oportunidades sociais, em especial para as famílias e os grupos mais fragilizados e no seio dos quais a reprodução intergeracional da pobreza e da exclusão é mais frequente. Esta articulação será também crucial para apoiar processos de diversificação e qualificação do tecido produtivo que permitam a ampliação das oportunidades de inserção socioprofissional e o reforço dos rendimentos disponíveis.

REVISITAÇÃO DA ESTRATÉGIA VDL 2020 PARA A COESÃO SOCIAL – NOTAS-SÍNTESE

No quadro da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial que aqui revisitamos, a promoção da coesão social na região de Viseu Dão Lafões assumia como eixos estratégicos o fomento da economia social e o desenvolvimento do terceiro setor, considerados elementos indispensáveis da dinamização e qualificação do apoio ao envelhecimento ativo e da promoção da inclusão social dos grupos mais vulneráveis.

Considerando o grau de generalidade com que a ação a desenvolver no âmbito deste domínio temático foi concebida e projetada no anterior período de programação, dir-se-ia que mantêm plena validade os propósitos e linhas gerais então enunciados. Impõe-se, todavia, aproveitar o presente exercício para dar um passo mais, descendo em detalhe e procurando concretizar os termos que, em Viseu Dão Lafões, devem estruturar uma ação incisiva em prol da coesão social. Outra coisa não esperariam, aliás, os atores e instituições que, nos últimos anos, participaram ativamente na construção do importante património de reflexão e proposta hoje disponível a propósito da trajetória, situação e futuro do tecido social e da vida em comum na região.

Concretizando esta resolução, o que é proposto é que este exercício redunde na delimitação de quatro domínios prioritários de ação em prol do reforço da coesão social no território de Viseu Dão Lafões. Assim, e para além da manutenção de um foco – aliás estruturante – na promoção da inovação social e organizacional e na capacitação e qualificação das instituições e da sua intervenção, propõe-se que a ação esteja estratégica e explicitamente organizada em torno de três temáticas centrais: a qualidade de vida das pessoas idosas e das pessoas dependentes, suas famílias e cuidadores; a saúde mental e comunitária; e a inclusão, bem-estar e oportunidades dos grupos sociais mais vulneráveis.

As páginas seguintes deste documento explicitam o conteúdo das apostas estratégicas acima brevemente enunciadas.



II - COESÃO SOCIAL

Domínios Prioritários de Ação

PROMOÇÃO DA COESÃO SOCIAL EM VISEU DÃO LAFÕES – DOMÍNIOS PRIORITÁRIOS PARA A AÇÃO

A identificação dos domínios prioritários de ação a prosseguir em Viseu Dão Lafões em matéria de promoção da coesão social resulta do cruzamento entre a síntese diagnóstica anteriormente apresentada, as conclusões do processo de auscultação realizado e, sobretudo, o património de reflexão e proposta acumulado pela plataforma de cooperação interinstitucional promovida nos últimos anos pela CIM para organizar o trabalho em rede e qualificar a intervenção social na região, por via do favorecimento da partilha de conhecimento e recursos, da indução da inovação organizacional e programática e da prossecução da sustentabilidade das opções estratégicas adotadas que aliás foram objeto do Compromisso para a Coesão Social, oportunamente subscrito.

O privilégio de uma abordagem prospetiva baseada neste património de reflexão e proposta, e alicerçada em conhecimento construído e validado localmente, não significa, contudo, que tenha sido descurada a perspetiva multinível que a concretização adequada de um exercício deste tipo inevitavelmente impõe. Com efeito, os domínios prioritários de ação identificados articulam-se de forma manifesta com as agendas que neste âmbito têm sido avançadas quer pelas instâncias europeias, quer pelas autoridades nacionais e regionais bem como com a proposta de transferência de competências aceite pela CIM Viseu Dão neste domínio, ao abrigo do Decreto-Lei n.º55/2020. No caso europeu, tem sido bem evidenciada a preocupação com a construção de modelos de intervenção social mais ágeis, dotados de maior transversalidade e integração e baseados numa definição rigorosa, com indispensável participação das comunidades locais, dos problemas a confrontar prioritariamente e das respostas a adotar como mais adequadas. Trata-se de uma preocupação que tem estado bem patente na reflexão suscitada pela reafirmação recente do *Pilar Europeu dos Direitos Sociais*, e que o presente exercício acompanha e especifica. Por outro lado, o que as páginas seguintes sugerem é a notória confluência entre os domínios prioritários de ação nelas elencados e vários dos propósitos contemplados quer no eixo de reforço da coesão social incluído no *Programa Nacional de Reformas*, quer nas orientações estratégicas que a Região Centro está a desenvolver para o próximo período de programação de investimentos apoiados por Fundos da União Europeia (2021-2027).

Considerando o propósito fundamental de reforço da coesão social em Viseu Dão Lafões no horizonte de 2030, são propostos 4 domínios prioritários de ação:

- 1. Envelhecimento Ativo e Qualidade de Vida das Pessoas Idosas e suas Famílias;**
- 2. Inclusão Social, Dinamização Comunitária e Cidadania;**
- 3. Saúde Mental e Comunitária;**
- 4. Inovação Social e Organizacional, Trabalho em Rede e Qualificação da Intervenção.**

Estes 4 domínios prioritários encontram tradução em 11 objetivos estratégicos, que deverão de se desdobrar, por sua vez, em 18 linhas de ação principais. As tabelas das páginas seguintes sintetizam a articulação proposta entre domínios prioritários, objetivos estratégicos e linhas de ação a prosseguir ao longo dos próximos anos em matéria de promoção da coesão social na região de Viseu Dão Lafões.

1. ENVELHECIMENTO ATIVO E QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS

A identificação deste domínio enquanto prioridade de ação em matéria de promoção da coesão social no território de Viseu Dão Lafões significa sublinhar a relevância da resposta aos desafios que hoje impõe o cuidado de pessoas idosas e de pessoas dependentes, a importância do favorecimento da respetiva permanência nos contextos domésticos e de vida quotidiana e o significado que esse propósito pode ter no reforço da vida comunitária e da coesão territorial. Trata-se, ainda, de reconhecer o papel e de capacitar a ação das famílias e dos/as cuidadores/as, incentivando formas de articulação frutuosa entre as redes de cuidados formais e informais, promovendo a ampliação e generalização de boas práticas e propiciando a proximidade, a personalização e a qualificação da intervenção realizada no território, incluindo em áreas isoladas e de mais baixa densidade.

Domínios Prioritários	Objetivos Estratégicos
Envelhecimento Ativo e Qualidade de Vida das Pessoas Idosas e suas Famílias	OE1. Melhorar a qualidade de vida de pessoas idosas e de pessoas dependentes, bem como das suas famílias e seus/suas cuidadores/as, favorecendo o desenvolvimento de competências, a autonomia, o envelhecimento ativo e saudável e a participação social e comunitária. OE2. Reconhecer, valorizar e qualificar o papel e ação dos/as cuidadores/as formais e informais de pessoas idosas e de pessoas dependentes.

2. INCLUSÃO SOCIAL, DINAMIZAÇÃO COMUNITÁRIA E CIDADANIA

Este domínio prioritário de ação pretende ser um espaço de construção de respostas a um conjunto de desafios diversificados que a confrontação dos fatores de vulnerabilidade de diversas famílias e grupos sociais específicos e a promoção da coesão social hoje colocam a Viseu Dão Lafões. Trata-se, em certos casos, de desafios que observam já, por parte do tecido institucional da região, respostas inovadoras que importa aprofundar, qualificar e disseminar; noutros casos, estaremos perante desafios emergentes ou em franca transformação dos processos sociais que lhes subjazem e das respetivas manifestações, e que, por isso, exigem respostas novas ou respostas distintas das habitualmente mobilizadas.

Domínios Prioritários	Objetivos Estratégicos
Inclusão Social, Dinamização Comunitária e Cidadania	OE3. Promover a inclusão social e melhorar a qualidade de vida e o bem-estar de pessoas com deficiência e suas famílias e cuidadores/as.
	OE4. Dinamizar a prevenção e a confrontação da violência doméstica e de género, nas suas diferentes configurações e manifestações e considerando diferentes grupos sociais e as distintas etapas do ciclo de vida.
	OE5. Promover a diversidade social e cultural, a inclusão de minorias e o reforço do tecido associativo, da vida comunitária e dos valores da cidadania.
	OE6. Fomentar percursos intergeracionais qualificantes nos planos educativo e sociocultural, favorecendo a capacitação das famílias e contribuindo para a melhoria das condições de exercício e vivência da parentalidade.

3. SAÚDE MENTAL E COMUNITÁRIA

Enquanto domínio prioritário de ação em prol da coesão social em Viseu Dão Lafões, a promoção da saúde mental e comunitária impõe a conceção e mobilização de formas de atuação capazes de visar simultaneamente a produção de conhecimento detalhado e cientificamente informado acerca desta realidade, a promoção do trabalho em rede e da coordenação entre os diversos agentes e instituições que operam neste domínio e o desenvolvimento de modalidades integradas, multidisciplinares e inovadoras de intervenção, conjugando prevenção da doença com ações de promoção da saúde mental e de combate ao estigma, garantindo a ligação à comunidade, para assim favorecer a acessibilidade e possibilitar uma melhor articulação com os cuidados primários de saúde e com os serviços sociais, assegurando o envolvimento e a participação ativa das pessoas com problemas de saúde mental e suas famílias na construção das respostas que lhes são dirigidas.

Domínios Prioritários	Objetivos Estratégicos
Saúde Mental e Comunitária	OE7. Melhorar a condição e a qualidade de vida de pessoas com desafios em matéria de saúde mental, bem como das respetivas famílias e cuidadores/as, promovendo formas adequadas de apoio e modalidades de intervenção favorecedoras da respetiva autonomia e participação social plena. OE8. Fomentar a produção e difusão de conhecimento científico sobre doença e saúde mental, favorecendo a prevenção em saúde mental e comunitária, nos seus diversos níveis e expressões, e incentivando a atuação multissetorial e o trabalho em rede.

4. INOVAÇÃO SOCIAL E ORGANIZACIONAL, TRABALHO EM REDE E QUALIFICAÇÃO DA INTERVENÇÃO

Uma aposta estratégica na promoção da coesão social em Viseu Dão Lafões não pode dispensar o desenvolvimento das estruturas e ferramentas mais adequadas ao reforço da articulação e da cooperação interinstitucional e à indução e desenvolvimento de formas de inovação organizacional e programática que favoreçam a capacitação dos agentes, a qualificação dos recursos disponíveis e das formas de intervenção mobilizadas e a participação ativa das pessoas e comunidades na conceção e operacionalização das iniciativas.

Domínios Prioritários	Objetivos Estratégicos
Inovação Social e Organizacional, Trabalho em Rede e Qualificação da Intervenção	OE9. Aprofundar os mecanismos e ferramentas de diálogo e concertação interinstitucional, favorecendo a coerência dos diagnósticos e planos, a atuação intermunicipal e a simplificação de processos de decisão.
	OE10. Promover a inovação social e organizacional, dinamizando a comunicação e o trabalho em rede, capacitando as lideranças institucionais e técnicas e favorecendo a experimentação, a partilha de boas práticas e a sustentação de modalidades de atuação próximas, personalizadas e flexíveis, bem como de dispositivos de intervenção rápida e integrada, incluindo em contexto de emergência.
	OE11. Apoiar a modernização e simplificação administrativa, a harmonização, integração e digitalização de processos e o aprofundamento da participação dos promotores diretos e dos destinatários na conceção, melhoria contínua e avaliação das respostas adotadas.

1. ENVELHECIMENTO ATIVO E QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS

Objetivos Estratégicos	Linhas de Ação
OE1. Melhorar a qualidade de vida de pessoas idosas e de pessoas dependentes, bem como das suas famílias e seus/suas cuidadores/as...	LA1. Aprofundamento e generalização de soluções ágeis, integradas, flexíveis e técnica e tecnologicamente evoluídas de prestação de serviços junto de pessoas idosas e de pessoas dependentes, orientadas para o favorecimento da sua permanência no contexto residencial e comunitário.
	LA2. Informação, sensibilização e desenvolvimento de modalidades inovadoras de apoio psicossocial junto de pessoas idosas, pessoas dependentes e suas famílias e cuidadores/as.
	LA3. Desenvolvimento de programas de formação de competências essenciais para a vida, com foco na promoção de competências de literacia e de competências digitais.
OE2. Reconhecer, valorizar e qualificar o papel e ação dos/as cuidadores/as formais e informais...	LA4. Identificação, referenciação, caracterização e capacitação de cuidadores/as informais e familiares, incluindo em processos articulados com a formação e capacitação dos profissionais do cuidado.

2. INCLUSÃO SOCIAL, DINAMIZAÇÃO COMUNITÁRIA E CIDADANIA

Objetivos Estratégicos	Linhas de Ação
OE3. Promover a inclusão social e melhorar a qualidade de vida e o bem-estar de pessoas com deficiência e suas famílias e cuidadores/as	LA5. Instalação e alargamento da ação de serviços especializados de intervenção socioeducativa em contexto comunitário com pessoas com deficiência ou outras limitações. LA6. Desenvolvimento de programas inclusivos de promoção desportiva, bem como de ocupação de tempos livres, incluindo iniciativas direcionadas para a formação cívica e a prevenção de riscos.
OE4. Dinamizar a prevenção e a confrontação da violência doméstica e de género.	LA7. Promoção de iniciativas de prevenção, informação e sensibilização e de formas de apoio técnico e logístico para consolidação ou criação de intervenções com vítimas e agressores.
OE5. Promover a diversidade social e cultural, a inclusão de minorias e o reforço do tecido associativo, da vida comunitária e dos valores da cidadania	LA8. Desenvolvimento de iniciativas de educação para a cidadania, promoção da interculturalidade e promoção social e cultural de minorias étnicas e grupos vulneráveis, incluindo a formação e capacitação no domínio da mediação intercultural.
OE6. Fomentar percursos intergeracionais qualificantes nos planos educativo e sociocultural...	LA9. Capacitação das famílias e promoção de modalidades inovadoras de apoio à parentalidade e de acompanhamento social e intervenção familiar e comunitária.

3. SAÚDE MENTAL E COMUNITÁRIA

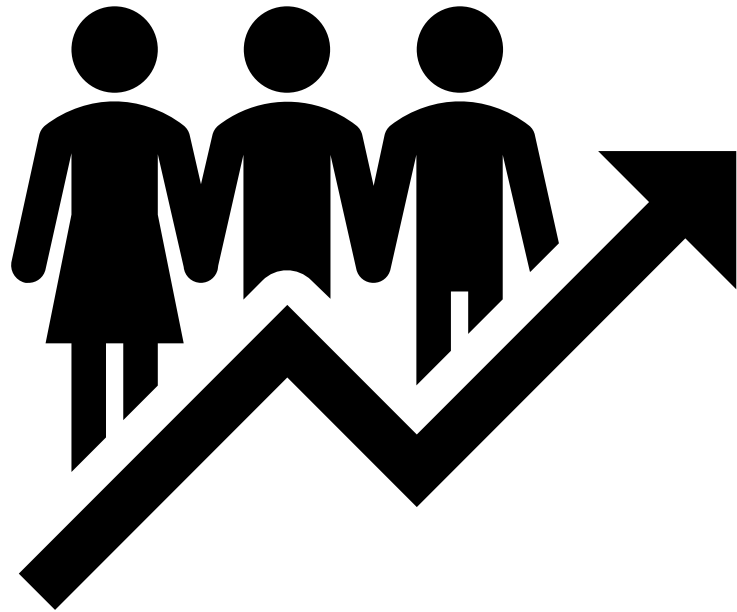
Objetivos Estratégicos	Linhas de Ação
OE7. Melhorar a condição e a qualidade de vida de pessoas com desafios em matéria de saúde mental.	LA10. Desenvolvimento de modalidades inovadoras de acompanhamento próximo, promoção da saúde e apoio psicossocial junto de pessoas com desafios de saúde mental e suas famílias e cuidadores/as.
OE8. Fomentar a produção e difusão de conhecimento científico sobre doença e saúde mental, favorecendo a prevenção em saúde mental e comunitária...	LA11. Qualificação e aprofundamento do diagnóstico da realidade regional em matéria de doença e saúde mental e apoio à constituição de mecanismos de concertação e atuação intersetorial.
	LA12. Promoção de modalidades inovadoras de prevenção e promoção da saúde mental e comunitária, incluindo ações de informação e sensibilização e ações de educação para a saúde.

4. INOVAÇÃO SOCIAL E ORGANIZACIONAL, TRABALHO EM REDE E QUALIFICAÇÃO DA INTERVENÇÃO

Objetivos Estratégicos	Linhas de Ação
OE9. Aprofundar os mecanismos e ferramentas de diálogo e concertação interinstitucional	LA13. Prossecução e aprofundamento do trabalho de articulação e concertação interinstitucional desenvolvido no quadro da Rede da Coesão Social de Viseu Dão Lafões.
	LA14. Integração das modalidades de diagnóstico e planeamento social, com desenvolvimento de perspetivas de atuação e processos de tomada de decisão de âmbito supramunicipal.
OE10. Promover a inovação social e organizacional	LA15. Formação e capacitação de líderes institucionais e de chefias intermédias e quadros técnicos.
	LA16. Criação de Centro Intermunicipal de Inovação Social, para conceção, coordenação e desenvolvimento de programas e iniciativas neste âmbito.
OE11. Apoiar a modernização e simplificação administrativa, a harmonização, integração e digitalização de processos e o aprofundamento da participação	LA17. Promoção de formas inovadoras de design de serviço e de modalidades de simplificação administrativa e de digitalização de formas de comunicação e de processos.
	LA18. Experimentação de processos dinâmicos, participados e descentralizados de conceção, monitorização e avaliação de respostas e modalidades de intervenção social.

III. COMPETITIVIDADE, EMPRESAS E EMPREENDEDORISMO





III. COMPETITIVIDADE, EMPRESAS E EMPREENDEDORISMO

Síntese Estratégica

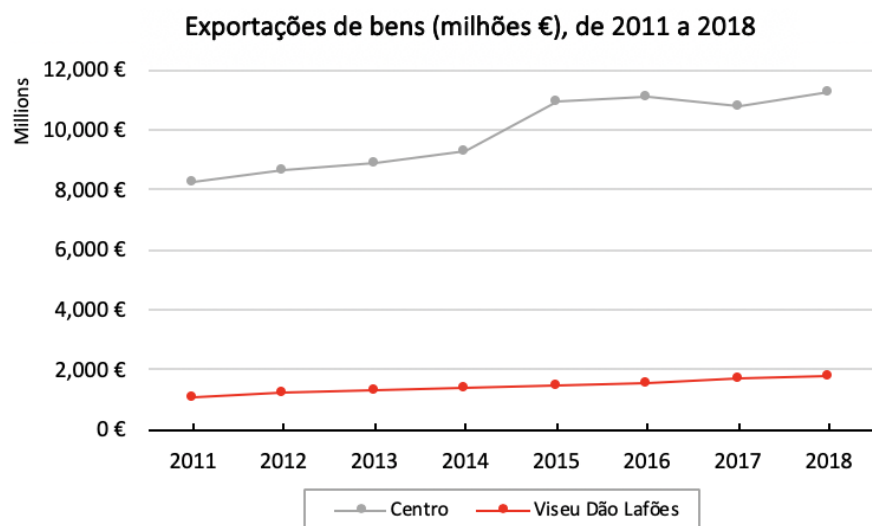
1. INTRODUÇÃO

Apresenta-se seguidamente uma síntese da revisitação à Estratégia "Viseu Dão Lafões 2020", no que respeita à temática da "Competitividade, Empresas e Empreendedorismo". A análise realizada incidiu nos seguintes quatro domínios principais:

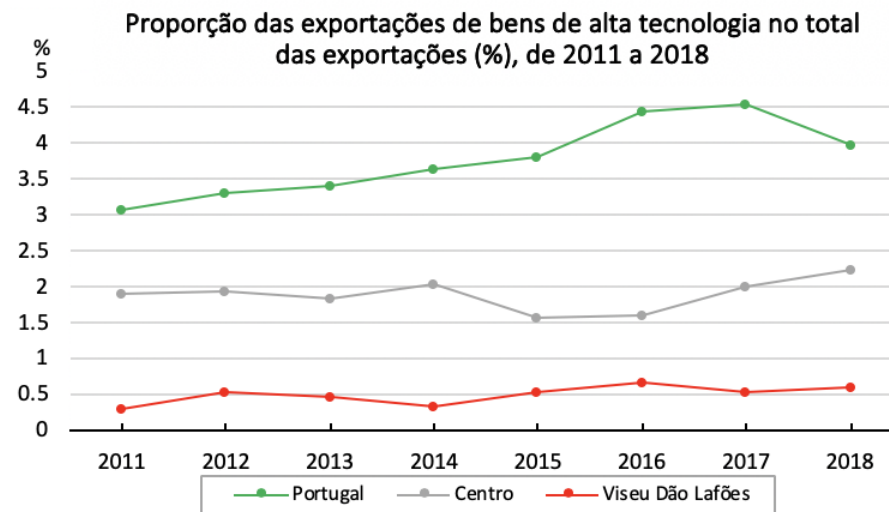
- i. na atualização do diagnóstico para o período 2011-2017, procurando-se, de forma sintética, identificar as principais dinâmicas e transformações registadas no território, incidindo particularmente em três das suas dimensões estruturantes, concretamente: Internacionalização; Dinâmica Empresarial; e Criação de Valor e Produtividade;
- ii. numa análise ao desempenho de Viseu Dão Lafões no quadro do Portugal 2020, particularmente no que respeita aos financiamentos relacionados com os Incentivos ao Investimento Empresarial;
- iii. na apresentação das principais conclusões resultante do processo de auscultação realizado com os agentes locais que atuam nas diferentes áreas relacionadas com a Competitividade e o Desenvolvimento Empresarial;
- iv. e, por fim, na análise de revisitação ao quadro estratégico definido para esta temática no anterior exercício de planeamento estratégico, face às dinâmicas entretanto registadas.

Descrevem-se de seguida, de forma sumária e objetiva, os principais elementos da análise efetuada em cada um dos domínios acima referidos, apresentando-se um conjunto de elementos gráficos incidindo nas dimensões que merecem maior destaque em cada um, os quais são complementados por uma breve síntese conclusiva.

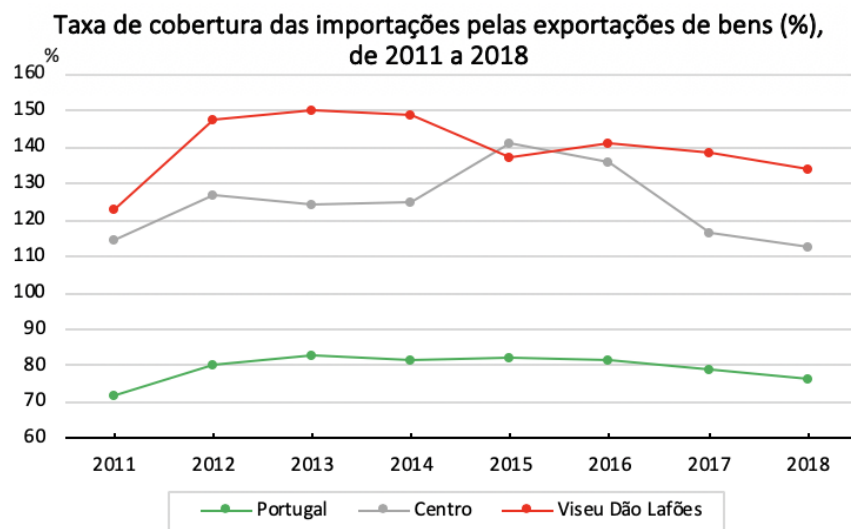
INTERNACIONALIZAÇÃO



Fonte: Elaboração Própria; Fonte dos dados: INE; Estatísticas do comércio internacional de bens (2018)



Fonte: Elaboração Própria; Fonte dos dados: INE; Estatísticas do comércio internacional de bens (2018)

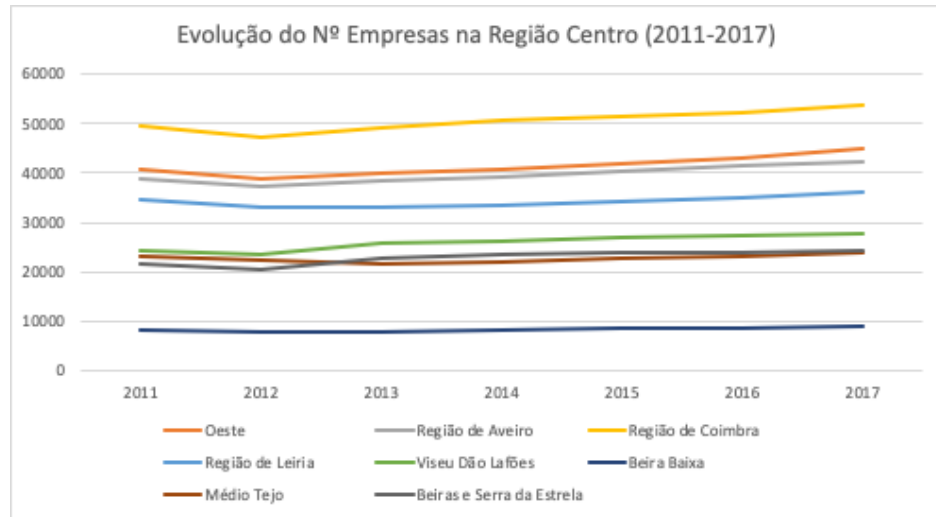


Fonte: Elaboração Própria; Fonte dos dados: INE; Estatísticas do comércio internacional de bens (2018)

Síntese:

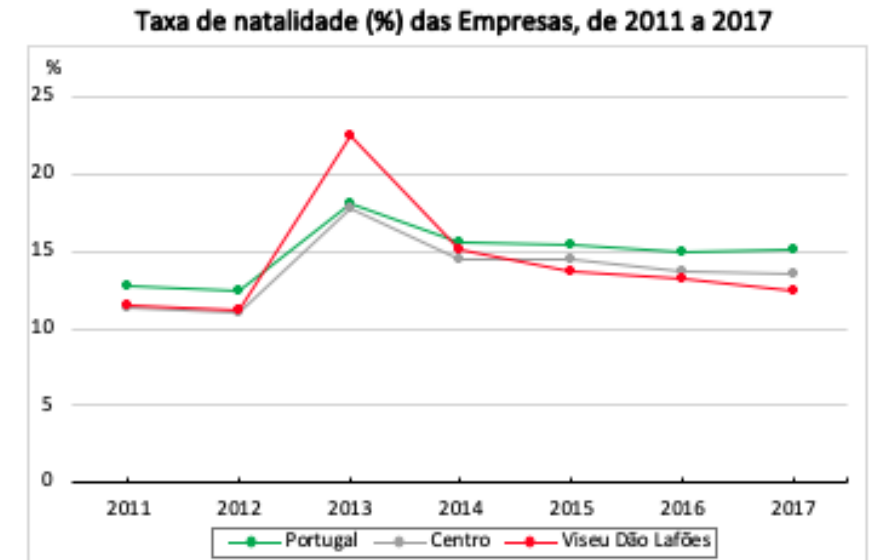
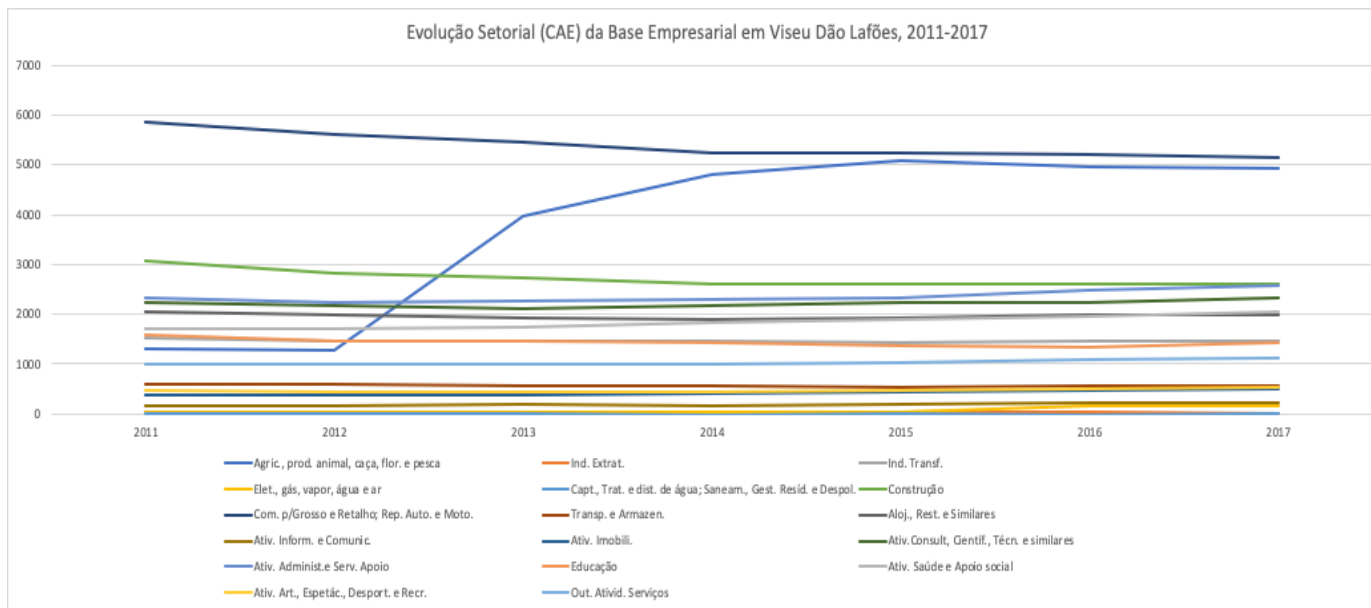
- De uma forma geral, no que respeita à Internacionalização, o desempenho de Viseu Dão Lafões durante o período considerado foi positivo, traduzindo-se:
 - numa evolução positiva das Exportações (variação de 42,7%, de 1.163 M€ em 2011 para 1.660 M€ em 2017), incluindo do peso das exportações de alta tecnologia no total de exportações (embora ainda pouco significativo);
 - numa Taxa de Cobertura das Importações claramente superior às médias nacional e regional, embora com tendência decrescente;
 - no aumento do grau de abertura da economia regional ao comércio internacional (52,5% em 2017) e da proporção do VAB das empresas maioritariamente estrangeiras, o que revela a crescente internacionalização ;
 - embora se tenha assistido a uma diminuição ligeira da intensidade exportadora (de 35,5% em 2011 para 33,7% em 2017).

DINÂMICA EMPRESARIAL



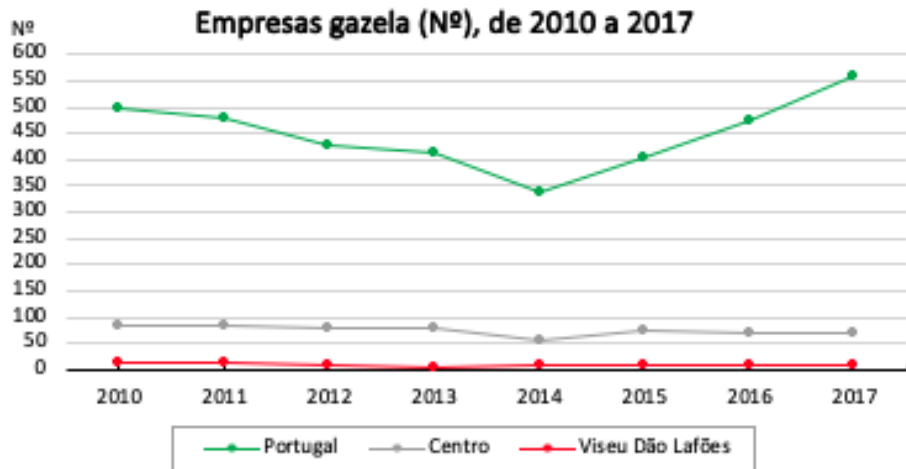
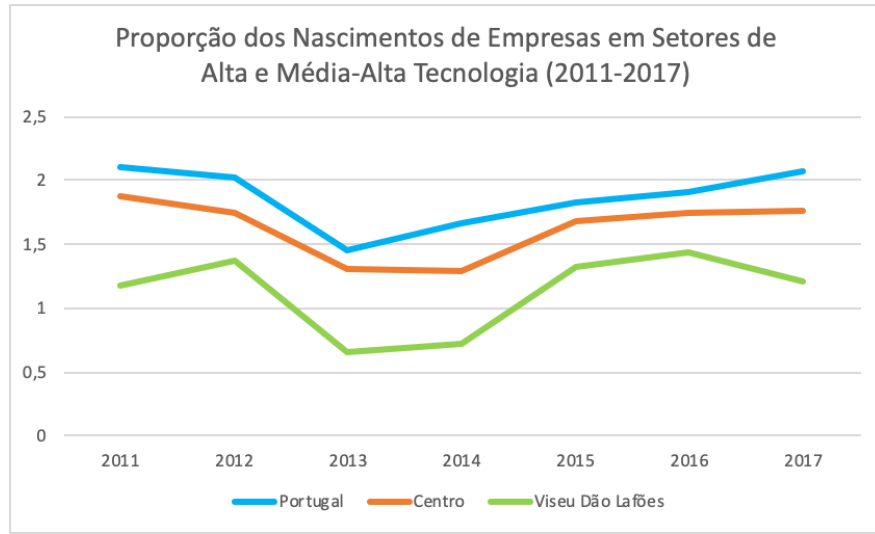
Síntese:

- No que respeita à evolução e transformações mais significativas ao nível da base empresarial, o que os gráficos agora apresentados permitem destacar é que:
 - o tecido empresarial instalado em Viseu Dão Lafões registou, entre 2011 e 2017, um crescimento de cerca de 13,5%, ligeiramente mais acentuado mas no mesmo sentido que todas as restantes sub-regiões do Centro de Portugal, mantendo portanto a sua importância relativa no quadro regional;
 - no que respeita à sua evolução setorial, assistiu-se, entre 2012 e 2015, a um crescimento muito significativo do nº de empresas no setor Primário, nos Serviços Administrativos e na Energia, sendo igualmente de destacar a evolução em sentido contrário registada nos setores do Comércio (Grosso e Retalho) e na Construção, com variações negativas de 12% e 15% respetivamente, embora ambos se mantenham como importantes na estrutura empresarial da sub-região;
 - A Taxa de Natalidade das empresas melhorou ligeiramente entre 2011 e 2017, mas depois de um crescimento mais acentuado até 2013, tem vindo a registar uma tendência de decréscimo.



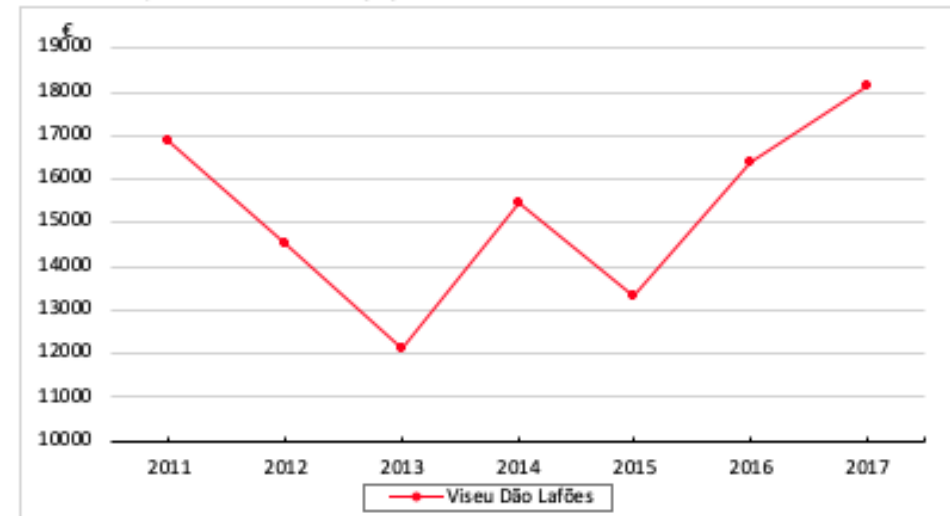
Fonte: Elaboração Própria; Fonte dos dados: INE; Demografia das empresas (2019)

DINÂMICA EMPRESARIAL



Fonte: Elaboração Própria; Fonte dos dados: INE; Sistema de contas integradas das empresas (2017)

Despesa em investigação e desenvolvimento (I&D - €) das instituições e empresas com investigação e desenvolvimento, em 2011 e 2017



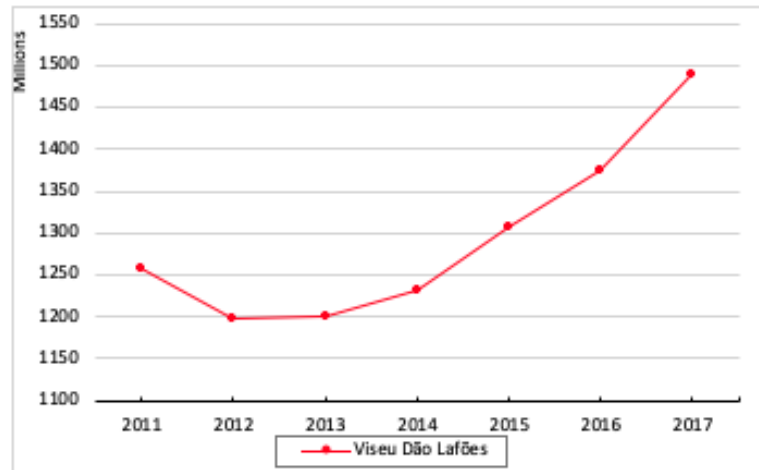
Fonte: Elaboração Própria; Fonte dos dados: INE; DGEEC (2018)

Síntese:

- No que respeita à performance competitiva do tecido empresarial de Viseu Dão Lafões, é possível verificar que as dinâmicas empreendedoras têm vindo a evoluir positivamente mas são ainda pouco qualificadas, e apesar de se ter registado uma ligeira melhoria na incorporação de fatores competitivos avançados por parte das empresas industriais, é ainda necessário alargar bastante a base empresarial que incorpora estes fatores competitivos na sua atividade. Algumas evidências que sustentam estes aspetos são as seguintes:
 - A taxa de investimento das empresas, depois de aumentar até 2014 (atingindo os 22,9%), situou-se em 2017 em 19%, valor similar ao de 2011;
 - A proporção dos nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia tem registado uma variação pouco significativa, tendo piorado face ao contexto regional e nacional;
 - A proporção de Empresas do setor da Indústria Transformadora com fatores competitivos avançados melhorou ligeiramente, situando-se contudo abaixo dos 50% (melhor do que na Região Centro, mas pior do que no País);
 - As empresas Gazela (empresas jovens e inovadoras, com elevados ritmos de crescimento sustentados ao longo do tempo) registaram em Viseu Dão Lafões uma evolução sem significado neste período;
 - As Despesas em I&D, apresentaram um comportamento oscilante, revelando uma tendência de crescimento a partir de 2015, mas mantendo o seu peso no PIB, em torno dos 0,6% (valor bastante inferior às médias regional e nacional).

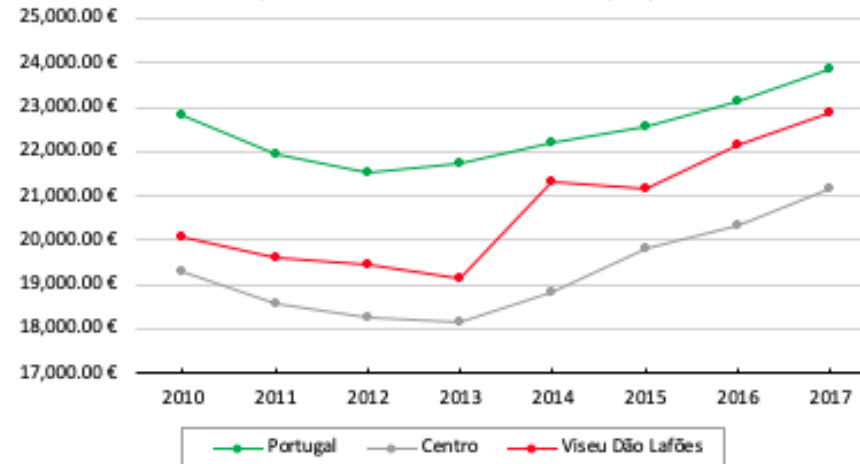
CRIAÇÃO DE VALOR E PRODUTIVIDADE

Valor acrescentado bruto (€) das Empresas, de 2011 a 2017



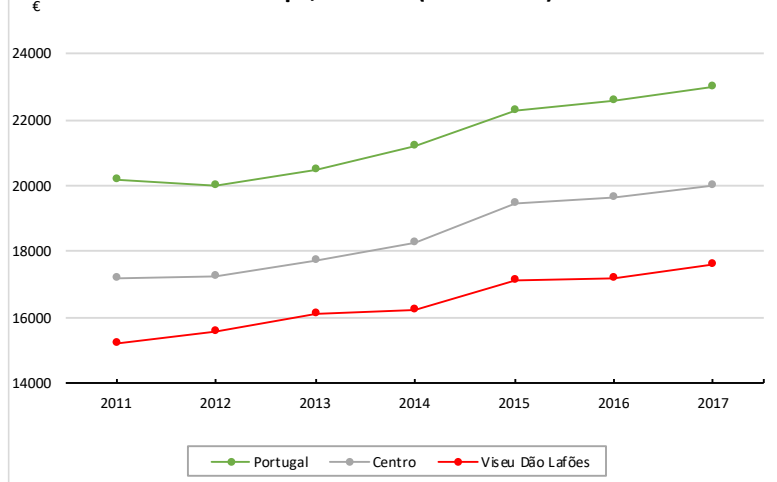
Fonte: Elaboração Própria; Fonte dos dados: INE; Sistema de contas integradas das empresas (2019)

Produtividade aparente do trabalho (VAB / Emprego), de 2010 a 2017



Fonte: Elaboração Própria; Fonte dos dados: INE; Sistema de contas integradas das empresas (2019)

PIB pc, em PPC (2011-2017)

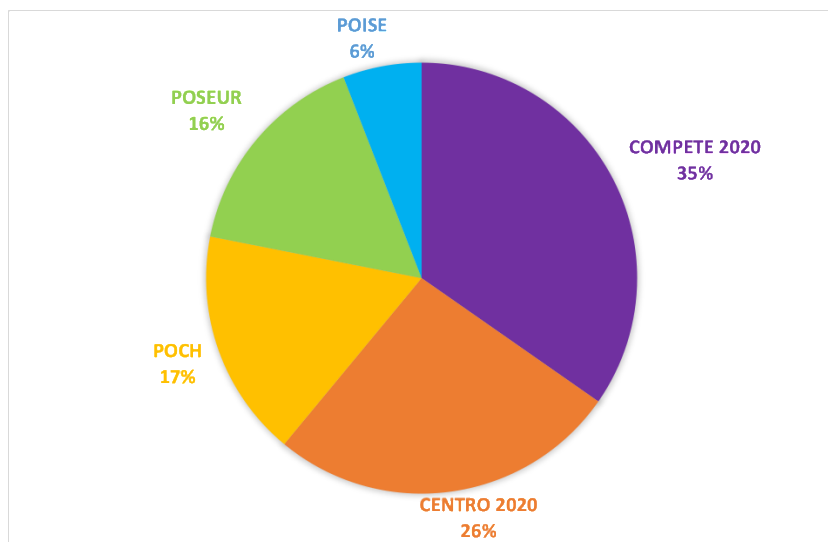


Síntese:

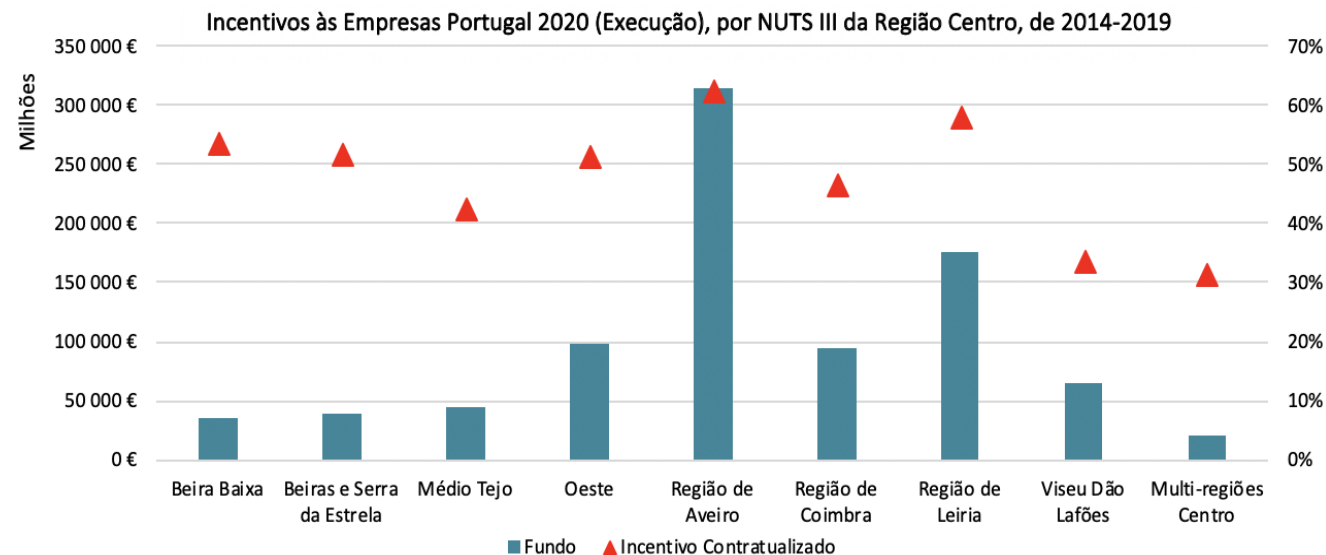
- Apesar de se registar nesta sub-região um crescimento do VAB, assim como uma melhoria dos níveis de produtividade, em convergência com o verificado para o País, verificou-se durante o período de 2011 e 2017 alguma estagnação na capacidade produtiva instalada, bem como uma redução no contributo para o VAB por parte das atividades com maior incorporação tecnológica e de conhecimento. Os dados a destacar neste domínio são os seguintes:
 - O valor da atividade produtiva das empresas (VAB) aumentou cerca de 13% entre 2011 e 2017, registando uma tendência de crescimento mais acentuada a partir de 2013;
 - O contributo das Indústrias de alta e média-alta tecnologia assim como dos Serviços Intensivos em Conhecimento para o VAB tem contudo vindo a decrescer, situando-se nos 9,6% e 0,3% respetivamente;
 - Quanto à Produtividade, os indicadores disponíveis revelam uma evolução positiva e um processo de convergência com o conjunto do País, apresentando mesmo níveis de produtividade superiores aos da Região Centro;
 - No que respeita ao PIB, registou uma evolução positiva, acompanhando a evolução registada no País e mantendo o seu peso em 2,8% do total nacional.

DISTRIBUIÇÃO DE FUNDOS DO PT 2020

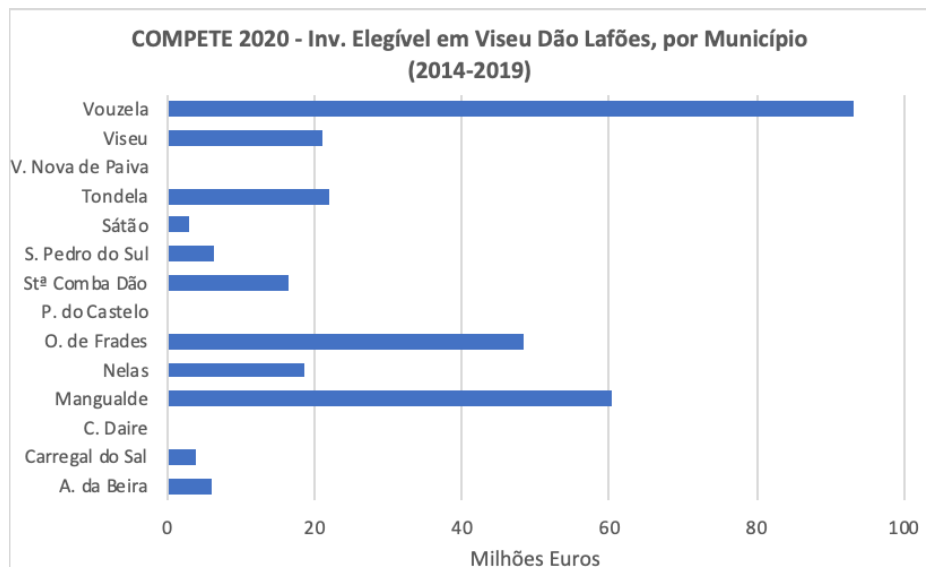
Distribuição do Inv. Elegível Aprovado por PO em Viseu Dão Lafões (2014-2019))



Fonte de Dados: Lista de operações aprovadas - COMPETE 2020 (31/12/2019)



Fonte: Ponto de Situação: Autoridade de Gestão do COMPETE 2020; Incentivos às Empresas Portugal 2020 (Nº51), Dados reportados a 31 de dezembro de 2019

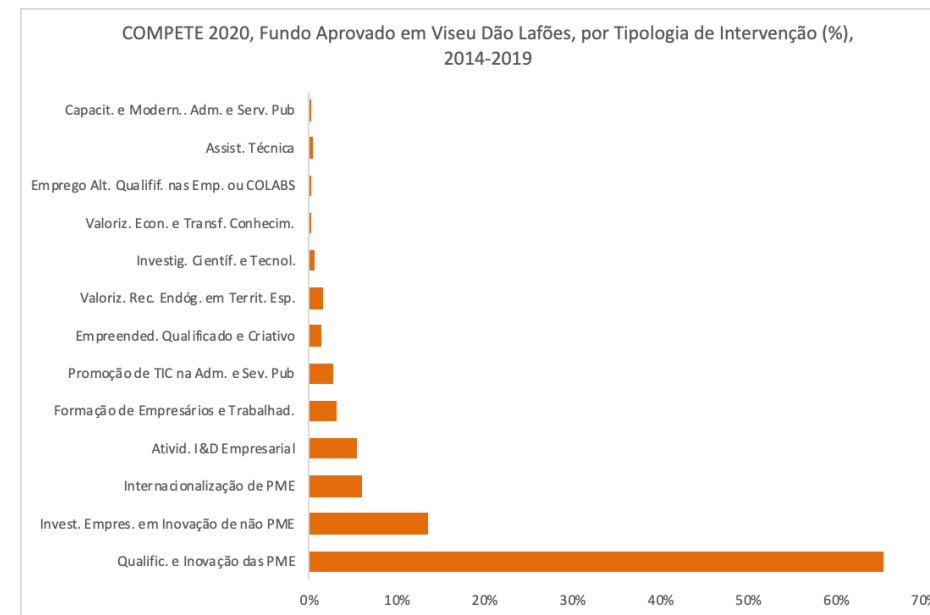
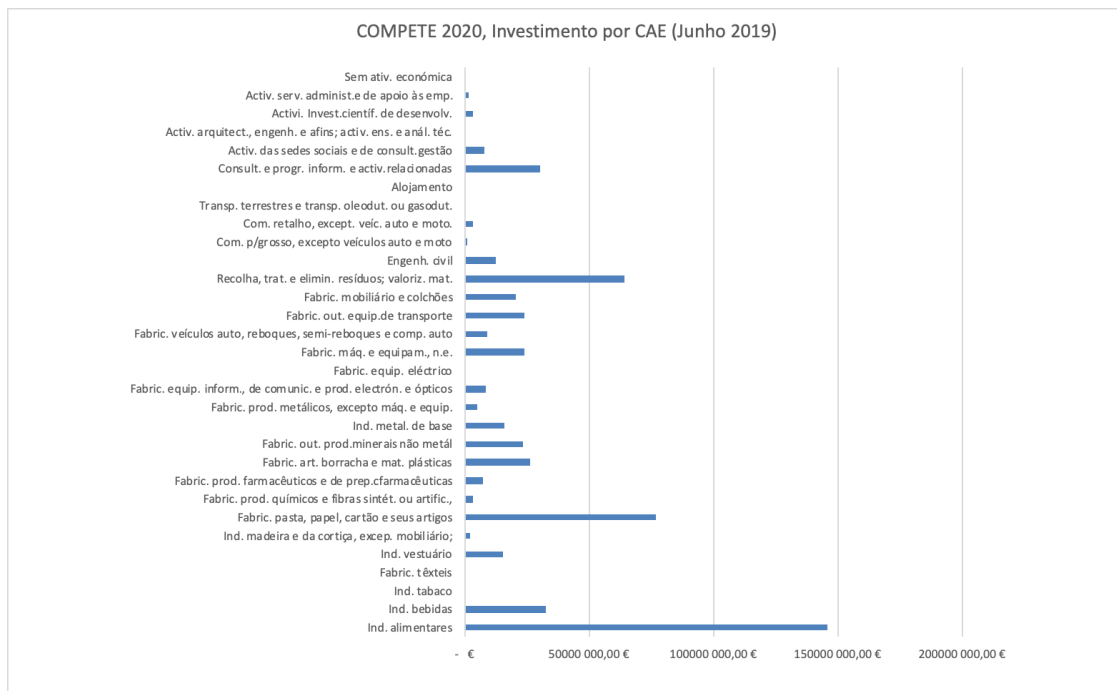


Fonte: Elaboração Própria; Fonte de Dados: Lista de operações aprovadas - COMPETE 2020 (31/12/2019)

Síntese:

- Em termos da distribuição do investimento aprovado nos diferentes Programas Operacionais do Portugal 2020 em Viseu Dão Lafões, destaca-se a relevância do COMPETE 2020, seguido do PO Regional CENTRO 2020, os quais concentraram 61% do total do investimento elegível;
- No que respeita à execução dos Incentivos às Empresas no contexto da Região Centro, Viseu Dão Lafões surge como a 5ª sub-região com maior volume de Fundos concedidos (em linha com o peso da respetiva base empresarial na região), mas apresenta um baixo volume de incentivos contratualizados, revelando dos menores níveis de execução em toda a região. De facto, até ao final de Dezembro de 2019, os promotores de Viseu Dão Lafões tinham apenas executado 33,6% do total de fundos que lhes foram atribuídos;
- Considerando a localização dos investimentos promovidos no âmbito do COMPETE 2020, constata-se que os Municípios de Vouzela, Mangualde e Oliveira de Frades foram os que registaram o maior volume de investimento produtivo, concentrando 67,5% do total do investimento deste PO na sub-região.

DISTRIBUIÇÃO DE FUNDOS DO PT 2020



Fonte: Elaboração Própria; Fonte de Dados: Lista de Operações aprovadas do Compete 2020 (30/6/2019)

Síntese:

- Uma análise mais aprofundada aos investimentos financiados no âmbito do COMPETE 2020 permite concluir que:

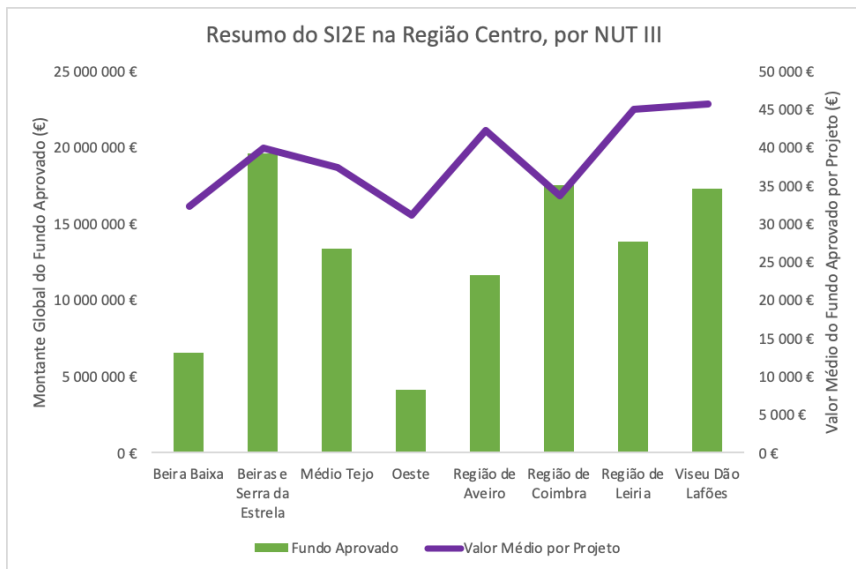
- a grande maioria dos investimentos (83,9%) se destinaram a apoiar projetos de inovação, qualificação e internacionalização de PME, sendo pouco significativos os investimentos realizados ao nível de outros fatores avançados de competitividade;
- a estrutura dual que marca a base empresarial da sub-região refletiu-se também na existência de investimentos realizados por não PME;
- do ponto de vista setorial, as indústrias alimentar e de bebidas, a fabricação de pasta de papel, a reciclagem e as atividades de consultoria e programação informática destacaram-se como as que maior volume de investimento realizaram;
- considerando os 10 maiores investimentos privados realizados em Viseu Dão Lafões, com financiamento no âmbito do Portugal 2020, é possível verificar que os mesmos se encontram bastante alinhados com a Estratégia de Especialização Inteligente (RIS3) definida para a Região Centro.

10 PROJETOS COM MAIOR INVESTIMENTO PRIVADO EM VISEU DÃO LAFÕES NO PT 2020

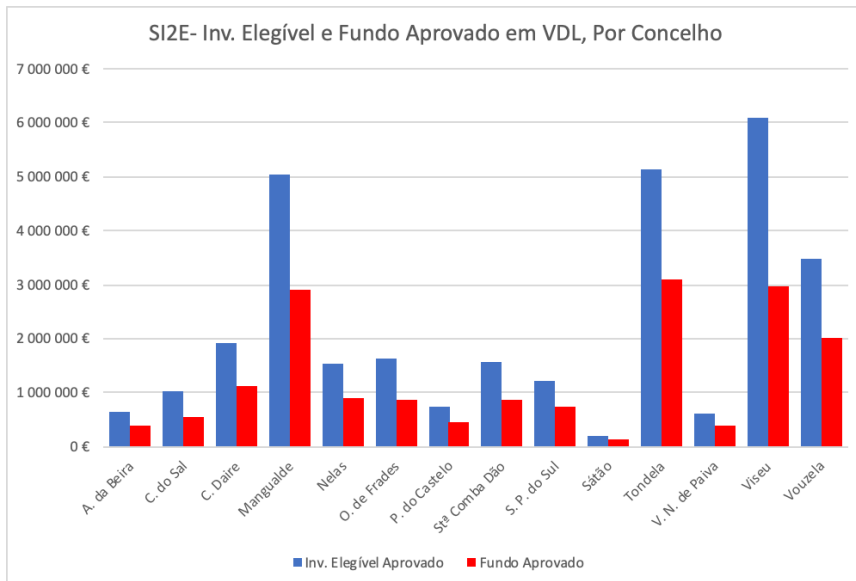
INVESTIMENTO	SETORES	NATUREZA	Temáticas
• Despesa Elegível: 179,1 M€	• Alimentação	• Exportação	• Indústria 4.0
• Fundo Aprovado: 87,4 M€	• Mobiliário	• Aumento de Cap. Produtiva	• Economia Circular
	• Madeira	• Desenv. Novos Produtos	• Design
	• Ind. Farmacêutica	• Eficiência Energética	• Energias Sustentáveis
	• Energia	• Desenv. Tecnológico	• Conservação e Sustentabilidade dos Recursos
	• Reciclagem	• Sustentabilidade Ambiental	
	• Ambiente		



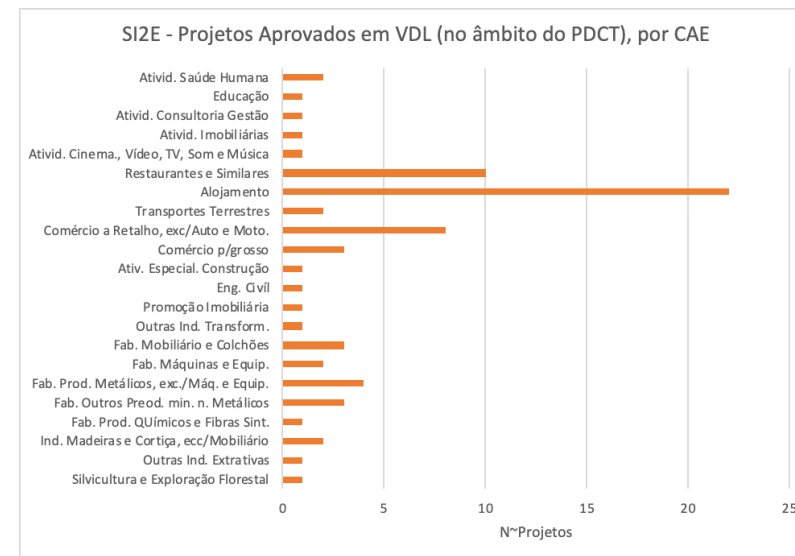
DISTRIBUIÇÃO DE FUNDOS DO PT 2020



Fonte: Elaboração Própria; Fonte de Dados: Lista de Operações aprovadas Centro 2020 (31/12/2019)



Fonte: Elaboração Própria; Fonte de Dados: Lista de Operações aprovadas Centro 2020 (31/12/2019)



Fonte: Elaboração Própria; Fonte de Dados: Lista de Operações aprovadas CIM VDL (31/12/2019)

Síntese:

- No sentido de complementar a análise ao COMPETE 2020, analisaram-se os investimentos produtivos realizados no âmbito do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (S12E), o qual apoiou projetos de menor dimensão e mais orientados para os recursos endógenos do território. Conforme os gráficos agora apresentados, verifica-se que:
 - no quadro da Região Centro, Viseu Dão Lafões foi a terceira sub-região com maior volume de Fundo Total Aprovado (cerca de 17,4 milhões de euros, que correspondeu a um volume total de investimento elegível de 30,8 milhões de euros). Considerando o nº de operações aprovadas em cada sub-região, verifica-se que, em média, as operações em Viseu Dão Lafões foram as que apresentaram uma maior dimensão de investimento (cerca de 45 700€/operação);
 - uma vez que o S12E financiou quer a criação de emprego (através do FSE) quer a realização de investimentos (FEDER), constata-se que em Viseu Dão Lafões os investimentos se centraram fundamentalmente neste último domínio (91,4% FEDER e 8,6% FSE);
 - no que respeita à distribuição dos investimentos e fundos aprovados nesta sub-região, o maior volume de investimentos e de fundos de apoio (cerca de 64%) concentrou-se em quatro concelhos (Viseu, Tondela, Mangualde e Vouzela);
 - por fim, uma análise aos setores que maior dinâmica de investimento registaram (no que respeita ao S12E aprovado no PDCT), destacam-se as atividades ligadas ao Turismo (Alojamento e Restauração), assim como o Comércio a Retalho.

PROCESSO DE AUSCULTAÇÃO – PRINCIPAIS CONCLUSÕES

O processo de auscultação realizado procurou explorar e refletir, coletiva e colaborativamente, sobre os seguintes domínios de análise, no que respeita às dinâmicas competitivas e empresariais que marcam e se perspetivam nesta sub-região:

- **as principais preocupações e desajustamentos que se registam em Viseu Dão Lafões**, nomeadamente no que respeita às evidências que sugerem que as respostas atuais revelam uma menor capacidade de resposta aos problemas e desafios emergentes, bem como quais os problemas existentes para os quais não existem respostas;
- **as aspirações relativas à estruturação de um futuro viável em Viseu Dão Lafões**, concretamente no que concerne às respostas transformadoras e novas formas de atuação que o mesmo exigirá, assim como à identificação de iniciativas emergentes que neste território já estão a acontecer e que poderão contribuir para esse futuro;
- **as inovações para a transição**, que poderão funcionar como as principais alavancas para a concretização das aspirações futuras, e que poderão funcionar quer ao nível da melhoria de desempenho das respostas existentes, quer também ao nível da criação de inovações transformadoras.

A tabela seguinte resume, de forma sintética, as principais opiniões recolhidas, as quais foram organizadas de acordo com as seguintes duas dimensões que emergiram nas dinâmicas realizadas:

- i. Contexto Competitivo (Território, Ambiente e Qualidade de Vida);
- ii. Dinâmica Empresarial e Emprego (Inovação, Empreendedorismo, Ecosistema de Apoio, Capacitação e Talento).

PROCESSO DE AUSCULTAÇÃO – PRINCIPAIS CONCLUSÕES

	Contexto Competitivo	Dinâmica Empresarial e Emprego
Preocupações e Desajustamentos	<ul style="list-style-type: none">▪ Existência de limitações significativas ao nível da mobilidade (intra e inter-regional), especialmente no que respeita ao seu ajustamento aos horários de funcionamento das empresas;▪ Continuação do processo de declínio demográfico e de envelhecimento da população;▪ Perda de identidade do território e incapacidade ao nível da valorização dos seus recursos endógenos;▪ Debilidades ao nível da governança regional, decorrentes da falta de visão supramunicipal, da dificuldade em criar e desenvolver processos colaborativos;▪ Lacunas no que respeita à dotação de infraestruturas para a competitividade, especialmente no que respeita às infraestruturas de I&D, de Telecomunicações e de Transportes;▪ Degradação da oferta e qualidade dos Serviços de Saúde;▪ Escassez e desajustamento no que respeita à oferta de Habitação;▪ Debilidades ao nível das ofertas culturais;	<ul style="list-style-type: none">▪ Debilidades ao nível da literacia económica e de qualificações para a inovação e investimento, de uma parte significativa da classe empresarial;▪ Desajustamento entre os apoios financeiros existentes e as necessidades e dimensão da base empresarial do território;▪ Excessiva burocracia no funcionamento dos apoios às empresas;▪ Reduzida dinâmica de empreendedorismo no território;▪ Debilidades na oferta de serviços de apoio especializados às empresas, (ex: design, internacionalização, inovação, TICs, etc);▪ Escassez de mão-de-obra qualificada, especialmente em áreas técnicas;▪ Predomínio de níveis salariais baixos e aumento da precaridade laboral;▪ Desfasamento entre a oferta de Educação e de Formação face às necessidades do mercado de trabalho;▪ Debilidades no que respeita à oferta de Formação visando a reconversão profissional;▪ Necessidade de atuar ao nível da retenção e captação de Talento;

PROCESSO DE AUSCULTAÇÃO – PRINCIPAIS CONCLUSÕES

	Contexto Competitivo	Dinâmica Empresarial e Emprego
Aspirações Futuras	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apostar na atração e fixação de Recursos Humanos no território, especialmente dos mais qualificados; ▪ Reforçar a Identidade Coletiva do território, a partir da valorização dos seus recursos reconhecidos como de excelência; ▪ Promover uma maior capacidade de concertação estratégica a nível regional; ▪ Reclamar uma descentralização acrescida, e maiores níveis de discriminação positiva para o território ▪ Criar novas acessibilidades (rodo e ferroviárias) e melhorar a oferta de transportes a nível intermunicipal, privilegiando os modos de transporte ecológicos; ▪ Criar uma Bioregião, centrada na proteção e valorização da biodiversidade regional e na criação de uma nova paisagem rural; ▪ Criar um conjunto articulado e coerente de políticas de melhoria da qualidade de vida no território, incidindo no apoio à natalidade, à infância e à família; na melhoria dos serviços de saúde e de acompanhamento a idosos; nas políticas habitacionais favoráveis à fixação de pessoas; e na promoção de ofertas culturais diversificadas e de proximidade; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforçar a capacidade para atração e fixação de empresas de base tecnológica, afirmando-se como um pólo tecnológico; ▪ Promover uma maior abertura das empresas para processos de cooperação, especialmente entre elas e com instituições e outros agentes locais; ▪ Desenvolver políticas inovadoras e intencionais de atração de investimentos empresariais para o território; ▪ Reforçar a atividade de I&D+i no território, seja através do aumento destas atividades por parte dos Estabelecimentos de Ensino Superior instalados, seja através da criação de Centros de I&D+i fortemente orientados para o apoio às empresas; ▪ Incentivar a internacionalização da região, especialmente através das suas empresas e outros agentes; ▪ Disponibilizar mecanismos de suporte à transição entre empregos, para mitigar a crescente precaridade laboral; ▪ Pugnar pelo nivelamento salarial em relação aos centros urbanos do litoral; ▪ Reforçar a qualificação de Mão-de-Obra, especialmente nos domínios que antecipadamente se prevê que venham a ser procurados pelas empresas;

PROCESSO DE AUSCULTAÇÃO – PRINCIPAIS CONCLUSÕES

	Inovações de Desempenho	Inovações Transformadoras
Inovação para a Transição	<ul style="list-style-type: none">▪ Apostar na capacitação do tecido institucional de apoio ao desenvolvimento e à competitividade instalado no território, com base em novos modelos mais colaborativos e orientados para a ação, reforçando a sua vocação e competências empreendedoras;▪ Reformular e agilizar um novo modelo de promoção e divulgação da região e da sua oferta turística;▪ Criar uma estrutura sub-regional de atração de investimento e de Talento;▪ Criar uma plataforma de escoamento de produtos e ofertas locais;	<ul style="list-style-type: none">▪ Criar novos modelos de partilha de resíduos e subprodutos, com vista à promoção da economia circular;▪ Promover dinâmicas de Inovação Social Corporativa, como forma de criação de comunidades e negócios mais sustentáveis e resilientes;▪ Investigar, divulgar e encontrar novas formas de valorizar a biodiversidade da sub-região e das produções locais;▪ Promover e divulgar o perfil dos novos agricultores da região, e criar condições para a existência de novas respostas educativas e de desenvolvimento de negócios neste setor;▪ Criar uma rede de transportes ecológicos e partilhados no território.

ANÁLISE DE REVISITAÇÃO AO DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO 2020

Na análise que seguidamente se desenvolve faz-se uma leitura do diagnóstico estratégico realizado no anterior exercício de planeamento, à luz da nova informação que foi possível recolher. A tabela seguinte apresenta os principais elementos de conclusão do diagnóstico estratégico 2020, no que respeita à temática do Crescimento Inteligente, e para cada um dos domínios de intervenção aí propostos, apresentam-se os elementos de análise e de reflexão que resultam da atualização do diagnóstico agora realizado.

Diagnóstico 2020 – Conclusões e Domínios de Intervenção Propostos	Elementos de Análise e Reflexão
Dinamização de plataformas de atividades relacionadas em torno de domínios de especialização sub-regional, reforçando a capacidade de inovar das empresas e facilitando redes de troca de experiências e acesso a conhecimento especializado;	Apesar de terem sido desenvolvidas algumas iniciativas desta natureza (ex: projeto da Pinha e do Pinhão), importa continuar este esforço, de forma mais intencional, estruturada e alargada a outras combinações de atividades, em torno da valorização inovadora dos recursos e ativos locais de excelência.
Reforço da capacitação institucional sub-regional de apoio à base económica, com particular enfoque no apoio de iniciativas de suporte ao empreendedorismo, à inovação e à atração de investimentos;	Constata-se a continuidade das debilidades institucionais, sendo amplamente reconhecido pelos agentes locais a necessidade de se avançar com um forte programa de capacitação das organizações que atuam no apoio à base produtiva, orientado quer para a sua qualificação em áreas relevante (inovação, empreendedorismo, etc), quer também para a sustentabilidade das próprias organizações.
Requalificação e consolidação da oferta de infraestruturas de acolhimento empresarial, através da sua organização e articulação em rede e da respetiva focalização e qualificação em valências ou setores fundamentais para a competitividade sub-regional;	As iniciativas realizadas no domínio do acolhimento empresarial (parques empresariais e incubadoras) continuaram a centrar-se fundamentalmente na requalificação e aumento da oferta, e não na sua organização e articulação em rede, nem tão pouco na sua focalização em valências especializadas.
Potencialização de redes territoriais de articulação entre Educação, Formação e Base Empresarial, ajustando as ofertas educativas/formativas, as atividades de I&D e os serviços avançados, de acordo com as necessidades, oportunidades e características do tecido produtivo da sub-região;	A rede de articulação, ao nível da Educação/Formação tem vindo a evoluir, mas continuam a registar-se desajustamentos entre as ofertas de educação/formação e as necessidades do mercado de trabalho. Foram igualmente identificadas lacunas ao nível da oferta de Formação visando a reconversão profissional, e sinalizada a necessidade de se reforçar a qualificação de empresários, particularmente em questões de literacia económica. Quanto à oferta de serviços de I&D e de apoio especializados, continuam-se a registar muitas debilidades.
Mobilização dos agentes das fileiras mais relevantes no desenvolvimento de investigação e experimentação, promovendo a transferência de conhecimento e de tecnologia e apostando na internacionalização;	Embora se tenham registado alguns desenvolvimentos (ainda que muito emergentes), são reconhecidas as lacunas existentes na dotação de infraestruturas para a competitividade, especialmente no que respeita às infraestruturas de I&D e de Telecomunicações.
Estabelecimento de estratégias eficientes de incorporação dos produtos do território em lógicas de cadeia curta, dirigidas quer ao consumidor final quer aos consumos intermédios de indústrias e serviços;	Continuam a verificar-se dificuldades no escoamento de produções locais, seja dirigidas ao consumo final seja ao nível dos consumos intermédios, embora se tenha registado alguma evolução no aproveitamento e revalorização de subprodutos e resíduos.
Promoção de espaços e iniciativas de apoio à experimentação, criatividade, inovação e difusão digital, e apoiar a criação de dinâmicas de internacionalização dos seus agentes relevantes nas Indústrias Culturais e Criativas	As dinâmicas em torno das Indústrias Criativas surgem atualmente menos claras no território, embora se reconheça a necessidade de melhorar as ofertas culturais, havendo portanto espaço para o seu desenvolvimento.

ANÁLISE DE REVISITAÇÃO AO DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO 2020

Para além dos elementos apresentados na anterior tabela, onde se encontram expressos os principais estrangulamentos e debilidades com que a sub-região se confronta atualmente, importa ainda sublinhar duas dimensões de análise complementar que, no quadro da auscultação realizada, se evidenciaram.

Assim, em primeiro lugar, deve-se salientar a relevância atribuída pelos diversos agentes a um conjunto de fatores que designamos de Contexto Competitivo, e que assumem uma relevância crescente quando se analisa a Competitividade Empresarial (a qual surge necessariamente embebida na Competitividade Territorial, formando um todo dificilmente dissociável). É assim que, em Viseu Dão Lafões, entre outras, as seguintes questões se revelam como estrangulamentos importantes:

- as limitações ao nível de Mobilidade (intra e inter-regional);
- a perda de potencial demográfico (declínio e envelhecimento da população);
- a necessidade de aprofundamento dos processos de governança sub-regional (afirmação de uma visão de futuro e desenvolvimento de processos colaborativos);
- a degradação da oferta e a qualidade dos Serviços de Saúde;
- e a escassez e desajustamento no que respeita à oferta de Habitação;

Em segundo lugar, e em termos de ativos e potencialidades, os seguintes fatores foram identificados como oportunidades a explorar:

- Dinâmicas de atração e fixação de empresas de base tecnológica (especialmente em Viseu), as quais têm contribuído para captar e fixar mão-de-obra (qualificada);
- Existência de dinâmicas empresariais nos domínios da Economia Circular, da indústria 4.0 e da transformação digital;
- Oferta de transporte aéreo, surgindo igualmente ofertas de formação especializada nesta atividade;
- Aumento da notoriedade turística (ex: restaurante com 1 estrela Michelin; notoriedade dos vinhos do Dão);
- Existência de oferta física de incubação de empresas;
- Desenvolvimento de projetos inovadores na área da Agricultura e Florestas (videovigilância; curso de Pastores; reflorestação)



III. COMPETITIVIDADE, EMPRESAS E EMPREENDEDORISMO

Domínios Prioritários de Ação

2. DOMÍNIOS PRIORITÁRIOS PARA A AÇÃO

O Exercício de identificação de domínios prioritários para a ação em Viseu Dão Lafões, tendo como horizonte 2030, assenta na articulação entre um conjunto de orientações estratégicas a uma escala multinível (União Europeia, Portugal e Região Centro), com as principais conclusões do diagnóstico a esta sub-região anteriormente apresentado, procurando-se desta forma estabelecer um alinhamento estratégico entre todos estes diferentes contextos.

Neste sentido, importa começar por destacar, a nível europeu, um dos domínios prioritários de investimento para o próximo período de programação, que se centra na promoção de uma Europa mais inteligente. Este objetivo estratégico consubstancia-se nas seguintes quatro prioridades:

- i. na melhoria das capacidades de investigação e inovação, bem como na adoção de tecnologias avançadas;
- ii. no aproveitamento das vantagens da digitalização, em benefício dos cidadãos, das empresas e dos organismos estatais, assim como a promoção da inclusão digital;
- iii. no reforço do crescimento e da competitividade das pequenas e médias empresas;
- iv. e no desenvolvimento de competências nos domínios de especialização inteligente, da transição industrial e do empreendedorismo.

Em linha com esta prioridade europeia, uma das agendas prioritárias estabelecidas pelo Governo Português para 2030 centra-se na Inovação, concretamente no que respeita à transformação da economia por via da digitalização e da incorporação do conhecimento nas empresas, e seguindo o mesmo alinhamento, também a Região Centro estabeleceu entre as suas prioridades para este período de programação, a transformação das dinâmicas de I&D+i, de forma a gerar melhorias efetivas de competitividade e de sustentação do emprego e rendimento, visando reforçar um modelo territorial equilibrado na região.

Perante este enquadramento estratégico, e considerando as principais conclusões do diagnóstico à sub-região de Viseu Dão Lafões, apresentam-se seguidamente os domínios prioritários de ação propostos para este território, no que respeita à temática da Competitividade Empresarial e Empreendedorismo:

- **Contexto Competitivo e Performance Empresarial em Viseu Dão Lafões;**
- **Dinâmicas Empreendedoras e Diferenciação Sustentável do Território;**

Assim, no que respeita ao primeiro domínio prioritário (“Contexto Competitivo e Performance Empresarial em Viseu Dão Lafões”), o mesmo visa fomentar o desenvolvimento de políticas e iniciativas mais integradas, que contribuam para potenciar o desenvolvimento empresarial e que o articulem com outros domínios que se mostram essenciais para os processos de fixação e atração de recursos humanos e de empresas para o território. Por outro lado, visa igualmente ativar junto do tecido empresarial local a sua preparação, envolvimento e afirmação em novas dinâmicas avançadas de competitividade.

No que respeita ao segundo domínio prioritário (“Dinâmicas Empreendedoras e Diferenciação Sustentável do Território”), visa-se essencialmente qualificar e redirecionar o ecossistema de apoio ao empreendedorismo no território, consolidando dinâmicas em curso e promovendo novas iniciativas para áreas que se revelam de maior potencial, nomeadamente no que respeita à revalorização dos ativos diferenciadores do território.

No quadro seguinte, declinam-se estes dois domínios prioritários nos objetivos estratégicos que os concretizam em termos operacionais.

Domínios Prioritários	Objetivos Estratégicos
Contexto Competitivo e Performance Empresarial em Viseu Dão Lafões	OE1. Promover o Ecosistema Competitivo e o Esforço de Inovação do Tecido Produtivo Local
	OE2. Ativar e potenciar a transição para uma economia mais sustentável
Dinâmicas Empreendedoras e Diferenciação Sustentável do Território	OE3. Reforçar a aposta no Empreendedorismo e na Valorização do Potencial Endógeno

Conforme expresso na tabela acima, avança-se agora com o estabelecimento de três objetivos estratégicos para a promoção da Competitividade e Desenvolvimento Empresarial neste território, que seguidamente se traduzem num conjunto de linhas de ação.

Face ao desempenho do território ao nível da sua performance competitiva no período de programação que agora termina, e tendo em consideração o quadro prospetivo a nível europeu, nacional e regional que se perspetiva e que foi anteriormente referido, as propostas seguidamente avançadas focam-se, fundamentalmente, na criação de condições favoráveis ao desenvolvimento de negócios em Viseu Dão Lafões; em dar continuidade à consolidação do desenvolvimento empresarial no território; em criar condições para a sua inserção competitiva em processos mais exigentes; em qualificar o mesmo nos domínios de competitividade mais relevantes; e em reestruturar as dinâmicas empreendedoras em curso.

Avança-se seguidamente com um conjunto de Linhas de Ação, que procuram materializar os objetivos estratégicos formulados.

Objetivos Estratégicos	Linhas de Ação
<p>OE1. Promover o Ecosistema Competitivo e o Esforço de Inovação do Tecido Produtivo Local</p>	<p>LA1. Estabelecimento de processos de governança e monitorização sub-regional da Competitividade Empresarial e Territorial, potenciadores da atratividade de Viseu Dão Lafões;</p>
	<p>LA2. Fomento da capacitação para a liderança Empresarial e para a Inovação, focada na qualificação, networking e exploração de oportunidades de negócio, dirigida para empresas locais e para o tecido associativo empresarial;</p>
	<p>LA3. Ativação da Intermediação e Brokering de Inovação, destinadas a incentivar e articular procuras empresariais com ofertas de Conhecimento e Inovação no território</p>
	<p>LA4. Continuação da exploração de oportunidades empresariais em torno dos principais domínios de variedade relacionada, no contexto da RIS3 Centro;</p>
<p>OE2. Ativar e potenciar a transição para uma economia mais sustentável</p>	<p>LA5. Sensibilização e capacitação empresarial nos domínios da Indústria 4.0, da Economia Circular e da Transformação Digital;</p>
	<p>LA6. Facilitação de processos e plataformas de apoio ao desenvolvimento de negócios nos domínios da Indústria 4.0, da Economia Circular e da Transformação Digital;</p>
<p>OE3. Reforçar a aposta no Empreendedorismo e na Valorização do Potencial Endógeno</p>	<p>LA7. Reforço dos processos de educação para o empreendedorismo e da capacitação e atração de empreendedores;</p>
	<p>LA8. Qualificação e consolidação da rede de incubação de empresas do território;</p>
	<p>LA9. Criação e apoio a processos de valorização das produções locais e de inovação ao nível dos seus canais de comercialização e distribuição.</p>

IV. TURISMO, RECURSOS E ATRATIVIDADE





IV. TURISMO, RECURSOS E ATRATIVIDADE

Síntese Estratégica

INTRODUÇÃO

No que respeita à temática da “Turismo, Recursos e Atratividade”, foi feita a análise da evolução desde a definição da estratégia Viseu Dão Lafões 2020 até ao momento presente, incidindo nos seguintes domínios:

- i. Atualização do diagnóstico para o período decorrido, procurando-se, de forma sintética, identificar as principais dinâmicas e transformações registadas no território, particularmente sobre a evolução da atividade no setor do turismo;
- ii. Análise ao enquadramento estratégico regional do Centro e de Portugal para o próximo ciclo de planeamento e articulação da oferta turística de Viseu Dão Lafões a essa realidade;
- iii. Apresentação das principais conclusões resultantes do processo de auscultação junto das entidades e empresas locais, designadamente as conclusões do workshop levado a efeito;
- iv. Avaliação do posicionamento de Viseu Dão Lafões perante as novas exigências ao nível da gestão dos territórios turísticos;
- v. Proposta de orientação estratégica para o próximo ciclo dos fundos estruturais, atendendo ao que é a informação hoje disponível. Neste contexto, avança-se com propostas de Objetivos Estratégicos e Linhas de Ação Prioritárias.

O trabalho desenvolvido teve sempre em consideração as orientações estratégicas conhecidas para o próximo ciclo de programação dos FEEI bem como as perspetivas de evolução e os planos de desenvolvimento das políticas setoriais e regionais do turismo.

OS INDICADORES SETORIAIS

Abordaram-se os principais indicadores disponíveis e utilizados no turismo, à luz do enquadramento estratégico face à NUT II Centro, com a qual se considera ser vital a articulação e coerência no planeamento e na ação no que ao Turismo respeita.

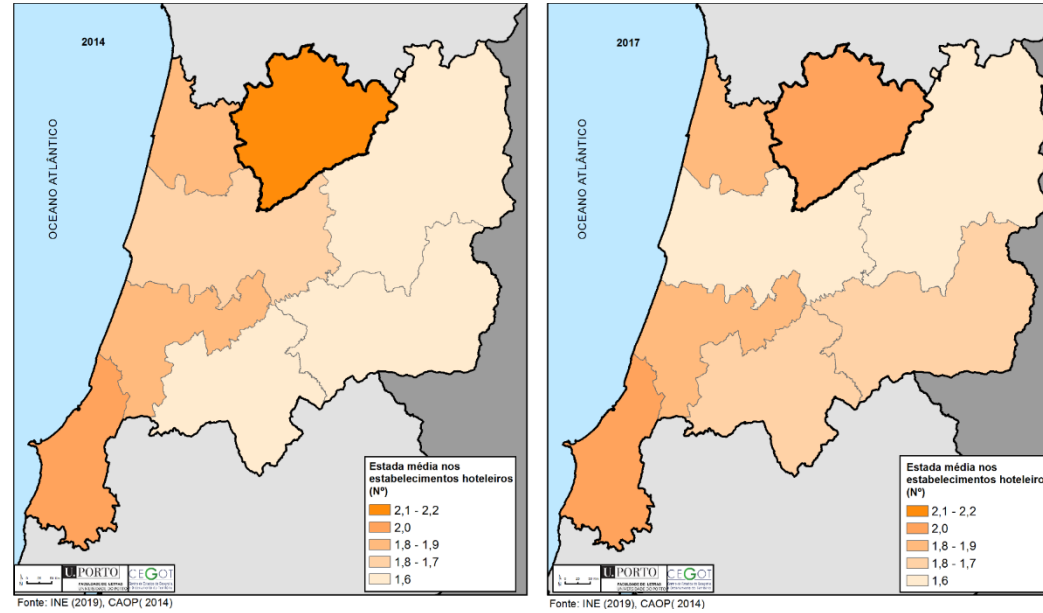
O Turismo vive de dinâmicas próprias, em que a organização administrativa do território é suplantada pela posição geográfica dos atributos e dos recursos turísticos do destino. São estes que formatam as opções dos turistas e, conseqüentemente, estruturam a oferta turística consumida.

As páginas seguintes apresentam uma síntese dos indicadores setoriais e sua evolução nos últimos anos.

As principais ideias a retirar dos dados compilados são as seguintes:

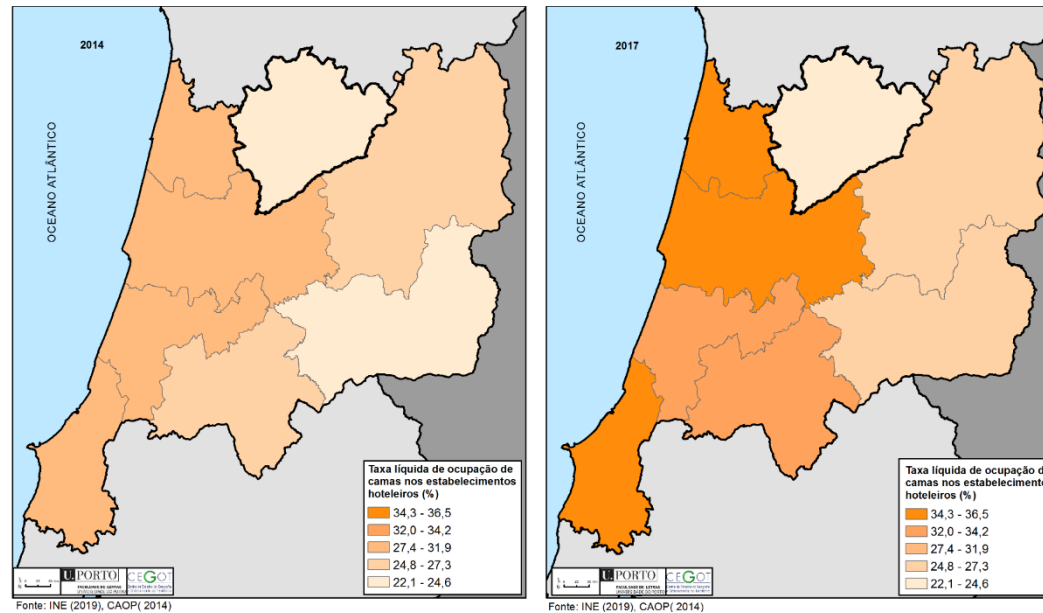
- Nos proveitos por aposento, Viseu Dão Lafões está em linha com o Centro do país e com a realidade nacional. Desde 2014, verifica-se uma evolução positiva que tende a estabilizar, com redução da % de crescimento. É um indicador importante face ao aumento continuado da oferta de alojamento de diversos tipos na região que não pioraram os resultados conseguidos;
- Esta evolução positiva também se sentiu na Taxa Líquida de Ocupação por Cama. Esta taxa resulta da avaliação do número de camas efetivamente disponíveis ao longo do ano, sendo decisiva para a competitividade do destino;
- Apesar da evolução positiva da atividade do setor, verifica-se um comportamento mais inconstante no pessoal ao serviço em atividades do turismo. Viseu Dão Lafões regista mesmo uma quebra do número de pessoas a trabalhar no setor. Atendendo aos problemas expostos na discussão com os agentes setoriais sobre esta matéria, este assunto é de extrema importância devendo merecer um especial cuidado e atenção na preparação de propostas de intervenção futura.

Estada média nos estabelecimentos hoteleiros, em 2014, 2017



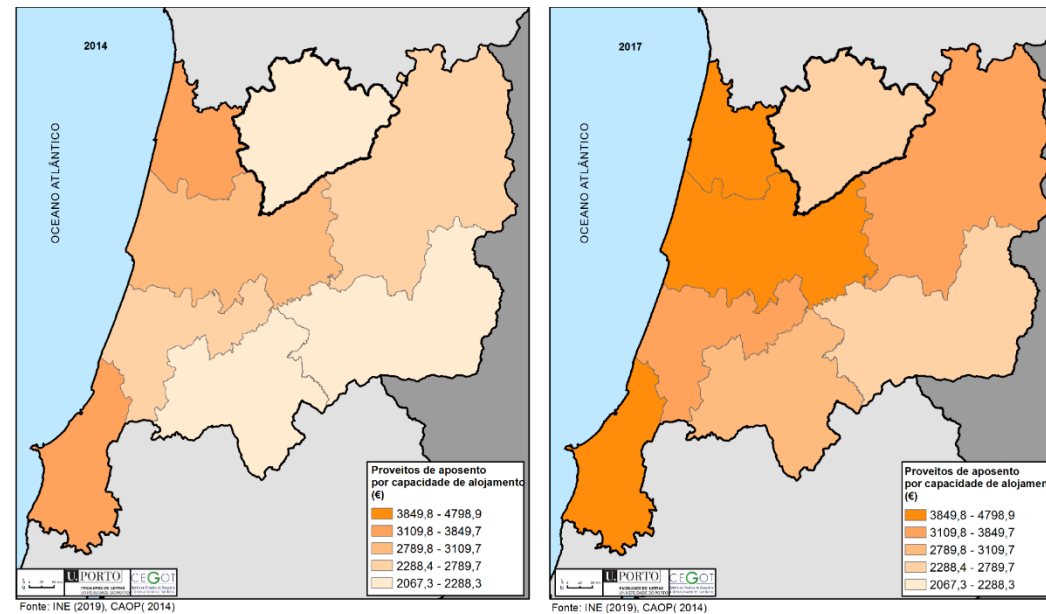
Fonte: Elaboração Própria; Fonte dos dados: INE; (2019)

Taxa líquida de ocupação cama nos estabelecimentos hoteleiros, em 2014, 2017



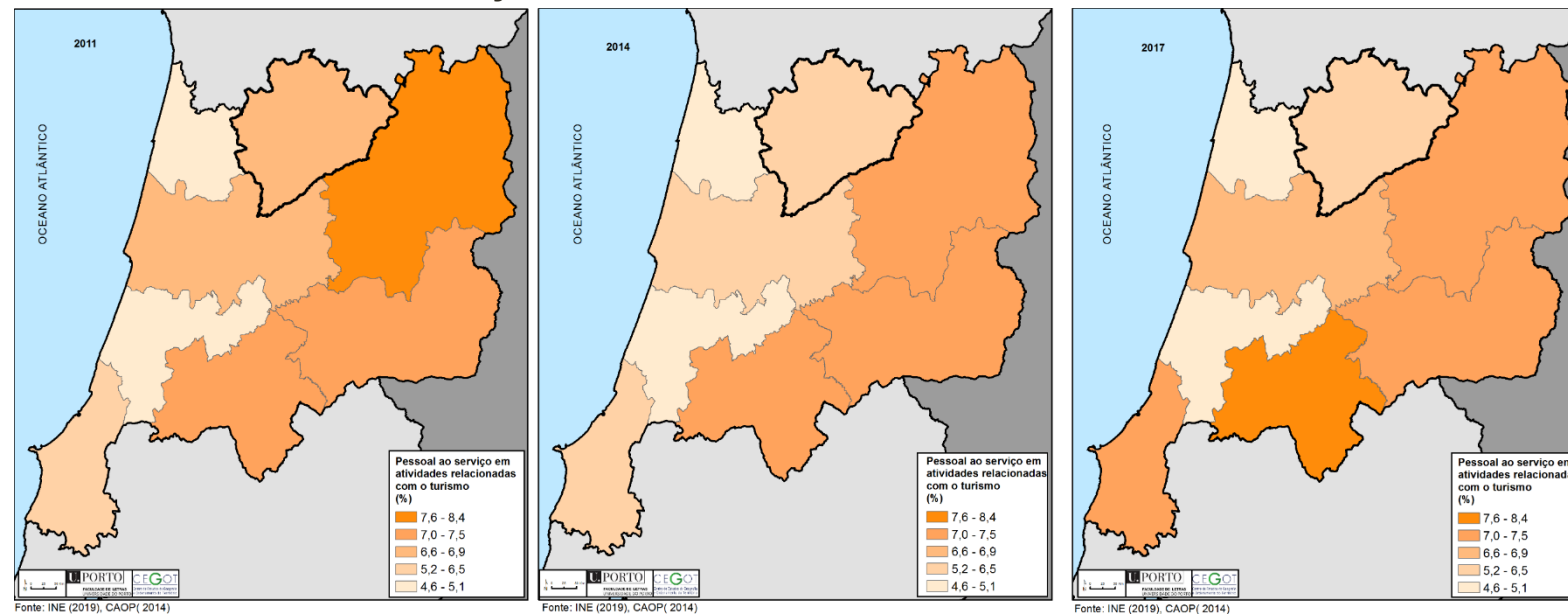
Fonte: Elaboração Própria; Fonte dos dados: INE; (2019)

Proveitos de aposento por capacidade de alojamento, em 2014, 2017



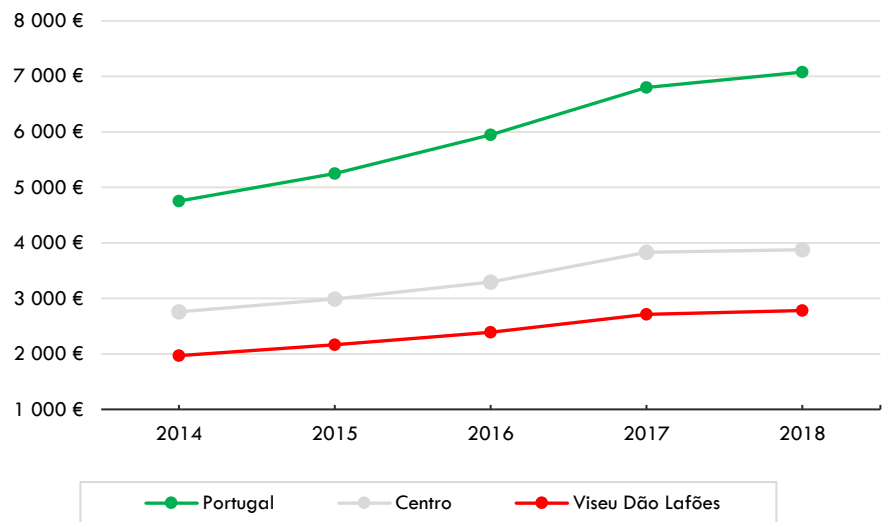
Fonte: Elaboração Própria; Fonte dos dados: INE; (2019)

Pessoal ao serviço em atividades relacionadas com o turismo, em 2011,

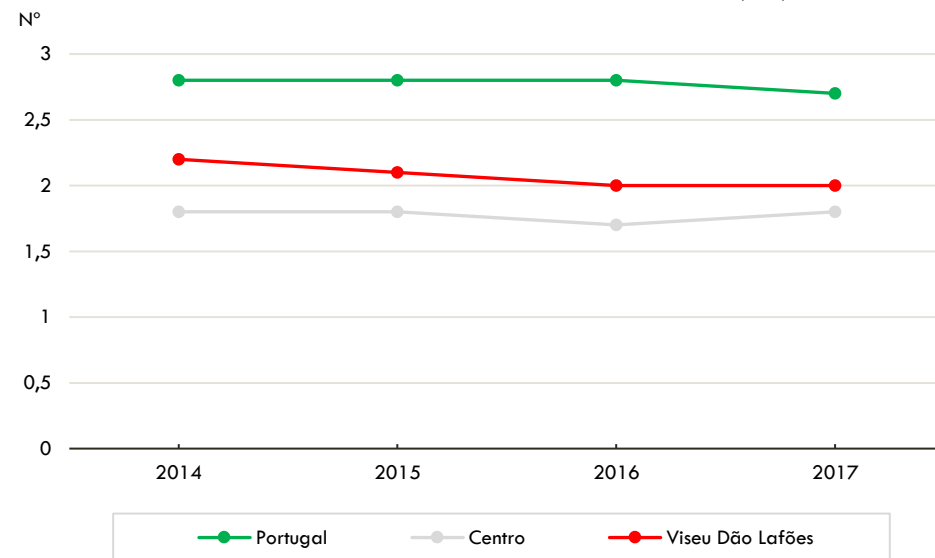


Fonte: Elaboração Própria; Fonte dos dados: INE; (2019)

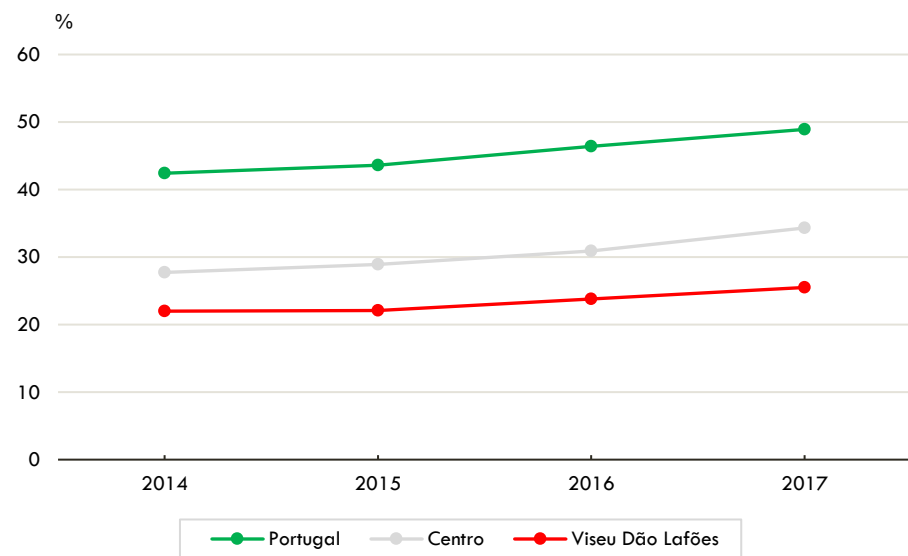
Proveitos de aposento por capacidade de alojamento (€)



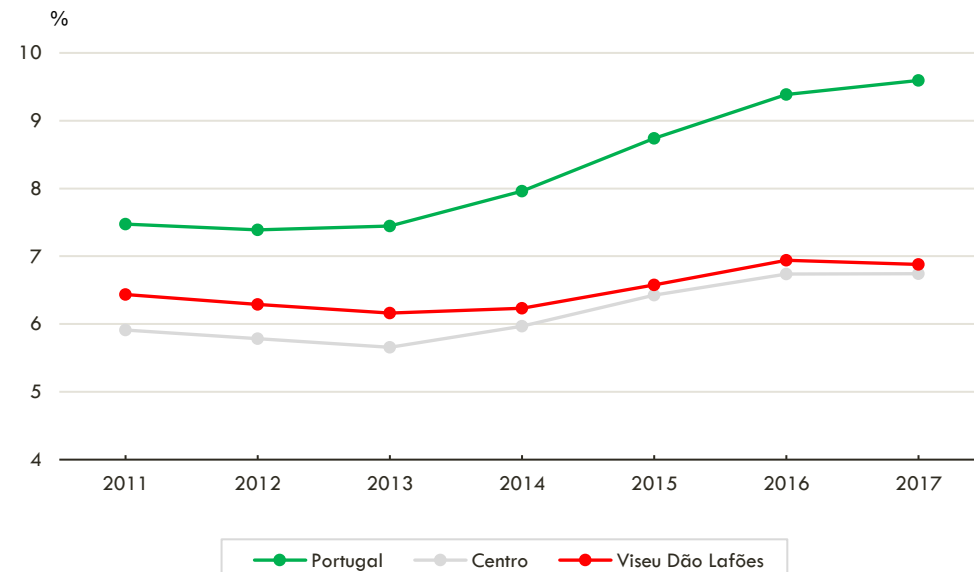
Estada média nos estabelecimentos hoteleiros (N°)



Taxa líquida de ocupação cama nos estabelecimentos hoteleiros (%)



Pessoal ao serviço em atividades relacionadas com o turismo (%)



OS INDICADORES DO TURISMO

Estes indicadores têm sido sustentados por um aumento continuado das dormidas em Alojamentos Turísticos como se apresenta no quadro da página seguinte.

Cumpre salientar algumas notas sobre os dados apresentados:

- Viseu Dão Lafões apresenta nos últimos anos uma performance turística muito positiva, representando cerca de 7% da atividade da Região Centro que concentra alguns dos principais polos turísticos nacionais;
- Verifica-se um aumento da centralidade turística de Viseu, que já ultrapassou as 200.000 dormidas ano, o que o coloca numa posição de destaque quando comparado com cidades de igual dimensão em Portugal. Sem uma ou mais atrações turísticas de especial relevância, Viseu vale pelo conjunto territorial e pela sua diversidade;
- Regista-se uma boa evolução do turismo nos concelhos com oferta termal, destacando-se São Pedro do Sul que continua a ser um dos principais polos nacionais nesta área;
- Viseu Dão Lafões tem uma grande dependência do mercado nacional, devendo-se trabalhar para equilibrar melhor a relação com o mercado estrangeiro, designadamente com o mercado transfronteiriço;
- Estados Unidos da América, Espanha e França são os principais mercados estrangeiros da região, o que merece uma reflexão para estratégias futuras de comunicação e estruturação da oferta;
- Na comparação com a Região Centro e com Portugal considerado como um todo, Viseu Dão Lafões terá que efetuar um esforço particular por forma a aproximar-se dos valores médios registados, nomeadamente no que respeita aos proveitos por aposento e à taxa líquida de ocupação. Em ambos os casos apresenta valores inferiores.

EVOLUÇÃO DAS DORMIDAS EM VISEU DÃO LAFÕES

Territórios	Dormidas em Alojamentos turísticos					
	Total					
	2013	⊥ 2014	2015	2016	2017	2018
Viseu Dão Lafões	x	⊥ 409 586	432 776	480 361	531 871	595 299
Aguiar da Beira	'''	⊥ '''	6 315	8 445	7 880	7 463
Carregal do Sal	'''	⊥ '''	3 468	5 843	5 018	3 545
Castro Daire	'''	⊥ 6 478	6 483	9 277	18 129	16 012
Mangualde	25 144	⊥ 30 867	32 031	32 748	42 783	47 109
Nelas	40 231	⊥ 43 766	49 304	52 210	59 494	67 608
Oliveira de Frades	'''	⊥ 4 924	3 617	4 174	3 623	8 390
Penalva do Castelo	'''	⊥ '''	'''	'''	'''	'''
Santa Comba Dão	0	⊥ '''	'''	'''	2 428	1 927
São Pedro do Sul	111 282	⊥ 136 630	135 302	139 161	134 254	142 259
Sátão	'''	⊥ '''	'''	'''	'''	2 851
Tondela	'''	⊥ 29 975	25 925	35 720	33 507	37 743
Vila Nova de Paiva	'''	⊥ '''	'''	'''	'''	'''
Viseu	118 297	⊥ 137 926	146 943	164 658	196 773	234 755
Vouzela	0	⊥ '''	6 403	6 588	9 716	9 004

Fonte: Turismo do Centro, 2020

DISTRIBUIÇÃO NACIONAIS / TURISTAS ESTRANGEIROS (2017)

Concelho	Total	%	mercado nacional	%	mercado estrangeiros	%
Aguiar da Beira	7 880	1,53%	7 147	90,70%	733	9,30%
Carregal do Sal	5 018	0,98%	4 828	96,21%	190	3,79%
Castro Daire	18 129	3,53%	15 159	83,62%	2 970	16,38%
Mangualde	42 783	8,33%	36 484	85,28%	6 299	14,72%
Nelas	59 494	11,58%	50 153	84,30%	9 341	15,70%
Oliveira de Frades	3 623	0,71%	2 995	82,67%	628	17,33%
Penalva do Castelo
Santa Comba Dão	2 428	0,47%	2 211	91,06%	217	8,94%
São Pedro do Sul	134 254	26,14%	130 434	97,15%	3 820	2,85%
Sátão
Tondela	33 507	6,52%	24 892	74,29%	8 615	25,71%
Vila Nova de Paiva
Viseu	196 773	38,31%	138 753	70,51%	58 020	29,49%
Vouzela	9 716	1,89%	7 692	79,17%	2 024	20,83%
Região Viseu Dão - Lafões	513 605	100%	420 748	81,92%	92 857	18,08%
Total Centro de Portugal	6 764 282		3 541 275		3 223 007	
Total Nacional	65 385 210		18 595 681		46 789 529	

Fonte: Turismo do Centro, 2020

O quadro seguinte apresenta o investimento apoiado no âmbito da Linha de Qualificação da Oferta Turística. Trata-se de uma linha criada através de protocolos celebrados entre o Turismo de Portugal IP e várias instituições de crédito nacionais. Denota-se uma baixa adesão das empresas de Viseu Dão Lafões a este mecanismo de apoio que se pode ficar a dever à existência de alternativas de financiamento ao investimento.

Viseu Dão Lafões representa apenas 3,29% de um total de mais de 28 milhões de euros de investimento apoiado na região Centro. Apresenta-se abaixo a lista os projetos aprovados.

promotor	investimento	área	concelho
EMPREENDIMENTOS TURISTICOS MONTEBELO SA	1 50 370,00 €	ALOJAMENTO	Viseu
José António Silva Ferreira - Unipessoal, Lda	300 000,00 €	REST e BEB	Mangualde
EMPREENDIMENTOS TURISTICOS MONTEBELO SA	1 52 271,00 €	ALOJAMENTO	Viseu

No âmbito do CENTRO 2020, também não se verifica uma dinâmica particularmente forte no investimento privado no sector turístico, em Viseu Dão Lafões. O Eixo 02 - *Competitividade e internacionalização da economia regional (COMPETIR)* e Objetivo Temático 03 - *Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas*, apresentavam a seguinte lista de projetos turísticos aprovados para Viseu Dão Lafões. Repare-se na correspondência entre os locais de investimentos e o número de dormidas por concelho. Nos demais eixos não se identificaram projetos privados.

projeto	promotor	investimento	Fundo aprovado	Fundo	concelho
Desenvolvimento de Website e Plano de Negócios	21 GRAMAS HOUSE, UNIPESSOAL LDA	8 667,50 €	6 500,63 €	FEDER	Viseu
criação do empreendimento lúdico Santar Garden Village	SANTAR VILA JARDIM, LDA	555 229,42 €	416 422,07 €	FEDER	Nelas
Manter o perfil exportador da empresa	QUINTA DOS ROQUES, LDA	195 800,00 €	88 110,00 €	FEDER	Mangualde
Hotel Rural Miraserra - Internacionalização	REQUINTES SUBLINHADOS - LDA	316 925,00 €	142 616,25 €	FEDER	Mangualde
Hotel Vouga - Internacionalização	AMÉLIA MARQUES LDA	413 405,00 €	186 032,25 €	FEDER	São Pedro do Sul
Investimento na Inovação/Aumento da competitividade	ABRANTES DA MOTA VEIGA LDA	994 210,53 €	695 947,37 €	FEDER	Viseu
Irish Bar 4.0 - Implementação de Estratégia para a Economia Digital	PROJECTO F – INVEST. HOT. LDA	9 900,00 €	7 425,00 €	FEDER	Viseu
	TOTAL VDL	2 494 137,45 €	1 543 053,57 €		

No âmbito das linhas criadas pelo Turismo de Portugal, e mais especificamente do programa Valorização do Interior, os projetos aprovados para a região do Centro, promovido por entidades de cariz privado, são os que consta da tabela ao lado.

É uma dinâmica que deverá ser incrementada no futuro dado que o recurso a esta linha de financiamento é, ainda, pouco relevante.

Existem algumas situações de empresas e organizações com sede noutros territórios, que realizam investimentos no Centro de Portugal, podendo significar capacidade de atração de investimento.

O investimento está acima da relevância de Viseu Dão Lafões na atividade turística do Centro. No entanto, como já foi referido a utilização desta linha de apoio ao investimento no reforço e qualificação da oferta turística pode ser melhor explorada pelo setor privado.

É de assinalar também a utilização considerável da Linha de Apoio ao Turismo acessível pelas empresas de Viseu Dão Lafões.

LINHA DE APOIO VALORIZAÇÃO DO INTERIOR	investimento	elegível	fundo
ATASA - ASS. TURÍSTICA E AGRÍCOLA DA SERRA DA ARADA	479 412 €	479 412 €	400 000 €
SOCIEDADE AGRÍCOLA BOAS QUINTAS, LDA	117 649 €	117 649 €	105 884 €
SANTA CASA DA MISERICORDIA DE MANGUALDE	315 907 €	315 907 €	284 316 €
TOTAL VISEU DÃO LAFÕES	912 968 €	912 968 €	790 200 €
TOTAL GERAL CENTRO	8 032 870 €	5 916 202 €	5 029 484 €
% VISEU DÃO LAFÕES	11,37%	15,43%	15,71%
LINHA TURISMO ACESSÍVEL			
FABRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SANTO	9 820 €	9 820 €	8 838 €
HSL-HOTEL SERRA DA LOUSÃ, UNIPessoal LDA	213 071 €	213 071 €	191 763 €
Sociedade Actividades Hoteleiras da Pateira, Lda.	65 402 €	65 402 €	58 862 €
TOMI World Lda	202 900 €	185 050 €	166 545 €
Associação BLC3 - Campus de Tecnologia e Inovação	192 000 €	144 045 €	129 640 €
TERMALISTUR-TERMAS DE S. PEDRO DO SUL, E.M.	124 318 €	124 318 €	111 886 €
TOTAL GERAL	807 511 €	741 706 €	667 534 €
TOTAL VISEU DÃO LAFÕES	327 218 €	309 368 €	278 431 €
% VISEU DÃO LAFÕES	41%	42%	42%

FONTE: elaboração própria a partir de Turismo de Portugal, disponível em 2020.03.05

Aos projetos aprovados no setor privado, crescem muitos investimentos na qualificação e promoção da oferta turística concretizados por parte de entidades públicas, designadamente autárquicas.

A CIM Viseu Dão Lafões em particular é beneficiária de um projeto aprovado com um apoio de 2.000.000,00 € no âmbito da Linha de Valorização do Interior. Este projeto complementa outros que contribuem para que se atinjam as metas estabelecidas no Viseu Dão Lafões 2020. No quadro ao lado apresentam-se, os projetos candidatados às diversas fontes de financiamento disponíveis.

Confrontando estes projetos com os Planos de Atividade da CIM Viseu Dão Lafões constata-se a prioridade e a relevância crescente que o turismo, e em particular da estruturação e qualificação da oferta intermunicipal, tem vindo a assumir na atividade desenvolvida.

Viseu Dão Lafões 2020: turismo, recursos, atratividade

Objetivos Estratégicos	Projetos
OE1. Promover a competitividade e o aumento da capacidade de absorção do tecido produtivo local	Rede Cultural Viseu Dão Lafões
	Produtos Turísticos Integrados de Base Intermunicipal/ Marca Viseu Dão Lafões
	Aldeias da Serra do Caramulo
OE9. Promover a empregabilidade, a diminuição do desemprego e a articulação emprego / formação	Projetos gerais de estímulo ao emprego e ao empreendedorismo que incluem o setor turístico nas suas ações.
OE14. Prototipar e promover ofertas territoriais inovadoras	Produto Compósito Turismo de Natureza
	MEG – Rota do Megalitismo da Região Viseu Dão Lafões
	Sinalização Turística de Viseu Dão Lafões
	Produtos Turísticos Integrados de Base Intermunicipal/ Marca Viseu Dão Lafões
	Ecopista do Dão
	Ecopista do Vouga
	Grande Rota do Rio Paiva
	Enoturismo na Região Demarcada dos Vinhos do Dão
Rede Corredores Verdes Dão Lafões	

Fonte: PA CIM VDL, 2014 - 2020

Apesar de ser importante reconhecer a necessidade de reforçar o investimento privado no setor do turismo em Viseu Dão Lafões, não se pode negar a sua existência e os indicadores setoriais demonstram que a oferta turística tem vindo a conquistar mais procura e a diversificar os seus mercados.

Um ponto importante para a preparação do próximo ciclo visando a melhoria dos resultados conseguidos e a boa gestão dos recursos disponíveis, é a articulação institucional e estratégica em torno do turismo à escala NUTS III e também a sua inserção na escala NUTS II com o Turismo do Centro de Portugal.

Ao nível do planeamento essa articulação estrita com a Estratégia para o Turismo do Centro, desenvolvida pela Entidade Regional de Turismo, poderá propiciar a integração de interesses e objetivos e contribuir para a eficiência na utilização dos recursos e a eficácia da ação conjunta em matéria de estruturação e promoção da oferta turística.

Já existe uma longa e relevante experiência de colaboração institucional, designadamente entre o Turismo do Centro, as Autarquias Locais e as empresas, a qual deve ser preservada e reforçada, mesmo no contexto das novas competências atribuídas às Comunidades Intermunicipais nesta área de atuação.

Como referido anteriormente, as lógicas turísticas desconhecem as dimensões administrativas dos concelhos e mesmo das Comunidades Intermunicipais. Os novos desafios exigem colaboração, cooperação, trabalho em rede, cruzamento de dados, etc.

Passa-se a apresentar a análise efetuada ao Plano Regional de Desenvolvimento Turístico do Centro e a sua incidência em Viseu Dão Lafões.

A Entidade Regional do Turismo do Centro desenvolveu uma estratégia setorial para os próximos anos que importa ter em consideração quando projetamos Viseu Dão Lafões pois são relevantes para pensar a ação futura.

Uma das principais ideias retiradas do contacto com os agentes regionais e locais foi a importância atribuída à articulação entre os diferentes agentes e níveis ou escalas de atuação.

○ Plano de Desenvolvimento Turístico destaca e consagra quatro grandes objetivos para a região Centro:

- Evoluir dos atuais 7,6 para 13,2 milhões de dormidas;
- Evoluir de 1,76 para 1,85 na estada média;
- Subir de 35% para 37% na taxa de ocupação;
- Subir de 26,00 € para 35,00 € no REVpar.

São objetivos ambiciosos que devem ser lidos em Viseu Dão Lafões de acordo com a sua realidade e a evolução percentual que está considerada em cada um dos objetivos apresentados.

A estruturação da oferta de produtos turísticos é relevante, estando indicados no Plano de Desenvolvimento Turístico da Região do Centro como prioritários para Viseu Dão Lafões:

- Cultura História e Património;
- Gastronomia e Vinhos;
- Natureza & *Wellness*;
- Turismo Ativo e Desportivo.

Numa segunda linha de importância para Viseu Dão Lafões surgem outros produtos turísticos:

- Turismo Espiritual e Religioso;
- *Corporate* e Empresarial;
- *Lifestyle, Inspirational* e Novas Tendências.

São novos desafios a considerar em paralelo à melhoria da gestão turística da região, que abrange agentes públicos e privados.

OBJETIVOS DO PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO CENTRO



Aumentar o número de dormidas nos mercados interno alargado e externo

1ª

Meta Turística



Alcançar ~9 milhões de dormidas em 2023 com base na evolução histórica evidenciada na última década



Aumentar a estada média no território abrangido pela Região Centro

2ª

Meta Turística



Aumentar a estada média da Região Centro com base num crescimento anual moderado de 0,5%, recuperando gradualmente os valores registados no período anterior à recessão económica



Aumentar a taxa líquida de ocupação-cama na Região Centro

3ª

Meta Turística



Aumentar a taxa líquida de ocupação-cama da Região Centro com base na evolução histórica evidenciada na última década



Aumentar o *Revenue per Available Room* da Região Centro









4ª

Meta Turística



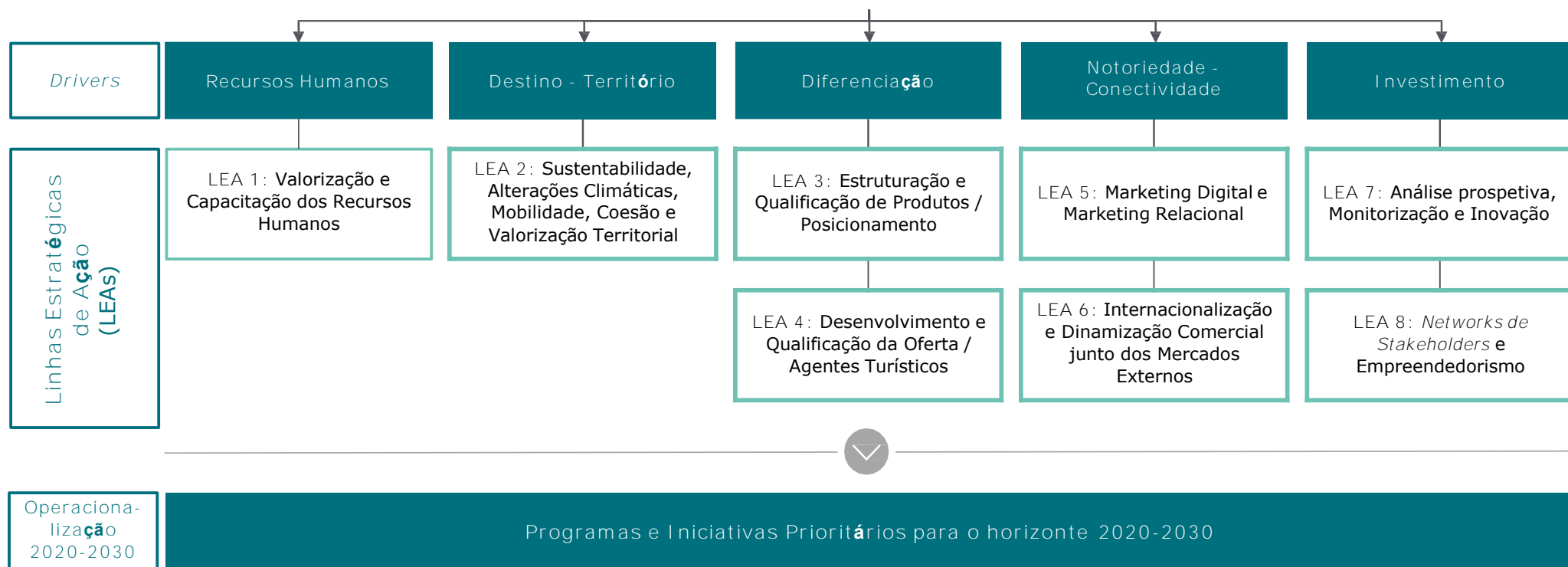
Aumentar o *Revenue per Available Room* da Região Centro com base na evolução histórica evidenciada na última década

PRODUTOS TURÍSTICOS ESTRATÉGICOS CRUZADOS COM OS TERRITÓRIOS E RESPECTIVAS INTENSIDADES

	Cultura, História, Património e Gastronomia e Vinhos	Natureza, Wellness, Turismo Ativo e Desportivo e Mar	Turismo Espiritual e Religioso	Turismo Corporate e Empresarial	Lifestyle, Inspirational e novas tendências			
	 CULTURA, HISTÓRIA E PATRIMÓNIO  GASTRONOMIA E VINHOS	 NATUREZA E WELLNESS  MAR  TURISMO ATIVO E DESPORTIVO	 TURISMO RELIGIOSO	 TURISMO DE NEGÓCIOS	 LIFESTYLE, INSPIRACIONAL E NOVAS TENDÊNCIAS			
1 Oeste	●	●	●	●	●	◐	◐	◐
2 Região de Leiria	●	●	●	●	●	◐	●	◐
3 Médio Tejo	●	●	●	○	●	●	◐	◐
4 Região de Coimbra	●	●	●	●	●	◐	●	◐
5 Região de Aveiro	●	●	●	●	●	◐	●	◐
6 Viseu Dão Lafões	●	●	●	○	●	◐	◐	◐
7 Beiras e Serra da Estrela	●	●	●	○	●	◐	◐	◐
8 Beira Baixa	●	●	●	○	●	◐	◐	◐

● Elevado ◐ Médio ○ Reduzido

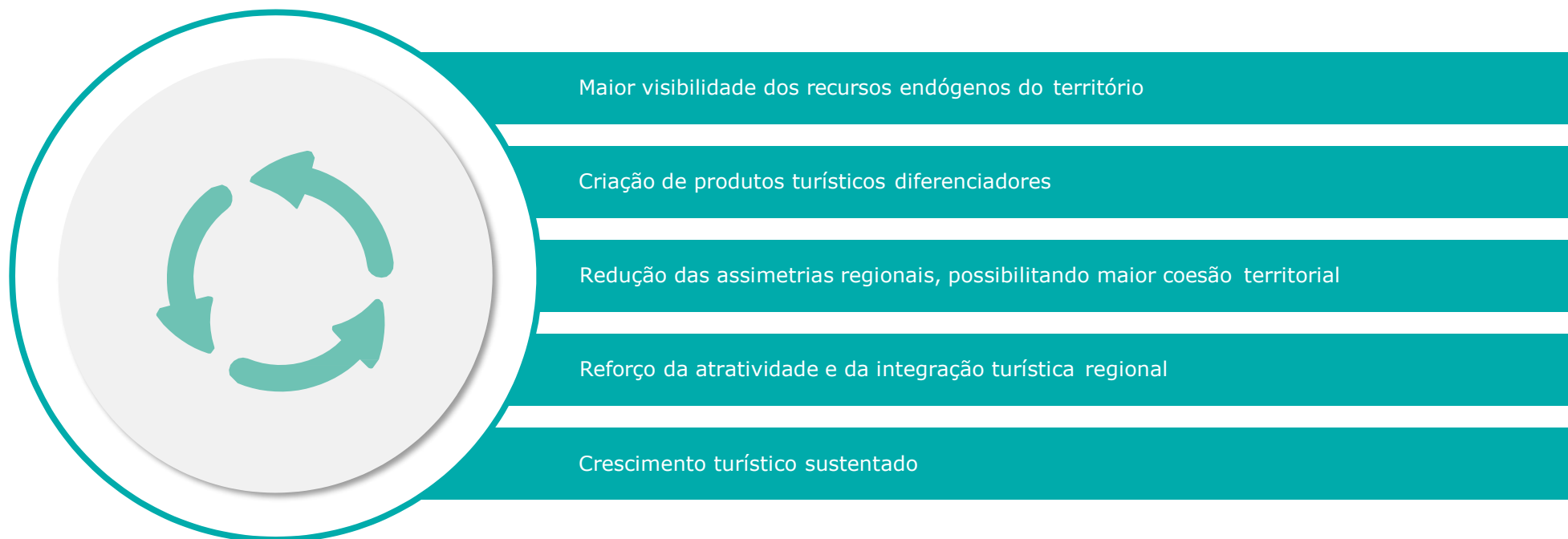
Viseu Dão Lafões deve procurar o melhor ajustamento possível às Linhas Estratégicas de Ação já preconizadas no Plano de Desenvolvimento do Turismo do Centro. A imagem seguinte apresenta a estruturação de ideias estabelecida, devendo-se procurar, de futuro, a maior correspondência possível entre o trabalho em Viseu Dão Lafões e o trabalho em todo o Centro.



Outro ponto relevante para o desenvolvimento da oferta é a aposta que a região tem vindo a fazer na estruturação de uma oferta transversal ao território Centro, que soma as potencialidades comuns ou complementares de toda a região, a rede de cidades e outros núcleos urbanos, monumentos, criando uma oferta de valor superior para o turista usufruir na região.

EXPERIÊNCIAS TURÍSTICAS INTEGRADAS

Oferta combinada e complementar entre recursos e produtos turísticos da Região, que fomente o *cross-selling* e a articulação entre submarcas



A materialização da estratégia de ação de Viseu Dão Lafões no domínio do Turismo deve ir além da prossecução dos quatro objetivos de cariz quantitativo estabelecidos no âmbito do Plano da Turismo do Centro. Aliás, a concretização e a realização destes objetivos dependerá em muito da capacidade que a oferta turística de Viseu Dão Lafões possa evidenciar no sentido de se diferenciar de ofertas relevantes patenteadas por outros territórios NUTS III que integram a Região do Centro.

Neste contexto, é importante Viseu Dão Lafões considerar como prioridade estratégica nesta área a prossecução do objetivo da Sustentabilidade Turística.

As grandes questões em discussão, nomeadamente as pessoas, o ambiente, a inclusão social, são tratadas neste novo modelo a implementar em Viseu Dão Lafões no horizonte 2027

Relacionadas com o objetivo de sustentabilidade do turismo encontram-se também as questões da acessibilidade e do Turismo Acessível. Esta é uma aposta que a CIM Viseu Dão Lafões fez, refletida designadamente na participação em projetos de cooperação europeia, e que cumpre aprofundar e concretizar através de projetos e investimentos que promovam o turismo acessível e a inclusão social.



IV. TURISMO, RECURSOS E ATRATIVIDADE

Domínios Prioritários de Ação

DOMÍNIOS PRIORITÁRIOS PARA A AÇÃO NO ÂMBITO DO TURISMO

O modelo turístico de Viseu Dão Lafões está interligado com o que sucede nos restantes eixos de intervenção em análise. De facto, o Turismo assenta nos recursos do território e, por isso, tem uma relação especial com: *Promoção, proteção e valorização ambiental, o uso eficiente dos recursos naturais e patrimoniais e a criação de uma economia de baixo carbono, o desenvolvimento de um sistema urbano policêntrico que contribua para a competitividade e coesão regional; da capacidade para prototipagem e promoção de ofertas territoriais inovadoras – produtos locais; da articulação das redes de acessibilidades e organização dos sistemas de transportes em torno da mobilidade sustentável.*

Não existe uma matriz de oferta regional ao nível do turismo que sobreviva sem boas políticas setoriais transversais que assegurem a presença da população, a valorização da paisagem, o desenvolvimento cultural, etc.

A ideia de uma região promover uma acessibilidade integrada e universal aos recursos do território e em particular ao seu património cultural e natural que surgiu da discussão com os agentes locais é determinante para o sucesso do Turismo em Viseu Dão Lafões e para o seu posicionamento no contexto da região Centro e nacional.

Dessa forma, Viseu Dão Lafões poderá potenciar o trabalho de desenvolvimento de Experiências e Produtos Turísticos Integrados, previstos no Plano de Desenvolvimento Turístico da Região do Centro, contribuindo para um maior dinamismo económico, melhor posicionamento do território face aos Operadores Turísticos numa lógica de B2B.

Esta estratégia implica contudo uma aposta clara nos Recursos Humanos.

Constitui, atualmente, um problema estrutural do turismo, presente em todo o país, a carência de recursos humanos qualificados. A existência de pessoas para trabalhar no turismo, com remunerações adequadas, capazes de prestar um serviço de qualidade face a um mercado cada vez mais diverso e exigente é um enorme desafio para o futuro do setor do turismo em Viseu Dão Lafões.

Por outro lado, é importante o posicionamento que o território de Viseu Dão Lafões pretende construir e afirmar, mobilizando para tal uma identidade competitiva que lhe permita destacar-se da seguinte forma:

- **"Viseu Dão Lafões faz bem"** - trata-se de uma ideia-força potente, consubstanciada, por um lado, no conhecimento, nos recursos e nos saberes-fazer únicos existentes no território, ao nível das Termas, da Gastronomia, das Empresas Exportadoras, do Ensino Superior, do Vinho, do Turismo e das suas Produções Locais de reconhecida qualidade; e, por outro lado, nos benefícios proporcionados pela experimentação do território, ao nível das suas qualidades e ofertas únicas, das Aldeias, do mosaico cultural, da riqueza ambiente, da saúde, etc.

Mantém-se a importância deste desígnio regional – VISEU DÃO LAFÕES: faz bem! - como ideia de força para a região, devendo-se trabalhar para que seja realmente assumido como uma *guideline* para o futuro. É um ponto de amarração comum que tem que unir todos os parceiros.

Atenta a estratégia da Turismo do Centro, os motores deste desenvolvimento ao nível dos produtos turísticos são os abaixo representados:



TOURING
CULTURAL

VISEU
CULTURA

MEGALITISMO



GASTRONOMIA

ENOTURISMO



NATUREZA

BTT

TRILHOS

SERRAS

TERMAS

Os domínios prioritários Pessoas, Território e Investimento estão em linha com as orientações da União Europeia e com a Estratégia para o Turismo 2027 estabelecida pelo Governo.

- **Pessoas:** é uma das grandes questões em Portugal na atualidade. Tem especial relevância nas regiões do designado interior e na baixa densidade. Sendo estes problemas os que, tal como um rio, acabam por *desaguar* nas cidades, é muito importante um trabalho sério e bem orientado nesta área. Não pode passar apenas por estímulos ao emprego. Propõe-se um trabalho de valorização das profissões do setor do turismo, tornando-as socialmente mais reconhecidas, com melhores condições laborais. A melhor proteção também passa por disporem das melhores ferramentas, incluindo-se aqui os dois lados da moeda: trabalhadores e empresários.
- **Território:** é de extrema importância a preservação e a valorização da paisagem e dos seus recursos culturais e naturais. Num país que vive de um turismo itinerante e que vê crescer um interesse nas experiências turísticas, não se pode ter como oferta o abandono, a desertificação, a *disneylização* do rural. Também não pode haver lugar à sobre exploração dos recursos disponíveis, devendo-se ir de encontro de um objetivo de sustentabilidade e da procura de uma economia regenerativa. Gerir melhor é o desígnio, transversal, que pode ser determinante no futuro do turismo em Viseu Dão Lafões.
- **Investimento:** elo fundamental desta cadeia são aqueles que investem, arriscam, inovam e qualificam as ofertas turísticas de Viseu Dão Lafões. Acontecimentos recentes demonstram que nada está garantido e tudo se transforma num ápice. Uma rede empresarial é fundamental para conseguir um turismo de qualidade, em linha com o que são as tendências de mercado. O turismo carece deste trabalho e de uma cooperação entre todos os agentes públicos e privados cuja ação é determinante. É importante continuar a apoiar e dinamizar o tecido económico, designadamente das micro e pequenas empresas tão importantes na qualificação da oferta turística. É também vital atrair novos empresários, captando novos investimentos, promovendo novas metodologias de cooperação e desenvolvimento do setor do turismo.

Domínios Prioritários	Objetivos Estratégicos	Linhas de Ação
As Pessoas, Território e Investimento	OE1. Promover a capacitação, empregabilidade e a articulação emprego / formação	LA1. Capacitação da população, dos recursos humanos e do tecido empresarial
		LA2. Estimular a criação, consolidação e a valorização do emprego e das profissões no setor do Turismo
	OE2. Preservar a memória coletiva, reforçar a identidade cultural, trabalhar a criatividade e o conhecimento	LA3. Desenvolver e melhorar a acessibilidade à cultura e à criatividade
	OE3. Promover um desenvolvimento turístico sustentável baseado nas melhores práticas nacionais e internacionais de gestão e desenvolvimento de destinos	LA4. Valorizar, preservar e animar o Património Cultural e Natural
		LA5. Promoção da sustentabilidade turística baseado nas melhores práticas nacionais e internacionais de gestão e desenvolvimento de destinos
		LA6. Reforçar a aposta no Turismo Acessível e Inclusivo
	OE4. Integrar, inovar, estruturar e promover a oferta e o investimento turístico	LA7. Monitorização e gestão da Sustentabilidade do Turismo
		LA8. Estruturar e Promover Produtos Turísticos Integrados
		LA9. Organização e desenvolvimento de Experiências Turísticas Integradas
		LA10. Desenvolvimento Empresarial e Novos Negócios

V. AMBIENTE, TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E ECONOMIA CIRCULAR



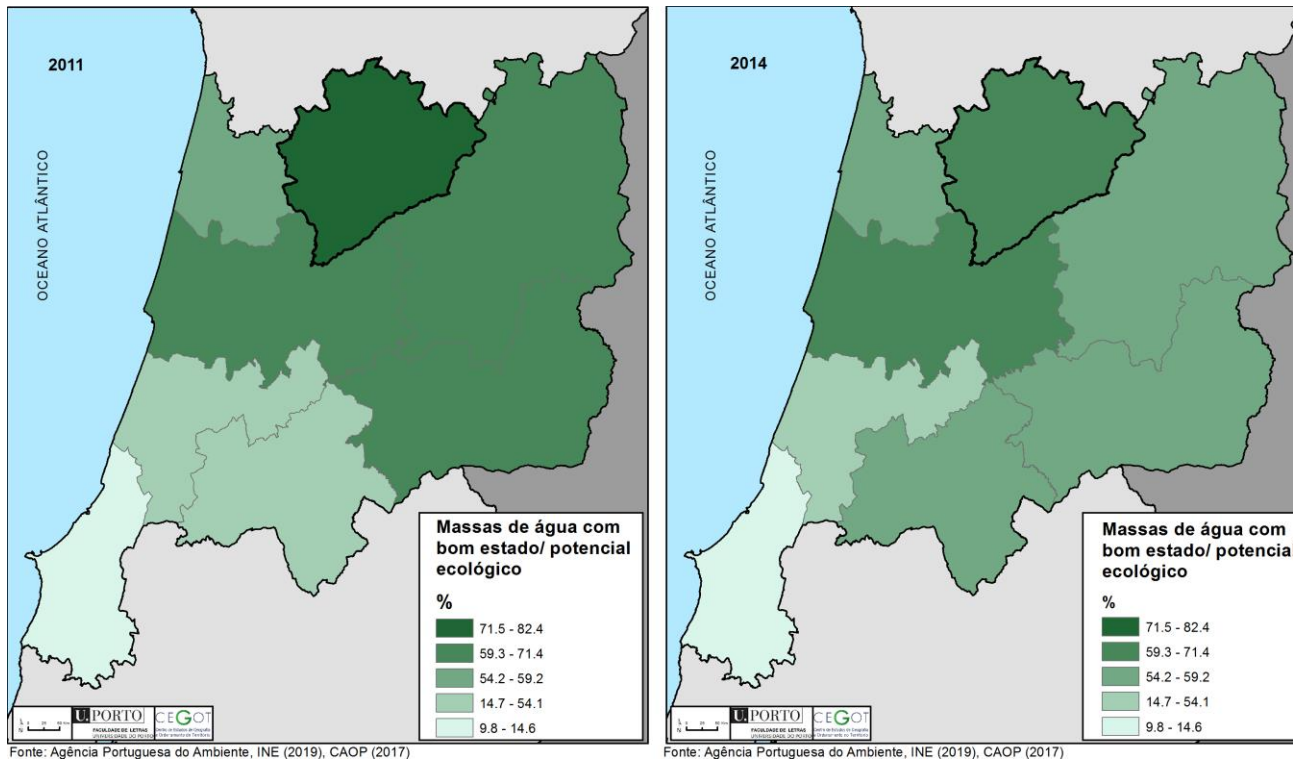


V. AMBIENTE, TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E ECONOMIA CIRCULAR

Síntese Estratégica

CICLO URBANO DA ÁGUA

Proporção de massas de água com bom estado/ potencial ecológico (%), em 2011 e 2014

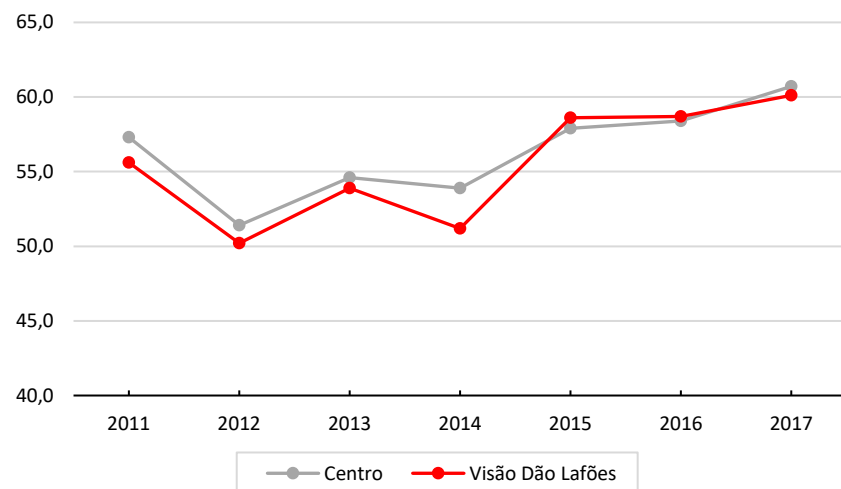


Quando considerada comparativamente no contexto da Região do Centro, apesar do decréscimo registado entre 2011 e 2014, Viseu Dão Lafões está bem posicionado no que se refere à proporção de massas de água com bom estado / potencial ecológico.

Fonte: Elaboração Própria; Fonte de dados: INE; Agência Portuguesa do Ambiente (2019)

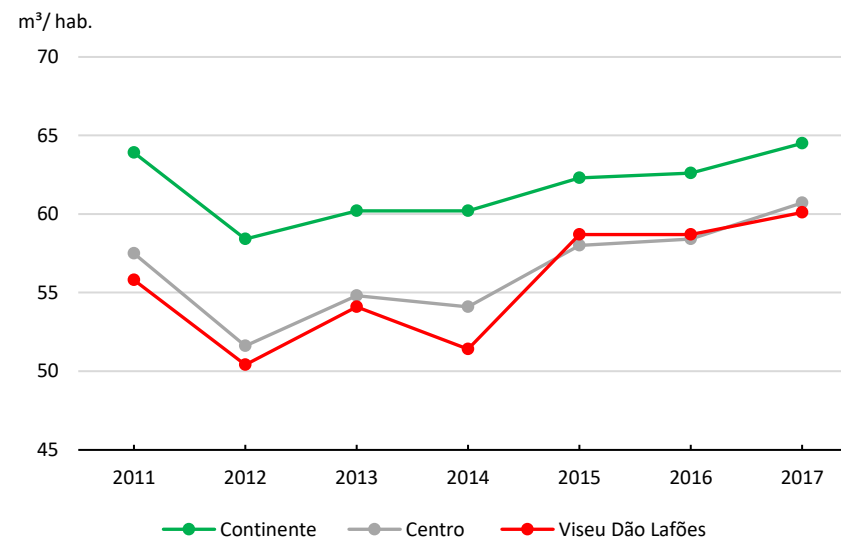
CICLO URBANO DA ÁGUA

Água distribuída/consumida por habitante (%), de 2011 a 2017



Fonte: Elaboração Própria; INE (até 2005) | INAG/MA (a partir de 2006) - IACSB (até 2005) | INSAAR (a partir de 2006), INE - Estimativas Anuais da População Residente; PORDATA

Água distribuída por habitante (m³), de 2011 e 2017



Fonte: Elaboração Própria; Fonte de dados: INE; ERSAAR (2019)

CICLO URBANO DA ÁGUA

ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA

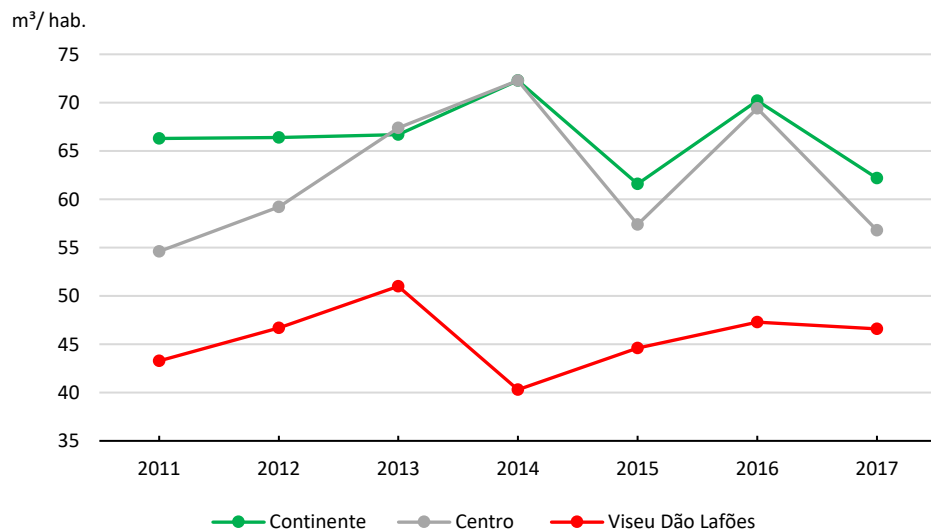
Panorama geral AA baixa

Municípios	AA01 Acessibilidade e física do serviço APU [95;100] AMU [90;100] APR [80;100] %	AA02 Acessibilidade e económica do serviço [0;0,50] %	AA04 Água Segura [98,50;100] %	AA12 Perdas reais de água [0,0;3,0] [m3/(km.dia)]	AA13 Eficiência energética de instalações elevatórias [0,27;0,40] kWh/(m .100m)
Aguiar da Beira	97	0,49	97,68	136	NR
Castro Daire	93	0,28	96,86	NR	NR
Mangualde	93	0,35	97,65	103	NR
Nelas	90	0,32	97,87	129	1,81
Oliveira de Frades	91	0,26	97,55	100	0,42
Penalva do Castelo	97	0,43	97,65	3,9	1,29
São Pedro do Sul	75	0,48	95,76	177	0,68
Sátão	99	0,34	98,52	99	0,52
Vila Nova de Paiva	98	0,3	95,93	3	NR
Viseu	98	0,35	100	71	0,44
Vouzela	89	0,45	97,78	NR	NR
Águas do Planalto (Carregal do Sal; Sta. Comba Dão; Tondelas; Mortágua)	92	0,84	99,62	25	0,39
Portugal	96	0,37	98,63%	128	0,47

- Segundo o relatório anual da RASAR de 2019, mais de 93% dos municípios de Viseu Dão Lafões apresentam uma qualidade boa na acessibilidade física do serviço de água (AA01B);
- No indicador de água segura (AA04B), 64% dos municípios de Viseu Dão Lafões apresentam uma qualidade do serviço mediana e 36% de boa qualidade;
- As perdas reais de água são medianas ou insatisfatórias em 50% dos concelhos de Viseu Dão Lafões. (ERSAR, 2019);

CICLO URBANO DA ÁGUA

Águas residuais drenadas por habitante (m³/hab), de 2011 e 2017



Águas residuais drenadas por habitante (m³/hab), em 2011, 2014 e 2017

SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS

Panorama geral AR baixa

Municípios	AR01 Acessibilidade e física do serviço	AR02 Acessibilidade e económica do serviço
	APU [90;100] AMU [85;100] APR [70;100] %	[0;0,50] %
Aguiar da Beira	90	0,39
Carregal do Sal	75	0,14
Castro Daire	66	0,07
Mangualde	77	0,1
Nelas	90	0,1
Oliveira de Frades	39	0,11
Penalva do Castelo	97	0,29
Santa Comba Dão	79	0,13
São Pedro do Sul	35	0,15
Sátão	99	0,23
Tondela	76	0,16
Vila Nova de Paiva	95	0,1
Viseu	97	0,2
Vouzela	36	0,18

Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal | 2019

- A acessibilidade física do serviço de águas residuais (AR01) é insatisfatória em 3 concelhos, mediana em um e boa em 10 concelhos de Viséu Dão Lafões.
- Já a acessibilidade económica aos serviços é de boa qualidade em todos os concelhos de Viséu Dão Lafões.
- (ERSAR, 2019);

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E ECONOMIA CIRCULAR

Fundada em 1991, a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB) nasce da iniciativa dos municípios da Região com vista ao encontro de soluções **inovadoras e sustentáveis** para gerir os resíduos urbanos produzidos nas suas áreas de intervenção.

Valências iniciais:

- Encerramento e **selagem de lixeiras** municipais;
- Projeto e **construção do CTRSU**, Ecocentros e Estações de Transferência;
- Implementação da **recolha e transporte de RSU** (Indiferenciada / Seletiva)
- **Tratamento de RSU** (eliminação via confinamento técnico em Aterro Sanitário / valorização através de triagem para reciclagem)

Todos os Municípios da CIM Viseu Dão Lafões integram a AMRPB, a par de 2 Municípios das NUTS III Beiras e Serra da Estrela e da Região de Coimbra.

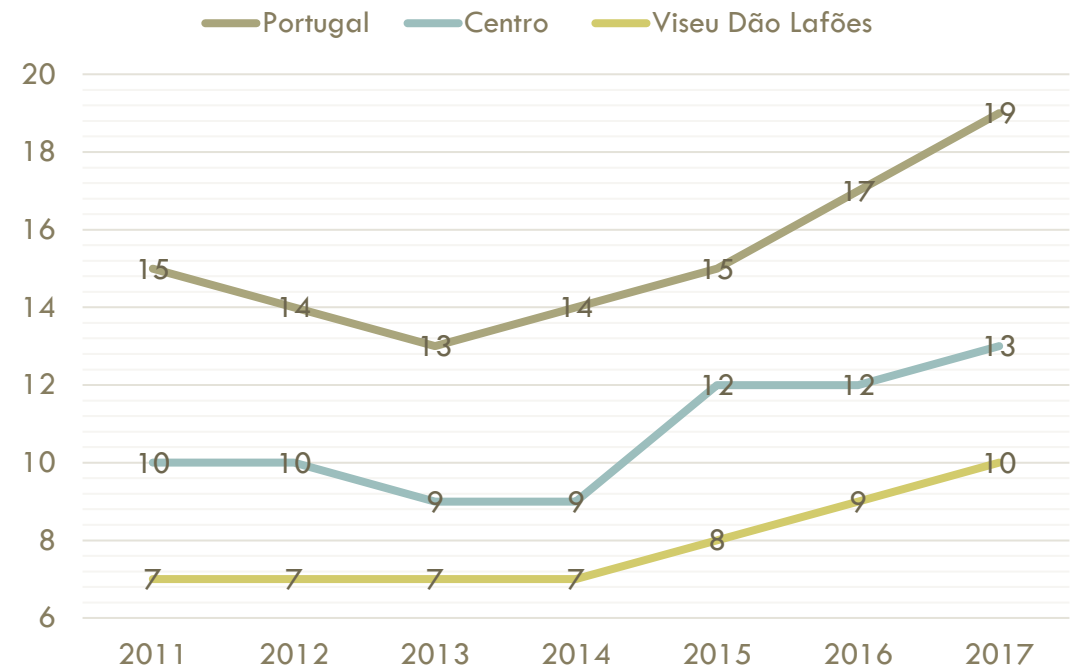
O Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) titulado pela AMRPB gere anualmente cerca de **130.000 toneladas de RSU** e responde às necessidades de recolha e tratamento dos RSU de cerca de **350.000 habitantes** nos seus mais de **6 mil quilómetros quadrados**.

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E ECONOMIA CIRCULAR

A AMRPB delineou e assumiu a sua estratégia de gestão de resíduos no Plano de Ação do PERSU 2020 (PAPERU), de acordo com um conjunto de pressupostos que pretendem dar cumprimento aos objetivos traçados no PERSU2020 (PERSU2020+):

- Incrementar em **50%** a recolha seletiva de resíduos recicláveis trifluxe (papel/cartão, plástico/metal/ECAL e vidro) e, conseqüentemente, a capitação de retomas com origem em recolha seletiva, atingindo em 2020 (2022) a meta de **29 kg/habitante**;
- Diminuir a deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro para **10%**;
- Aumentar a preparação para reutilização e reciclagem para um total de **80%** dos resíduos recicláveis produzidos nos 19 Municípios da área de intervenção.

Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%), 2011-2017



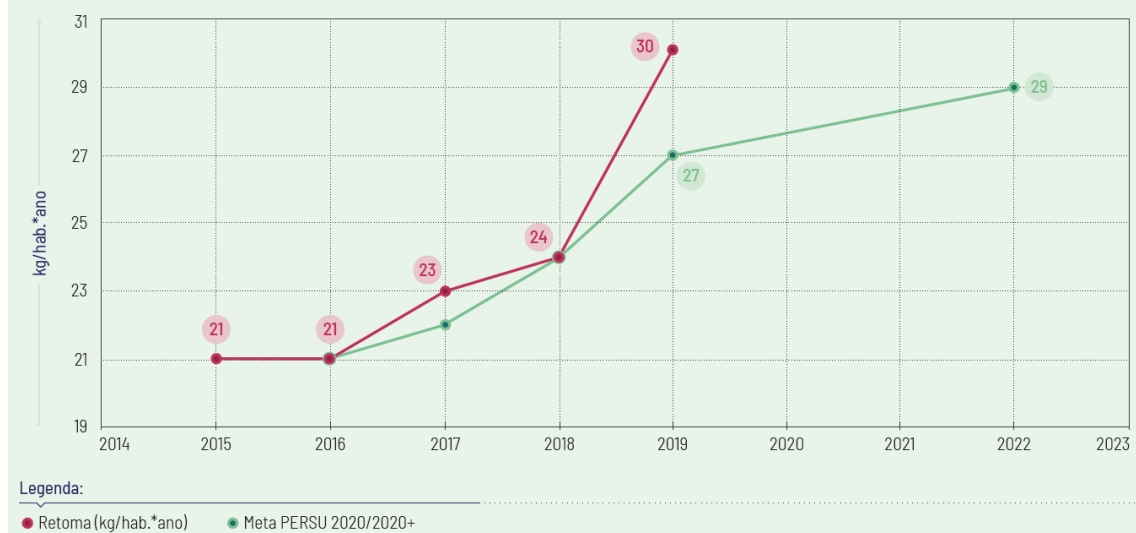
Fonte: Elaboração Própria; Fonte de dados: INE; Estatísticas dos resíduos urbanos (2019)

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E ECONOMIA CIRCULAR

Gestão de resíduos urbanos em baixa Panorama geral RU baixa

Municípios	RU01 Acessibilidade física do serviço	RU02 Acessibilidade do serviço de recolha seletiva
	APU [95;100] AMU [90;100] APR [80;100] %	APU [80;100] AMU [70;100] APR [60;100] %
Aguiar da Beira	95	44,5
Oliveira de Frades	75	24,2
Carregal do Sal	84	39,3
Castro Daire		
Mangualde		
Nelas		
Penalva do Castelo		
Santa Comba Dão		
São Pedro do Sul		
Sátão		
Tondela		
Vila Nova de Paiva		
Viseu		
Vouzela		

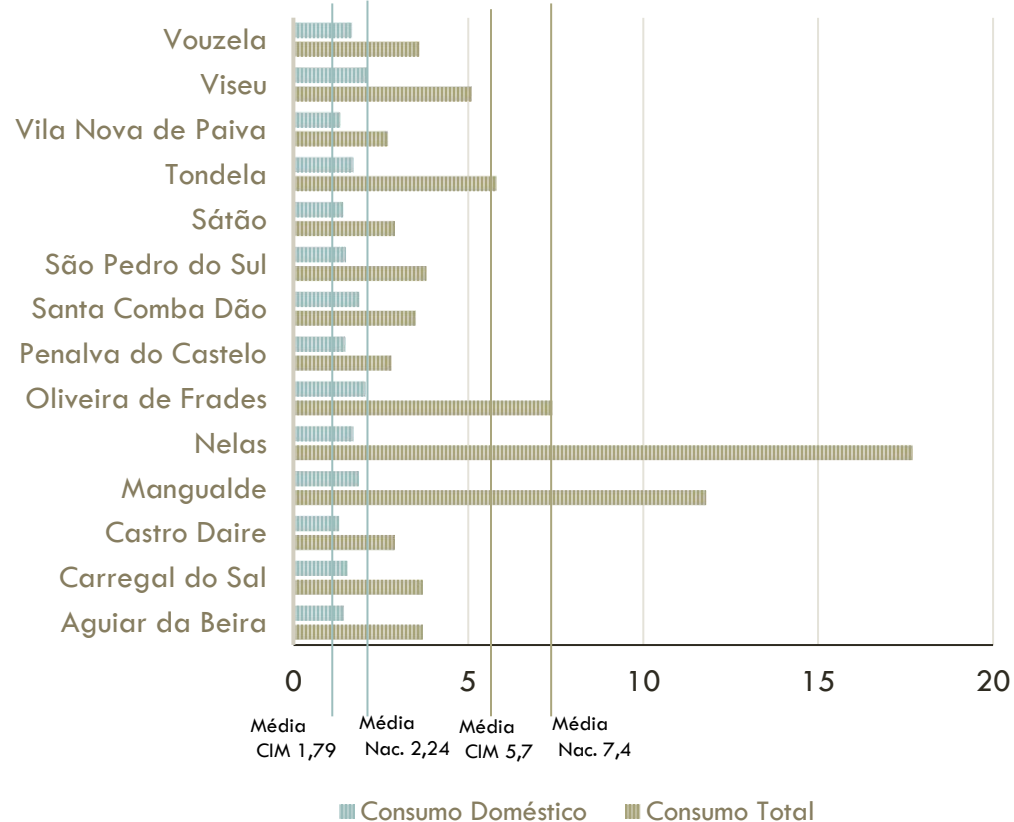
Retomas com origem em recolha seletiva do SGRU titulado pela AMRPB no período 2015-2019



Se no que se refere à acessibilidade física ao serviço (RU01) Viseu Dão Lafões apresenta uma qualidade de serviço boa, já no que se refere à percentagem de alojamentos com serviço de recolha seletiva (RU02) por ecopontos e/ou porta a porta a avaliação dos serviços prestados evidencia existir uma margem de progresso significativa. (RASARP 2019)

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

CONSUMO DE ELETRICIDADE POR CONSUMIDOR
(MWH. 2017)



- Média de consumo da CIM Viseu Dão Lafões está abaixo dos valores nacionais;
- Perfil de consumo total de cada município com grandes variações dependendo da estrutura da atividade económica;
- Perfis de consumo de eletricidade do consumidor doméstico são mais uniformes mas Viseu (maior município) apresenta valor mais elevado.



AMBIENTE, TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E ECONOMIA CIRCULAR

Domínios Prioritários de Ação

DOMÍNIOS PRIORITÁRIOS DE AÇÃO

Introdução

Uma das prioridades de investimento para o próximo período de programação centra-se na promoção de uma Europa mais verde e hipocarbónica. Este objetivo estratégico consubstancia-se nas seguintes prioridades:

- i. Promover medidas de eficiência energética,
- ii. Promover as energias renováveis,
- iii. Desenvolver sistemas, redes e formas de armazenamento energéticos inteligentes a nível local;
- iv. Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos e a resiliência a catástrofes,
- v. Promover a gestão sustentável da água,
- vi. Promover a transição para uma economia circular,
- vii. Reforçar a biodiversidade, as infraestruturas verdes no ambiente urbano e reduzindo a poluição.

Perante este enquadramento estratégico, e considerando as principais conclusões do diagnóstico à sub-região de Viseu Dão Lafões, apresentam-se seguidamente os domínios prioritário de ação proposto para este território, no que respeita à temática ambiente, transição energética e economia circular:

DOMÍNIOS PRIORITÁRIOS DE AÇÃO

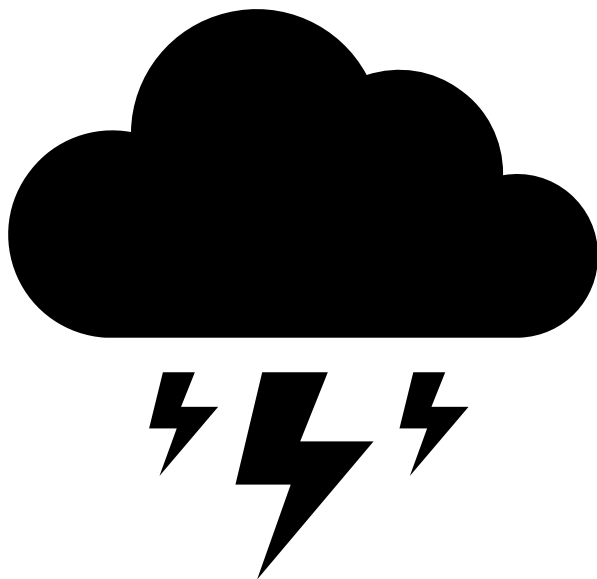
Domínios Prioritário	Objetivos Estratégicos	Linhas de Ação
Ciclo Urbano da Água	OE1. Melhorar a qualidade das massas de água e a sua disponibilidade	LA1. Reduzir as águas residuais e aumento da reciclagem e reutilização segura
	OE2. Gestão Eficiente e Integrada dos Recursos Hídricos	LA2. Redução das perdas de água
		LA3. Planeamento e telegestão
		LA4. Capacitação Técnica e Especialização
		LA5. Eficiência Energética
Resíduos Sólidos e Economia Circular	OE3. Reduzir a produção de resíduos	LA6. Sensibilização e educação ambiental da população
	OE4. Aumentar a recolha seletiva	LA7. Reforço do sistema de recolha seletiva
	OE5. Concretizar a Economia Circular e Regenerativa	LA8. Valorização, designadamente energética, dos resíduos urbanos
		LA9. Diminuição da deposição / eliminação de resíduos em aterro.
	LA10. Estimular as simbioses industriais numa lógica de economia circular e promover as compras públicas verdes	

DOMÍNIOS PRIORITÁRIOS DE AÇÃO

Domínios Prioritário	Objetivos Estratégicos	Linhas de Ação
Transição Energética	OE6. Fomento da Mobilidade Sustentável	LA11. Incentivo à utilização de meios de transportes partilhados
		LA12. Estruturação de redes cicláveis de ligação aos principais polos geradores de mobilidade
		LA13. Ampliação da rede de carregamento dos veículos elétricos e aplicação de incentivos para o uso de veículos elétricos
	OE7. Promoção do consumo energético mais eficiente	LA14. Adoção de Mecanismos Sistémicos de Monitorização Energética
		LA15. Apoiar o esforço de investimento na eficiência energética na iluminação pública, nos edifícios públicos e privados, designadamente habitacionais e de serviços
	OE8. Produção descentralizada de energias renováveis	LA16. Apoiar o investimento público e privado em soluções individualizadas e descentralizadas de produção de energias renováveis, designadamente a partir da biomassa florestal

VI. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, PREVENÇÃO DE RISCOS E PROTEÇÃO CIVIL





VI. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, PREVENÇÃO DE RISCOS E PROTEÇÃO CIVIL

Síntese Estratégica

INTRODUÇÃO

Apresenta-se seguidamente uma síntese da revisitação à Estratégia "Viseu Dão Lafões 2020", no que respeita à temática da "Alterações Climáticas, Prevenção de Riscos e Proteção Civil". A análise realizada incidu nos seguintes quatro domínios principais:

- i. numa análise ao desempenho de Viseu Dão Lafões no quadro do Portugal 2020, particularmente no que respeita aos financiamentos relacionados com os incentivos ao investimento em planeamento e gestão de riscos e na adaptação às alterações climáticas;
- ii. na apresentação das principais conclusões resultantes do processo de auscultação realizado com os agentes locais que atuam nas diferentes áreas relacionadas com as alterações climáticas, prevenção de riscos e proteção civil;
- iii. e, por fim, na análise de revisitação ao quadro estratégico definido para esta temática no anterior exercício de planeamento estratégico, face às dinâmicas entretanto registadas.

Descrevem-se de seguida, de forma sumária e objetiva, os principais elementos da análise efetuada em cada um dos domínios acima referidos, apresentando-se um conjunto de elementos gráficos incidindo nas dimensões que merecem maior destaque em cada um, os quais são complementados por uma breve síntese conclusiva.

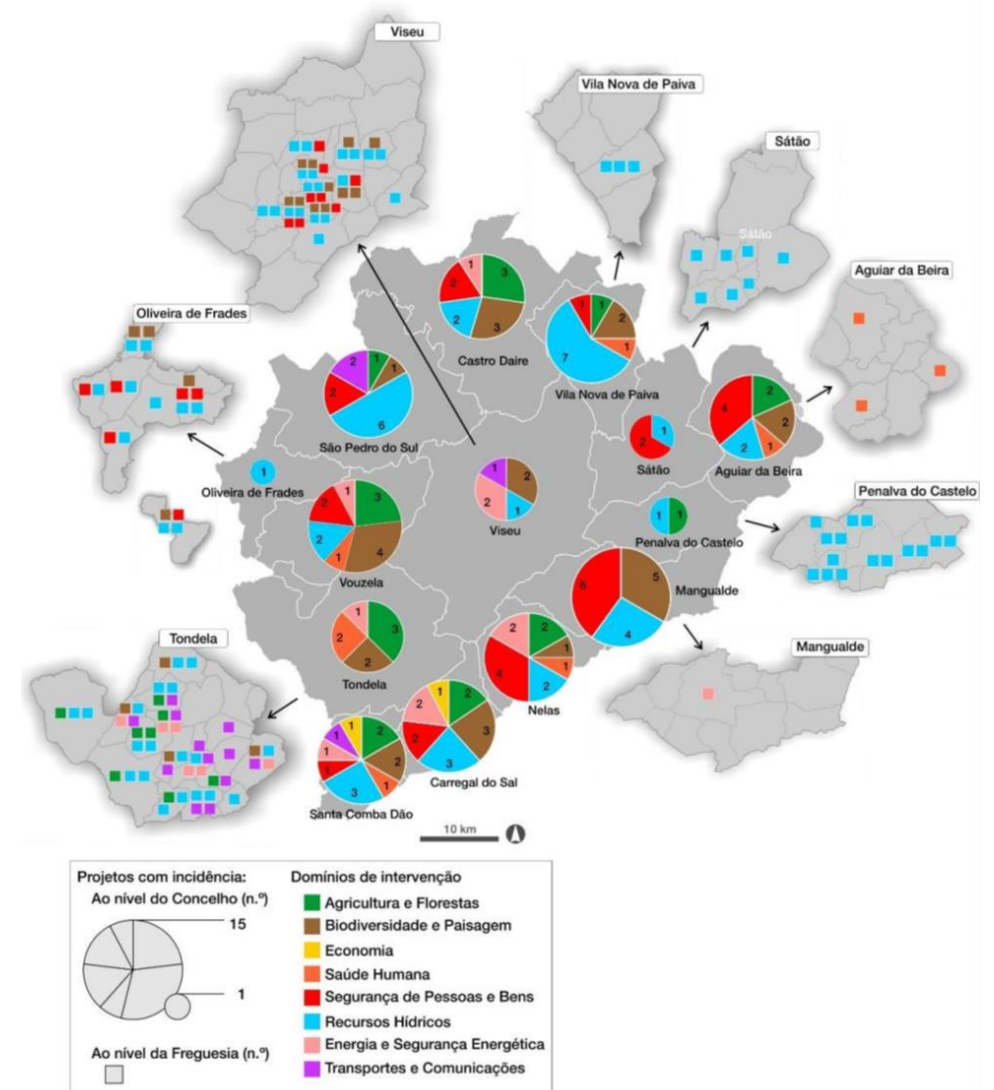
ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

- i. O Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) de Viseu Dão Lafões tem como objetivo conhecer melhor o fenómeno das alterações climáticas ao nível local e sub-regional e, ao mesmo tempo, identificar as ações necessárias para a adaptação das populações, entidades e serviços públicos. Visa, ainda, a promoção da integração da adaptação no planeamento intermunicipal e municipal e a criação de uma cultura de cooperação na adaptação transversal aos vários setores e atores, reforçando a resiliência territorial.
- ii. O Programa de Ação do PIAAC é composto por um primeiro quadro de ações, de âmbito intermunicipal e municipal, a realizar a curto e médio prazo. Este encontra-se organizado em duas dimensões:
 - a. Um projeto âncora de âmbito intermunicipal alinhado com cada uma das abordagens setoriais de adaptação;
 - b. Intervenções prioritárias definidas pelos Municípios. Estas ações incidem sobre os setores em que a avaliação dos impactes e das vulnerabilidades atuais e futuras revelam maior preocupação, em resultado de eventos climáticos registados entre 2000 e 2017 e dos cenários climáticos até ao final do século.

ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Em forte coerência com os impactes e vulnerabilidades atuais, a maioria das ações concentra-se nos setores:

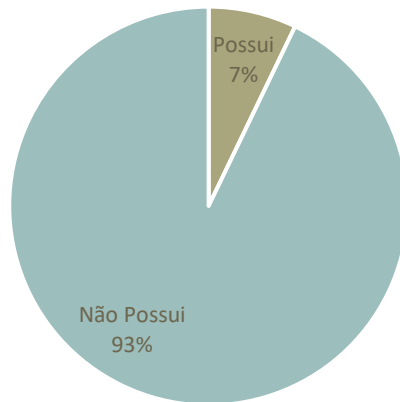
- i. **Recursos Hídricos**, designadamente na medida que visa aumentar as reservas hídricas e a capacidade de armazenamento de água;
- ii. **Agricultura e Florestas**, relevando-se as ações de prevenção de incêndios florestais;
- iii. **Biodiversidade e Paisagem**, salientando-se a medida que promove o aumento do conhecimento sobre a biodiversidade e a sua dinâmica.



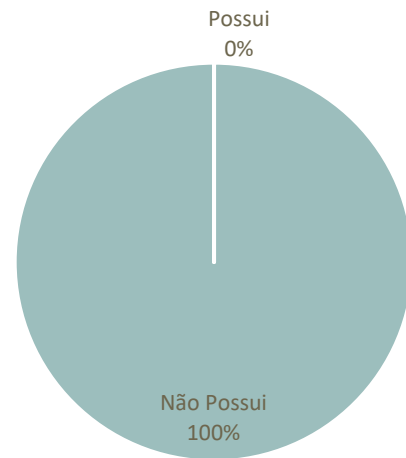
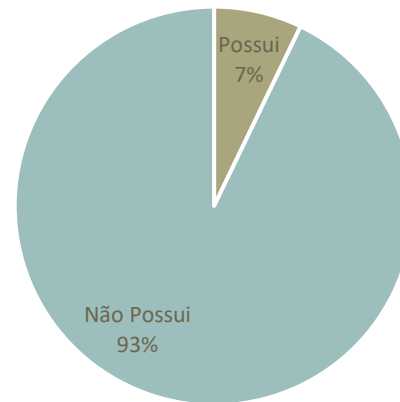
INSTRUMENTOS MUNICIPAIS PARA ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC)

Pacto de Autarcas para o Clima e Energia



Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PMAAC)



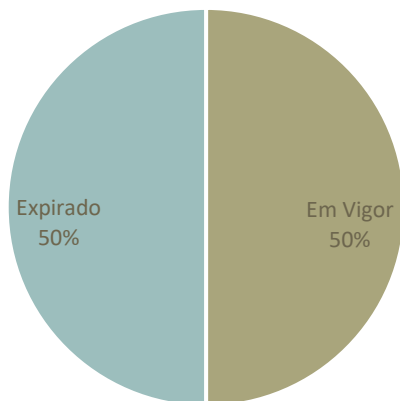
Fonte: Elaboração Própria; Fonte de Dados: . Páginas da Internet dos Municípios da Região Viseu Dão Lafões.

Síntese:

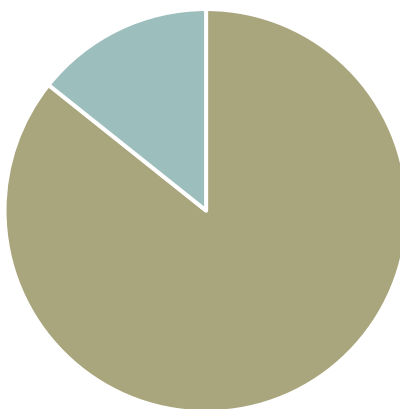
- Atualmente os Municípios dispõem de um conjunto de instrumentos municipais para promoção da integração da adaptação no planeamento municipal, impulsionando e facilitando a adaptação à escala local. Entre esses instrumentos destacam-se:
 - **Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC)**, documentos de natureza estratégica que identificam, caracterizam e priorizam um conjunto de opções de adaptação;
 - **Planos Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas (PMAAC)**, que visam operacionalizar a Estratégia definida nas EMAAC, reduzindo a vulnerabilidade territorial deste território e promovendo a sua adaptação e resiliência;
 - **Pacto de Autarcas para o Clima e Energia**, assume-se como o maior movimento mundial de cidades para a ação climática e de energia local e acelerar a descarbonização dos seus territórios, fortalecer a sua capacidade para se adaptarem aos impactos inevitáveis das alterações climáticas e permitir que os cidadãos tenham acesso a uma energia segura, sustentável e acessível.
- No que respeita à região de Viseu Dão Lafões, verifica-se que o desenvolvimento deste tipo de instrumentos é extremamente reduzido, sendo que em 2019, o Município de Viseu era o único que já dispunha de uma EMAAC. A preocupação deste Município com a adaptação às alterações climáticas não é algo recente, sendo que desde de 2010 que este se tornou um dos signatários do Pacto de Autarcas.

PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC)



Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI)



■ Em Vigor ■ Expirado

Síntese:

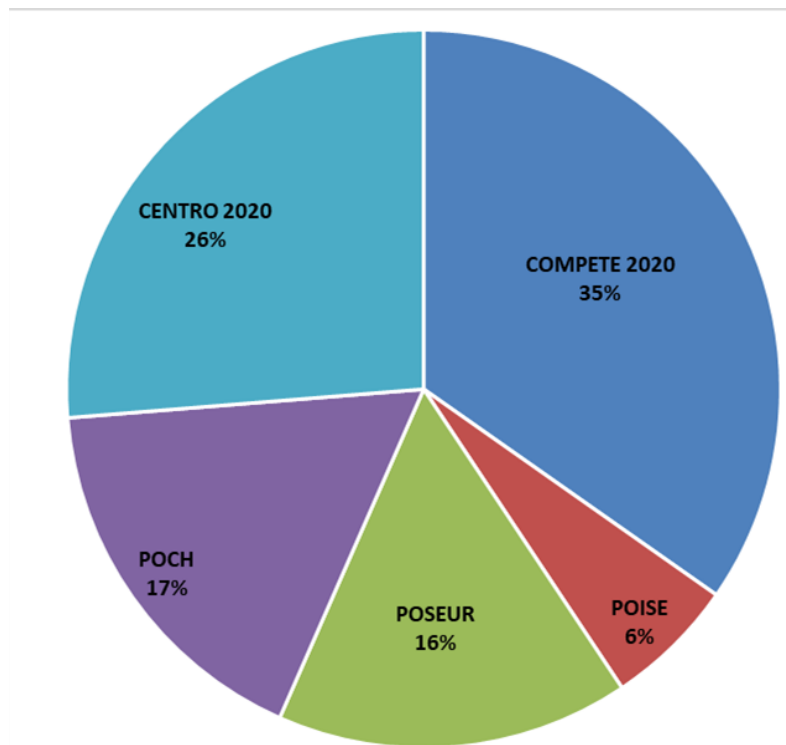
- Dos 14 Municípios que compõem a CIM Viseu Dão Lafões, apenas metade (7 municípios) dispunha de um Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) em vigor;
- No que diz respeito aos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), apenas em 2 municípios já expirou o prazo de vigência destes documentos;
- A maioria dos Municípios da CIM Viseu Dão Lafões possui um PMDFCI de 2.ª geração.

PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS

- i. A Região de Viseu Dão Lafões foi uma das mais afetadas pelos incêndios florestais ocorridos a 15 de outubro de 2017, os quais aconteceram num momento em que o país atravessava um período de seca prolongada, resultante do deficit de precipitação, em que o dispositivo operacional se encontrava parcialmente desmobilizado e que ocorre um fenómeno meteorológico extremo - Furacão Ophelia -, caracterizado por ventos muito fortes e secos e por valores da humidade relativa mínima do ar inferiores a 25%.
- ii. O conjunto dos incêndios ocorridos em 15 de outubro causou danos ambientais no património edificado e noutros bens materiais, numa escala nunca antes vista na Região de Viseu Dão Lafões e tornaram ainda mais evidente a necessidade de fomentar o melhor conhecimento científico e técnico dos diversos e complexos problemas que se colocam na gestão dos incêndios florestais.
- iii. Paralelamente, as fatalidades registadas entre a população civil evidenciam a necessidade de se criar mais e melhor prevenção de incêndios, mais e melhores programas de sensibilização e de apoio à população, com vista a melhorar a sua segurança.

DISTRIBUIÇÃO DE FUNDOS DO PT 2020

Distribuição do Fundo Total Aprovado por PO em Viseu Dão Lafões (2014-2019))



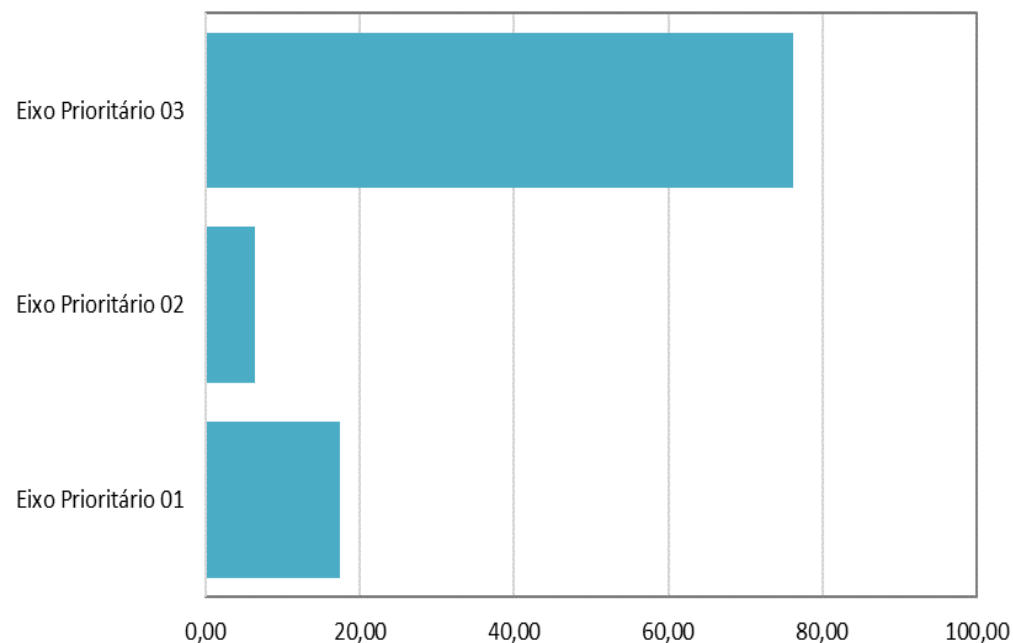
Síntese:

- Em termos da distribuição do fundo aprovado nos diferentes Programas Operacionais do Portugal 2020 em Viseu Dão Lafões, refira-se a baixa relevância do POSEUR que apenas concentra 16% (73.241.539,70 €) do total do investimento elegível.

Fonte: Elaboração Própria; Fonte de Dados: Lista de Operações Aprovadas, reportada a 31/12/2019.

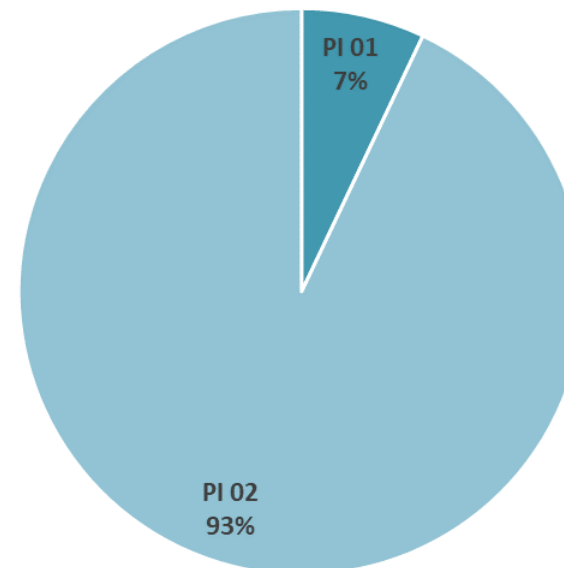
DISTRIBUIÇÃO DE FUNDOS DO PT 2020

POSEUR, Fundo Total Aprovado [%] em Viseu Dão Lafões por Eixo Prioritário (2014-2019)



Fonte: Elaboração Própria; Fonte de Dados: Lista de Operações Aprovadas, reportada a 31/12/2019.

POSEUR, Fundo Total Aprovado [%] em Viseu Dão Lafões, por Prioridade de Investimento (2014-2019)



Fonte: Elaboração Própria; Fonte de Dados: Lista de Operações Aprovadas, reportada a 31/12/2019.

Prioridade de Investimento (PI)	N.º de Projetos Aprovados	Despesas Elegíveis Totais Atribuídas à Operação [€]	Fundo Total Aprovado [€]
PI 01	3	402.583,44 €	331.995,56 €
PI 02	13	5.072.033,32 €	4.370.649,17 €

Fonte: Elaboração Própria; Fonte de Dados: Lista de Operações Aprovadas, reportada a 31/12/2019.

DISTRIBUIÇÃO DE FUNDOS DO PT 2020

- Uma análise mais aprofundada aos investimentos financiados no âmbito do POSEUR permite concluir que a grande maioria dos investimentos (76,2%) destinam-se a apoiar projetos dedicados à proteção do ambiente e promoção da eficiência dos recursos (Eixo Prioritário 03), sendo que apenas uma percentagem muito reduzida (cerca de 6,5%) destinam-se a promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos (Eixo Prioritário 02);
- Considerando os investimentos aprovados no âmbito da promoção da adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos, verifica-se que a esmagadora maioria (93%) destinam-se a apoiar projetos que visam fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (Prioridade de Investimento 02) e apenas uma pequena percentagem (7%) visam apoiar o investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas (Prioridade de Investimento 01).

DISTRIBUIÇÃO DE FUNDOS DO PT 2020

Nome do Beneficiário	Nome da Operação	Fundo Total Aprovado [€]
Município de Viseu	Construção do Novo Quartel dos Bombeiros Municipais de Viseu	718.411,15 €
AHBV de Castro Daire	Ampliação e Remodelação do Quartel da AHBV de Castro Daire	576.127,61 €
AHBV de Farejinhãs	Ampliação e Remodelação do quartel dos Bombeiros Voluntários de Farejinhãs	570.084,94 €
AHBV de Cruz da Trapa	Ampliação e Remodelação do quartel da AHBV de Santa Cruz da Trapa	434.450,07 €
AHBV do Concelho de Sátão	Ampliação e Remodelação do Quartel da AHBV do Concelho de Sátão	384.672,49 €
AHBV de Tondela	Ampliação e Remodelação do Quartel da A.H.B.V. de Tondela	378.544,49 €
AHBV de Oliveira de Frades	Ampliação e Remodelação do Quartel da A.H.B.V. de Oliveira de Frades	360.735,76 €
AHBV de Santa Comba Dão	Ampliação e remodelação do quartel da AHBV de Santa Comba Dão	336.630,86 €
AHBV de Aguiar da Beira	Modernizar para melhor servir	178.171,75 €
AHBV de São Pedro do Sul	Aquisição de um veículo tanque tático florestal - AHBV de São Pedro do Sul	139.072,00 €

Síntese:

Considerando os 10 maiores investimentos aprovados no âmbito da promoção da adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos, realizados em Viseu Dão Lafões, com financiamento no âmbito do Portugal 2020, verifica-se que estes destinam-se a projetos de construção / ampliação / remodelação de instalações das Corporações de Bombeiros. Não obstante a relevância destas intervenções, seria importante a execução de outras tipologias de investimentos previstos e alinhados com o Plano de Ação de Viseu Dão Lafões 2020, nomeadamente com o **“Objetivo Estratégico 6. Implementar medidas de maior adaptação às mudanças climáticas e de prevenção dos riscos naturais”**.

PROCESSO DE AUSCULTAÇÃO – PRINCIPAIS CONCLUSÕES

O processo de auscultação realizado procurou explorar e refletir, coletiva e colaborativamente, sobre os seguintes domínios de análise, no que respeita às alterações climáticas, prevenção de riscos e proteção civil:

- **as principais preocupações e desajustamentos que se registam em Viseu Dão Lafões**, nomeadamente no que respeita às evidências que sugerem que uma menor capacidade de resposta aos problemas e desafios emergentes, bem como quais os problemas existentes para os quais não existem respostas;
- **as aspirações relativas à estruturação de um futuro viável em Viseu Dão Lafões**, com a identificação de um conjunto de ações que poderão contribuir para a concretização dos objetivos e que poderão funcionar ao nível da melhoria de desempenho das respostas existentes.

A tabela seguinte resume, de forma sintética, as principais opiniões recolhidas:

PROCESSO DE AUSCULTAÇÃO – PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Preocupações e Desajustamentos

- Existência de limitações significativas ao nível da informação de base com séries estatísticas uniformes e relevantes;
- Ausência de conhecimento da população sobre as alterações climáticas e sobre os riscos em geral;
- Necessidade de disponibilizar dados sobre a suscetibilidade e o risco associados a fenómenos extremos, a todos os setores da sociedade;
- Debilidades nos sistemas de monitorização, aviso e alerta às populações;
- Necessidade de atuar ao nível da informação e formação sobre as alterações climáticas e sobre os riscos em geral;
- Falta de integração nos Instrumentos de Gestão Territorial em vigor, de informação relativa às alterações climáticas e aos seus impactes de medidas concretas de adaptação;
- Restrições económicas e financeiras que dificultam a implementação das ações de adaptação;
- Parca incorporação nos Planos de Emergência de Proteção Civil e nos Planos de Defesa da Floresta Contra Incêndios, dos diferentes níveis territoriais de respostas adequadas aos impactos potenciais das alterações climáticas,

Aspirações Futuras

- Incluir nos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) e, em particular nos Planos Diretores Municipais (PDM) cuja revisão se encontra em curso, orientações e medidas de adaptação às alterações climáticas;
- Aprofundar junto das autoridades competentes dos diversos setores da sociedade a discussão relativa aos impactos das alterações climáticas e na definição de uma estratégia conjunta de resposta às mesmas;
- Reforçar o conhecimento científico sobre as alterações climáticas e sobre os riscos em geral, possibilitando a adoção de ações devidamente fundamentadas;
- Criar ferramentas que permitam aos decisores a melhor tomada de decisão do ponto de vista de uma estratégia de adaptação;
- Potenciar a coordenação interinstitucional a nível regional e municipal;
- Introduzir restrições na ocupação de áreas de risco, com particular destaque para aqueles que poderão ser potenciados pelas alterações climáticas (exemplo: incêndios rurais, cheias, secas, ondas de calor, etc.);
- Promover e divulgar campanhas de informação pública sobre as alterações climáticas e sobre os riscos em geral;
- Melhorar os sistemas de monitorização, aviso e alerta às populações;
- Criar planos de ação para projetos de partilha de experiências e retenção de conhecimento sobre temáticas das alterações climáticas e prevenção de riscos.

ANÁLISE DE REVISITAÇÃO AO DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO 2020

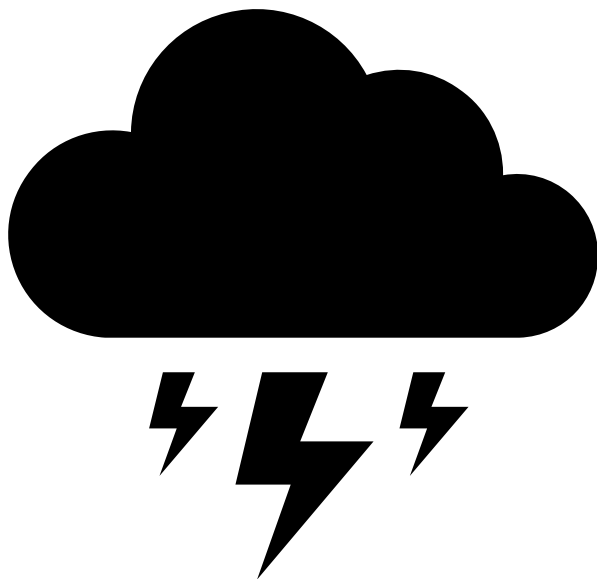
Para além dos elementos apresentados na anterior tabela, onde se encontram expressos os principais estrangulamentos e debilidades com que a sub-região se confronta atualmente, importa ainda sublinhar duas dimensões de análise complementar que, no quadro da auscultação realizada, se evidenciaram.

Assim, em primeiro lugar, é de salientar a relevância atribuída pelos diversos agentes a um conjunto de fatores que se revelam como estrangulamentos importantes:

- as limitações ao nível do acesso a informação;
- a ausência de uma otimização dos recursos e de uma planificação estratégica;
- a necessidade de aprofundamento da articulação entre os Municípios e restantes atores-chave locais;
- a necessidade de reforçar os sistemas de monitorização e alerta associados aos riscos.

Em segundo lugar, e em termos de ativos e potencialidades, os seguintes fatores foram identificados como oportunidades a explorar:

- existência de um conjunto de instrumentos, quer de âmbito regional, quer de âmbito municipal, de planeamento e gestão de riscos e de adaptação às alterações climáticas;
- desenvolvimento de campanhas de informação pública sobre os riscos no sentido de aumentar a resiliência e reduzir a vulnerabilidade às alterações climáticas;
- alteração do quadro legislativo relativo ao enquadramento da proteção civil no âmbito municipal (com a integração da vulnerabilidade aos riscos e medidas de adaptação às alterações climáticas);
- integração nos instrumentos de planeamento e gestão territorial de âmbito municipal, de medidas de prevenção e de minimização de riscos em áreas de maior vulnerabilidade (restrições a áreas de risco), considerando medidas de adaptação às alterações climáticas.



VI. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, PREVENÇÃO DE RISCOS E PROTEÇÃO CIVIL

Domínios Prioritários de Ação

DOMÍNIOS PRIORITÁRIOS PARA A AÇÃO

O exercício de identificação de domínios prioritários para a ação em Viseu Dão Lafões, tendo como horizonte 2030, assenta na articulação entre um conjunto de orientações estratégicas a uma escala multinível (União Europeia, Portugal e Região Centro), com as principais conclusões do diagnóstico sintético apresentado, procurando-se desta forma estabelecer um alinhamento estratégico entre todos estes diferentes contextos. Neste sentido, importa começar por destacar, a nível europeu, um dos domínios prioritários de investimento para o próximo período de programação, que se centra na promoção de uma Europa mais verde e hipocarbónica. Este objetivo estratégico consubstancia-se nas seguintes prioridades:

- i. promover medidas de eficiência energética,
- ii. promover as energias renováveis,
- iii. desenvolver sistemas, redes e formas de armazenamento energéticos inteligentes a nível local,
- iv. promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos e a resiliência a catástrofes,
- v. promover a gestão sustentável da água,
- vi. promover a transição para uma economia circular,
- vii. reforçar a biodiversidade, as infraestruturas verdes no ambiente urbano e reduzindo a poluição.

Em linha com esta prioridade europeia, uma das agendas prioritárias estabelecidas pelo Governo Português para 2030 centra-se na energia e alterações climáticas, concretamente no que respeita à criação de condições para a diminuição da dependência energética e de adaptação dos territórios às alterações climáticas, nomeadamente garantindo a gestão dos riscos associados por via da descarbonização da economia e da transição energética, visando reforçar um modelo territorial equilibrado na região.

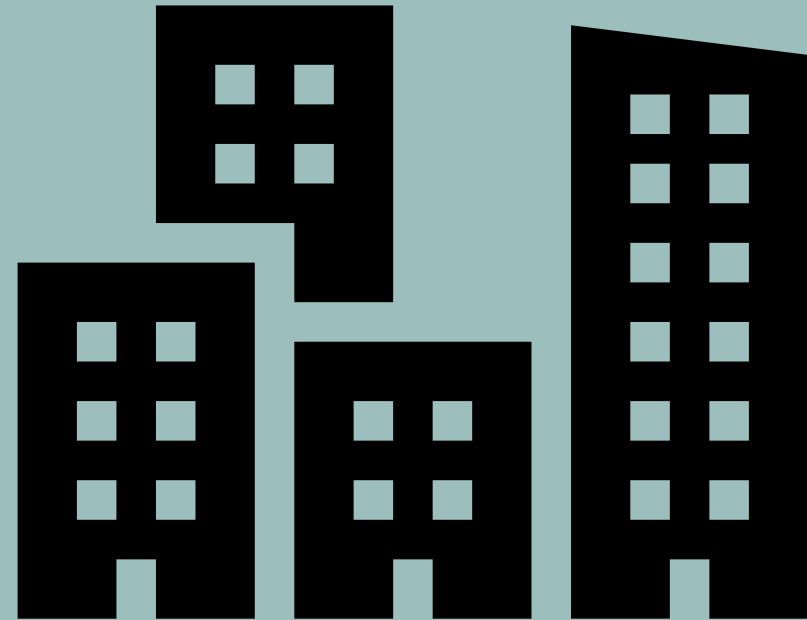
Perante este enquadramento estratégico, e considerando as principais conclusões do diagnóstico à sub-região de Viseu Dão Lafões, apresentam-se seguidamente os domínios prioritário de ação proposto para este território, no que respeita à temática das alterações climáticas, prevenção de riscos e proteção civil.

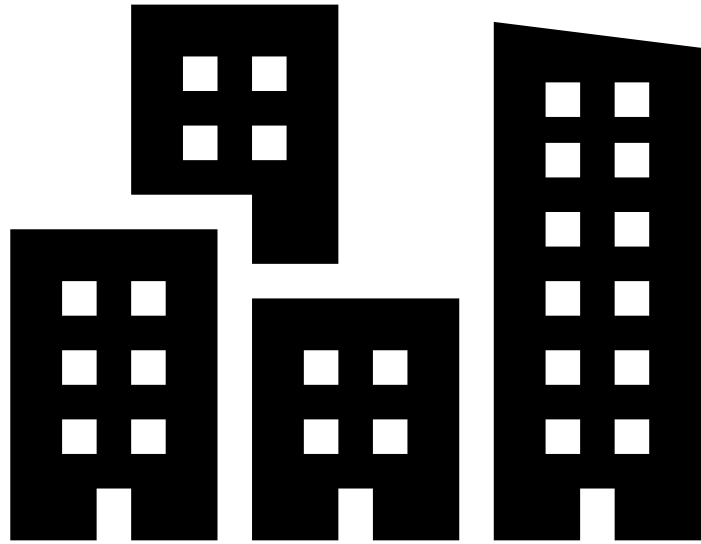
Este domínio visa reduzir as vulnerabilidades e aumentar a resiliência do território de Viseu Dão Lafões aos efeitos das alterações climáticas, através da implementação de ações relacionadas com a melhoria do nível de conhecimento (capacitação e sensibilização), de ferramentas de suporte à decisão (sistemas de monitorização, aviso e alerta), bem como de ações de intervenção direta no território e nas infraestruturas.

Domínios Prioritários	Objetivos Estratégicos
Adaptação às alterações climáticas e prevenção dos riscos	OE1. Promover o Aumento do Conhecimento sobre as Alterações Climáticas e Sobre os Riscos
	OE2. Criar ou Melhorar as Ferramentas de Suporte à Decisão
	OE3. Implementar Medidas de Adaptação do Território às Alterações Climáticas e de Prevenção dos Riscos

Objetivos Estratégicos	Linhas de Ação
OE1. Promover o Aumento do Conhecimento sobre as Alterações Climáticas e Sobre os Riscos	LA1. Desenvolvimento de ações de capacitação de técnicos e decisores políticos
	LA2. Promoção de ações de comunicação, divulgação, educação e sensibilização
OE2. Criar ou Melhorar as Ferramentas de Suporte à Decisão	LA3. Desenvolvimento de sistemas de informação, modelação, cenarização e reporte de dados
	LA4. Criação/melhoria dos sistemas de monitorização, aviso e alerta
OE3. Implementar Medidas de Adaptação do Território às Alterações Climáticas e de Prevenção dos Riscos	LA5. Implementação de medidas de prevenção dos riscos associados às alterações climáticas (secas e escassez de água, desertificação e erosão dos solos, ondas de calor, incêndios rurais, fitossanidade e sanidade animal e vetores transmissores de doenças humanas).

VII. SISTEMA TERRITORIAL - URBANO RURAL





VII. SISTEMA TERRITORIAL - URBANO RURAL

Síntese Estratégica

1. ENQUADRAMENTO

Apresenta-se seguidamente uma síntese da revisitação à Estratégia "Viseu Dão Lafões 2020", no que respeita à temática do "Sistema Urbano Policêntrico". A análise realizada incidiu nos seguintes domínios:

- I. na atualização do diagnóstico para o período 2011-2017, procurou-se de forma sintética, identificar as principais dinâmicas e transformações registadas no território, incidindo em quatro dimensões, mais concretamente: contexto sociodemográfico; acesso à habitação e atratividade urbana; centralidades urbanas e serviços de interesse geral; fluxos e relações territoriais;
- II. na análise ao desempenho de Viseu Dão Lafões no quadro do Portugal 2020, no que respeita aos financiamentos à qualificação dos equipamentos e serviços e no âmbito dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU) e dos Planos de Apoio à Reabilitação Urbana (PARU);
- III. na sistematização de algumas reflexões resultantes do processo de auscultação desenvolvido com os agentes locais;
- IV. e, por fim, a revisitação ao quadro estratégico definido para esta temática no anterior exercício de planeamento estratégico, atendendo às dinâmicas registadas nos últimos anos.

2. DIAGNÓSTICO DE REVISITAÇÃO

2.1. Contexto Sociodemográfico

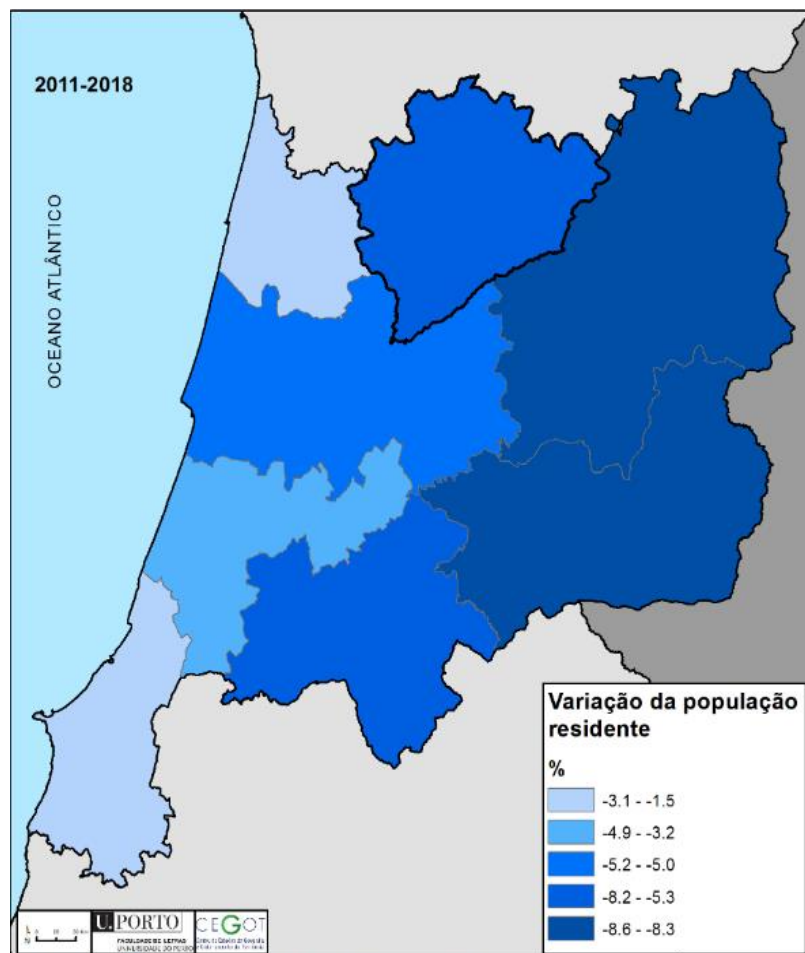
2.2. Acesso à Habitação e Atratividade Urbana

2.3. Centralidades Urbanas e Serviços de Interesse Geral

2.4. Fluxos e Relações Territoriais

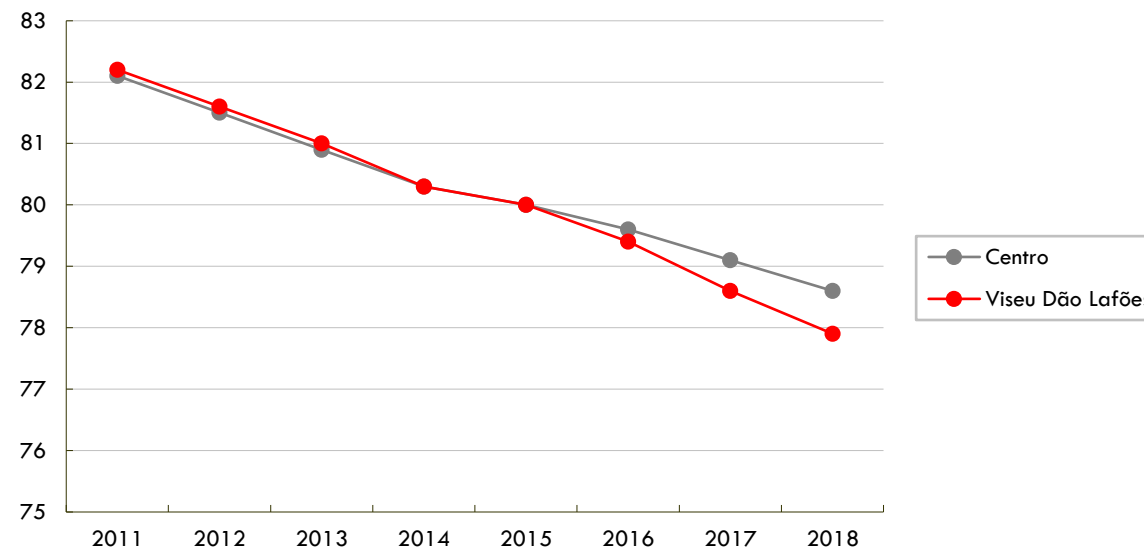
2.1. Contexto Sociodemográfico

Variação da população residente, 2011-2018



Fonte: Elaboração Própria; Fonte de dados: INE (2019)

Densidade Populacional (hab/km²), de 2011 a 2018



Fonte: Elaboração Própria; Fonte de dados: INE (2019)

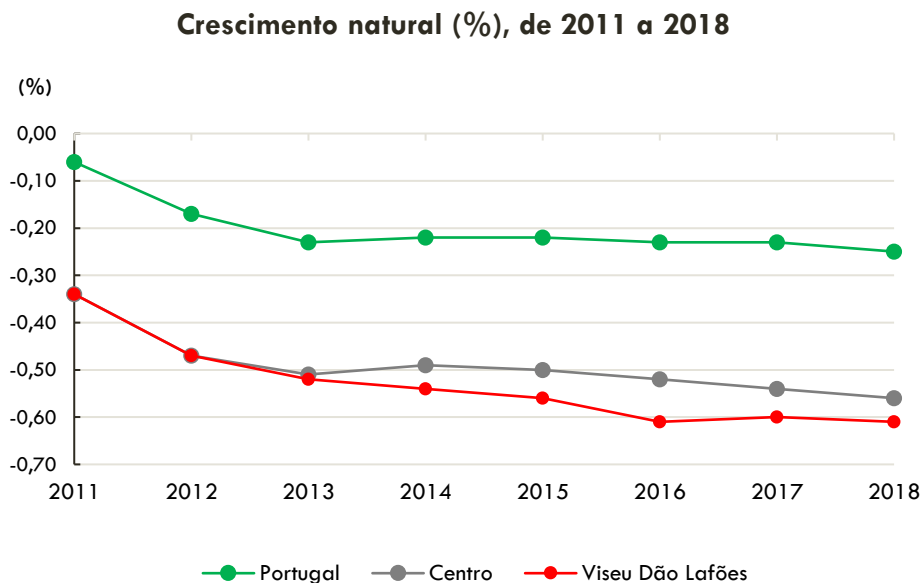
Nota: o valor nacional em 2011 e 2018 era 114,3 e 111,4 habitantes por km², respetivamente.

Em termos de **contexto sociodemográfico**, Viseu Dão-Lafões (VDL) tem acompanhado a tendência nacional e regional de perda demográfica, tendo registado entre 2011 e 2018 uma redução populacional de 5,3%. O mesmo se reflete na densidade populacional.

A região Centro e VDL têm **densidades populacionais** inferiores ao valor nacional. Além disso, a quebra de densidade foi muito acentuada entre 2011 e 2018. Além disso, a partir de 2015, VDL começou a perder mais que a Região Centro.

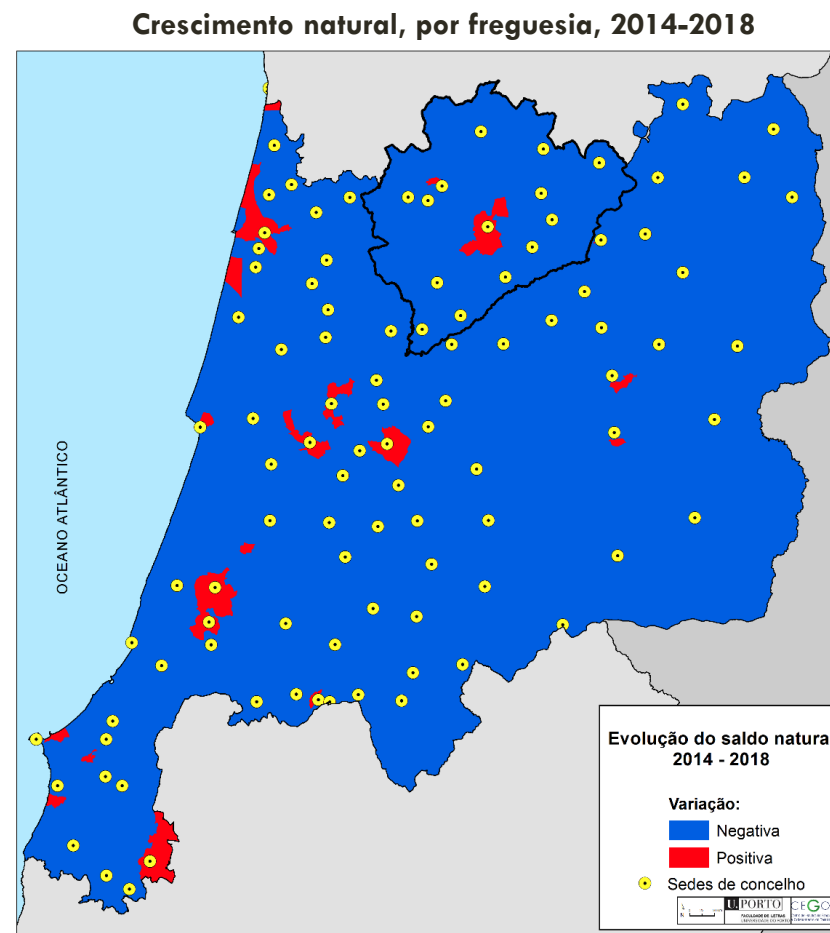
Viseu Dão Lafões apresenta um **crescimento natural** cada vez mais negativo, demonstrando um reforço da mortalidade face à natalidade. Constatamos que a região Centro (incluindo Viseu Dão Lafões) tem perdas muito mais significativas que os valores nacionais.

Comparando a região Centro com Viseu Dão Lafões, as perdas demográficas foram relativamente semelhantes entre 2011 e 2013, mas a partir daí a Viseu Dão Lafões piorou o seu rácio.



Fonte: Elaboração Própria; Fonte de dados: INE, Indicadores demográficos (2019)

O crescimento natural é negativo em quase todo o território da região Centro e de Viseu Dão Lafões, na grande maioria dos centros urbanos e nas áreas rurais. Em Viseu Dão Lafões, entre 2014 e 2018, só num pequeno número de freguesias o número de nascimentos ultrapassou os óbitos (dez freguesias, em Viseu e São Pedro do Sul).



Fonte: INE, Indicadores demográficos (2020); CAOP (2016). Cálculos próprios

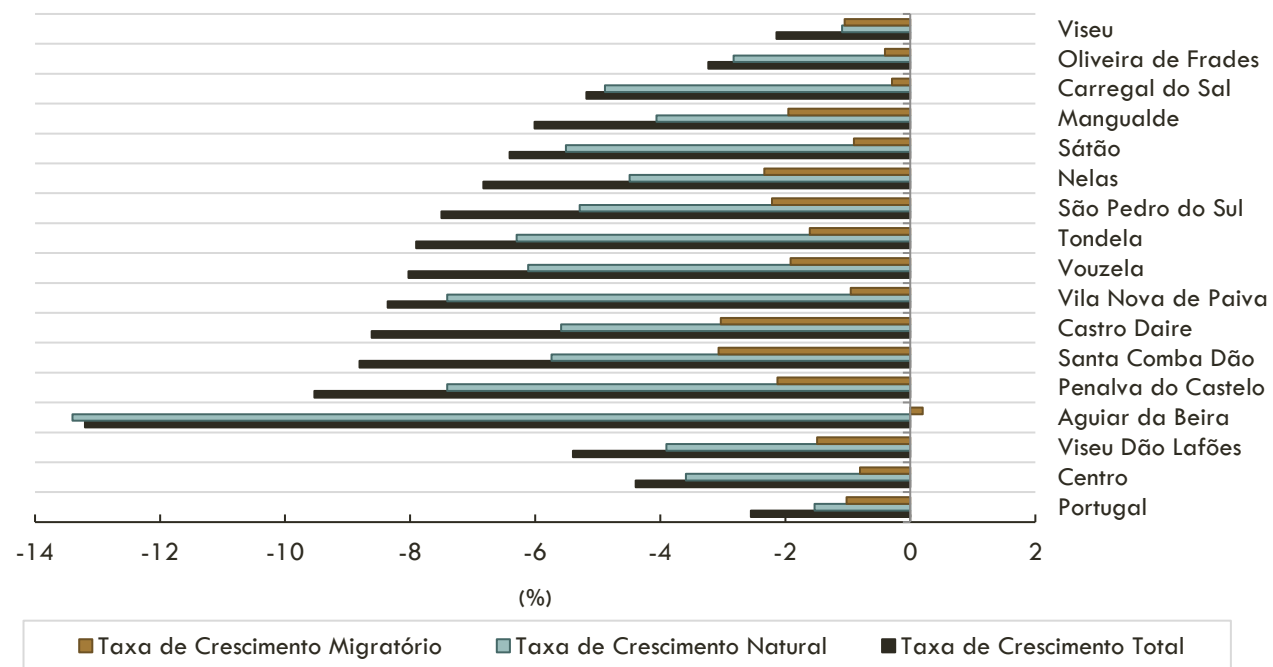
Fonte: Elaboração Própria; Fonte de dados: INE, Indicadores demográficos (2019)

Em termos de **crescimento migratório**, as saídas continuam a ser mais intensas que as entradas. O que significa que a perda demográfica de Viseu Dão Lafões é justificada sobretudo pelo crescimento natural negativo (-0,61% em 2018) mas também pelas perdas migratórias (-0,34% em 2018).

Os municípios de Aguiar da Beira (-13,4%), Penalva do Castelo (-9,5%) e Santa Comba Dão (-8,8%) são os que apresentam maiores taxas de decréscimo populacional total. Os concelhos de Viseu, Oliveira de Frades e Carregal do Sal registam os valores menos elevados, contudo continuam com valores negativos.

Em comparação com o contexto regional e nacional, praticamente todos os municípios de Viseu Dão Lafões apresentam perdas populacionais.

Taxa de crescimento (migratório, natural e total) (%), de 2011 a 2018

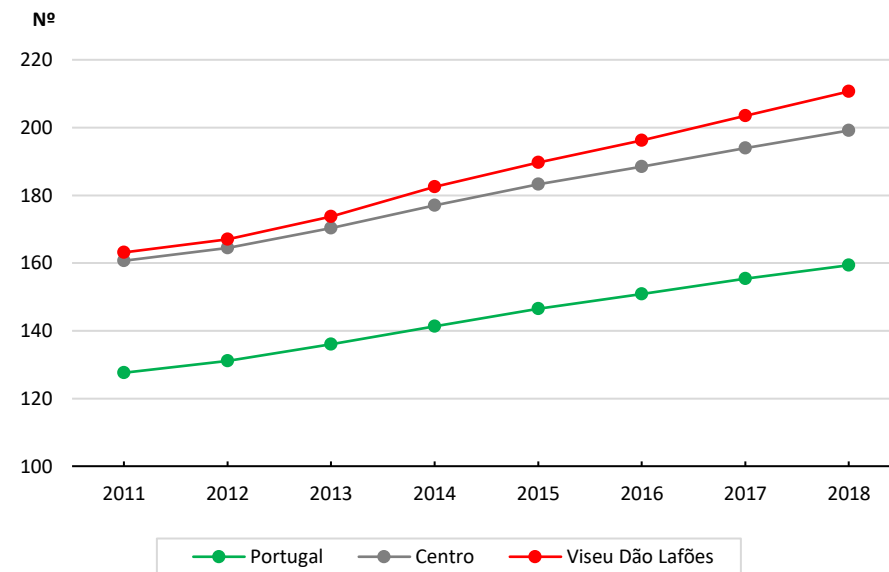


Fonte: Elaboração Própria; Fonte de dados: INE, Indicadores demográficos (2019)

No que respeita à **estrutura etária**, são evidentes os níveis de envelhecimento da população e o ritmo de envelhecimento. Viseu Dão Lafões apresentava em 2011 valores muito semelhantes à região Centro (sempre superiores ao valor nacional), mas tem vindo progressivamente a mostrar rácios cada vez mais elevados que a região.

Os concelhos com uma estrutura etária mais envelhecida (índice de envelhecimento mais alto) são Aguiar da Beira, Tondela, Penalva do Castelo, Vouzela e São Pedro do Sul.

Índice de envelhecimento (n.º), de 2011 a 2018



Fonte: Elaboração Própria; Fonte de dados: INE, Estimativas anuais da população residente (2019)

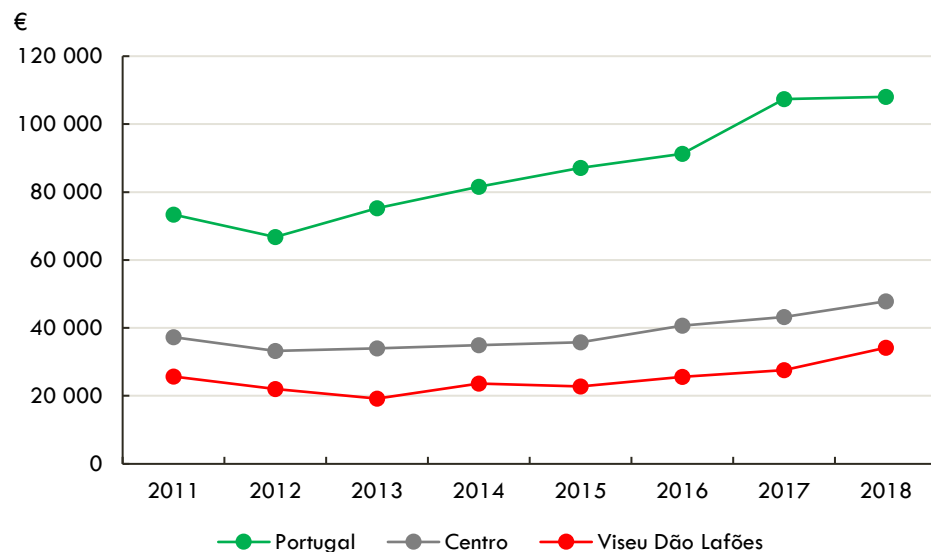
2.2. Acesso à Habitação e Atratividade Urbana

Em Viseu Dão Lafões as **populações têm vindo a dar preferência a uma localização residencial em meio urbano**, o que tem contribuído para a pressão do mercado habitacional nos centros urbanos, e para o abandono do património edificado nos meios rurais. Atualmente, a insuficiente oferta de habitação nos centros urbanos pode ser condicionadora da atratividade do tecido económico regional.

Em termos de **preços praticados no arrendamento** de Viseu Dão Lafões, os valores (face aos rendimentos brutos das famílias) têm sido razoáveis, comparativamente com os valores médios praticados na região Centro e a nível nacional. No entanto, a oferta para arrendamento é escassa e claramente inferior às necessidades.

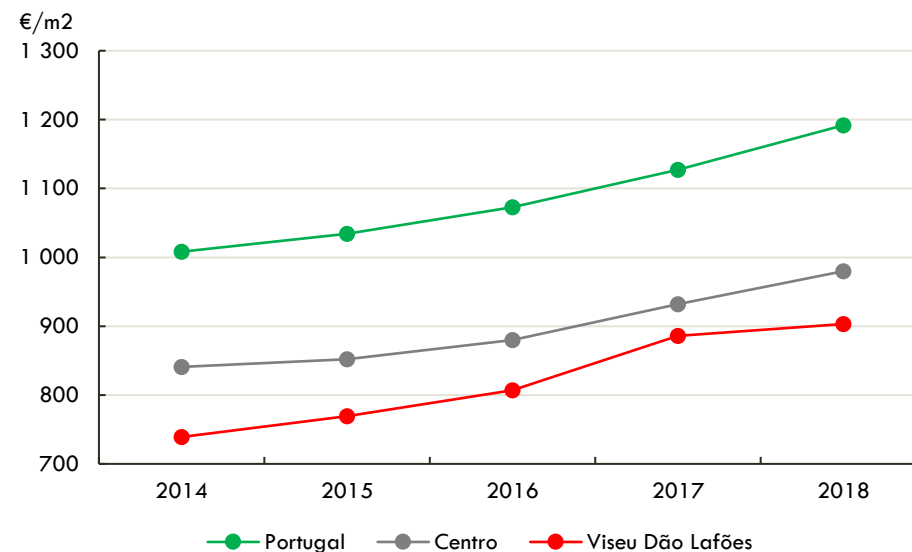
Para **aquisição de habitação**, os valores praticados também são mais baixos que a média regional e nacional. No entanto, em alguns municípios, os valores médios praticados são superiores à média nacional, nomeadamente em Viseu (refletindo os valores mais elevados do mercado imobiliário). As diferenças concelhias são bastante significativas demonstrando os desequilíbrios existentes no que respeita à atratividade residencial nesta sub-região.

Valor médio dos prédios transacionados (€/ N.º)



Fonte: Elaboração Própria; Fonte de dados: INE, DGPI, Operações sobre imóveis (2019)

Valores médios de avaliação bancária dos alojamentos (€/m2)



Fonte: Elaboração Própria; Fonte de dados: PORDATA, INE, Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação (2019)

O **valor médio dos prédios transacionados** em Viseu Dão Lafões têm vindo a crescer desde 2013 registando um valor médio de 34 mil euros em 2018 (um aumento de 33,2% face a 2011). Em comparação com a região Centro e Portugal, Viseu Dão Lafões continua a apresentar valores inferiores, sobretudo face ao valor nacional.

Relativamente aos **valores médios de avaliação bancária dos alojamentos**, Viseu Dão Lafões tem acompanhado a tendência de crescimento regional e nacional. O valor médio atual situa-se nos 903 euros por m², ou seja, um aumento de 164 euros por m² face a 2014 (uma subida de 22,2%). Em termos comparativos com a região e o país, mais uma vez Viseu Dão Lafões atinge rácios inferiores, pois a região Centro atualmente regista valores na ordem dos 980 euros por m² e Portugal 1192 euros por m².

Se calcularmos o **número de anos estimados para aquisição de habitação**, Viseu Dão Lafões posiciona-se numa situação intermédia face ao contexto nacional e regional, o que significa que o mercado habitacional é ainda relativamente acessível para agregados domésticos com rendimentos intermédios, mas já não é compatível para as populações com baixos rendimentos.

Tendo presente as dificuldades de acesso à habitação das populações mais vulneráveis, mas também da população da classe média e dos mais jovens, é fundamental **desenvolver um projeto que avalie as diferentes problemáticas de acesso à habitação** e desenvolva um conjunto de ações integradas a nível de Viseu Dão Lafões. Esta reflexão deve responder às necessidades inerentes dos **processos económicos regionais**, mas também a uma **estratégia de reforço de atratividade residencial**. Desta forma responde-se às necessidades habitacionais atuais, mas também às que se poderão vir a registar-se pelas dinâmicas do mercado de trabalho e pela atratividade de novos residentes.

Em termos de **condições habitacionais**, continuam a existir problemas associados à **degradação edificado e às más condições de conforto**, nomeadamente em matéria de **conforto energético**. E, em alguns contextos territoriais, persistem insuficiências em matéria de **infraestruturas básicas**. Além disso, o **acesso à habitação** das populações mais vulneráveis socialmente não está garantido e as problemáticas habitacionais associadas ao envelhecimento populacional precisam de ser equacionadas.

No inquérito do IHRU às **famílias com necessidades de realojamento** (2018) constata-se que Viseu Dão Lafões (com um valor médio de 2,3 famílias com necessidades de realojamento por 1000 famílias clássicas) encontra-se abaixo da média regional (2,8‰) e da média nacional (3,8‰). Contudo, em Viseu Dão Lafões destaca-se a existência de problemas em Mangualde (10,2‰), Nelas (8,9‰), Sátão (4,4‰) e Carregal do Sal (3,2‰). Os restantes municípios não apresentam grandes problemas nesta matéria. No total, em Viseu Dão Lafões contabilizam-se cerca de 240 famílias a realojar.

Atendendo às dinâmicas em curso é prioritário desenvolver um Plano de Habitação Acessível para a sub-região de Viseu Dão Lafões, de forma a articular a oferta e a procura habitacional, resolver problemas de acesso à habitação dos mais jovens e dos mais vulneráveis, refletir a acessibilidade à habitação da classe média e dinamizar uma estratégia de atratividade residencial.

2.3. Centralidades Urbanas e Serviços de Interesse Geral

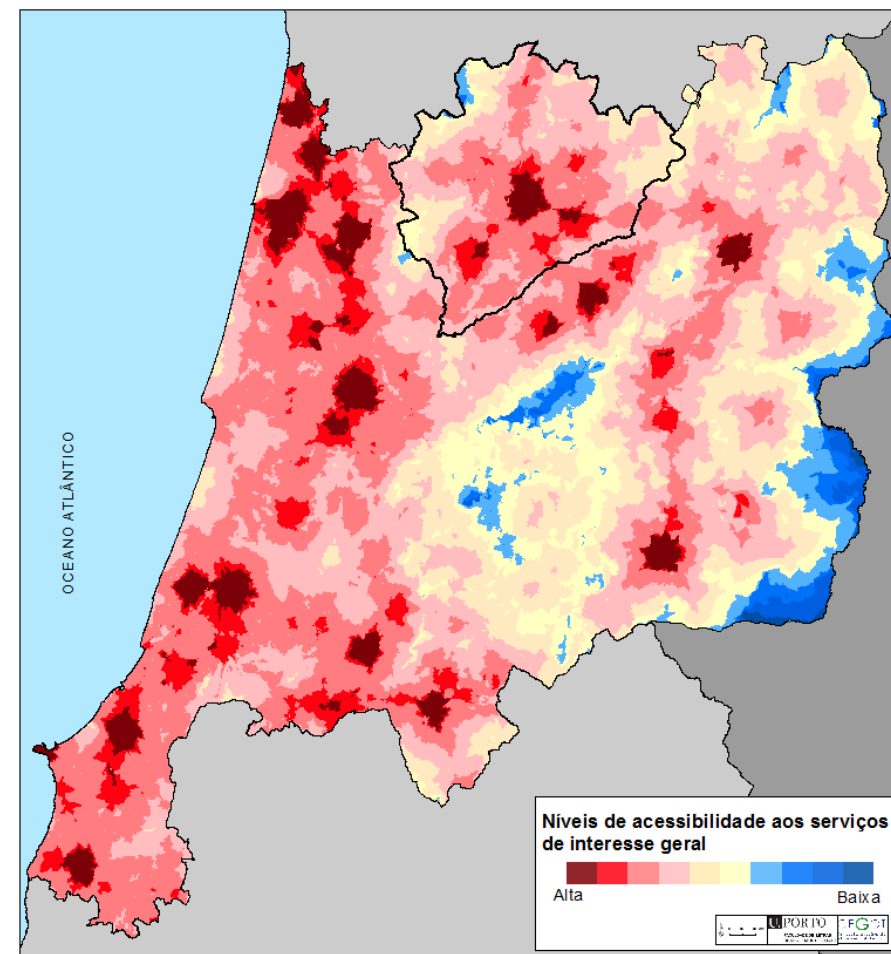
Os **serviços de interesse geral (SIG)** são considerados um **fator de coesão económica, social e territorial**. Os equipamentos e serviços devem contribuir para a equidade de oportunidades e direitos dos cidadãos (na saúde, educação, apoio social, justiça, cultura, desporto, emprego, entre outros), independentemente da sua posição socioeconómica ou localização geográfica, da nacionalidade, idade, género, etnia ou situação de deficiência.

Em Viseu Dão Lafões, os equipamentos e serviços de interesse geral tiveram um desenvolvimento assinalável nas últimas décadas, fruto dos investimentos realizados, muito apoiados pelos diferentes Quadros Comunitários de Apoio. Assim, avançou-se muito em matéria de coesão social e equidade territorial nas áreas de saúde, educação, apoio social, cultura, desporto, entre outras.

Continuam, contudo, a persistir carências, desfasamentos nas redes ou na qualidade dos serviços, que criam níveis de acessibilidade diferenciados relativamente às populações e aos territórios.

Em **matéria de acessibilidade viária** aos serviços de interesse geral, Viseu Dão Lafões tem uma **situação intermédia ao nível da região Centro**, mas **internamente não está garantida a equidade de acesso aos serviços**, atendendo às populações e aos territórios. Os mais idosos e os que têm menores recursos económicos têm níveis de acessibilidade menores e os territórios mais afastados das concentrações de serviços têm menor proximidade aos serviços.

Acessibilidade viária aos Serviços de Interesse Geral



Fonte: Adaptado do PNPOT, 2019 (Hospitais, Centros de Saúde, Farmácias, Escolas do Ensino Superior, Escolas Secundárias e Escolas Básicas, e Tribunais)

2.3.1. ACESSIBILIDADE AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Viseu Dão Lafões encontra-se numa situação de transição, no que diz respeito ao contexto nacional e regional. Apresenta municípios que estão numa situação boa no que diz respeito à saúde das populações e que detêm melhores acessibilidades aos cuidados de saúde. Porém, existem territórios que se situam numa posição mais fragilizada pois apresentam piores níveis de acessibilidade aos serviços de saúde.

Os **níveis de mortalidade** refletem os níveis de envelhecimento da população residente (mortalidade no grupo etário com mais de 65 anos). Refletindo a mortalidade prematura (antes dos 65 anos), Viseu Dão Lafões apresenta algumas problemáticas que se devem procurar precaver ou contrariar, nomeadamente taxas elevadas de mortalidade precoce por cancro de mama, cancro de cólon-retal e cancro de colo do útero. As doenças mentais, nomeadamente associadas ao envelhecimento da população, apresentam níveis significativos que exigem serviços adequados.

Analisando os **Anos de Vida Potencialmente Perdidos (AVPP)** por morte prematura (antes dos 65 anos), sobressaem valores elevados num número muito significativo de municípios, devido a doenças crónicas do fígado, tumor maligno da mama, doenças cerebrovasculares, tumor maligno do cólon do útero, pneumonia, diabetes mellitus e tumor maligno do cólon, reto e ânus. Assim, ao nível da saúde é importante refletir os níveis de envelhecimento da população residente e suprir as necessidades dos utentes ao nível do acesso a cuidados de saúde, em particular, as dos utentes que, pela natureza do seu estado clínico, muito carecem de serviços de saúde adequados às necessidades.

Os **níveis de envelhecimento** da população residente vão exigir uma maior oferta de serviços na área da oncologia, da saúde mental e nos cuidados de saúde primários de proximidade. Assim, é prioritário em matéria de equipamentos e serviços, a criação do Centro Oncológico no Centro Hospitalar Tondela - Viseu E.P.E., o reforço da rede de saúde mental/demência, nomeadamente no Hospital Psiquiátrico de Viseu, e a remodelação da rede de cuidados de saúde primários na região.

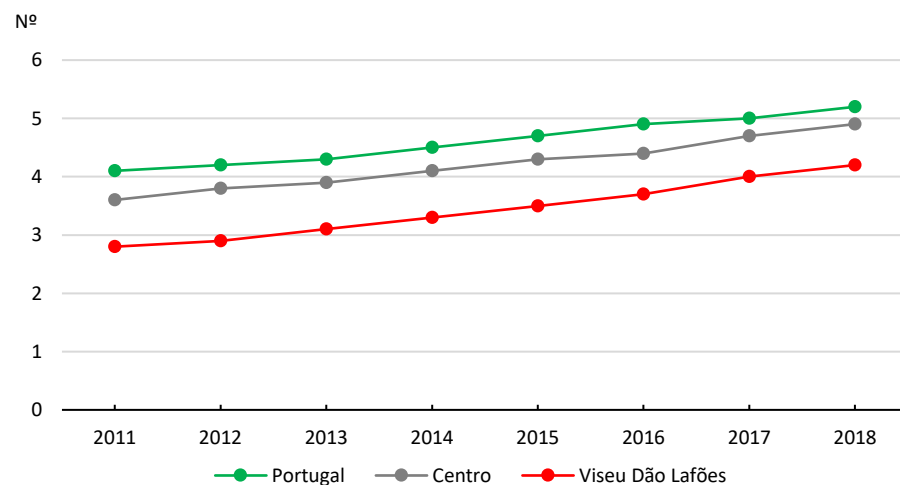
Num contexto nacional e da região centro, Viseu Dão Lafões encontra-se numa situação intermédia no que diz respeito aos **níveis de acessibilidade aos hospitais e aos centros de saúde**. Em relação à acessibilidade aos Hospitais (tempo de acesso viário) Viseu, Tondela, Mangualde, Carregal do Sal e Santa Comba Dão possuem boas acessibilidades. Em contrapartida, Aguiar da Beira é o município com piores acessibilidades aos serviços de saúde. Os restantes municípios apresentam acessibilidades médias-altas. Relativamente à acessibilidade aos Centros de Saúde (tempo de acesso viário) Carregal do Sal, Mangualde, Tondela e Viseu possuem acessibilidades muito superiores, enquanto Aguiar da Beira e Oliveira de Frades são os municípios que possuem acessibilidades baixas aos centros de saúde. Os restantes municípios oscilam entre acessibilidades médias e boas.

A **estratégia de mobilidade** para Viseu Dão Lafões reflete a diferente acessibilidade aos equipamentos de saúde. Para a melhoria da acessibilidade é determinante desenvolver um conjunto de infraestruturas viárias intermunicipais e o desenvolvimento da oferta de transportes coletivos.

Em **termos de recursos humanos**, Viseu Dão Lafões apresenta 4 médicas(os) por 1000 habitantes, o que é inferior à média regional e nacional (4,7 e 5, respetivamente). A situação tem evoluído positivamente, mas a um ritmo ainda insuficiente. Os concelhos de Viseu e São Pedro do Sul são os municípios com melhores rácios, enquanto Castro Daire, Carregal do Sal e Vouzela são os que apresentam menos médicos por habitantes. No entanto, em termos de utentes com médico de família atribuído, a situação de Viseu Dão Lafões é favorável face ao país e à região Centro.

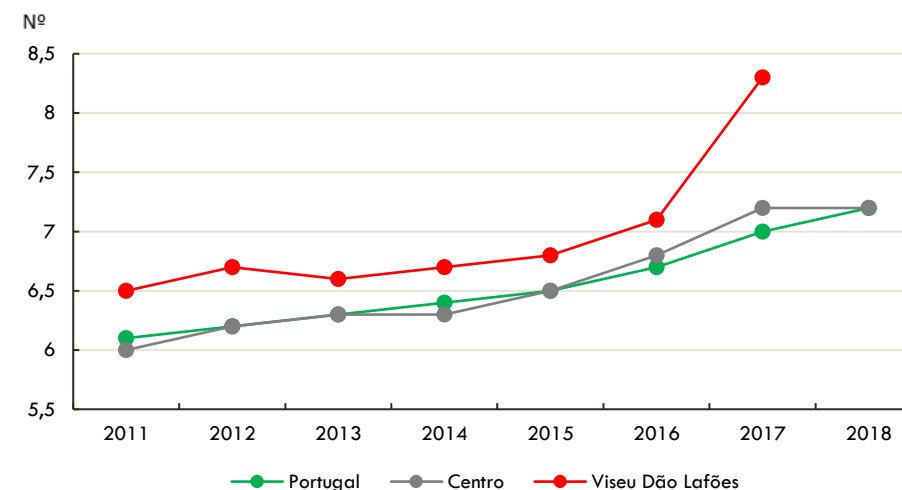
O índice de enfermeiras(os) por 1000 habitantes é positivo comparativamente com os valores regional e nacional.

Médicas/os por 1000 habitantes (N.º), de 2011 a 2018



Fonte: Elaboração Própria; Fonte de dados: INE, Estatísticas do pessoal de saúde (2019)

Enfermeiras/os por 1000 habitantes (N.º), de 2011 a 2018



Fonte: Elaboração Própria; Fonte de dados: INE, Estatísticas do pessoal de saúde (2019)

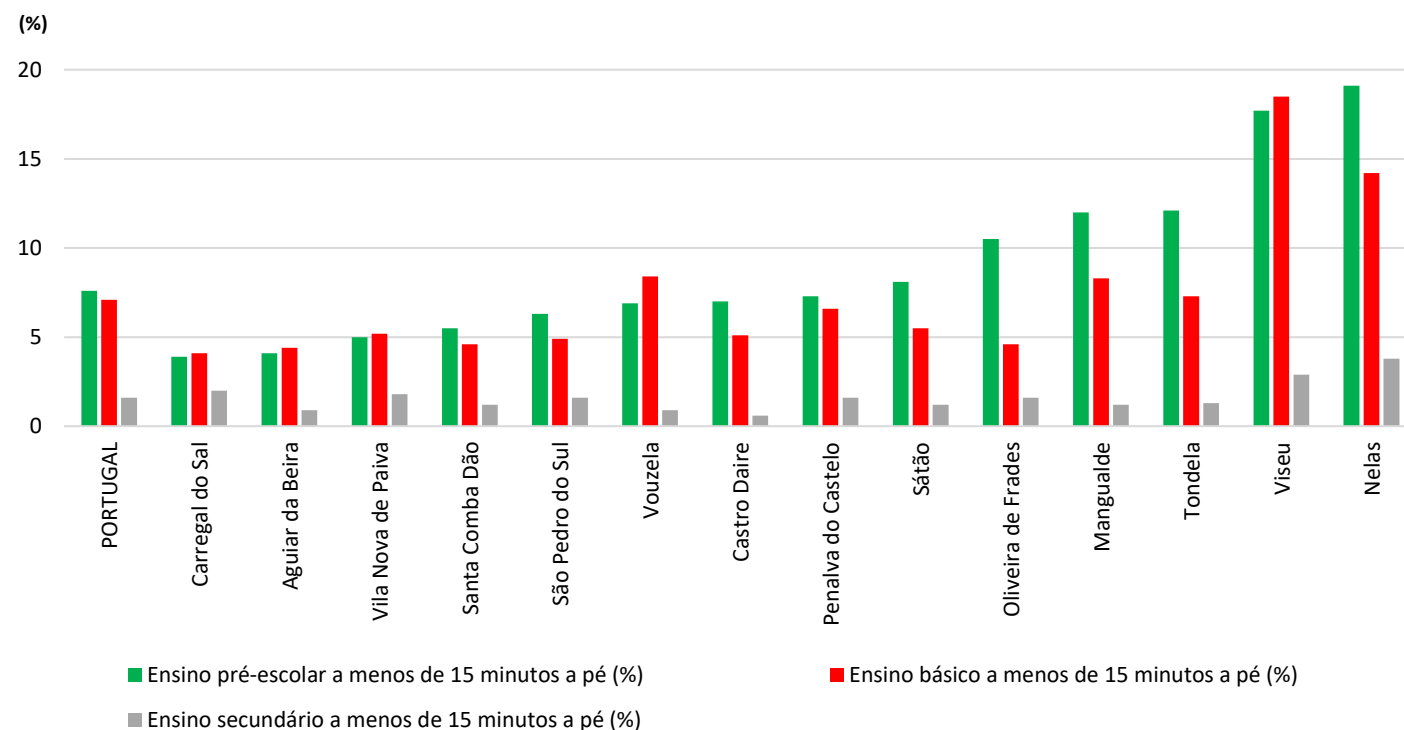
Não estão disponíveis dados para as NUTS III, em 2018

2.3.2. ACESSIBILIDADE AOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

Em termos de acessibilidades às escolas básicas e secundárias, Viseu Dão Lafões encontra-se numa situação relativamente razoável no contexto nacional e regional, dada a oferta existente. Além disso, o modelo de povoamento favorece também esta proximidade aos equipamentos escolares.

Apresenta bons níveis de acessibilidade aos equipamentos de ensino-escolar, nomeadamente ao ensino básico e ensino secundário. Contudo, no acesso aos estabelecimentos de ensino superior a situação é menos favorável.

Taxa de cobertura dos serviços de ensino (pré-escolar, básico e secundário) a menos de 15 minutos a pé (%)



Fonte: Elaboração própria; Fonte dos dados: INE (2019), Retrato Territorial.

Para calcular a **acessibilidade territorial à educação** considera-se a população que reside a menos de 15 minutos a pé do estabelecimento de ensino (pré-escolar, básico e secundário), tendo em consideração o grupo etário escolar:

- no **ensino pré-escolar**, o grupo etário considerado para o cálculo da acessibilidade foi dos 3 aos 5 anos. Em termos nacionais, 7,6% da população deste grupo etário reside a menos de 15 minutos a pé de um estabelecimento de ensino pré-escolar. No contexto de Viseu Dão Lafões seis municípios estão acima desta percentagem. Os municípios de Nelas (19,1%), Viseu (17,7%), Tondela (12,1%) e Mangualde (12%) são os que registam maiores percentagens de crianças com melhores condições de acesso. Os municípios de Carregal do Sal (3,9%) e Aguiar da Beira (4,1%) são os que apresentam piores níveis de acesso ao pré-escolar(estão mais distantes);
- no **ensino básico**, o grupo etário considerado para o cálculo da acessibilidade foi dos 6 aos 14 anos. No contexto nacional, 7,1% dos jovens encontram-se a menos de 15 minutos a pé de um estabelecimento de ensino básico. Em Viseu Dão Lafões , quatro municípios têm melhores acessibilidades que a média nacional, nomeadamente: Viseu (18,5%) Nelas (14,2%), Vouzela (8,4%) e Mangualde (8,3%). Novamente, os municípios de Carregal do Sal (4,1%) e Aguiar da Beira (4,4%) são os que apresentam piores níveis de acesso ao ensino básico.
- no **ensino secundário**, o grupo etário considerado para o cálculo da acessibilidade foi dos 15 aos 17 anos. No contexto nacional, 1,6% dos jovens encontram-se a menos de 15 minutos a pé de um estabelecimento de ensino secundário. Observa-se que 7 dos municípios de Viseu Dão Lafões detêm uma percentagem melhor ou igual à nacional. Os municípios de Nelas (3,8%), Viseu (2,9%) e Carregal do Sal (2%) são os que apresentam melhores níveis de acesso a pé. Os municípios com piores níveis de acesso são Castro Daire (0,6%), Aguiar da Beira (0,9%) e Vouzela (0,9%).

2.3.3. ACESSIBILIDADE AOS SERVIÇOS SOCIAIS

Existe escassa informação territorial relativamente aos níveis de acessibilidade aos serviços de apoio social. Em termos municipais a Carta Social (2018) só disponibiliza informação relativamente às respostas relativamente à 1ª infância e às pessoas idosas.

Na **taxa de cobertura das respostas sociais à 1ª infância**, os municípios de Viseu Dão Lafões encontram-se maioritariamente na média nacional (48,4% de cobertura). Os municípios de Vouzela, São Pedro do Sul, Vila Nova de Paiva, Aguiar da Beira e Nelas registam as maiores taxas de cobertura, com valores superiores a 70,1%, enquanto Castro Daire é o municípios com menor cobertura, estando abaixo dos 33%.

Em relação à **taxa de cobertura das respostas sociais a pessoas idosas**, Viseu Dão Lafões encontra-se acima da média nacional (12,6% de cobertura). Os municípios de Aguiar da Beira e Vila Nova de Paiva apresentam as maiores taxas de cobertura, com valores superiores a 30,1%, enquanto Carregal do Sal é o único que se encontra abaixo dos 12,6%.

Nos serviços de SAÚDE, EDUCAÇÃO e APOIO SOCIAL não chega haver oferta para as populações que mais precisam usufruírem. Há dimensões comunicacionais e comunicação segmentada e focada nos perfis dos públicos alvo que devem ser trabalhadas e desenvolvidas.

Taxa de cobertura das respostas sociais à 1ª infância e Taxa de cobertura das respostas sociais a pessoas idosas, 2018

Município	1º Infância	Pessoas Idosas
Aguiar da Beira	> = 70.1%	> = 30.1 %
Vila Nova de Paiva	> = 70.1%	> = 30.1 %
Nelas	> = 70.1%	12.7 % - 20.0 %
Vouzela	> = 70.1%	12.7 % - 20.0 %
São Pedro do Sul	> = 70.1%	12.7 % - 20.0 %
Penalva do Castelo	48.5 % - 70.0 %	20.1 % - 30.0 %
Viseu	48.5 % - 70.0 %	12.7 % - 20.0 %
Mangualde	48.5 % - 70.0 %	12.7 % - 20.0 %
Tondela	48.5 % - 70.0 %	12.7 % - 20.0 %
Santa Comba Dão	48.5 % - 70.0 %	12.7 % - 20.0 %
Carregal do Sal	48.5 % - 70.0 %	< = 12.6 %
Sátão	33.1 % - 48.4 %	20.1 % - 30.0 %
Oliveira de Frades	33.1 % - 48.4 %	12.7 % - 20.0 %
Castro Daire	< = 33.0 %	12.7 % - 20.0 %
Portugal	48.4 %	12.6 %

Fonte: Carta Social, 2018
Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP); Ministério do Trabalho,
Solidariedade e Segurança Social (MTSSS)

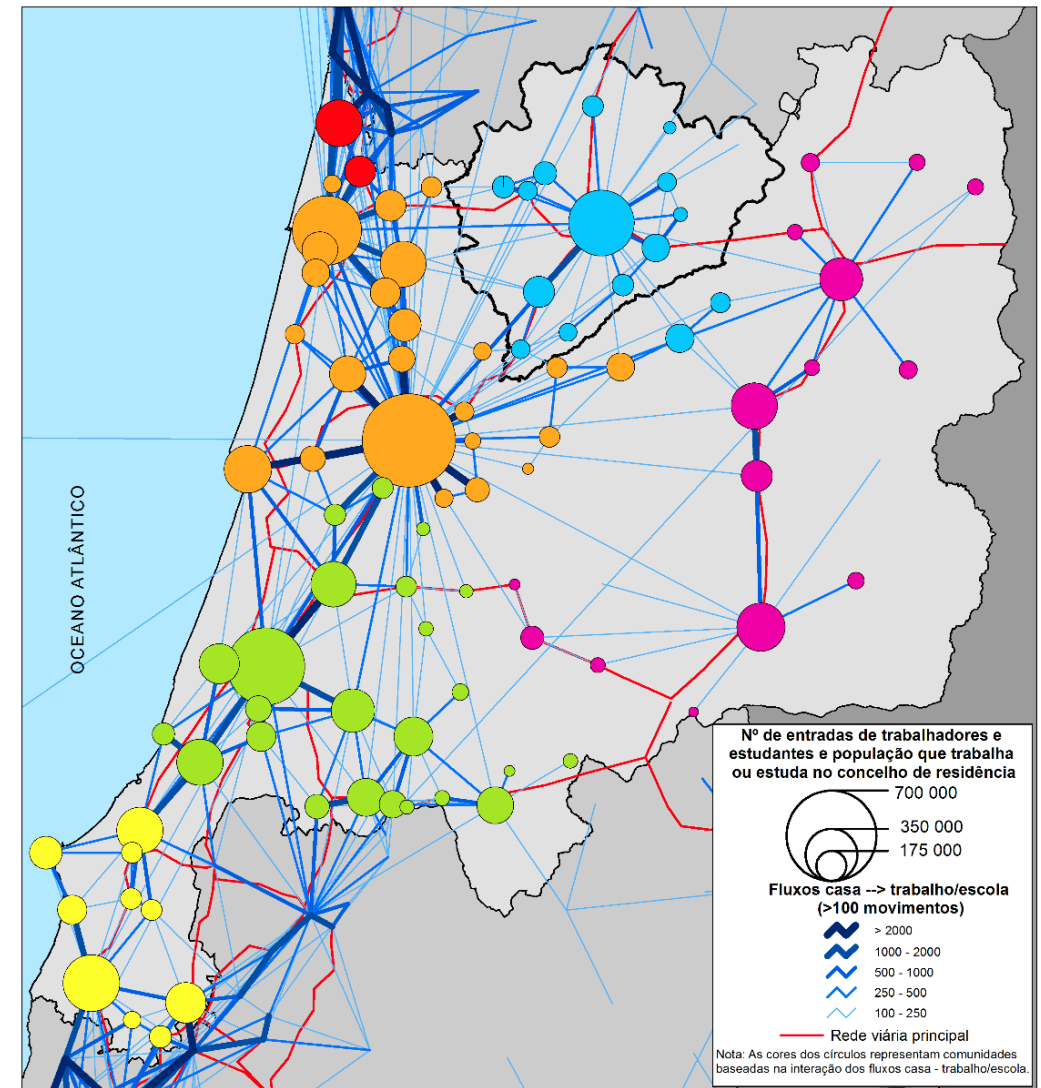
2.4. Fluxos e Relações Territoriais

Viseu Dão Lafões é um território coeso no sistemas de pendularidades casa-trabalho e casa-escola. Isto significa que os fluxos quotidianos constroem um subsistema territorial muito integrado (representado a azul no mapa).

As **centralidades urbanas** localizadas a norte desta sub-região (Lamego, Resende, Tarouca, Moimenta da Beira, Sernancelhe, Armamar e Tabuaço) também estão fortemente relacionadas com o subsistema de Viseu Dão Lafões.

De acordo com o Programa Nacional de Política de Ordenamento do território (PNPOT), os **subsistemas territoriais** articulam relacionamentos de proximidade e são o suporte da equidade territorial. A construção de um sistema urbano policêntrico apoia-se no desenvolvimento dos centros urbanos e numa maior articulação e cooperação territorial (relações interurbanas, urbano-rurais e rurais-urbanas), de forma a atenuar as disparidades socioeconómicas inter- e intrarregionais e potenciar estratégias, aumentando as economias de escala nos contextos de menor densidade urbana e criando condições para um melhor desenvolvimento dos sistemas socio-ecológicos. Na última década as ligações territoriais quotidianas alargaram-se e os fluxos de pessoas e bens intensificaram-se. Assim, os subsistemas territoriais conferem ao território português uma textura mais integrada.

Polaridades e sistemas territoriais construídos pelos fluxos casa-trabalho e casa-escola, 2011



Fonte: INE - Censos (2011); CAOP (2016); Cálculos próprios

Fonte dos dados: INE, Censos da População (2011)

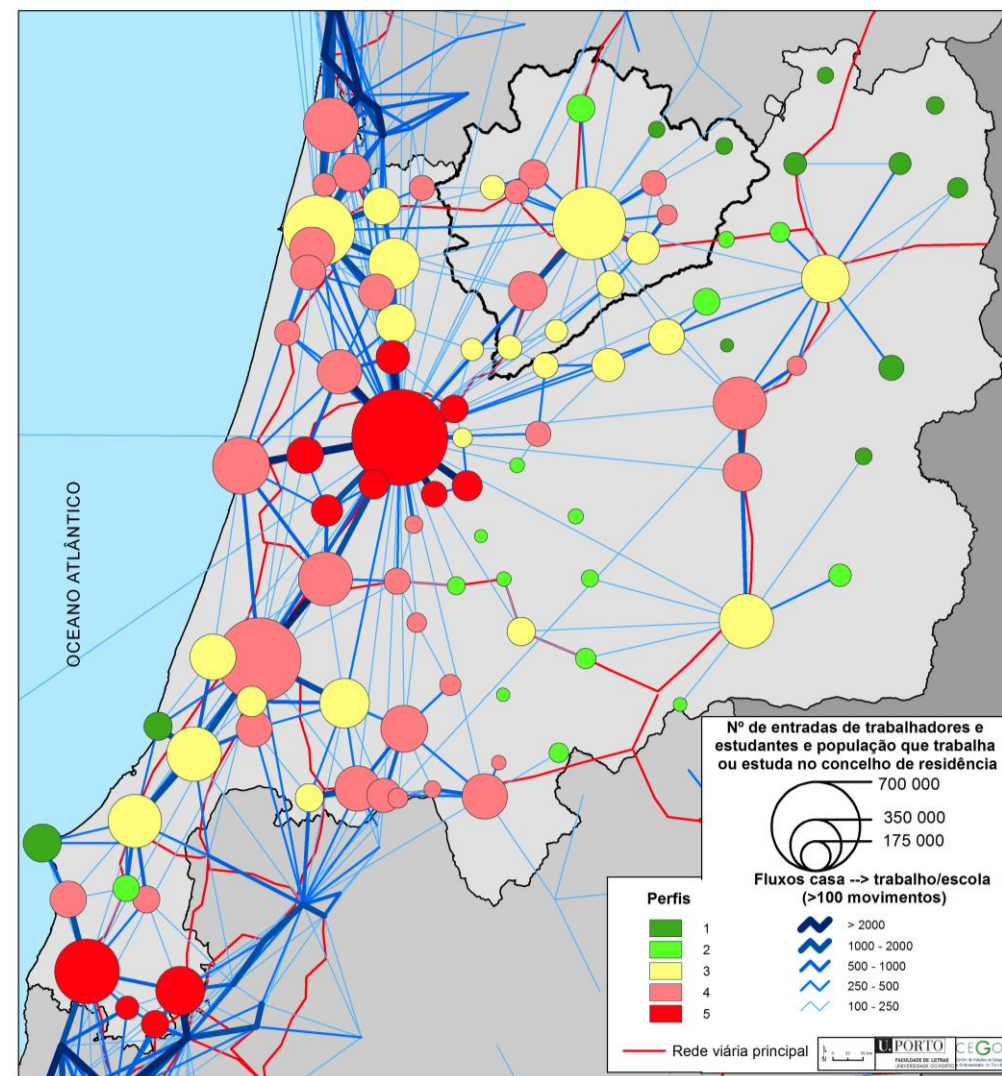
Viseu Dão Lafões é um território heterogéneo em matéria de mobilidade dos seus cidadãos. Identifica-se a existência de três perfis de mobilidade nos movimentos pendulares, pois as populações têm comportamentos diferenciados em termos municipais.

Nos municípios localizado a nordeste de Viseu Dão Lafões (**Perfil 1 e Perfil 2:** Castro Daire, Vila Nova de Paiva e Aguiar da Beira), as populações fazem movimentos genericamente mais curtos em tempo (até 15 minutos), deslocando-se sobretudo dentro dos seus próprios municípios, mais especificamente nas suas freguesias de residência. O transporte individual não tem um papel tão preponderante como noutros municípios. De salientar a existência de uma forma de mobilidade suave (a pé e bicicleta) muito significativa.

Num significativo número de municípios de Viseu Dão Lafões (**Perfil 3:** Viseu, Mangualde, Nelas, Carregal do Sal, Santa Comba Dão e Oliveira de Frades) as populações apresentam um perfil de comportamento em matéria de mobilidade heterogéneo. Em relação aos tempos de deslocação predominam os movimentos até 15 minutos e dos 15 aos 30 minutos. Estes movimentos são efetuados tanto dentro do município como para outros municípios. Verifica-se uma elevada dependência do automóvel e uma baixa utilização dos transportes coletivos e dos modos suaves.

As populações dos municípios de Penalva do Castelo, Sátão, São Pedro do Sul, Vouzela e Tondela (**Perfil 4**), evidenciam um comportamento diferente dos anteriores. Os seus movimentos são sobretudo efetuados para outros municípios (para Viseu sobretudo) e uma percentagem considerável para outros freguesias do seu próprio município. Os tempos de deslocação são superiores aos restantes municípios, havendo uma preponderância dos movimentos de 15 a 30 min e de 30 a 60 minutos. Existe uma utilização forte dos transportes coletivos nestes municípios.

Perfil de mobilidade municipal construídos pelos fluxos casa-trabalho e casa-escola, 2011

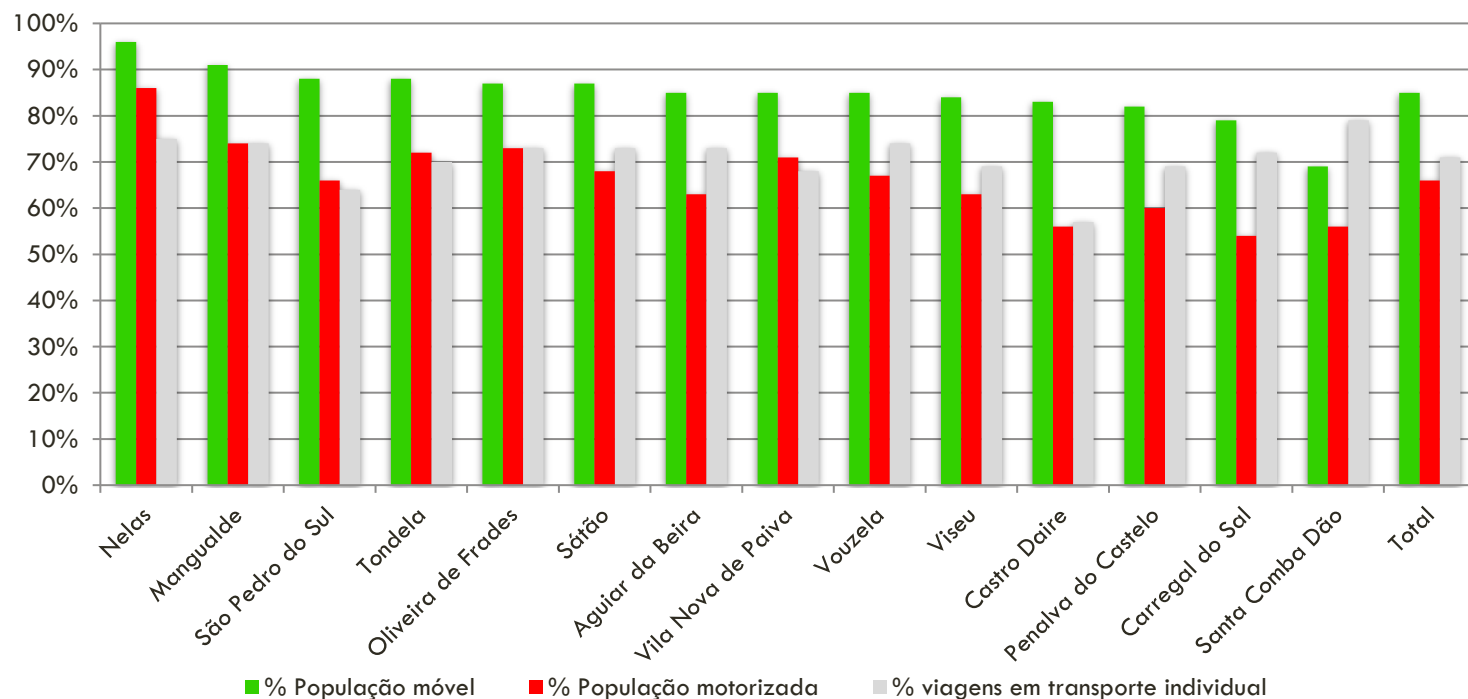


Fonte dos dados: INE, Censos da População (2011)

Ao analisar os resultados do **inquérito à mobilidade** em 2015, que contemplou 1500 pessoas (amostra segmentada por género e faixa etária, in Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da Região Viseu Dão Lafões, 2016), por concelho, constata-se que a população móvel de Viseu Dão Lafões é em média 85%, onde Nelas surge com 96% (a maior %) e Santa Comba Dão com 69% (a menor %). A duração média das viagens situa-se nos 17 minutos, onde São Pedro do Sul e Aguiar da Beira são os que despendem mais tempo (25 minutos) e Viseu menos tempo (14 minutos).

Em relação ao meio de transporte mais utilizado nas viagens obrigatórias, o transporte individual surge em primeiro lugar, com 71%. Os municípios de Castro Daire e São Pedro do Sul são os que apresentam menores percentagens, com 57% e 64% respetivamente, enquanto Santa Comba Dão regista a maior percentagem com 79%. Verifica-se que 96% dos movimentos ocorrem dentro de Viseu Dão Lafões e que desses movimentos 81% são intramunicipais.

Principais resultados do inquérito à mobilidade por concelho de Viseu Dão Lafões



Concelho	Nº médio de viagens	Duração das viagens	Nº médio de etapas
Aguiar da Beira	2,2	0:25	1,01
Carregal do Sal	2,2	0:17	1,00
Castro Daire	2,3	0:18	1,02
Mangualde	2,1	0:18	1,00
Nelas	2,1	0:19	1,01
Oliveira de Frades	2,2	0:22	1,03
Penalva do Castelo	2,1	0:21	1,01
Santa Comba Dão	1,9	0:18	1,02
São Pedro do Sul	2,1	0:25	1,01
Sátão	2,1	0:21	1,01
Tondela	2,3	0:15	1,01
Vila Nova de Paiva	2,3	0:16	1,02
Viseu	2,1	0:14	1,02
Vouzela	2,3	0:21	1,00
Total	2,1	0:17	1,01

Em termos viários, existem várias carências estruturantes. A construção e modernização dos eixos ferroviários estruturantes são essenciais para a competitividade do território, das empresas e das comunidades, sendo prioritário: a requalificação da Linha da Beira Alta; a construção de um novo corredor ferroviário Aveiro /Viseu / Vilar Formoso.

A par da ferrovia, também, a rodovia assume uma importância extrema no crescimento económico e social das regiões e na criação de emprego, uma vez que criam canais entre os principais polos residenciais, de serviços e emprego. Assim, consideramos prioritário: conclusão da Intervenção Programada no IP3, garantindo a sua duplicação em todo o atual traçado (exceto na ligação entre nó de Penacova e foz do Dão); execução de um troço alternativo em perfil de autoestrada entre o nó de Penacova e foz do Dão; requalificação do IP5; conclusão do IC12 entre Canas de Senhorim e Mangualde /ligação A25; execução do IC 37, do IC 6, da EN 229, da EN 225-2, da EN 16, da EN 329 (conclusão).

Além disso é necessário dinamizar a expansão/criação do Aeródromo Internacional de Viseu.

A chegada da 5ª geração de internet móvel irá criar as condições ideais para o desenvolvimento de projetos de transformação digital em todas as áreas da sociedade. Com menos latência, mais velocidade e maior largura de banda, o 5G representa um avanço tecnológico com potencial para transformar radicalmente a forma como vivemos no nosso território, nas nossas cidades e nas nossas casas e como trabalhamos nas nossas organizações.

A maior robustez e resiliência das comunicações irá permitir uma maior cobertura do território, permitindo ligar inúmeros objetos e equipamentos e colocá-los ao serviço dos cidadãos. Através da melhoria da conectividade das pessoas, máquinas e dispositivos do nosso dia a dia, as novas redes de comunicação permitirão tornar o território, as cidades e as infraestruturas públicas mais inteligentes, seguras e eficientes.

É também prioritário: garantir uma rede de conectividade 5G, enquanto infraestrutura fundamental para a competitividade regional e a coesão territorial.

3. FINANCIAMENTOS DO PT 2020

Em matéria de **financiamentos à reabilitação urbana e à valorização dos espaços públicos** (PEDU e PARU), os investimentos ainda estão em curso.

O resultado de um levantamento global ao estado de conservação do edificado e à qualificação dos espaços públicos nas áreas urbanas das sedes dos concelhos (realizada em 2020), a avaliação final foi bastante positiva. Nos últimos anos os centros urbanos têm sido objeto de projetos de valorização urbana com impactos muito positivos na qualidade do sistema urbano. O próximo quadro comunitário deve-se dirigir para um urbanismo mais inclusivo e ecológico.

Financiamento da política de cidades (2014-2020): PEDU e PARU

	Investimento Elegível	FEDER	Dotação Fundo (Solicitada)	Dotação Fundo (Aprovada)
Aguiar da Beira	806443,71	685477,15	612795,71	136781,17
Carregal do Sal	1898014,54	1613312,36	1110145,87	890301,67
Castro Daire	2582013,83	2194711,76	1813217,00	1271803,84
Mangualde	8572009,11	7286207,75	5760290,23	1580179,22
Nelas	3031380,24	2576673,20	1260625,77	266224,97
Oliveira de Frades	1722615,52	1464223,20	914537,18	951105,56
Penalva do Castelo	2417611,28	2054969,59	979972,65	61068,03
Santa Comba Dão	1633334,79	1388334,57	57937,26	57937,26
São Pedro do Sul	3419798,36	2906828,61	1817725,72	1419150,54
Sátão	1397053,37	1187495,36	1171787,31	405366,26
Tondela	7826470,58	6652500,00	4070000,00	77367,00
Vila Nova de Paiva	1239390,76	945934,46	563434,46	529628,39
Viseu	12941176,47	11000000,00	14505653,69	1218295,26
Vouzela	1955464,64	1662144,95	949079,21	554227,45
Total	51 442 777,21	43 618 812,96	35 587 202,06	9 419 436,62

Fonte: Centro 2020 (2019)

Ao analisar as Operações de iniciativa municipal aprovadas em Viseu Dão Lafões, observa-se que o investimento tem sido alto na melhoria das cidades, nos equipamentos e acessibilidade das mesmas. Os domínios com mais investimento são sobretudo na Qualificação Urbana e ainda nos Equipamentos de Educação e Mobilidade.

Na **qualificação urbana** o investimento tem-se orientado sobretudo para a reabilitação e requalificação de espaços públicos, como jardins, praças, vias públicas, mercados, parques urbanos, entre outros. O total de investimento ronda os 38,5 milhões de euros.

Em matéria de **estratégias de baixo carbono e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos** os investimento têm sido orientados para os sistemas de informação e gestão dos transportes colectivos, qualificação de interfaces de intermodalidade, beneficiação da mobilidade suave através de ciclovias e vias cicláveis, requalificação de algumas ligações urbanas e ainda para a elaboração do PAMUS. O total de investimento são cerca de 15 milhões.

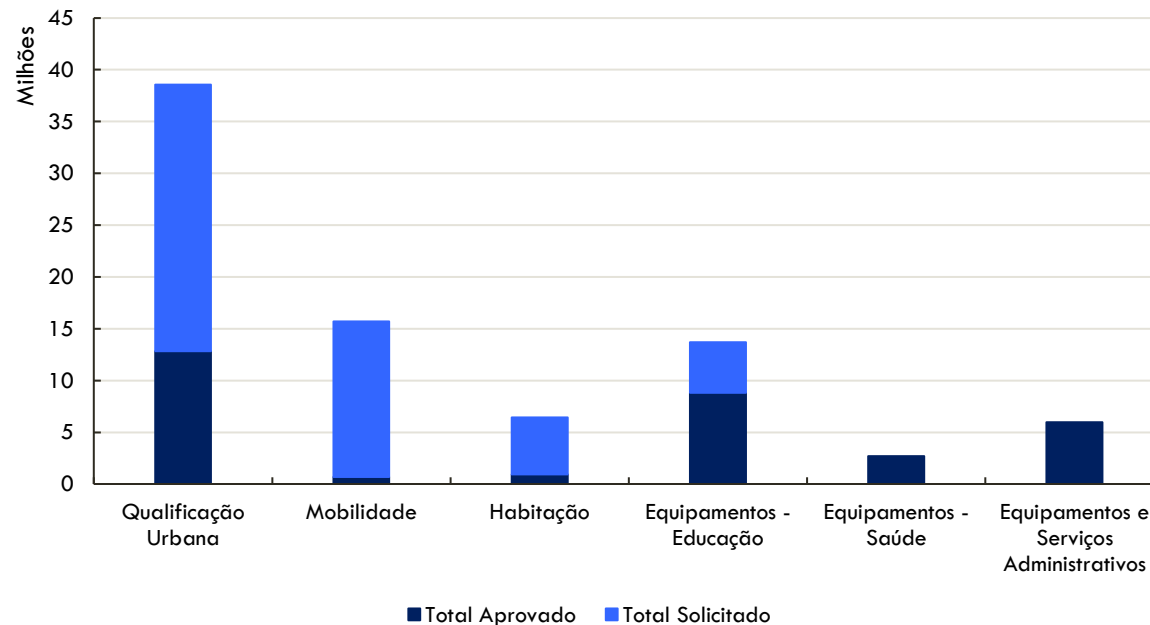
Na **habitação** o investimento direciona-se para a reabilitação e o aumento da eficiência energética dos bairros sociais, com cerca de 5,5 milhões de euros.

Nos **equipamentos de educação** o investimento tem sido aplicado na reabilitação e requalificação de escolas do ensino pré-escolar, básico, secundário e também jardins de infância. O total de investimento são 13,6 milhões.

Nos **equipamentos saúde**, os investimentos têm-se dirigido à reabilitação, requalificação e construção de unidades de saúde, num total de 2,7 milhões de euros.

Em relação aos **equipamentos e serviços administrativos gerais**, a maior parte dos investimentos têm sido na instalação e melhoria de lojas do cidadão e na modernização administrativa.

CIM Viseu Dão Lafões - Operações de iniciativa municipal aprovadas e em análise



Fonte: CENTRO2020, (2019)

4. PRINCIPAIS CONCLUSÕES

4.1. Processo de auscultação

O processo de auscultação realizado procurou explorar e refletir sobre os seguintes domínios de análise, no que respeita às dinâmicas urbanas e problemas em matéria de serviços de interesse geral, nomeadamente:

- **as principais preocupações e os desajustamentos em matéria de oferta e procura dos serviços de interesse geral**, nomeadamente as evidências em matéria de necessidades de investimentos, relativos à reabilitação de equipamentos existentes e à necessidade de organizar respostas a novos problemas. Os serviços de saúde foram os mais referidos.
- **nas inovações para a transição territorial**, a escala urbana é considerada determinante, pois os principais centros urbanos podem funcionar como alavancas de desenvolvimento, quer através de um melhor desempenho nas respostas já existentes, quer dinamizando processos transformadoras em contextos urbanos e rurais.
- **as aspirações relativas ao desenvolvimento urbano e rural**, designadamente a necessidade de reforçar o papel dos pequenos centros urbanos e de renovar os processos de desenvolvimento das áreas rurais.
- a necessidade de reforçar a capacidade **das redes digitais e de resolver os problemas da infoexclusão e da literacia para o digital**, e de equacionar os processos de digitalização dos serviços de interesse geral.
- **a acessibilidade aos serviços** está em certos territórios comprometida devido à fraca oferta de transportes coletivos, sendo o acesso atualmente possível só através de veículos individuais. Isto significa que os menos capacitados e os mais vulneráveis socialmente têm menos acessibilidade.
- **a coordenação da oferta de serviços de interesse geral** é uma grande prioridade, pois é preciso ganhar escala, desenvolvendo ofertas multisserviços, digitalizando algumas componentes dos serviços e avançando para ofertas mais direcionadas às diferentes necessidades da população, nomeadamente os mais envelhecidos.
- **no ordenamento do território**, o Cadastro é uma ferramenta essencial para combater o abandono territorial. Em matéria de qualificação urbana e urbanismo devem ser desencadeadas intervenções que favoreçam modos de vida mais saudáveis e sustentáveis.

4.2. Revisitação do diagnóstico estratégico 2020

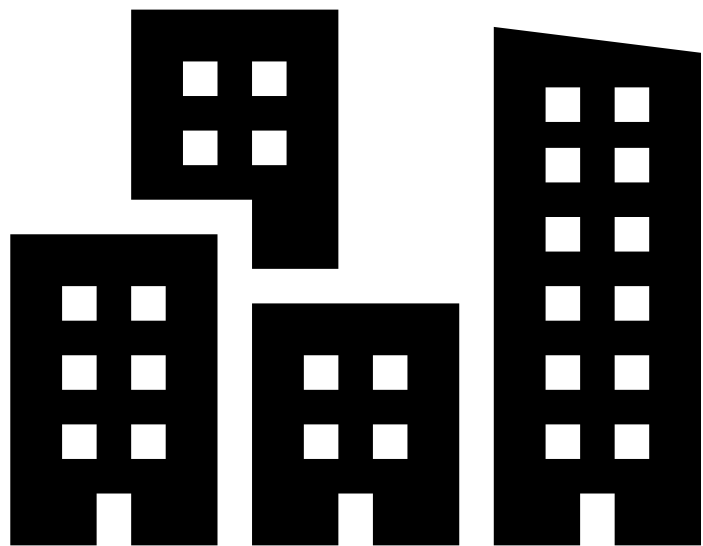
Na análise que seguidamente se desenvolve faz-se uma leitura do diagnóstico estratégico realizado no anterior exercício de planeamento. A tabela seguinte apresenta os principais elementos de conclusão do diagnóstico estratégico 2020 e os elementos de análise e de reflexão que resultam da atualização do diagnóstico agora realizado.

Diagnóstico 2020 – Conclusões	Elementos de Análise e Reflexão para 2030
<p>As dinâmicas em curso comprovam o papel e a importância da CIM Viseu Dão Lafões no processo de articulação entre uma área litoral fortemente urbanizada e economicamente ativa e um interior a sentir os impactos dos processos de despovoamento social e económico. Neste sentido, o diagnóstico realizado confirma a sua importância nos processos de coesão territorial.</p>	<p>Continuando verdadeiro o diagnóstico de 2020, registou-se uma perda demográfica muito significativa nos últimos anos, que pode comprometer a sua função de intermediação litoral-interior e aumentar os problemas de coesão territorial já existentes.</p>
<p>Nos últimos anos, a estrutura social ressentiu-se dos intensos processos de queda demográfica, associados a um forte envelhecimento populacional. Neste âmbito, a sub-região deve procurar contrariar a contração demográfica e desenvolver uma estratégia direcionada a fixar os mais jovens (políticas em prol da inovação social e do emprego) e atrair novos residentes. Dados os níveis de envelhecimento demográfico (tendencialmente em expansão), é necessário valorizar o papel da terceira e quarta idade (envelhecimento ativo) e reforçar os equipamentos e serviços de apoio de forma a garantir a qualidade de vida desta população.</p>	<p>Continua-se a evidenciar a tendência de perda demográfica em Viseu Dão Lafões, sobretudo impulsionada por um envelhecimento cada vez maior. É fulcral para a região atrair população mais jovem e em idade ativa, de modo a equilibrar a estrutura demográfica. Para isso é necessário medidas de política mais atrativas e incentivos para os mais jovens (p.e: ensino superior de qualidade, incentivos para a habitação, etc.) e transformar a região num local mais atrativo para novos residentes (uma opção residencial que sintetize as vantagens da urbanidade e do usufruto da natureza). Continua a ser essencial a aposta na valorização do papel da terceira e quarta idade, reforçando os equipamentos e os serviços de modo a se garantir a qualidade de vida ativa desta população.</p>
<p>Os investimentos realizados nos últimos anos em matéria de equipamentos e serviços contribuíram para a melhoria da qualidade de vida das populações. No futuro deve-se procurar combater a segmentação social urbana e entre o urbano e o rural bem como apostar em novas formas de acesso aos serviços, nomeadamente com recurso às TIC.</p>	<p>Apesar da melhoria dos equipamentos e dos serviços, é importante refletir os níveis de acessibilidade aos cuidados de saúde, de educação e serviços sociais. É essencial ter em conta o envelhecimento crescente da população residente, procurando fomentar medidas inclusivas a todos os grupos etários. Continua a ser importante a aposta nas TIC, de modo a colmatar algumas fragilidades no acesso a serviços. No futuro, o reforço da acessibilidade poderá passar por uma oferta de serviços organizada em pólos territoriais (polos de excelência), que atenda às especificidades da oferta e às características da procura.</p>
<p>A mobilidade é sobretudo suportada pelo transporte individual. Ao modelo de mobilidade urbana e regional assente no transporte individual, associa-se a uma incipiente rede interna de transportes coletivos, o que dificulta a conectividade e as relações intermunicipais. É crucial aumentar os níveis de mobilidade suportados pelos transportes coletivos ou por novos modos de mobilidade (nomeadamente através das TIC).</p>	<p>O diagnóstico estratégico de 2020 em matéria de mobilidade encontra-se muito atual. As questões levantadas estão ainda por resolver e o transporte individual continua a ser o principal meio de mobilidade. Reforça-se a necessidade de capacitar Viseu Dão Lafões com uma rede de transportes coletivos mais eficiente e abrangente, bem como potenciar a aposta na mobilidade suave.</p>
<p>A qualidade do património edificado evidencia um vasto património arquitectónico e arqueológico, de grande riqueza histórico-cultural. No entanto, os níveis de degradação de algumas áreas urbanas e do edificado habitacional exigem uma intervenção em prole da qualidade de vida das populações residentes e da valorização do património existente. Por outro lado, em termos de infraestruturas e conforto habitacional detetam-se insuficiências.</p>	<p>Os níveis de degradação do edificado evidenciado no anterior diagnóstico são menos visíveis nas cidades (ainda que continuem a existir problemas). Contudo, realça-se o esforço feito na valorização do património edificado e através de um conjunto de intervenções no espaço público. Porém, é necessário continuar as intervenções de modo a melhorar cada vez mais a qualidade de vida das populações, promovendo uma vida saudável e sustentável.</p>

4.3. Estrangulamentos e orientações para a Estratégia Viseu Dão Lafões 2030

Em Viseu Dão Lafões revelam-se como estrangulamentos importantes, nomeadamente:

- a **perda de potencial demográfico** (declínio populacional e aumento do envelhecimento da população); só alguns centros urbanos, especialmente Viseu, mostram vitalidade no crescimento natural; a atração de população é insuficiente.
- em matéria de **habitação**, os mais jovens e as populações com menos recursos têm dificuldades de acesso à habitação; existe a necessidade de promover o realojamento de algumas famílias; existem alguns problemas associados à degradação do edificado habitacional, sendo sobretudo ao nível do conforto e da eficiência térmica que as questões mais se colocam; nos últimos anos houve um aumento generalizado do valor médios dos prédios transacionados e dos valores médios de avaliação bancária; atualmente existe escassez e desajustamento entre a oferta e a procura de habitação, devido a uma maior atratividade por habitações em contextos urbanos (apartamentos com melhores níveis de conforto);
- ao nível da **saúde** é importante refletir os níveis de envelhecimento da população residente e suprir as necessidades dos utentes ao nível do acesso a cuidados de saúde, em particular, as que, pela natureza do seu estado clínico, carecem de serviços de saúde adequados às suas necessidades; existe a necessidade de aumentar os recursos humanos na saúde, sobretudo médicos; os níveis de envelhecimento da população residente vão exigir uma maior oferta de serviços na área da oncologia, da saúde mental e nos cuidados de saúde primários de proximidade.
- existe necessidade de aprofundar **os processos de governança** sub-regional tendo em vista o reforço de redes na prestação de serviços de interesse geral; esta questão coloca-se na educação e formação, na saúde e no apoio social; há poucas experiências de serviços multiusos e podem-se reforçar os serviços ao domicílio.
- existe a necessidade de qualificar a **rede viária** em várias ligações; há limitações em matéria de mobilidade dentro e para fora da sub-região; continua a existir uma dependência evidente do transporte individual, havendo necessidade de se adotarem mais políticas de fomento ao transporte coletivo e à mobilidade suave.
- a **digitalização, a vida saudável e ações sustentáveis** devem orientar as prioridades de ação para 2030. Para isso, é preciso privilegiar processos colaborativos e uma maior coordenação nas ações. Redes de cooperação urbano-rurais e rurais-urbanas são estratégicas, a múltiplas escalas.



SISTEMA TERRITORIAL - URBANO RURAL

Domínios Prioritários de Ação

1. Estratégia 2030

O Exercício de identificação de domínios prioritários para a ação em Viseu Dão Lafões, tendo como horizonte 2030, deve assentar num conjunto de orientações estratégicas tendo em consideração as orientações europeias e os recursos e as problemáticas regionais e locais.

Em primeiro lugar, importa destacar o nível europeu, pois reflete os domínios prioritários de investimento para o próximo período de programação:

- Uma Europa mais inteligente
- Uma Europa mais verde e hipocarbónica
- Uma Europa mais conectada
- Uma Europa mais social
- Uma Europa mais próxima dos cidadãos

Apostar no reforço do sistema urbano policêntrico, é contribuir de uma forma articulada e integrada para estas cinco agendas estratégicas.

A atual agenda política europeia acentua a importância dos sistemas urbanos na construção de uma maior coesão e competitividade e enquanto fator de convergência territorial

PRIORIDADE ESTRATÉGICA:

Definir políticas e linhas de ação atendendo às diferentes características locais atendendo aos contextos externos

então é fundamental



- Um maior conhecimento sobre os **problemas locais**
- Um maior conhecimento dos **interesses individuais e coletivos**
- Um maior conhecimento sobre a **atuação dos diferentes atores**



Para responder à Agenda Europeia, Viseu Dão Lafões aposta na construção de um sistema urbano policêntrico de suporte ao desenvolvimento regional

A estratégia está focada:



nas **peçoas**, enquanto indivíduos com **preferências e aspirações diferentes** e enquanto elementos de uma sociedade que **promove a coesão social**



nos **territórios**, enquanto **centralidades e estruturas interrelacionadas** (sistemas territoriais), com **recursos e ambições variadas**.

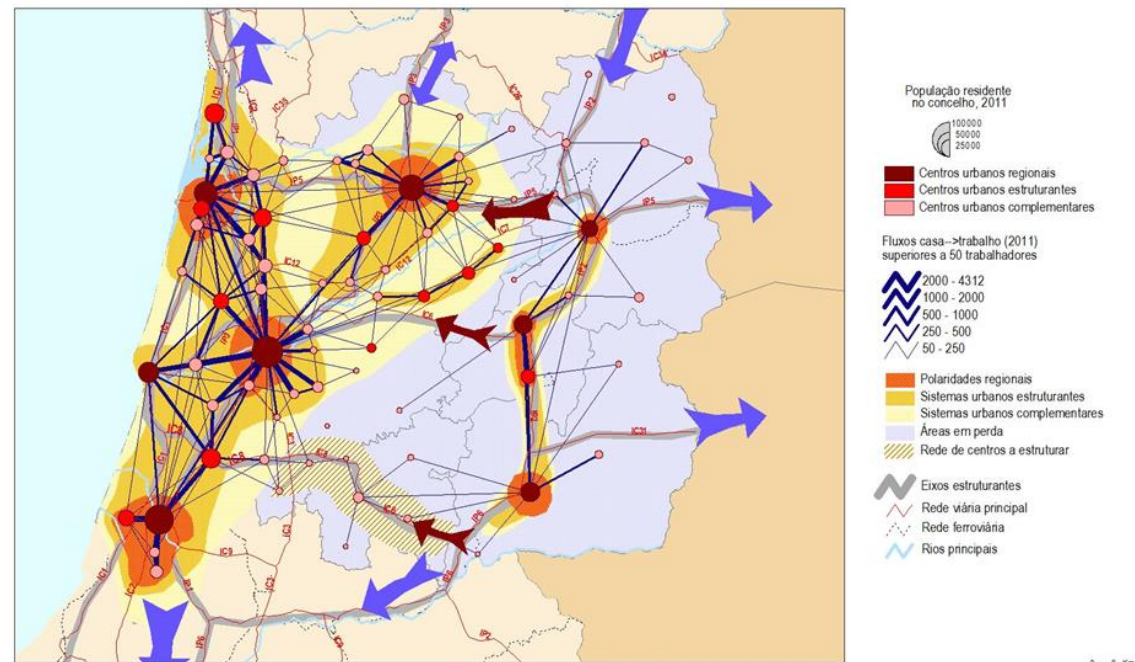


nas **organizações**, enquanto pilares de decisão dos **processos de mudança e integração de políticas**

Importa em segundo lugar destacar a **Estratégia 2030 para o Centro de Portugal**, pois reflete os domínios prioritários regionais para o próximo período de programação. Neste âmbito destacamos para esta temática três dos cinco objetivos (adaptados ao contexto de Viseu Dão Lafões):

- **colocar estrategicamente o sistema urbano ao serviço de um modelo territorial** combinando virtuosamente territórios competitivos e inovadores e territórios mais deprimidos demográfica e economicamente;
- **trabalhar e promover a capacitação para a resiliência dos territórios mais vulneráveis**, promovendo a coesão territorial, valorizando a inovação societal e a capacidade organizacional, e contribuindo para uma maior atratividade residencial;
- **liderar a evolução para uma sociedade mais sustentável**, promovendo a inovação e transição para a economia circular, integrando a emergência climática e as suas implicações, no quadro da diversidade ambiental.

Sistema Urbano da Região Centro



Fonte: Marques, T. Sá (coord.) (2015) Sistema Urbano e Organização do Território: Diagnóstico e Visão, CCDRC

2. DOMÍNIOS PRIORITÁRIOS PARA A AÇÃO

Perante este enquadramento estratégico e considerando as principais conclusões do diagnóstico à sub-região de Viseu Dão Lafões, apresentam-se seguidamente os domínios prioritários de ação para este território, no que respeita à temática do Sistema Urbano Policêntrico:

- **DESENVOLVER AS CENTRALIDADES, REDES E SISTEMAS TERRITORIAIS**
- **POTENCIAR E ARTICULAR OS SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL**
- **REFORÇAR AS ACESSIBILIDADES E SOLUÇÕES INTELIGENTES E DE BAIXO CARBONO**

Não é mais possível responder aos problemas dos contextos urbanos ou rurais com simples medidas corretivas ou compensatórias, que não são, de forma alguma, uma estratégia sustentável de desenvolvimento desses territórios. Assim, **as problemáticas territoriais não devem ser abordadas de forma segmentada, mas sim através de uma visão relacional, seguindo abordagens sistémicas socioecológica**. O rural deve ser considerado em ligação com as pequenas e médias cidades, com as quais constrói diversificados relacionamentos; as pequenas cidades devem ser enquadradas no seu contexto territorial; e as interações e reciprocidades com as metrópoles devem também ser equacionadas.

As áreas urbanas concentram pessoas, oferecem serviços de interesse geral, mas também atividades económicas e capacidades de inovação. São nós fundamentais na organização social, económica e ambiental. O desenvolvimento regional e as políticas territoriais apoiam-se cada vez mais nos sistemas urbanos, mas enquanto sistemas sócio-ecológicos que promovem a integração entre o urbano e o rural. As áreas rurais possuindo recursos naturais (água, qualidade do ar, produtos agrícolas, florestas de qualidade) desenvolvem serviços ecossistémicos fundamentais para uma vida saudável e também para o desenvolvimento de uma economia verde, factores fundamentais para o desenvolvimento local e regional.

DOMÍNIOS PRIORITÁRIOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Domínios Prioritários	Objetivos Estratégicos
Centralidades, Redes e Sistemas Territoriais	OE1. Reforçar as centralidades urbanas no sistema urbano nacional e nas redes internacionais OE2. Aumentar a atratividade residencial e o acesso de todos à habitação OE3. Promover redes interurbanas e valorizar sistemas socio-ecológicos de base territorial OE4. Aumentar a resiliência nos sistemas urbanos e territoriais
Serviços de Interesse Geral	OE1. Melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde atendendo às mudanças sociodemográficas OE2. Reforçar os níveis de acesso à educação e à formação ao longo da vida OE3. Melhorar a qualidade de vida da população idosa OE4. Promover uma vida saudável e sustentável
Acessibilidade e Mobilidade Sustentável e Inteligente	OE1. Melhorar a rede viária e favorecer as mobilidades verdes OE2. Reforçar os transportes e a mobilidade sustentável OE3. Reduzir o impacto negativo do sistema de transportes OE4. Reforçar as redes e as soluções inteligentes

DOMÍNIO PRIORITÁRIO - Centralidades, Redes e Sistemas Territoriais

O primeiro domínio prioritário dirige-se à **construção do policentrismo**. Um sistema policêntrico pressupõe uma estrutura urbana polinuclear (centralidades urbanas de diferentes dimensões e características), que desenvolve fortes relacionamentos interurbanos, urbano-rurais e rurais-urbanos, articulando e potenciando os diferentes recursos e sistemas territoriais.

- Em termos de **centralidades ou polaridades**, é necessário clarificar os recursos e as especificidades locais, de forma a dinamizar as especificidades diferenciadoras no contexto nacional e internacional, e aumentar a atratividade externa. Assim, é fundamental: promover a qualificação do comércio e os serviços enquanto fator potenciador da atratividade urbana de Viseu Dão Lafões; fomentar a vitalidade das pequenas centralidades urbanas explorando especificidades diferenciadoras; ativar as capacidades de afirmação e internacionalização urbana, potenciando polaridades de conhecimento, inovação e cultura e lazer.
- Em termos de **habitação** é fundamental resolver os problemas de acesso à habitação e atrair novos residentes. A habitação pode contribuir para tornar os territórios mais inclusivos, por meio de medidas de política que promovam uma maior acessibilidade de todos à habitação. Os problemas de acessibilidade colocam-se sobretudo às camadas mais vulneráveis socialmente, aos ativos jovens que pretendem emancipar-se e ultimamente também à classe média. Territorialmente as problemáticas são muito diferenciadas, enquanto os polos urbanos atraem populações e necessitam de uma oferta habitacional mais qualificada, as áreas rurais vêm o seu património edificado a ser abandonado e procuram atrair novos residentes.
- Em termos de **redes**, o policentrismo sustenta-se no reforço de processos de integração territorial - fluxos de pessoas, mercadorias e serviços, e também cooperações institucionais. Uma estrutura policêntrica promove relacionamentos em diferentes direções e sentidos, que contribuam para o desenvolvimento de todas as partes. Por um lado, desenvolvendo uma abordagem orientada para as redes de articulação com os territórios mais competitivos e inovadores, por outro orientando-se para as articulações com os territórios mais deprimidos demográfica e economicamente. Assim, é necessário dinamizar redes urbanas (cooperação e experimentação entre centralidades urbanas) para a inovação e resiliência urbana; reforçar e diversificar os relacionamentos com os territórios de proximidade tendo em vista uma gestão mais eficiente e sustentável dos recursos (partilha de serviços de interesse geral, gestão de transportes, gestão circular e integrada de recursos e das redes de água, energia e resíduos); dinamizar Pactos Rurais-Urbanos multi-escalares (agendas intermunicipais, inter-regionais, ou outras escalas mais apropriadas) em torno de sistemas alimentares, sistemas económicas e sistemas naturais..
- Em termos de **sistemas urbanos e territoriais**, as abordagens devem ser multi-escalares. Por um lado, Viseu Dão Lafões deve consolidar o seu subsistema territorial, através de ações que promovam uma maior resiliência urbana e territorial. Desta forma, deve: dar continuidade aos processos de qualificação das áreas urbanas mas intensificando os projetos de urbanismo inclusivo e regenerativo; reforçar a integração dos serviços ecossistémicos e a dinamização da economia circular no planeamento urbano e territorial; e desenvolver comunidades resilientes e atitudes pró-ativas de resiliência.

Domínios Prioritários	Objetivos Estratégicos	Linhas de Ação
Centralidades, Redes e Sistemas Territoriais	OE1. Reforçar as centralidades urbanas no sistema urbano nacional e nas redes internacionais	LA1. Qualificação do comércio e dos serviços enquanto fator potenciador da atratividade urbana de Viseu Dão Lafões
		LA2. Fomento da vitalidade das pequenas centralidades urbanas explorando especificidades diferenciadoras
		LA3. Ativação das capacidades de afirmação e internacionalização urbana, incentivando polaridades de conhecimento, inovação e de cultura e lazer
	OE2. Aumentar a atratividade residencial e o acesso de todos à habitação	LA4. Desenvolvimento de um plano intermunicipal para o reforço do acesso à habitação
		LA5. Desenvolvimento de um Programa de dinamização da atratividade residencial
		LA6. Aumento da eficiência energética e do conforto habitacional
	OE3. Promover redes interurbanas e valorizar sistemas socio-ecológicos de base territorial	LA7. Dinamização de redes urbanas (cooperação e experimentação entre centralidades urbanas) para a inovação e resiliência urbana
		LA8. Reforço e diversificação dos relacionamentos com os territórios de proximidade tendo em vista uma gestão mais eficiente e sustentável dos recursos (partilha de serviços de interesse geral, gestão de transportes, gestão circular e integrada de recursos e das redes de água, energia e resíduos).
		LA9. Dinamização de pactos Rurais-Urbanos multi-escalares (agendas intermunicipais, inter-regionais, ou outras escalas mais apropriadas) em torno de sistemas alimentares, sistemas económicos e sistemas naturais.
	OE4. Aumentar a resiliência nos sistemas urbanos e territoriais	LA10. Continuação dos processos de qualificação das áreas urbanas mas intensificando os projetos de urbanismo inclusivo e regenerativo
		LA11. Reforço da integração dos serviços ecossistémicos e da dinamização da economia circular no planeamento urbano
		LA12. Desenvolvimento de comunidades resilientes e de atitudes pró-ativas de resiliência

DOMÍNIO PRIORITÁRIO - Serviços de Interesse Geral

As estruturas demográficas e sociais estão em grande mutação (fruto do envelhecimento da população e do aumento dos movimentos migratórios) e as dinâmicas económicas e tecnológicas em forte alteração. Estas mudanças estão a trazer novos desafios territoriais que a oferta de equipamentos e serviços está a procurar responder. No futuro, Viseu Dão Lafões deverá reforçar a articulação intersectorial, nomeadamente em matéria de serviços sociais e cuidados de saúde dirigidos aos idosos, nos serviços de educação e formação inicial e contínua, nos serviços de cultura, lazer e desporto, e nos serviços de formação e desenvolvimento científico e tecnológico. No futuro, os serviços vão suportar-se mais na acessibilidade digital (telesaúde, *e-learning*, entre outros) e também nos serviços ao domicílio (dada a fragilidade física das populações mais idosas e os baixos níveis de densidade de alguns territórios). Segundo o PNROT, Viseu Dão Lafões é um subsistema territorial a consolidar, o que significa que é uma estrutura interurbana que polariza territórios rurais, onde as economias de escala, nomeadamente em matéria de serviços de interesse geral, necessitam de ser reforçadas.

- **Na acessibilidade e qualidade dos serviços de saúde**, atendendo às mudanças sociodemográficas, a aposta é na melhoria dos cuidados de saúde e redução das desigualdades de acesso, na digitalização da prestação dos serviços públicos de saúde, na adaptação da prestação de cuidados de saúde a uma população mais envelhecida e na capacitação para os cuidados de saúde mental na terceira idade.
- **No acesso à educação e à formação**, a aposta é numa maior cooperação tendo em vista um reforço da acessibilidade ao ensino nos diferentes níveis e à formação ao longo da vida, e um reforço da adaptação dos serviços de educação e formação à era digital.
- **No acesso para a melhoria da qualidade de vida da população idosa**, as intervenções devem orientar-se para um melhor acesso à oferta de serviços de proximidade, à promoção de um envelhecimento ativo e independente, ao desenvolvimento de serviços que promovam um maior relacionamento intergeracional, e à dinamização do acesso digital aos serviços das populações mais idosas.
- **Na promoção de uma vida saudável e sustentável**, as intervenções dirigem-se para o desenvolvimento de serviços e atividades que promovam um maior vínculo entre a saúde e o bem-estar social e ambiental, a dinamização de programas para uma vida saudável e sustentável nas comunidades, e a melhoria do acesso a espaços públicos sustentáveis e inclusivos e equipados para a prática de atividades desportivas e de lazer.

Domínios Prioritários	Objetivos Estratégicos	Linhas de Ação
Serviços de Interesse Geral	OE5. Melhorar a acessibilidade e a qualidade dos serviços de saúde atendendo às mudanças sociodemográficas	<p>LA13. Melhoria dos cuidados de saúde e redução das desigualdades de acesso</p> <p>LA14. Digitalização da prestação dos serviços públicos de saúde</p> <p>LA15. Adaptação da prestação de cuidados de saúde a uma estrutura demográfica mais envelhecida</p> <p>LA16. Capacitação para os cuidados de saúde mental na terceira idade</p>
	OE6. Reforçar os níveis de acesso à educação e à formação ao longo da vida	<p>LA17. Melhoria da qualidade e do acesso aos equipamentos de ensino</p> <p>LA18. Reforço do acesso da população à formação ao longo da vida</p> <p>LA19. Adaptação dos serviços de educação e formação à era digital</p>
	OE7. Melhorar a qualidade de vida da população idosa	<p>LA20. Reforço dos serviços à população mais idosa e dos serviços de proximidade</p> <p>LA21. Promoção de um envelhecimento ativo e independente e desenvolvimento de um maior relacionamento inter-geracional</p> <p>LA22. Dinamização do acesso digital aos serviços e capacitação do uso das tecnologias digitais pelas populações mais idosas</p>
	OE8. Promover uma vida saudável e sustentável	<p>LA23. Reforço de um maior vínculo entre a saúde e o bem-estar social e ambiental</p> <p>LA24. Desenvolvimento de um programa para a vida saudável e sustentável nas comunidades</p> <p>LA25. Promoção de espaços públicos sustentáveis e inclusivos e equipados para a prática desportiva e as atividades de lazer</p>

DOMÍNIO PRIORITÁRIO - Acessibilidade e Mobilidade Sustentável e Inteligente

Em Viseu Dão Lafões continuam por resolver problemas estruturais na rede viária existente. Entretanto tem vindo a avançar com novas políticas de transporte promovendo soluções mais sustentáveis e inteligentes. As políticas de transporte para uma mobilidade mais sustentável, tentam influenciar a mudança modal através da redução do uso de veículos individuais e do reforço do uso de modos de transporte mais ecológicos (pedonal, ciclismo e transporte público). As soluções inteligentes suportam-se em inovações tecnológicas e promovem também a mobilidade sustentável oferecendo modos de transporte mais eficientes e menos poluentes.

- No âmbito do objetivo **melhorar a rede viária e favorecer as mobilidades verdes**, as linhas de ação visam sobretudo a requalificação de vias e estradas, mas também ruas e passeios, onde se procura melhorar a qualidade das mesmas, proporcionando uma melhor acessibilidade. Deve-se também criar interfaces dos transportes coletivos, procurando a melhorar a sua gestão e sua abrangência populacional, e promover sistemas de informação para os transportes coletivos e os seus utilizadores.
- No âmbito do objetivo **reforçar os transportes e a mobilidade sustentável**, aposta-se em corredores cicláveis e corredores verdes, que facilitem e promovam a mobilidade suave, tendo em vista o fomento da mobilidade sustentável, de modo a melhorar a qualidade de vida e a saúde dos residentes e ainda reduzir a pegada ecológica.
- No âmbito do objetivo **reduzir o impacto negativo do sistema de transportes**, as propostas orientam-se para a partilha de meios de transporte (*bike sharing*), a criação de postos de carregamento de veículos elétricos, o incentivo para os cidadãos optarem pelo uso de transportes sustentáveis.
- No âmbito do objetivo **reforçar as redes e as soluções inteligentes**, as propostas consistem numa aposta nas TIC e no digital, com o objetivo de gerir de forma mais eficiente os diversos serviços municipais (transportes, resíduos, energia, etc.).

Domínios Prioritários	Objetivos Estratégicos	Linhas de Ação
Acessibilidade e Mobilidade Sustentável e Inteligente	OE9. Melhorar a rede viária e favorecer as mobilidades verdes	LA26. Qualificação da rede viária, resolvendo estrangulamentos rodoviários e ferroviários.
		LA27. Reforço da rede de transportes coletivos municipais e intermunicipais, tendo em vista o aumento dos níveis de cobertura e a agilização dos movimentos
	OE10. Reforçar os transportes e a mobilidade sustentável	LA28. Estruturação de redes cicláveis de ligação aos principais polos geradores de mobilidade
	OE11. Reduzir o impacto negativo do sistema de transportes	LA29. Incentivo à utilização de meios de transportes partilhados (transporte individual, bicicletas)
		LA30. Ampliação da rede de carregamento dos veículos elétricos e aplicação de incentivos para o uso de veículos elétricos
	OE12. Reforçar as redes e as soluções inteligentes	LA31. Sensibilização e reforço da informação para a mobilidade sustentável nas deslocações diárias.
		LA32. Reforço da rede digital e soluções de transporte inteligente, sistemas inteligentes de energia e gestão inteligente de resíduos e água

VIII. NOVAS AGENDAS PARA O FUTURO





GOVERNANÇA MULTINÍVEL E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL

GOVERNAÇÃO MULTINÍVEL E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL

É hoje reconhecido, de forma generalizada, que a qualidade da governança constitui um fator determinante do processo e da capacidade de desenvolvimento dos territórios e das regiões.

Territórios que apresentam melhores índices de qualidade de governação são, normalmente, mais resilientes, mais desenvolvidos, mais produtivos e oferecem melhor qualidade de vida aos seus habitantes.

Inerentes à qualidade de governação dos territórios encontram-se fatores como a participação e o envolvimento dos cidadãos e das instituições nos processos de planeamento e de tomada de decisão, a transparência, o trabalho em rede e a capacidade de cocriação de soluções para os desafios com que os territórios estão confrontados.

As Comunidades Intermunicipais são hoje atores incontornáveis nos espaços sub-regionais ao corporizarem e darem conteúdo à cooperação entre Municípios, mas, também, como catalisadores de redes institucionais alargadas, cuja importância estratégica para a promoção do desenvolvimento económico, cultural, social e ambiental e para a afirmação regional, não é demais sublinhar.

Por seu turno, o planeamento, a gestão e a execução dos fundos estruturais constituem um vetor que tem vindo a ganhar uma importância crescente na ação das entidades intermunicipais que se assumem como centros de racionalidade estratégica supramunicipal e instrumentos da sua operacionalização.

Será, assim, importante reconhecer no contexto da Estratégia Centro 2030 a necessidade de consolidar a escala NUTS III como referencial territorial para o planeamento e concretização dos FEEL bem como criar condições para o aprofundamento das experiências de governação assentes no trabalho em rede desenvolvidas pelas Comunidades Intermunicipais no decurso do atual período de programação.

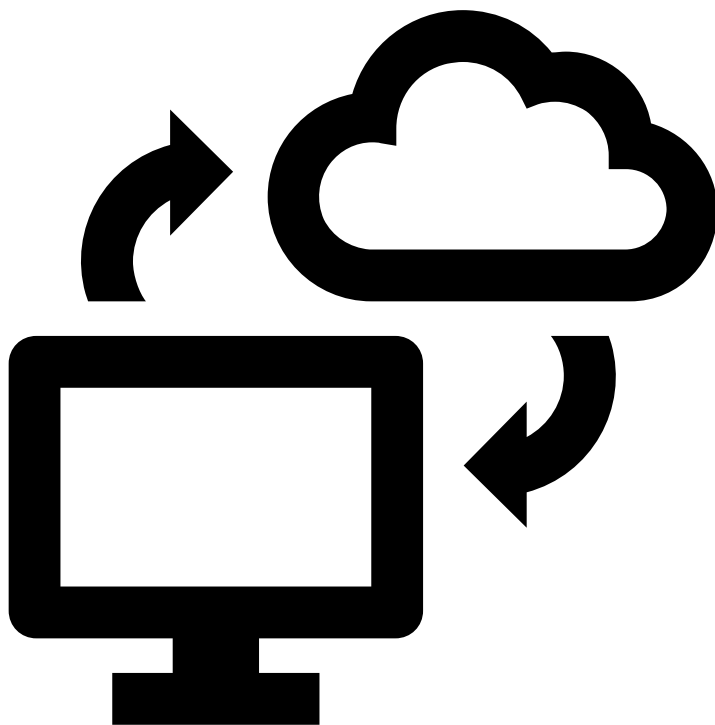
É, pois, fundamental assegurar que o planeamento e a preparação das diferentes abordagens territoriais com incidência no território, designadamente no âmbito do desenvolvimento rural, é devidamente articulado à escala NUTS III pelas Comunidades Intermunicipais, por forma a garantir a coerência, a eficácia e eficiência das intervenções, evitando redundâncias e sobreposições na ação.

Por outro lado, à escala NUTS II o planeamento e a gestão dos FEEL deverão contar com o reforço do papel, da participação e do envolvimento ativo das Comunidades Intermunicipais nos processos e nas instâncias de decisão relacionados com a preparação, negociação, programação e gestão do próximo programa operacional regional. Neste contexto, é importante reforçar a participação das Comunidades Intermunicipais nas instâncias de decisão, consultação e acompanhamento, durante o período de programação 2021-2027.

Uma referência final à necessidade do Centro 2030 ter em consideração o processo de descentralização de competências já iniciado e que veio introduzir alterações ao reforçar do papel dos Municípios e das Comunidades Intermunicipais dotando-os de competências específicas, em alguns casos próprias, em numerosas áreas de política pública, nomeadamente: Educação, ensino e formação profissional; Ação Social; Saúde; Proteção Civil; Justiça; Promoção Turística; Captação de investimentos; Transportes.

Tendo presente que o investimento público em Portugal é praticamente sinónimo de FEEL – Fundos Europeus Estruturais de investimento –, a estratégia e, sobretudo, o modelo de governação a adotar e alocação de recursos que suportarão o investimento a realizar com o apoio do Programa Operacional Regional não poderão deixar de ter presente o processo de descentralização e a devolução de competências aos Municípios e às Comunidades Intermunicipais, cujo aprofundamento e alargamento se perspetiva no futuro próximo.

Em suma, o Programa Operacional Regional 2021 / 2027, enquanto instrumento de financiamento de apoio ao desenvolvimento regional, deve atender e viabilizar o imperativo nacional da descentralização através do apoio ao investimento a realizar no exercício das competências transferidas para os Municípios e as Comunidades Intermunicipais.



INTELIGÊNCIA TERRITORIAL

INTELIGÊNCIA TERRITORIAL

A chegada da 5ª geração de internet móvel irá criar as condições ideais para o desenvolvimento de projetos de transformação digital em todas as áreas da sociedade.

Com menos latência, mais velocidade e maior largura de banda, o 5G representa um avanço tecnológico com potencial para transformar radicalmente a forma como vivemos no nosso território, nas nossas cidades e nas nossas casas e como trabalhamos nas nossas organizações.

A maior robustez e resiliência das comunicações irá permitir uma maior cobertura do território, permitindo ligar inúmeros objetos e equipamentos e colocá-los ao serviço dos cidadãos. Através da melhoria da conectividade das pessoas, máquinas e dispositivos do nosso dia a dia, as novas redes de comunicação permitirão tornar o território, as cidades e as infraestruturas públicas mais inteligentes, seguras e eficientes.

Posto isto, considera-se prioritário no contexto infraestrutura básica de telecomunicações:

- Garantir uma rede de conectividade 5G, enquanto infraestrutura fundamental para a competitividade regional;
- Rede de infraestruturas tecnológicas nos Parques Tecnológicos, valorizando a fixação de Centros de Competências e uma rede de I&D.

INTELIGÊNCIA TERRITORIAL

O processo de transição digitalização em Viseu Dão Lafões não se esgota contudo com a implementação das redes 5G. Pelo contrário, esta rede constitui apenas uma condição base de suporte à introdução de novas e inovadoras soluções digitais para problemas, carências e oportunidades de desenvolvimento da região. Neste contexto, será importante a ponderação das seguintes áreas e iniciativas:

- Prevenção, combate e sensibilização para os efeitos de catástrofes e das alterações climáticas – a “sensorização” do território.
- Desenvolvimento de um ambiente wifi gratuito alargado a toda a região, por integração das redes wireless públicas municipais.
- Otimização dos recursos: gestão eficiente dos recursos energéticos dos edifícios, gestão e monitorização à distância e em tempo real do consumo de recursos hídricos em sistemas de rega e de abastecimento de água.
- Desenvolvimento de serviços digitais conectados e de plataformas online, que promovam a cooperação e que atravessem as fronteiras dos territórios locais e se estabeleçam a nível intermunicipal, criando redes regionais de apoio e de partilha de meios e de recursos – nomeadamente e a título de exemplo a construção de uma biblioteca digital da região, a partilha de livros, etc.
- Promover a qualidade de vida, saúde e bem-estar da população, com especial atenção para a população sénior, deficiente e isolada – projetos com incorporação de ferramentas de awarness e assisted living;
- Aprofundamento e reforço dos projetos de digitalização dos serviços da administração autárquica e de atendimento aos municípes.



NOVAS RURALIDADES

NOVAS RURALIDADES

A ruralidade é plural: o rural existente na vizinhança das aglomerações urbanas; o rural que inclua cidades de pequena e média dimensão; o rural dos vastos territórios longe das principais redes de comunicação. As expectativas e necessidades destes territórios são diferentes, logo as estratégias e as linhas de ação a implementar devem responder às várias expectativas dos cidadãos.

Não é mais possível responder aos problemas das comunidades rurais com simples medidas corretivas ou compensatórias que não são, de forma alguma, uma estratégia sustentável de desenvolvimento desses territórios. Assim, as áreas rurais não devem ser abordadas de forma segmentada ("à parte"), mas sim através de uma visão relacional, de acordo com uma abordagem sistémica rural-urbano. O rural deve ser considerado em ligação com as pequenas e médias cidades, com as quais constrói diversificados relacionamentos; as pequenas cidades devem ser enquadradas no seu contexto territorial; e as interações e reciprocidades com as metrópoles devem também ser equacionadas.

Pactos rurais-urbanos e rurais-metropolitanos são oportunidades para se promover a cooperação, sustentada em formas emergentes de governança e através de partilha de objetivos, meios e responsabilidades entre vários atores.

Além disso, as áreas rurais têm recursos naturais (água, produtos agrícolas, florestas de qualidade), ingredientes da economia verde, que devem não apenas promover o seu desenvolvimento, mas participar mais ativamente no desenvolvimento nacional. É sabido que os espaços rurais dão benefícios inestimáveis para toda a sociedade, mas também é fundamental que os territórios rurais desenvolvam economicamente as funções ambientais e energéticas.

Assim, as áreas rurais devem assumir-se como motores de crescimento, já que detêm o capital natural capaz de alavancar uma parte significativa das economias locais e regionais. Deve-se, por isso:

- identificar o papel e o tipo de parcerias a desenvolver e facilitar os respetivos mecanismos de governança de base territorial, articulando as políticas urbanas e regionais com as políticas de desenvolvimento rural;
- dinamizar as cadeias de valor, nomeadamente associadas ao sistema alimentar urbano e aos circuitos curtos agroalimentares;
- reforçar a sustentabilidade e a atratividade dos recursos naturais e da qualidade da paisagem;
- valorizar, gerir e monitorizar os serviços de ecossistema (nomeadamente, a agricultura e as florestas), quer na vertente produtiva, quer na de lazer e cultura, quer ainda em termos de regulação, descarbonização e adaptação às alterações climáticas.

Atendendo à especificidade dos territórios e das relações que se estabelecem entre si, considera-se que os desenvolvimentos de pactos rurais-urbanos devem ser operacionalizados à escala regional e intermunicipal.

Neste contexto, parece fundamental assegurar a coerência estratégica e na intervenção à escala NUTS III Viseu Dão Lafões em matéria de desenvolvimento rural. Num primeiro momento, através do lançamento de um processo colaborativo liderado pela CIM e pelas ADL presentes no território que conduza à elaboração de uma estratégia comum de desenvolvimento rural, suscetível de declinação e concretização em cada um dos três territórios de intervenção. Este exercício de planeamento estratégico deverá abranger não apenas a perspetiva do desenvolvimento rural, mas terá necessariamente para ser eficaz integrar desde logo a questão das diferentes fileiras agrícolas e do agro alimentar tão importantes para a economia da região. Este exercício e os seus resultados estão condicionados, desde logo, pela capacidade para aprofundar a cooperação entre as CIM e as ADL, consensualizando um conjunto de objetivos e processos, e, por outro lado, para envolver uma parceria alargada de agentes cuja ação é determinante.

ANEXO I

PROJETOS ESTRUTURANTES

2021/2027



PROJETOS ESTRUTURANTES 2021/2027

▪ **Serviços de Interesse Geral**

Os serviços de interesse geral (SIG) são considerados um fator de coesão económica, social e territorial. Os equipamentos e serviços devem contribuir para a equidade de oportunidades e direitos dos cidadãos (na saúde, educação, apoio social, justiça, cultura, desporto, emprego, entre outros), independentemente da sua posição socioeconómica ou localização geográfica, da nacionalidade, idade, género, etnia ou situação de deficiência.

Em Viseu Dão Lafões os equipamentos e serviços de interesse geral tiveram um desenvolvimento assinalável nas últimas décadas, fruto dos investimentos realizados, muito apoiados pelos diferentes Quadros Comunitários de Apoio. Assim, avançou-se muito em matéria de coesão social e equidade territorial nas áreas de saúde, educação, apoio social, cultura, desporto, entre outras.

Continuam, contudo, a persistir carências, desfasamentos nas redes ou na qualidade dos serviços, que criam níveis de acessibilidade diferenciados relativamente às populações e aos territórios.

Viseu Dão Lafões irá apostar numa maior articulação intersectorial, nomeadamente em matéria de serviços sociais e cuidados de saúde dirigidos aos idosos, nos serviços de educação e formação inicial e contínua, nos serviços de cultura, lazer e desporto, e nos serviços de formação e desenvolvimento científico e tecnológico. Os serviços vão suportar-se mais na acessibilidade digital (telesaúde, e-learning, entre outros) e nos serviços ao domicílio, dada a fragilidade física das populações mais idosas e os níveis de baixa densidade de alguns territórios.

PROJETOS ESTRUTURANTES 2021/2027

▪ Educação

Na educação, após a concentração escolar deve-se apostar na qualificação da oferta formativa, com um serviço mais adequado às realidades dos territórios, garantindo uma maior igualdade de direitos, nomeadamente aos mais jovens. As taxas de retenção e desistência do ensino básico estão a diminuir em todas as regiões do país, tal como as taxas de retenção e desistência no ensino secundário. Viseu Dão Lafões encontra-se numa situação mais favorável que a média regional e nacional na desistência e retenção escolar, mas os indicadores continuam a manifestar comportamentos diferenciados e preocupantes em alguns agrupamentos escolares.

Em termos de acessibilidades às escolas básicas e secundárias, Viseu Dão Lafões encontra-se numa situação relativamente razoável no contexto nacional e regional, dada a oferta existente. Além disso, o modelo de povoamento favorece também esta proximidade aos equipamentos escolares.

No entanto, no acesso aos estabelecimentos de ensino superior, Viseu Dão Lafões encontra-se numa situação menos favorável. O município de Viseu é o que concentra os serviços e por isso apresenta melhores níveis de acessibilidades, mas os restantes estão pior posicionados.

O Plano de Mobilidade concebido para Viseu Dão Lafões reflete as problemáticas existentes e desenvolve um conjunto de ações tendo em vista a melhoria da acessibilidade à oferta de serviços de educação. Esta estratégia deve ser seguida para 2030.

PROJETOS ESTRUTURANTES 2021/2027

▪ Saúde

Viseu Dão Lafões encontra-se numa situação intermédia no que diz respeito aos níveis de acessibilidade aos hospitais e aos centros de saúde. Em relação à acessibilidade aos Hospitais (tempo de acesso viário) Viseu, Tondela, Mangualde, Carregal do Sal e Santa Comba Dão possuem boas acessibilidades. Em contrapartida, Aguiar da Beira é o município com piores acessibilidades aos serviços de saúde. Os restantes municípios apresentam acessibilidades médias-altas. Relativamente à acessibilidade aos Centros de Saúde (tempo de acesso viário) Carregal do Sal, Mangualde, Tondela e Viseu possuem acessibilidades muito superiores, enquanto Aguiar da Beira e Oliveira de Frades são os municípios que possuem acessibilidades baixas aos centros de saúde. Os restantes municípios oscilam entre acessibilidades médias e boas. A estratégia de mobilidade para Viseu Dão Lafões reflete a diferente acessibilidade aos equipamentos de saúde. Para a melhoria da acessibilidade é determinante desenvolver um conjunto de infraestruturas viárias intermunicipais e o desenvolvimento da oferta de transportes coletivos.

Ao nível da saúde é importante suprir as necessidades sentidas pelos utentes ao nível do acesso a cuidados de saúde, em particular, as dos utentes que, pela natureza do seu estado clínico, muito carecem de serviços de saúde de qualidade e, sobretudo, de proximidade.

Assim, consideramos prioritário:

- **A criação do Centro Oncológico no Centro Hospitalar Tondela - Viseu E.P.E.;**
- **A remodelação da rede de cuidados de saúde primários na região;**
- **O reforço da rede de saúde mental/demência, nomeadamente no Hospital Psiquiátrico de Viseu.**

PROJETOS ESTRUTURANTES 2021/2027

▪ **Ciclo da Água / Ambiente**

Atualmente, existem diversas lacunas graves no domínio do abastecimento público e do tratamento da água que necessitam de ser colmatadas, como é o caso do reforço da capacidade de armazenamento e resiliência dos recursos hídricos. Ao nível do ambiente, é igualmente importante, proceder à valorização, designadamente energética, dos resíduos.

Neste sentido, considera-se como prioritários os seguintes investimentos:

- **Construção de uma nova barragem em Fagilde e remodelação de todo o sistema de distribuição em alta (Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo, Sátão e Viseu);**
- **Ozonização da ETA de Fagilde e obras complementares;**
- **Sistema de tratamento de lamas da ETA de Fagilde;**
- **Ampliação da cisterna da estação elevatória da ETA de Fagilde;**
- **Condução de redundância de abastecimento a todo o sistema;**
- **Barragem de Sanguinhedo das Maças;**
- **Subsistema de Sanguinhedo das Maças;**
- **Ampliação e requalificação da Barragem de Paúl e sistemas de adução e distribuição;**
- **Barragem de Pinhosão | Maeira;**
- **Construção do Sistema de Gaseificação para produção de hidrogénio (ou outros gases valorizáveis) a partir de combustíveis derivado de resíduos.**

PROJETOS ESTRUTURANTES 2021/2027

▪ Mobilidade Ferroviária

A construção e modernização dos eixos ferroviários estruturantes são essenciais para a competitividade do território, das empresas e das comunidades, pelo que a CIM Viseu Dão Lafões considera prioritárias as seguintes intervenções:

- **A requalificação da Linha da Beira Alta;**
- **A construção de um novo corredor ferroviário Aveiro | Viseu | Vilar Formoso.**

▪ Mobilidade Rodoviária e Aérea

A par da ferrovia, também, a rodovia assume uma importância extrema no crescimento económico das regiões e na criação de emprego, uma vez que criam canais entre os principais polos residenciais, de serviço e de emprego.

Assim, considera-se prioritário neste âmbito a materialização dos seguintes projetos:

- **Conclusão da Intervenção Programada no IP3, garantindo a sua duplicação em todo o atual traçado (exceto na ligação entre nó de Penacova e foz do Dão);**
- **Execução de um troço alternativo em perfil de autoestrada entre o nó de Penacova e foz do Dão;**
- **Requalificação do IP5;**
- **Conclusão do IC12 entre Canas de Senhorim e Mangualde /ligação A25;**
- **Execução do IC 37;**
- **Execução do IC 6;**
- **Execução da EN 229;**
- **Execução da EN 225-2;**
- **Requalificação da EN 16 nos troços Viseu – S. Pedro do Sul e Termas de S. Pedro do Sul - Vouzela;**
- **Execução da EN 228;**
- **Execução da EN 329 (conclusão);**
- **Expansão/Criação do Aeródromo Internacional de Viseu.**

PROJETOS ESTRUTURANTES 2021/2027

▪ **Florestas / Ordenamento do Território**

Ao nível da floresta a CIM Viseu Dão Lafões considera que é necessária uma aposta na informação cadastral simplificada que permita conhecer a estrutura da propriedade fundiária e a identificação dos seus proprietários.

Para além disso, a informação cadastral é um instrumento indispensável para conhecer o território e para a definição de estratégias para as regiões e sem o qual não será possível determinar o valor do território, seja ele urbano, ou seja ele rural, e principalmente, remunerar os serviços prestados pelo capital natural, no que diz respeito à transformação da paisagem para a tornar mais resiliente às alterações climáticas.

Assim, considera-se prioritário:

- **A criação do cadastro rural em espaço florestal;**
- **O desenvolvimento de um Plano Estratégico de Recuperação pós incêndio, com a dimensão económica, ambiental, patrimonial e turística.**

PROJETOS ESTRUTURANTES 2021/2027

▪ **Adaptação às Alterações Climáticas**

A CIM Viseu Dão Lafões considera que é prioritária a implementação de medidas de maior adaptação às mudanças climáticas e de prevenção dos riscos naturais, por forma a mitigar os efeitos negativos provocados pelas manifestações de alterações climáticas, pelo que, no próximo período de programação comunitária, devemos:

- **Garantir a execução dos EMAAC – Estratégias (inter)Municipais de adaptação as Alterações Climáticas, articulando tais planos com os Planos de Proteção Civil.**

▪ **Transição Digital**

A chegada da 5ª geração de internet móvel irá criar as condições ideais para o desenvolvimento de projetos de transformação digital em todas as áreas da sociedade.

Posto isto, consideramos que é prioritário:

- **Garantir uma rede de conectividade 5G, enquanto infraestrutura fundamental para a competitividade regional;**
- **Rede de infraestruturas tecnológicas nos Parques Tecnológicos, valorizando a fixação de Centros de Competências e uma rede de I&D.**

PROJETOS ESTRUTURANTES 2021/2027

- **Habitação**

Em termos de condições habitacionais existem problemas associados à degradação edificado e às más condições de conforto, nomeadamente em matéria de conforto energético. E, em alguns contextos territoriais, persistem insuficiências em matéria de infraestruturas básicas.

Além disso, o acesso à habitação das populações mais vulneráveis socialmente também não está garantido.

Propõe-se, assim, o desenvolvimento e execução e operacionalização de:

- **Plano de Habitação Acessível.**

